

boletim
do

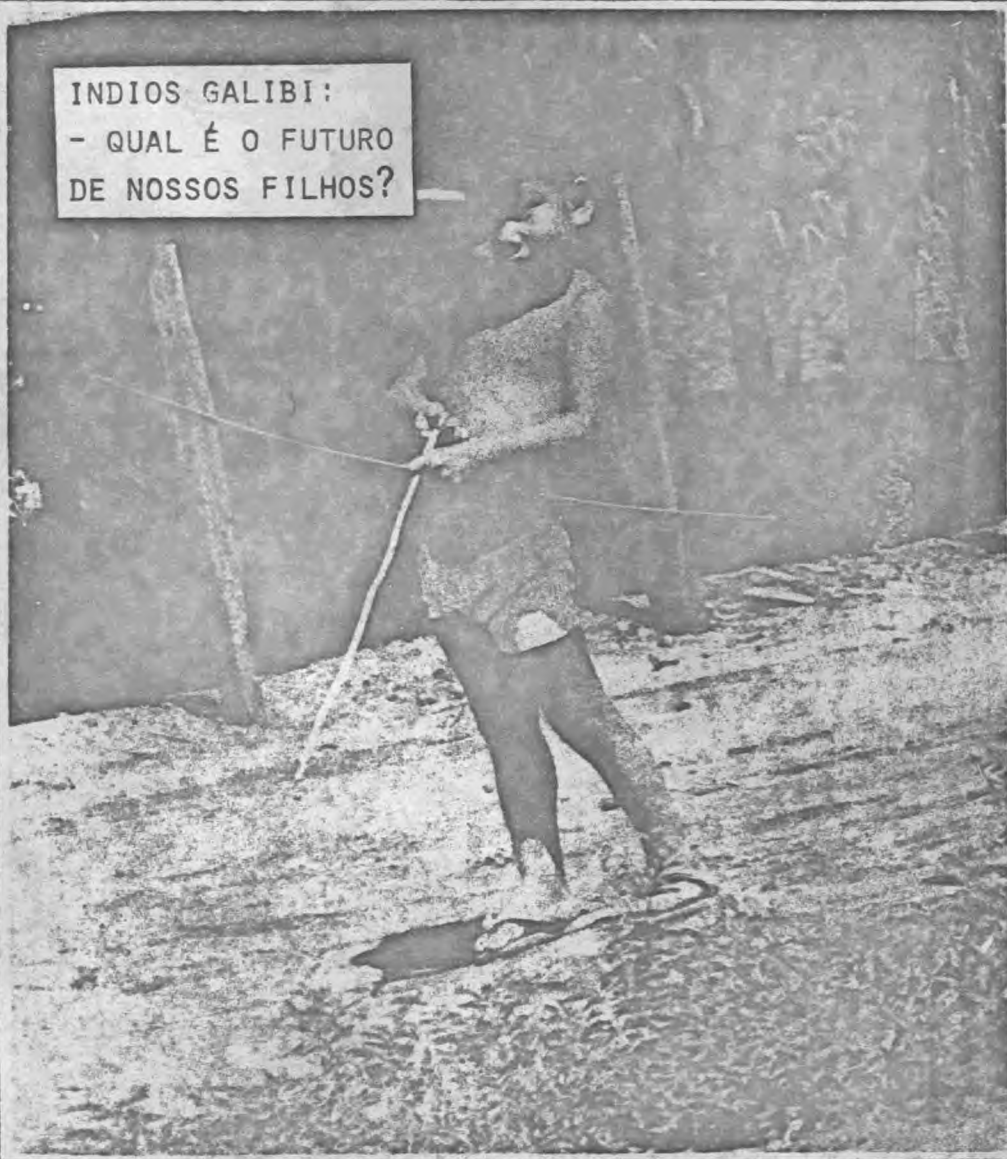
CIMI

Nosso Endereço:
SECRETARIADO DO CIMI
Caixa Postal 10-2382
70.000 - BRASÍLIA - DF
Brasil

Ano 5 - nº 32 - outubro de 1976

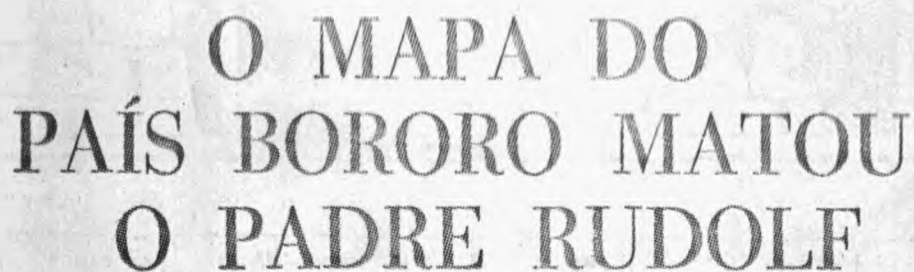
INFORMATIVO DO CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

INDIOS GALIBI:
- QUAL É O FUTURO
DE NOSSOS FILHOS?



cionário da Funai Vitor Bataglia. "Casos como estes podem se repetir a qualquer momento, em outros lugares, pois tudo está ligado ao problema da posse da terra, que é nacional", adverte o Padre Egydio Schwabe, da Comissão Indigenista Missionária — Cimi — órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Um dos responsáveis pelo traba-

lho de conscientização do quanto a seus direitos, Rudolf levantara pessoal mapa completo do território, conseguira toda a documentação necessária à legalização da propriedade e depois estirias vezes na Funai, até a aprovação do mapeamento oficialmente na integralização da reserva. Daí



A formação da consciência dos índios e a preparação para a luta foi feita em intensa comunhão com os padres missionários. Abaixo duas assembleias de chefes indígenas foram realizadas durante de 1972, sempre com a participação de representantes de tribos. E os índios passaram a compreender a luta de encontro dos missionários, promovida pela Cia. Ind. Indígena, com os papais, e a luta de defesa. Por isso, os chefes e chefes indígenas passaram a ser

[illegible]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

ização dos índios direitos, o Padre pessoalmente o do território Bo- toda a documen- à legalização da depois estivera vá- mai, até obter a apeamento pra- tegra e a demar- va. Daí ter sido



As novas gerações Bororo. Ao lado dos garotos, o Bororo de 17 anos, armado para a defesa contra os posseiros

morto por posseiros e grandes fazendeiros, que, inconformados, atacaram a sede da colônia salesiana. O Padre Schwabe acha que todo o problema, em última análise, está no próprio sistema de distribuição da propriedade, que deixa sem terras o índio e o pequeno agricultor — daí os choques.



O Padre José Vicente César e os Bororo em frente ao túmulo do Padre Rudolf. O cacique tirou o cocar, que é seguro por outro índio



Os Bororo, com o Padre salesiano à frente, caminham para a missa do sétimo dia do Padre Rudolf

o ataque à sede da colônia sa- assassinaram o Padre.

Egydio Schwabe não sabe exa- de poderão ocorrer novos e conflitos em áreas indígenas ocorrendo" mas tem uma hipó- tese:

que os conflitos ocorrerão on- em mais consciência de que sua flitiva, o que não significa que onde o índio está em pior si-

Padre Egydio Schwabe, além da utilizadora do Cimi junto aos índios — a mais importante e que espelha os atuais con- ma como os vários órgãos go- (Funai, INCRA, Ministério da cia Federal) encarregados de problema vêm se conduzindo, tos anos. É difícil — segundo o civilizado abandonar a com- tem do problema do índio nância simplista que, se a po- gna não constituir mais de ução do país os índios não de de tanta terra".

os antropólogos em geral con- concepção "uma agressão ao ral do índio". Os índios têm com a terra baseada na satis- esidades da vida da comuni- a busca do futuro.

ão exploram a terra como nós deitando o meio ambiente. Por nos valores culturais indíge- lhes reconhecemos o direito

plo, as obras da Rodovia Perimetral Norte (Roraima e Amazonas) provocaram a dispersão de tribos, com índios se incorporando às frentes de trabalho da rodovia e, portanto, a um modo de produção que não é o seu, nos Estados do Sul a terra é disputada palmo a palmo por índios, posseiros, pequenos trabalhadores rurais, grandes proprietários e grandes empresas.

O Padre Egon Dionísio Heck, conselheiro do Cimi, na Coordenadoria da Região Sul, descreve a situação na Reserva Nanaoi (Rio Grande do Sul), onde "a situação é mais extremada do que a de outros povos".

Ah, para cada 11 mil hectares de terra da reserva indígena, existem aproximadamente 1 mil famílias de intrusos e apenas cerca de 200 famílias Nanaoi. Então, se dividirmos a terra entre intrusos e índios, teremos aproximadamente uma área de 12 ou 13 hectares para cada família. Acontece que o módulo da propriedade familiar rural no Sul é de 25 hectares. Portanto, nem na própria reserva o índio pode dispor do mínimo de terra necessário para trabalhar, não dispõe sequer de um minifúndio.

O Padre Egon Heck acusa o Estado do Rio Grande do Sul de ser "o primeiro e maior grilheiro de terras indígenas no próprio Estado, pela retirada de antigas reservas indígenas as áreas necessárias para a implantação de duas reservas florestais: metade das reservas Nanaoi e outro tanto da reserva Inhacorá. E acusa ainda outros órgãos oficiais, como a própria Funai, que

índios sobre os seus problemas essas leis se- rão eventualmente cumpridas.

O Padre Egon Heck irritou-se quando soube que o INCRA e a Funai estavam anunciando a formação de um grupo de trabalho para fazer um levantamento sobre a ocupação de terras indígenas e propor uma solução:

"No Sul já se montaram mais de 10 vezes essas comissões que não tiveram outro resultado senão gastar verbas que são destinadas aos índios. Isso não passa de uma cortina de fumaça que impede a cada vez que um conflito sul de território indígena para as páginas dos jornais, uma tentativa de ocultar os fatos da opinião pública e adiar uma solução que talvez nem mesmo o Governo tenha disposição suficiente para propor, por contrariar a tendência do crescimento econômico do país e não ter contra si uma consciência popular".

Os Padres do Cimi não concordam com a situação e prometem combater as "soluções paliativas" propostas pelos grupos de trabalho governamentais, como as transferências de índios ou posseiros para outras áreas:

— Os Kreen-akarores — argumenta o Padre Egydio Schwabe — foram transferidos de seus territórios para outros porque, na verdade, suas terras já estavam tomadas pelos grandes empresários. Então se considerou que os índios é que eram inoportunos. E as terras para onde foram transferidos também já estão ocupadas em grande parte por invasores, que

Já na primeira assembleia de chefes indígenas, em Diamantino, Mato Grosso, em 1904, chefes indígenas de todo o país demonstraram sua disposição de lutar ("Vamos garantir nossas terras de qualquer maneira, e delas ninguém nos expulsará", "se ficarmos unidos seremos mais fortes").

O Padre Egydio Schwabe lembra um artigo seu publicado em abril deste ano na revista Vozes, para mostrar que os índios não se resumiram às palavras:

Os Bororos (da colônia Merure, onde foi assassinado o Padre Rudolf Lunkenbein) levaram a sério a preocupação de reunir mais seu povo. Fizeram visitas aos seus irmãos de Rondonópolis e Paraíso. Estes últimos, que viviam humilhados pela cachaça que bebiem no desespero de ver que todo o chão lhes tinha fugido debaixo dos pés, se reanimaram e levantaram acampamento. Foram juntar-se ao grupo de Meruri, onde estão felizes e integrados na luta pela garantia de suas terras.

tribos. E os índios passaram a comparecer a todos os encontros dos missionários, promovidos pelo Cimi, hoje, inclusive, têm dois representantes no órgão. Por isso, não raro os chefes indígenas aparecem no acarpetado gabinete do presidente da Funai, General Ismarth de Araújo Oliveira, em Brasília, "apresentando reivindicações, exigindo respostas claras e sem evasivas".

A demarcação de algumas reservas indígenas, determinada pela Funai, foi consequência desse trabalho de conscientização dos índios. O Padre Rudolf Lunkenbein levantou pessoalmente o mapa completo do território Bororo, onde está a colônia salesiana de Meruti (MT). Conseguir os documentos comprobatórios necessários à sua legalização, esteve várias vezes na Funai, até obter a aprovação praticamente na íntegra, da reserva e da determinação de que a área fosse demarcada. Ai então, posseiros e grandes fazendeiros, que há muitos anos já invadiram essas terras indígenas, decidi-

— Eles não expulso o fazemos destruindo isso o respeito aos vnas exige que lhes a uma extensão de tla de seu equilíbrio

Segundo o Padre conflitos são fundan pelo choque de mo uns a terra é apen ção; para outros ap Assim o conflito não O Cimi afirma a res da mais o problema, vadem terras dos b expulsando posseiro dores rurais, esbulho balho (a terra), e qu compellidos a invadi

Nos Estados do onde esse conflito dade e se mostra c rio dos Estados do l

M RL-8, p. 4/250



ÁREAS CONSIDERADAS DO USUFRUTO DOS ÍNDIOS BOROROS DESDE A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA INDÍGENA MERURI, AOS 10.1.1902, ABANDONADAS DEPOIS EM VIRTUDE DO DEC. DE 26.6.1918.



FAZENDAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DENTRO DA ÁREA DA MISSÃO SALESIANA.



ÁREAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DA MISSÃO SALESIANA.



ÚLTIMOS RESTOS, NÃO CONTESTADOS, DA ÁREA DE 25 MIL HECTARES DOADA POR DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREIA AOS ÍNDIOS BORORO, EM 1918.



ÁREAS COM TÍTULOS DEFINITIVOS DE TERCEIROS, ÁREAS DECLARADAMENTE OCUPADAS ("DIREITO DE POSSE"), PORÉM NÃO TITULADAS.



ÁREAS DOADAS AO USUFRUTO DOS ÍNDIOS BORORO POR DOM FRANCISCO DE AQUINO CORREIA, GOV. DO EST., ATRAVÉS DE RESOLUÇÃO DE 26.6.1918 E NOTULADAS COM AUTORIZAÇÃO VERBAL DO GOV. JOÃO PONCE DE ARRUDA, EM 1959.



LIMITES DA RESERVA NOVA, SOLICITADA PELOS ÍNDIOS BORORO, APRESENTADA AO PRES. DA FUNAI, GAL. ISMART DE ARAUJO OLIVEIRA, EM 2.9.1974. POSTERIORMENTE APROVADA PELA FUNAI, COMO RESERVA INDÍGENA.



não exploram a terra como nós destruindo o meio-ambiente. Por isto aos valores culturais indígenas lhes reconhecemos o direito de terra maior como garantia de equilíbrio e sobrevivência.

O Padre Egydio Schwabe, os fundamentalmente originados de modos de produção: para é apenas um meio de produção apenas uma mercadoria, filto não seria só com os índios, mas a respeito: "Agrava-se o problema, pois empresas que invadem os índios estão igualmente posseiros e pequenos trabalhadores de seu meio de trabalho, e que por isso são também a invadir áreas indígenas."

idos do Sul, explica o Padre, é conflito abriga maior intensidade claramente. Ao contrário do Norte, onde, por exem-

implantação de duas reservas florestais: metade das reservas Nanaoi e outro tanto da reserva Inhamitã. E ainda outros órgãos oficiais, como a própria Funai, que patrocinam a invasão contínua e permanente de áreas indígenas já superpovoadas".

Os índios sem terras procuram se instalar nessas reservas florestais, mas são expulsos pelos guardas florestais. Eles não têm mais condições de continuar nas próprias reservas, assistindo à constante invasão, levando madeira, que lhes é negada mas é utilizada para a construção de escolas e outras instalações para as famílias dos intrusos.

Os padres do Cimi afirmam que a intenção dos missionários é apenas a de fazer com que se cumpram as leis. A Constituição, o estatuto dos índios e uma lista enorme de legisladores brasileiros garantem o direito ao índio da posse das terras que estão sendo invadidas. Acreditam, no entanto, que só com a tomada de consciência dos

derou que os índios é que eram inoportunos. E as terras para onde foram transferidos também já estão ocupados em grande parte por posseiros, com o agravante que o índio chegou depois.

Levantamentos realizados pelos órgãos governamentais no posto indígena de Chapécó (Santa Catarina) — explica o Padre Egon Heck — apontaram a existência de 150 famílias de intrusos. O Governo decidiu que elas seriam transferidas para o Município de Campo-Ere (SC). Todos foram lá visitar as terras e gostaram, mas o INCRA não planejou nenhuma forma de ocupação dessa área pelos posseiros. Até agora a transferência não foi feita.

O Padre Egydio Schwabe acredita que só existe uma solução para a invasão dos territórios indígenas, diante do avanço dos grandes empresários: uma reforma agrária em profundidade, que precisará contar com a integral autoridade do Governo e a boa vontade dos grandes empresários.

MRL 8, p. 5/250

MUITOS DONOS PARA UM MESMO TERRITÓRIO

O mapa e o levantamento do padre:

1) A área maior era considerada de usufruto dos bororo desde 20 de janeiro de 1902, quando foi fundada a Colônia Salesiana da Marure.

2) As áreas a leste foram as primeiras a deixarem de ser consideradas de usufruto dos bororo, por decreto do Governador do Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Correa, em 26 de junho de 1918.

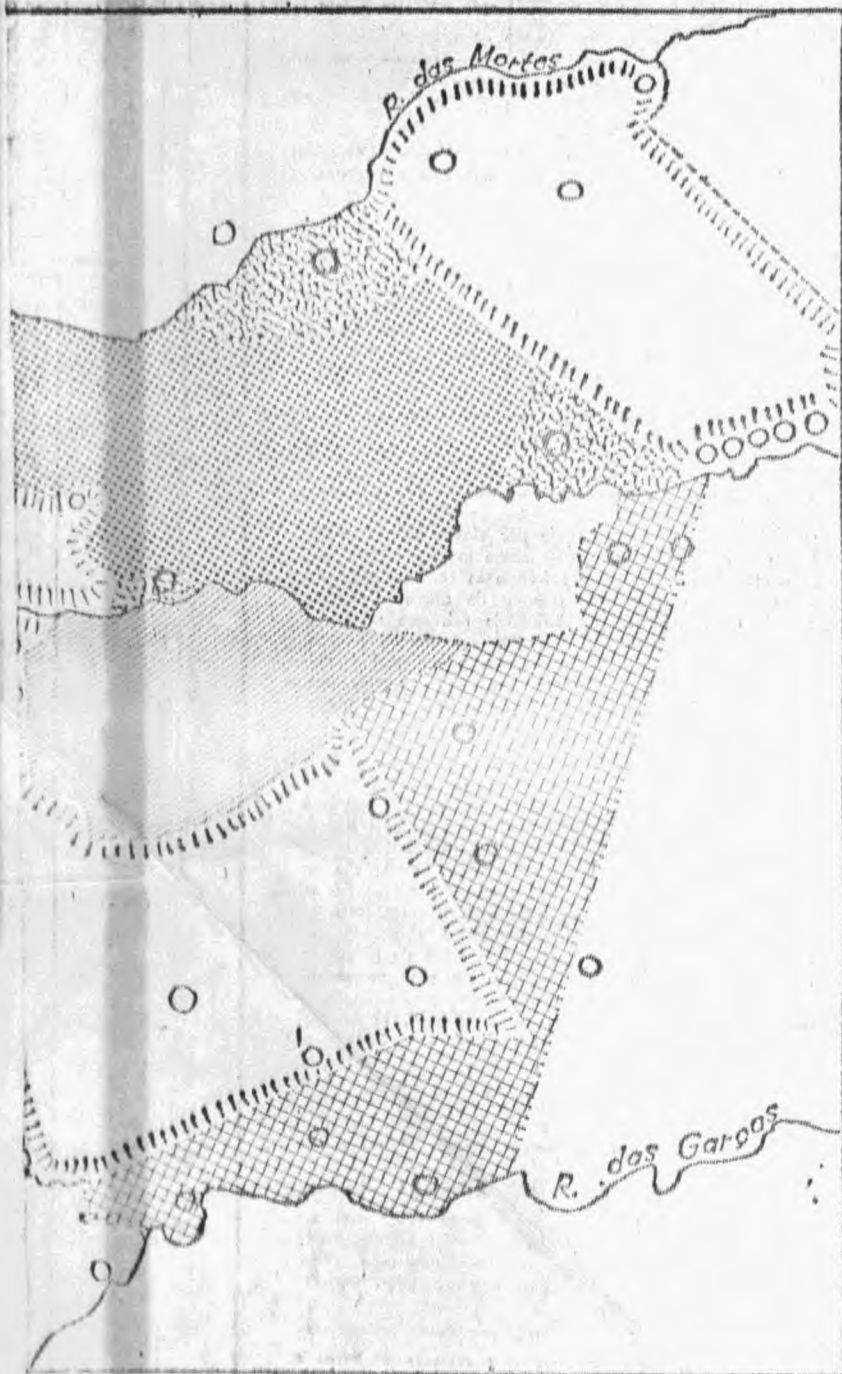
3) As áreas ao Norte foram doadas pelo mesmo decreto à Missão Salesiana, que possui os títulos definitivos de propriedade. A doação foi feita pelo mesmo decreto do Governador, em 26 de junho de 1918.

4) As áreas vazias ao Sul e ao Norte (em branco) foram também doadas pelo mesmo decreto ao usufruto dos bororo.

5) As áreas ao centro foram o que sobrou hoje para os bororo, sem contestações.

6) Os círculos (com bolinhas brancas) são as fazendas dos posseiros, que intensificaram o processo de ocupação do território do Governo do Mato Grosso, da Missão Salesiana e do usufruto dos bororo, a partir de 1959, por autorização verbal do Governador João Ponce de Arruda.

O Padre Rudolf solicitou e a Funai aprovou que a reserva indígena abrangesse toda a área original de usufruto dos índios em 1902. Isso criou um primeiro grande problema, pois implicava a expulsão dos posseiros das margens do rio das Garças, que é de grande importância econômica e cultural para os posseiros e índios. O segundo grande problema é que, graças à proteção de governadores e prefeitos, alguns posseiros chegam a ter títulos definitivos das terras, até mesmo dentro da área de propriedade da Missão Salesiana. Por isso exigem indenização para saírem da terra, o que não foi aprovado pelo Governo. No momento da morte do Padre Rudolf, os posseiros reclamavam a indenização. Não se sabe se o Padre prometeu-a aos posseiros e não conseguiu que a Funai a aprovasse.

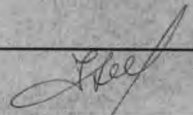


MRL.8.1.p.6/950

Pastor CIMI

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO				CARIMBO DA ESTAÇÃO ✓
Prêmbulo	Espécie: OFICIAL	Número	Data Hora	HORA DA TRANSMISSÃO
	Origem	Palavras	Via a seguir	
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS		U U U		
Enderêço	ADR			
TEXTO A TRANSMITIR	N.º DE — — — — —			
	025/GAB/P 11 03 77 TENDO SIDO DIVULGADA REALIZAÇÃO REUNIÃO <u>CIMI</u> PERÍODO 14 AH 17 CORRENTE KM2 RODOVIA ///// CURITIBA/PONTA GROSSA VG CASA MOSSUNGUÊ VG COM PRESENÇA // ÍNDIOS VG TODOS CHEFES PI DEVEM SER ALERTADOS QUE NÃO ESTÃO AUTORIZADOS PARTICIPAR REFERIDA REUNIÃO PT SDS //// ISMARTH OLIVEIRA PRESIDENTE FUNAI /)/)/)/)/)/)/)/)/)/)/)/)/)/)			
Assinatura ou rubrica do expedidor 				

230278

JUSTIÇA PARA NOSSOS ÍNDIOS

O II Curso de Indigenismo para Missionários da Amazônia, realizado em Manaus, de 13 a 28 de janeiro de 78, sob a coordenação do CIMI e da CNBB Norte I, reuniu 60 pessoas, em abertura e profundidade, deixando antever frutos excelentes.

O comunicado final, após denunciar uma série de tremendas injustiças cometidas contra nossos índios, faz um apelo "à imprensa, às instituições culturais, sociais e religiosas, para que levantem sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio, que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1978".

E concluiu deste modo: "Nessa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação (à imitação de Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana), assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena, valorizando sua língua, concepções do mundo e costumes. Rejeitamos todo paternalismo e tendência de decidir em vez do índio, como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz. Ao contrário, queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize encontros e colaboração a nível intertribal. É de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes.

Resta-nos esperar que o povo brasileiro encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas, representando na população do país menos de 0,2%; que a abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem



quando dominam a força e o arbítrio. E que a imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico".

Este assunto, bem dentro do tema "TRABALHO E JUSTIÇA PARA TODOS", constitui ação obrigatória para todos que, neste mês, estamos lançando, em todo o país, a CAMPANHA DA FRATERNIDADE.

Extraído do Boletim Repartir o Pão da Região Norte I da CNBB — mês de fevereiro de 78.

Quente - 2

10/3/78



ORGÃO INFORMATIVO DE DEFESA DA CAUSA INDÍGENA
ANO I Nº5 CIMI REGIONAL NORTE I MANAUS OUT/78

TÜKUNA MANOEL!

ONDE ESTÃO

OS QUE TE ACUSAVAM?

"Aquele dentro vós que estiver sem peado
 seja o primeiro a lhe lançar a pedra...
 Ouvindo isto, afastaram-se um após outro
 a começar pelos mais velhos até os últimos."
 Jo 8,7.9

SEMEAR JUSTIÇA PARA COLHER PAZ :
 tirar as pedras das mãos dos justiceiros
 que estão apedrejando todos os Manoel do mundo
 e suas causas aparentemente perdidas.
 Mas como faísca de esperança lhes
 " será dado o nome de M A N U E L,
 nome que significa: 'Deus conosco'. "Mt 1,23

(Leia na p.6 nota do CIMI)

-P.-

NESTE NÚMERO:

Informar, hoje, sobre a situação indígena no Brasil significa denunciar prisões arbitrárias de índios, como a do filho do Tuxaua Filismino (leia na p. 5); violentos choques culturais, como o ocorrido com Maneel Tarcio, o Tükuna (p.6); crime de genocídio com mais de 40 juma assassinados no rio Purus (p.8,9,10) ou a apropriação de terras indígenas e a transformação do índio em mão-de-obra barata (p.11). O PORANTIM denuncia estes atos de violência. Registrar o que acontece não nos deixa satisfeitos.

Porém, há também faíscas de esperança: surgimento de cooperativas indígenas, como as de Yauaretê e do Pari Cachoeira (p.14 e 1'); tentativas de organizar projetos de educação bilíngue, como a do pe. Laudato (p.15) e muitos trabalhos abnegados de missionários conscientes (Ed. pg.2,3,4).

CARTAS

De IRMÃ GABRIELA (Curitiba - 08/09/78) Recebemos aqui no Conselho de Animação Missionária da Arquidiocese de Curitiba o último número do PORANTIM. Está muito bom. Nota-se que vocês estão caminhando com objetivos claros na pastoral indígena.

De Dom TOMÁS (Diocese de Goiás) Obrigado pelo nº 4 do PORANTIM. Achei-o excelente. Bem assim os anteriores, que li em Brasília. Pego que entre para meu endereço os nºs 2 e 3. Obrigado. (11/09/78).

De SABLOS ALBERTO (Rio de Janeiro - Centro Eclesiástico de Documentação e Informação) O PORANTIM está cada vez melhor. Toda força para vocês que estão realizando um grande trabalho pela causa indígena. (14/09/78)

De CIMI-Sul (Xanxerê - Santa Catarina) A gente está recebendo o PORANTIM. Está muito bom. Estamos solidários com vocês nestas lutas pela causa. Pe. Egon D. Heck - Secretário Regional do CIMI-Sul. Wilmar R. D'Angelis. (22/09)

De IZIDRO FREITAS (Tukano de Iauaretê-Am.) A nossa Cooperativa Indígena funcionou com a entrada de 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) de mercadorias e está indo muito bem, pra frente. A mesma possui uma Serraria, que também já está funcionando, serrando com ótima utilidade e prestando um grande serviço. Por todas estas coisas, agradeçamos sobretudo aos cooperadores e aos salesianos que nos forneceram o necessário, ao pessoal da FAB que nos facilitou o transporte e de modo especial ao Brigadeiro Protásio. A todos, o nosso muito obrigado. Agradeço de maneira especial pelos números enviados do PORANTIM e me mandem como é o serviço (3/10)

De AGENOR PINTO (Campinas - SP) Tive oportunidade de ler o informativo PORANTIM nº 4 e muito me interessei. Gostaria de poder receber os nºs anteriores; estive trabalhando algum tempo com a OPAN, junto à MIA, e desde então venho me preocupando com a causa indígena. (4/10)

De INES MARIA VICENTINI (Porto Alegre) Sou associada da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio). A ANAI se originou de um seminário "Índio: um sobrevivente?" em abril do ano passado. ...Para nós qualquer tipo de informação sobre os índios é preciosa. Inclusivamente estamos fazendo um arquivo. (10/10)

De ANSELMO LUIZ VENTORIL (Vitória-Esp. Santo) Ainda não recebi o novo número do jornal do CIMI. Estou interessado em saber mais sobre a realidade e também um pouco de história do índio brasileiro. (11/10)

De RAIMUNDO DAMÁSIO (São Carlos - SP) Estou esperando pelo 5º número do PORANTIM. Não dei para enviar-me, por favor, pois os números anteriores estão muito bons. (13/10)

De RUBEN CESAR (New York - Columbia University) Estou aqui lecionando e pesquisando. Espero continuar recebendo o PORANTIM neste novo endereço (13/10)

De HENRIQUE CASTRO (Pari-Cachoeira, rio Tiquié Am. Sem data). "...responder a publicação da 3ª via do PORANTIM. A terra indígena da Comunidade e do rio Tiquié pertencem às tribos natas da região. A natureza é obra de Deus que nos deixou para habitar nestas florestas. O nosso mito indígena fala muito a esse respeito da terra no Antigo Mundo e no Novo Mundo, desceberto ou aparição da humanidade primitiva. Além disso são daqui, dessa região, os nossos tataravós. Eles não vieram das terras estrangeiras pois antes do descobrimento do Brasil já existíamos... A lei da demarcação da terra chegou muito depois. A nossa lei indígena era comum e era tranquila. Não é possível perturbar e mandar demarcar terras aos próprios moradores. A chamamos isto negativo."

ESCRavidão INDÍGENA

Henrique Castro, Feliciano Pimentel e Ovídio Marinho, autores da presente carta cujas partes principais agora publicamos, prosseguem: "A primeira turma que morava no rio Tiquié foi massacrada pelos brancos; e os índios, no século passado, devido a este massacre, saíram do rio Tiquié e foram morar na cabeceira do rio Solimões e outros na Colômbia".

"Após esse período os Tukanos vieram por primeiro morar no Tiquié e logo mais as tribos Dessanos, Tuiucas, Baraços, Carapanãs, Mirintitapuaia, Iepassa e Peoná (os Makus) e isso aconteceu no ano de 1900. Nesta época havia um que se chamava Mamel Albuquerque, que era o Inspetor dos Índios e mais outros."

"A função deles era o comércio. Como naquele tempo ninguém sabia o preço do produto e nem da mercadoria, não conhecíamos o valor de nada, éramos enganados. De modo que os índios trabalhavam só para entregar produtos como: cipó, sorva, etc... Assim mesmo o Mamel Albuquerque foi muito atrevido com os pobres do rio Tiquié. A "saudação" e o cumprimento era a invasão às aldeias dos pobres índios. O "agradecimento" do produto que ele levava eram as chicotadas nos homens e para as mulheres, revólver, se elas não se entregassem para seus baixos instintos serem satisfeitos, e a pobre índia zinha, por medo da arma entregava seu corpo a esses miseráveis deturpadores".

"Enfim, houve uma grande revolução contra uns brancos e comerciantes do Manuel Albuquerque. Os índios mataram uma família dos Albuquerque e em resultado disso receberam prisão judaica. O movimento do Inspetor dos Índios era só de esgravizar, continuamente. Para Manuel Albuquerque, os índios só serviam para trabalharem nos produtos e apanhar dos proprietários..."

"Os primeiros Missionários que aqui chegaram no rio Tiquié foram os Capuchinhos, depois os padres Jesuítas que pouco a pouco retornaram para suas Terras. Depois desses chegaram os Missionários salesianos em 1940. O padre salesiano mais conhecido naquela época foi Padre João Marchesi." A carta termina convidando a equipe do PORANTIM para morar na área pelo menos um ano "para conhecer melhor" a realidade.

evangelizar:

SEMEAR	JUSTIÇA
PARA	COLHER PAZ

Ao semeador de justiça, como ao semeador do campo, cabe escolher a semente, a terra e o tempo. Na combinação lúcida entre estes três elementos, entre os meios de evangelização e seu condicionamento material (que tecnologia?) e humano (que aliança?), o espaço (Missão/maloca) e o tempo (sacramentalismo imediato/encarnação a longo prazo) se prepara no trabalho arduo e permanente de cada dia a colheita da paz. Ela é obra da justiça (Vaticano II: GS 78). A confusão existente entre justiça e legalidade dificulta essa tarefa missionária. Nem sempre corresponde uma ordem jurídica, legalmente imposta, à justiça. Pode até significar imoralidade e injustiça legalizada. Torturados e carrascos entre São Paulo e Auschwitz evocam a legalidade de seu proceder, ~~consideram-se~~ amparados pelas leis e alegam diante dos tribunais posteriores que apenas cumpriram ordens.

Contudo, para um entendimento genérico sobre o tripé EVANGELIZAÇÃO - JUSTIÇA - PAZ facilmente se consegue um acordo entre os missionários. Porém, na escolha concreta e na coordenação coerente entre meios, espaço e tempo aparecem opções diferentes, opções idealistas, absenteístas, etnocêntricas, essas últimas hoje na farda do progressismo pragmático. Como agir no meio de tudo isso, antropológicamente responsável e pastoralmente eficaz? A partir dos meios empregados descrevemos dois projetos missionários, sabendo que há outros ainda e que nunca existem na limpidez tipológica aqui descrita.

Projeto pragmático

O projeto pragmático parte da pressuposição de que a causa indígena é uma causa definitivamente perdida.

missionário

Por conseguinte, o missionário assume o papel de um administrador de falência. Como pelego eclesiástico ele suaviza os efeitos "inevitáveis" da civilização galopante com suas frentes agrárias e militares. Cumpre a ele fazer passar os povos indígenas isolados por contatos intermitentes nos quais se introduz na vida tribal os "bens de cultura e civilização branca". Estes "bens" se tornam mais tarde indispensáveis e obrigam os povos indígenas a contatos permanentes dos quais resulta o seu desaparecimento étnico: índio juridicamente emancipado e econômica e culturalmente assimilado.

Neste projeto de um progressismo pragmático, o missionário se torna agente de assimilação, que se propõe a total incorporação do grupo tribal à sociedade nacional aceitando a perda de peculiaridade cultural e de identidade étnica dos povos indígenas. Ele reza a partir do campo religioso, onde se encarrega de incorporar à vida tribal os mitos aramáicos do Antigo Testamento, a liturgia romana e a moral privatizada da classe média, todo o credo da sociedade multinacional. Este se expressa no sistema educativo, social e econômico.

semente

A meta real, fazer dos povos indígenas caboclos assimilados, determina os meios. "Vamos dar ao índio uma boa educação nas nossas escolinhas para que saiba concorrer com o branco no mundo afora! Vamos construir um posto de saúde como defesa contra as doenças dos civilizados! Vamos planejar um projeto de agricultura, onde apreenda a trabalhar e a manobrar a maquinária de uma fazenda, para poder mais tarde competir no mercado. Assim, ao menos não passa pior que os caboclos da região."

Semear justiça neste projeto significa: salvar a maloca do paganismo pela catequese, libertar o selvagem da ignorância pela educação, redimir a improdutividade dos selvícolas pelo trabalho, afinal, preparar os povos indígenas para receberem os maus tratos dos caboclos civilizados. Mas a injustiça equitativamente distribuída não é justiça e não gera paz, ao contrário, leva

a uma violência generalizada. Muitos dos nossos preparos assistencialistas parecem ser preparos de um navio com o qual os povos indígenas são enviados a travessar o oceano e a gente já sabe: estes não chegam na "terra oficialmente prometida", nem voltam mais ao seu "paraíso perdido".



aliança

Neste projeto pragmático surge uma aliança de ação entre o poder estabelecido, interessado no desenvolvimento econômico, na integração territorial e na assim chamada "Segurança Nacional" das fronteiras, e o missionário civilizador. O quartel faz questão, que a lancha da missão atraque no seu porto fluvial e ideológico. A caatequese é apenas tolerada na medida em que há identidade de interesses nos outros campos e cobertura ideológica na pregação de ordem, moral e confiança progressista no "país gigante".

O missionário pensa, às vezes, que faz apenas aliança estratégica para poder anunciar a Boa Nova. Mas os serviços laterais civilizadores sufocam o "único necessário"; o "acima de tudo brasileiro" é incompatível com o "em primeiro lugar o Reino de Deus e sua justiça" (Mt 6,33), porque nacionaliza a salvação. A aliança entre Missão e poder estabelecido tem traços da camaradagem do cego que carrega o coxo; este indica o caminho para um hospital sofisticado dos aleijados. O cego não entra. "O missionário cumpriu a sua missão. O missionário pode ir embora."

promessa

As medidas reais deste projeto missionário salvam o índio da extinção imediata e o preparam para encher as fileiras dos marginalizados da sociedade nacional. Um ou outro escapa deste prognóstico e consegue subir na escala social até a classe média. Sua sorte serve como paradigma de um futuro promissor. Onde a Boa Nova não é anunciada como compensação no outro mundo, ela se apresenta como o progresso esperado pela classe média: TV a cores, uma casinha pelo BNH, um fusca à prestação. Tudo que esta missão oferece como anúncio evangélico é a tristeza do branco.

"Pouco mais de 25 anos de convívio pacífico custaram aos índios Urubus cerca de dois terços de sua população, vitimada, já não por trabalhos, mas pelas epidemias de gripe, sarampo, coqueluche e outras moléstias que assolaram suas aldeias. Hoje eles estão tomando consciência do preço que custaram as ferramentas, as miçangas e os poucos outros bens... e voltam-se para o passado, que recordam como o bom tempo das grandes aldeias... dos roçados enormes e fartos, da alegria de viver que se vai esgotando" (B. Ribeiro)

E a paz deste projeto? O índio armado com as armas do branco, jogado em meio à violência de um progresso fatal. Vencedor vencido pelo desenvolvimento progressista. Futuro sem esperança. O índio e o evangelho posto em leilão de uma "oferta especial" do dia. E a ordem do dia é progresso e emancipação.

projeto radical

Diante do pragmatismo fatal, o projeto radical oferece uma alternativa à cosmovisão oficial. Radical, porque tira a sua força da raiz da vida, da boa nova anunciada por Jesus Cristo. "Radical" não deve se confundir com "extremo". Um projeto extremo não vai ao fundo do problema, nem à raiz de uma causa. Fica apenas nas extremidades dos galhos, na superfície, onde "quebra os galhos."

fe

Na conjuntura atual se precisa de fé radical para acreditar contra todas as evidências das forças e interesses materiais, que há ainda esperança na causa indígena. Certo, Jesus prometeu sua presença aos "que vem da grande aflição" (Ap 7,14) e aos "últimos, que serão os primeiros" (Mt 19,30). A

"causa perdida" (Lc 15,8) pode-se tornar a "perola encontrada" (Mt 13,45), pela qual vale a pena varrer toda a casa. Mas tudo isso precisa ser fixado num chão de uma pastoral missionária querendo escapar de um puro consolo transcendental. O projeto radical como projeto evangélico do Reino de Deus não é idêntico nem indiferente diante das realizações concretas. "Então vos dirão: 'Ei-lo aqui'; e: 'Ei-lo ali'. Não deveis ir atrás, nem segui-los." (Lc 17,23) - Por isso temos que situar o trabalho missionário entre a "reserva escatológica", entre o mistério do Reino que será revelado quando o Cristo vier de surpresa "como o relâmpago" (Lc 17,24), e a "reserva indígena." Não podemos dar receitas. Procuramos apenas balizas. A tarefa é, antes de tudo, estar presente, abrir caminho, derrubar fronteiras, afastar perigos, questionar programas, afinal, garantir um espaço para viver.

Nesta fé radical o missionário sabe, que não trabalha na ante-sala de um cemitério étnico. Por isso tem sentido aprender a língua da tribo, demarcar as terras, praticar a auto-determinação e se gastar na encarnação da vida tribal. Neste trabalho concreto, os votos de pobreza, de castidade e de obediência recebem uma nova motivação.

paixão

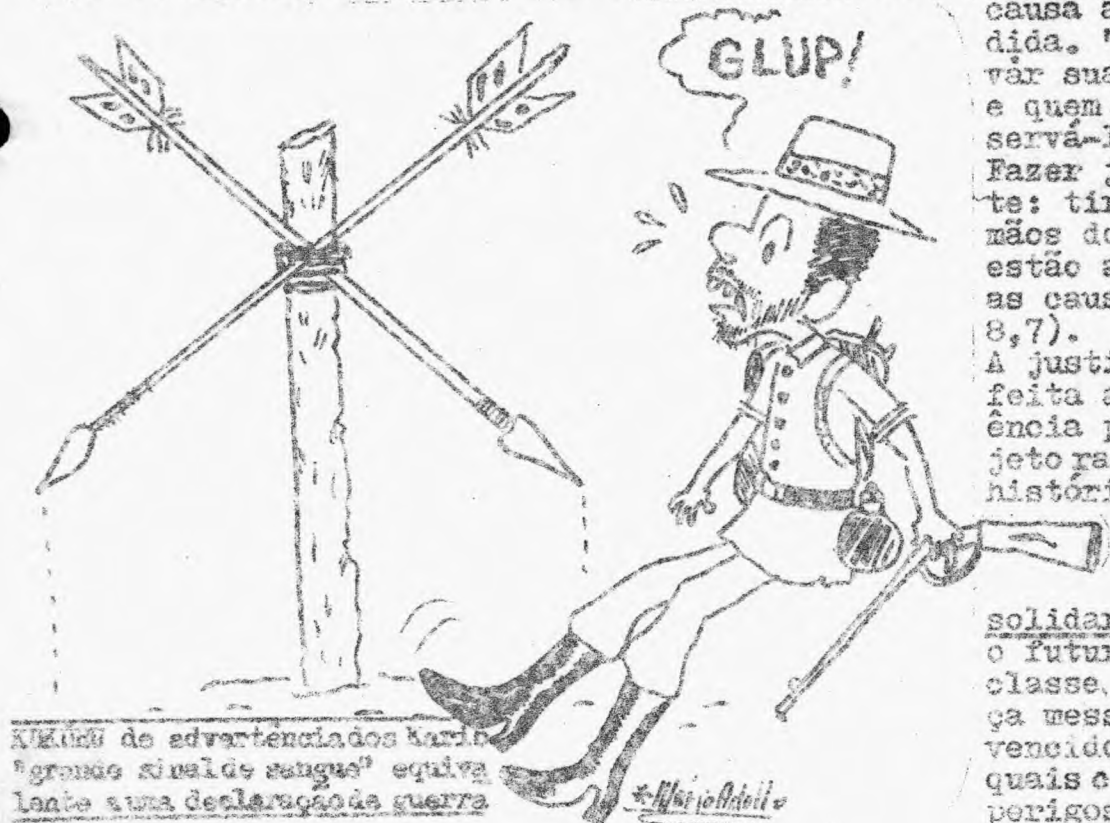
O projeto radical participa da radicalidade da morte de Jesus, porque rejeita, como ele, fazer aliança com os poderes. Em termos de lobby, está desprotegido diante de Caifás, Herodes e Pilatos. E como os Herodes e os Pilatos de todos os tempos aproveitam a causa dos fracos para fortalecer sua amizade (Lc 23,12), assim não falta "apóstolo", que manda a FAB cuidar do CIMI. Na história da paixão há sempre um traidor.

ressurreição

A causa indígena é uma causa de morte e vida. Jesus, condenado e entregue à morte pela justiça dos homens, pelo poder político e religioso, foi chamado à ressurreição pelo Pai. A justiça de Deus é: fazer ressuscitar o seu eleito numa causa de morte e vida (Lc 18,7). Fazer justiça é fazer alguém ressuscitar. Os povos indígenas esperam esta boa nova de nós. "Deus não fará porventura justiça em favor dos seus eleitos?... Digo-vos: Far-lhes-á justiça bem depressa." (Lc 18,7.8) - Fazer justiça é comprometer-se na causa dos injustiçados, quer dizer, perder-se na

causa aparentemente perdida. "Quem procurar salvar sua pele, perdê-la-á; e quem a perder, há de conservá-la." (Lc 17,33) - Fazer justiça é finalmente: tirar as pedras das mãos dos justiceiros, que estão atirando em todas as causas dos fracos (Jo 8,7).

A justiça da ressurreição, feita através da experiência pascal, faz o projeto radical atravessar a história na luta indígena. Lá, a aliança estratégica será substituída pela solidariedade dos fracos, o futuro calculável da classe média pela esperança messiânica de todos os vencidos da história, dos quais celebramos a memória perigosa.



"Se o grão de trigo, caído na terra, não morrer..." (Jo 12,24). Eis a semente da justiça em terra fértil - única esperança de uma colheita abundante de paz.

Paulo

DELEGADO DA FUNAI PRENDE INDIO E CIMI EXIGE QUE SEJA DEMITIDO

Boa Vista-Roraima(do nosso correspondente) O CIMI exige a demissão imediata do delegado regional da FUNAI de Boa Vista, sr. Dinarte Nobre de Madeiro, que utilizou a própria sede da FUNAI como cadeia, ao trancafiar, faz um mês, o índio Waldemir, submetendo-o a interrogatório policial durante mais de 4 horas e obrigando-o a uma "confissão".

Waldemir é filho do Tuxaua Filismino Raimundo Pereira, da maloca do Limão, no rio Contigo. Seu pai, em julho passado, escreveu uma carta ao secretário nacional do CIMI em Brasília (PORANTIM, nº-3, p.12), denunciando a invasão de suas terras pelo sr. José Brandão, nas barbas da FUNAI, que nada fez para atender os apelos dos índios.

cartas na mesa

Dinarte de Madeiro, de volta das férias passadas bem longe dos índios, assumiu a delegacia regional da FUNAI. Primeira providência: colocar a correspondência em dia. Surpresa: a primeira carta que ele encontra sobre sua mesa é uma espinhação da FUNAI de Brasília, pedindo explicações sobre outra carta, a do Tuxaua Felismino, publicada no PORANTIM, em "A Crítica" (Manaus) e outros órgãos da imprensa nacional.

Na carta, o Tuxaua denunciava o delegado Dinarte, que procurado várias vezes pelos índios para solucionar o problema de suas terras invadidas, embromou, enrolou e não resolveu nada. Depois de um ano e meio de promessas não cumpridas pelo delegado, o Tuxaua escreveu ao padre Egidio Schwade, secretário nacional do CIMI, informando que só lhe restava o recurso de tocar fogo na casa e no "gado que invade nossas roças".

quem escreveu?

Irritado, o sr. delegado resolveu fazer a Investigação à sua maneira. Procurou o Tuxaua Felismino e não o achou. Então, mais "madeiro" do que "nobre" o sr. Dinarte prendeu o filho do Tuxaua, Waldemir, que nada tinha a ver com a denúncia, usando como cadeia a própria sede da FUNAI localizada na avenida Bento Brasil, em Boa Vista.

O que aconteceu lá dentro é indigno até mesmo da FUNAI. Trancafiado à chave, Waldemir foi submetido a um interrogatório carregado, daqueles cuja metodologia todos nós conhecemos. "Quem escreveu a carta assinada pelo teu pai?" perguntava possesso o sr. Madeiro ao filho do Tuxaua. Habitado ao paternalismo burocrático e à manipulação dos índios, não podia entrar na cabeça do delegado a ideia de que um Tuxaua, não "emancipado", podia ele mesmo expressar por escrito suas denúncias.

escreveu não leu

Madeiro - delegado da FUNAI ou de Polícia? - obrigou o filho do Tuxaua a escrever uma carta dizendo que foram os padres que seduziram seu pai para denunciar a invasão da maloca. O rapaz, assustado, escreveu. Escreveu não leu, o pau comeu. Madeiro leu e não gostou, porque esta primeira carta não correspondia a sua imaginação de ficcionista, nem acusava diretamente os padres.

Então, o delegado ditou outra carta, nestes termos: "A carta original do Tuxaua Felismino foi feita na Prelazia, os padres ditaram seu conteúdo e o Tuxaua teria apenas assinado". Agora sim, Madeiro podia enviar a Brasília a "prova" de que os padres são subversivos e que em Boa Vista reina a ordem, a Funai está "numa boa" e ele trabalhando muito.

Acostumado a usar procedimentos autoritários, Madeiro ditou uma carta a Waldemir para afirmar que a carta do seu pai havia sido ditada pelos padres numa clara atitude de projeção. Freud explica?

Quem trata os índios com métodos policiais, perdeu toda a credibilidade de trabalhar inclusive na FUNAI. Por isso, o CIMI Regional Norte I exige a imediata exoneração do delegado regional, sr. Dinarte Nobre de Madeiro. A direção nacional da FUNAI, enganada pelo sr. Madeiro, não pode aprovar seus métodos, pois corre o risco de tornar-se co-responsável de suas arbitrariedades policiais.



CIMI Divulga Nota Sobre Índio Acusado de Estupro

“Advertindo que “ele antes de ser algoz, é vítima”, o Secretariado Regional Norte I do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — distribuiu ontem comunicado sobre o caso de estupro envolvendo o índio tukuna Manoel Tárzio, “lamentando sinceramente o ocorrido e se solidarizando com as pessoas que direta ou indiretamente foram envolvidas no caso”.

O CIMI acha — diz o comunicado — que “esta solidariedade só tem sentido se paralelamente nos detemos para fazer uma análise que explique as causas reais deste ato de violência, ajudando assim a evitar repetições futuras de semelhantes fatos, tanto o cometido pelo tukuna Manoel como as inúmeras violências praticadas periodicamente por brancos contra índias menores”.

O comunicado expressa que para se compreender melhor o ocorrido é necessário pensar sobre os seguintes pontos:

1. O Problema cultural

Por que o tukuna Manoel Tárzio raptou a menor Maria Zilda para conviver com ela?

Segundo o antropólogo Ari Pedro Oro, em pesquisa realizada na área, intitulada “Tukuna: vida ou morte”, a organização familiar desta tribo é bastante complexa e diferente da sociedade nacional dos brancos. Em 1952, Curt Nimuendaju, em seu livro “The Tukuna” já observava que as crianças Tukuna, a partir dos seis, ou sete anos de idade participam da vida adulta dos seus sexos. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em diferentes trabalhos sobre esta tribo, confirma estes dados.

Numerosos estudos mostram que é costume entre os Tukuna — sobretudo quando a população feminina é escassa — que o homem leve para sua casa a mulher, ainda menor de idade, para criar como sua futura esposa. Portanto, o que foi realizado por Manoel Tárzio é perfeitamente normal, moral e legal dentro de sua comunidade tribal, sancionado por sua própria cultura.

Os pais de família honestos e inteligentes, diante desta informação, podem até compreender o fato, mas com justa razão podem argumentar: “Bom, isto faz parte da cultura deles e eu aceito que eles pratiquem esses costumes com as menores Tukuna, mas não com as nossas filhas, porque nossos costumes são outros”.

Falta chamar a atenção de que é falso a divulgação feita pela polícia de que teria havido 10 casos de estupro, de que Manoel foi preso em flagrante e de que seria emancipado. Houve um caso, não houve flagrante deste caso e quanto a emancipação, conforme o Estatuto do Índio “art. 9, 10” necessitaria uma solicitação do índio e a aprovação do juiz. O preso nunca pediu que fosse declarado emancipado; muito ao contrário, pediu para voltar a sua tribo, porque “sofreu demais entre os brancos”.

2. O Problema da terra

“Por que o Tukuna Manoel Tárzio não ficou em sua tribo, praticando os seus costumes por lá? Por que ele apareceu no Km 186 da Estrada Manaus—Itacoatiara como empregado de uma fazenda na limpeza de capoeira? Por que ele não ficou junto aos 11 mil Tukuna que vivem no Alto Solimões? Em sua aldeia de Mariuau, onde vivem 2 mil de seus irmãos, não havia lugar para ficar plantando mandioca?”

Os povos indígenas necessitam de terra para sobreviver e dela tirar seu sustento. Os Tukuna hoje estão localizados ao longo do rio Solimões, espalhados em 15 aldeias, situadas nos municípios de B. Constant, S.P. de Olivença, Fonte Bopa e Stº Antônio do Itá. Desde 1637 cronistas e viajantes que passaram pela região registraram a presença dos Tukuna nestas terras.

No período do auge da borracha, estas terras foram invadidas por brancos, coronéis de barranco. Os Tukuna foram ficando sem terras e neste momento estão ameaçados de perder o que lhes restou, pois existem brancos na área pretendendo apoderar-se delas agora mesmo. “O jornal do CIMI “PORANTIM”, no seu último nº 4, denuncia nomes e fatos concretos”.

A situação é tão grave e tão antiga que em 1974 o secretário executivo do CIMI, Padre Egidio Schwade, junto com Frei Arsênio da Prelazia do Solimões e líderes indígenas elaboraram um documento exigindo que estas terras fossem demarcadas. Diante destas pressões, a FUNAI elaborou o “Projeto Tukuna”, que visava cumprir o artigo 65 do Estatuto do Índio. Este artigo prevê até dezembro de 1978 como data limite para a demarcação das reservas indígenas. Até hoje a lei não foi cumprida por total desinteresse e inoperância da FUNAI e pela pressão de grupos econômicos com interesse na área.

Esta realidade obrigou a Manoel Tárzio a abandonar sua tribo, pois não possuía mais terras para trabalhar. Trabalhou então no rio Purus, inicialmente como pescador e depois como empregado em embarcações, ganhando um salário de miséria. Depois de passar por Manaus, em condições de sumamas, dormindo ao relento perto do antigo depósito da PANAIR, foi trabalhar numa fazenda na Estrada Manaus — Itacoatiara, onde aconteceram os fatos relatados parcialmente pela imprensa. Mas como ninguém muda de cultura como se muda de camisa, ele continuou a pensar, a sentir e a agir como um Tukuna, da mesma maneira que cerca de 10 mil índios de diferentes tribos que perambulam atualmente pelas favelas de Manaus não deixaram de ser índios.

3. A posição do CIMI

Diante desta realidade, o CIMI apela aos pais e mães de famílias de Manaus, horrorizados com o acontecimento, para que pressionem a FUNAI e exijam que as terras dos Tukuna e de todas as tribos do Amazonas sejam demarcadas, que se cumpra a lei, para evitar fatos como estes. A ÚNICA FORMA DE IMPEDIR A REPETIÇÃO DE TAIS CASOS É EXIGIR A DEMARCAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS. Lá, as comunidades tribais poderão decidir sobre o seu próprio destino.

O CIMI denuncia uma vez mais o projeto de emancipação improvisada do Ministro Rangel Reis. Este projeto, ao tomar as terras dos índios e jogá-las forçadamente nos centros urbanos, sem nenhuma preparação, fomenta e incentiva fatos como o ocorrido na Estrada Manaus—Itacoatiara. Os pais e mães de família de Manaus que não querem ver um choque cultural deste tipo devem condenar veementemente este projeto de “emancipação”.

Por último, o CIMI, vem denunciar as arbitrariedades cometidas contra o Tukuna Manoel Tárzio, que apresenta sinais visíveis de espancamento, depois de haver passado vários dias com fome, sem receber alimentação na delegacia de Itacoatiara. Antes de ser julgado, o Tukuna Manoel já foi condenado pelos órgãos da repressão, que não atuam de forma tão “eficaz” quanto se trata de índias violentadas por brancos. Esta condenação pode servir de pretexto para convencer a opinião pública da necessidade da invasão das terras indígenas.

Em conclusão, o CIMI exige em benefício da própria população amazonense e dos povos indígenas, que:

a — SEJAM DEMARCADAS AS TERRAS INDÍGENAS, EVITANDO ASSIM QUE OS POVOS INDÍGENAS SEJAM FORÇADAMENTE JOGADOS NOS CENTROS URBANOS.

b — QUE O PROJETO DE “EMANCIPAÇÃO” DO MINISTRO RANGEL REIS SEJA IMEDIATAMENTE SUSPENSO PELAS CONSEQUÊNCIAS FUNESTAS QUE TRAZ PARA OS ÍNDIOS E PARA A POPULAÇÃO AMAZONENSE.

c — QUE A FUNAI ATRAVÉS DE SUA ASSESSORIA JURÍDICA, NÃO PERMITA O MASSACRE DO TUKUNA MANOEL MOTIVADO E INCITADO PELAS PAIXÕES SENSACIONALISTAS, QUE EXIJA O TRATAMENTO LEGAL QUE LHE É ASSEGURADO PELO ESTATUTO DO ÍNDIO. “Artigo 56 a 57”.

O CASO DO TUKUNA MANOEL É CASO TÍPICO DE “EMANCIPAÇÃO” PRECIPITADA E DE TERRAS NÃO DEMARCADAS: “QUEM TEM OUVIDOS QUE OUÇA”!!!

Manaus, 23 de setembro de 1978 — Secretariado Regional Norte I do CIMI / Secretário Regional, Pe. Paulo Svess.

CRONOLOGIA:

17/09/ O Tukuna Manoel Tárzio é preso em Itacoatiara;

21/09/ no Casarão da Polícia Militar apresentado às câmaras de TV como “monstro estuprador”, sendo algemado e cercado por 20 policiais; debate entre a polícia e a FUNAI sobre a competência no caso.

24/09/ Esta nota do CIMI é publicada nos jornais de Manaus.

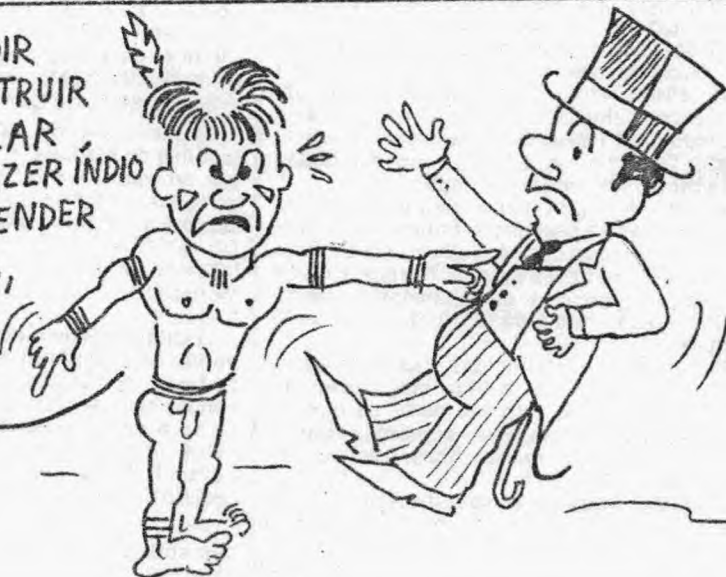
29/09/ Manoel Tárzio é liberado e levado à Casa do Índio, onde espera ser devolvido à sua terra natal (MARIUAÇU/Benjamin Constant).

* Mario Adell
78

PIMENTA NOS OLHOS DO BRANCO ARDE!



... BRANCO INVADIR
TERRA DE ÍNDIO, DESTRUIR
CEMITÉRIO ÍNDIO, VIOLAR
MULHERES DE ÍNDIO, FAZER ÍNDIO
MORRER DE MALÁRIA, VENDER
ARTESANATO DE ÍNDIO,
TORTURAR ÍNDIO BEBER
GASOLINA, MATAR
ÍNDIO... NÃO
SER CRIME?

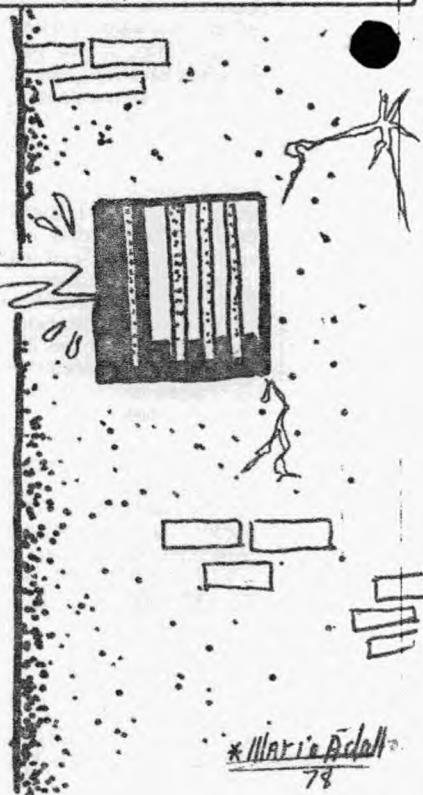


MAS ISTO
SER "PROCESSO
HISTÓRICO"!

E SE ÍNDIO LEVAR
FILHA DE BRANCO PRO
MATO? TAMBÉM SER
PROCESSO
HISTÓRICO?



AI SER
CRIME!!!



matança de 40 índios no purus dá processo segundo oab-am

Cerca de 40 índios Juma foram assassinados por um grupo de brancos comandado pelo prefeito atual de Tapauá, Daniel Albuquerque e pelo comerciante Orlando França, em abril de 1964, mas os fatos não foram divulgados pela imprensa até hoje, segundo denúncias do ex-secretário executivo do CIMI, padre Antonio Iasi Jr. que tem em mãos um relatório contendo os nomes de todos participantes da chacina. O último boletim do CIMI Nacional divulgou parte da denúncia.

O vigário de Tapauá na época, Vitório Cestaro, entrevistado pelo FORANTIM, confirmou que "em todo o rio Purus se fala do caso, mas nada foi publicado por causa do medo. As testemunhas se desculparam alegando que devido ao paludismo, tomaram quinina e ficaram com amnésia". O presidente da OAB-Am, Felix Valois, também em declarações exclusivas ao FORANTIM, afirmou que "é possível processar os assassinos por crime de genocídio".

QUEM MATOU

"Em abril de 1964 houve uma matança de índios no município de Tapauá, no Igarapé do Veado, afluente do rio Jacaré, afluente do rio Purus. Até 40 ou mais índios -- homens, mulheres e crianças -- morreram no ataque feito de madrugada".

Assim começa o relatório enviado ao padre Iasi; o ex-secretário do CIMI participou em julho do corrente de um encontro com 4 tribos do Médio Purus, realizado em Juruquá, a 5 horas de lancha a motor de Lábrea, no sudoeste amazônico. Nesta ocasião foi apurada esta denúncia, ficando algumas pessoas encarregadas de enviar um relatório com mais detalhes, o que só foi feito agora.

O relatório prossegue: "O ataque foi organizado por comerciantes de Tapauá. Orlando França, atualmente representante de Souza Arnaud em Lábrea, armou um grupo de jagunços. Daniel Albuquerque, atual prefeito de Tapauá tomou um avião e localizou a aldeia dos índios.

"A turma de jagunços que participou do massacre era composta dos seguintes indivíduos: Bernardo (Tapauá), Raimundo Craveiro (Tapauá), Noel (Manaus) Chico Loso (Manaus), Raimundo Guimarães (Porto Velho), Soldado Negão (Hunaitá). Outro grupo de pistoleiros que não participou diretamente do fogo, pois estava localizada na outra margem do igarapé: Benedito (São João), Valdemiro Avelino (Sacado Santa Luzia) Julio Batista (Tauamirim), Mamede (falecido) e Zezinho Pereira da Silva (falecido)".

O CRIME

Segundo o documento, "a tribo é conhecida na região como Juma. Mas não é Juma. O nome verdadeiro é Borahá. Era composta de índios arredios. Os primeiros contatos com o branco foram amistosos, mas depois passaram a ser violentos em decorrência das disputas de terra".

"Ano após ano, no inverno, o branco entrava nas terras do índio para tirar sorva e quebrar castanha. Houve muitas ocasiões em que o forasteiros invadiram as malocas para fazer perversidades como entrar no roçado para comer e destruir a plantação, violar índias, atirar contra os índios".

No final de 1963, Orlando França, patrão dos sorveiros, homem temido no Purus e Daniel Albuquerque, prefeito de Tapauá, resolveram "dar uma lição nos índios" e apropriar-se de suas terras. Organizaram uma expedição punitiva e assassinaram mais de 40 índios.

"O último índio que morreu era uma moça bonita que mordeu seu atacante antes que ele pudesse dar-lhe um tiro", informa o relatório. Lograram escapar da morte oito ou dez pessoas. Hoje eles vivem semi-arredios e assustados na região do baixo Iguaçu."

AMNÉSIA

-9-

Entrevistado pelo PORANTIM, o vigário da paróquia na época, padre Vitório Cestaro (hoje vereador em Manaus) confirma que nas esquinas de Tapauá se falava baixinho sobre o assunto e se fala, mas as pessoas estão dominadas pelo pânico e pelo medo.

"Eu vi gente que participou da expedição", denuncia Cestaro. "Eles voltaram com cocar e artesanato indígena. Mas ninguém falou que disparou um só tiro".

O ex-vigário informou ainda que "ninguém quer falar sobre o assunto. As pessoas alegam que devido ao paludismo foram obrigadas a ingerir fortes doses de quinina, o que lhes produziu uma amnésia, fazendo-os esquecer completamente dos fatos e dos nomes das pessoas. Aliás, isto é verdade, pois eu mesmo sofro de amnésia por causa da quinina", completou.

Cestaro, entretanto, confirmou: "Eu mesmo só não formalizei a denúncia perante os tribunais, na época, porque carecia de dados mais concretos. Além do mais nunca soube o que fizeram com os cadáveres e como você sabe, sem corpo de delito, é impossível abrir qualquer processo. Para complicar ainda mais o caso: os sobreviventes não falam o português e ninguém fala sua língua. Se estes índios falassem..."

SOBREVIVENTES

Os sobreviventes da matança ficaram tão apavorados que nem sequer tiveram mais filhos. Faz vários anos uma sobrevivente - uma anciã - morreu. Somente no ano passado nasceu uma menina, talvez a primeira criança em nascer desde a matança.

Apesar de não dominarem o português, eles podem romper sua mudez e contar tudo, pois sua língua já foi descrita pelo Instituto Linguístico de Verão (ILV-SUMNER), instituição norte-americana que já em julho de 1963 começou os primeiros contatos de atração desta tribo desde a beira do rio Içá, com a equipe de Arne e Joyce Abrahamson.

O trabalho de pesquisa realizado facilita a tradução da língua dos Juma nos tribunais, funcionando os agentes do ILV, que o dominam, como intérpretes dos depoimentos das testemunhas que presenciaram o assassinato do seu povo. Segundo o criminalista Felix Valois, o art. 223 do Código de Processo Penal contempla esta alternativa.

Depois de vários contatos durante anos (em outubro de 1965, depois da matança conseguiram o primeiro contato real), o ILV, através de seus membros, começa a aprendizagem da língua Borahá no final de 1971. Em 1974 foi completado uma primeira análise da língua, considerada como uma língua do grupo Tupi.

O programa do ILV terminou em 1976, com a nomeação do sr. Abrahamson como diretor regional no Território Federal de Rondônia, onde representa esta instituição que decidiu não mais prosseguir os trabalhos com os Juma, pois "não havia mais condições viáveis para pesquisas linguísticas profundas na área".

O PROCESSO

Há alguns anos, um filho de Orlando França deu uma surra em plena rua num agrônomo do INCRA. O agrônomo, diante dos curiosos, gritou: "Assassino de índios, Vou acusar-vocês e levá-los ao tribunal".

Não se sabe se através de funcionário do INCRA ou por outras vias, o certo é que foi formalizada uma denúncia ao antigo SPI. O documento foi arquivado e foi queimado no incêndio que destruiu os arquivos do SPI em 1967, data em que foi extinto.

Quanto à impossibilidade de abrir um processo sem o corpo de delito, o PORANTIM ouviu um dos criminalistas mais destacados do Amazonas, Felix Valois, presidente da OAB-Am (Ordem dos Advogados), provisoriamente afastado da presidência para concorrer as eleições.

O criminalista explicou, depois de inteirar-se dos fatos, que "em princípio é possível processar os assassinos por crime de genocídio, que está assim definido pela Lei 2.889/56: quem, com intenção de destruir em todo ou em parte, grupo nacional étnico, racial ou religioso como tal, mata membros de grupo".

Com relação a ausência do corpo de delito, Felix Valois informou que o corpo de delito de direito é o exame da necropsia, mas "o Código admite o chamado corpo de delito indireto dependendo da boa vontade do Ministério Público e da natureza do caso".

antropólogos pedem adesão agora ao comitê pro-indio

Cerca de 8 Departamentos de Antropologia de diferentes universidades brasileiras, reunindo dezenas de antropólogos, lançaram um manifesto de denúncia ao projeto de emancipação do sr. Rangel Reis, atualmente ministro do Interior. No documento solicitam o apoio para a organização de uma Federação das Comunidades Indígenas e pediram aos indigenistas, juristas, médicos, filósofos, religiosos, jornalistas, estudantes e à população em geral, adesão à proposta de organizar uma Comissão Pro-Índio com o fim de dizer NÃO ao mencionado projeto.

Este manifesto adquire especial importância, porque está se realizando em Manaus um Curso de Antropologia Amazônica (do 23 ao 29 de outubro), cujos participantes seguramente não perderão a oportunidade para pronunciar-se sobre a questão, muito mais vinculada à Amazônia que a qualquer outra região. Neste momento, notícias contraditórias e gravíssimas para os destinos dos povos indígenas dão conta de que o projeto será mesmo aprovado, havendo o sr. Rangel Reis (ministro do interior ainda por alguns meses) recuado em alguns pontos devido à pressão da opinião pública.

TUTELA

O PORANTIM transcreve alguns trechos do citado manifesto:

"Acusam-se às vezes os antropólogos e certos indigenistas de quererem preservar os índios em redoma, transformá-los em peças vivas de museu: e a opinião geral é de que 'os índios têm o direito de serem como nós'."

"Os índios no Brasil estão em regime de tutela e seu tutor é o Estado brasileiro. Isto significa que eles não detem a mesma capacidade de responsabilidade jurídica dos demais adultos brasileiros. Significa também que o Estado tem o dever de zelar pela defesa de seus interesses. Assim, por exemplo, os territórios indígenas são de posse e usufruto dos índios, mas propriedade inalienável da União, o que os preserva da cobiça alheia."

"Muitos grupos indígenas estão há longos anos em contato com a sociedade nacional, falam eventualmente português, podem se empregar mais ou menos seguidamente como mão-de-obra, e pouco se diferenciam externamente da população regional. Esta semelhança aparente não impede que se mantenham as características próprias que identificam o grupo como índio tanto para os seus membros quanto para os regionais. O Ministério do Interior fala atualmente em regulamentar a emancipação de grupos indígenas do regime de tutela, através de um decreto. Porquê, argumenta-se, embora tão semelhantes à população regional, deveriam ser eles tutelados, tidos portanto como parcialmente incapazes diante da lei? A palavra emancipação tem assim a conotação de algo que libertaria um indivíduo injustamente tido por incapaz e o equipararia aos demais cidadãos. Ora isso é ver o problema às avessas, e isso em dois sentidos."

COMITÊ

"Primeiro, porque toda a história mostra a vulnerabilidade dos grupos indígenas brasileiros diante da ocupação econômica do interior do país: são uns 100.000 índios hoje, eram cerca de 1 milhão em 1900. Ora, estamos assistindo hoje à derradeira e talvez mais forte investida da expansão interna em todo o centro-oeste e norte do país, liderada por grandes grupos empresariais; momento pois particularmente inoportuno para deixar os índios desprotegidos. Emancipar grupos indígenas agora é pois entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras, a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão de obra barata. A tais procedimentos já estão sujeitos muitos brasileiros e não há porque aumentar seu número."

Após aclarar que "os índios não tem apenas o direito de serem como nós, mas o de serem eles próprios", o manifesto acrescenta que "Diversidade não significa desigualdade: democracia racial não é necessariamente a fusão de todos em um modo de ser único, mas talvez o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes". O documento exige que sejam demarcadas as terras dos índios, que lhes seja dada uma eficiente ajuda médico-sanitária, e uma educação que respeite as formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade.

Termina, conclamando: "Nós antropólogos também temos responsabilidades diante das populações indígenas. Nós, que durante tantos anos tentamos ser os porta-vozes das populações indígenas, devemos apoiar qualquer iniciativa que delas parte de expressarem diretamente suas reivindicações. Nesse sentido, devemos apoiar a iniciativa recente de organização de uma Federação por parte de representantes de comunidades indígenas."

Compete-nos informarmo-nos completamente e informarmos a coletividade dos casos concretos e específicos de que temos conhecimento e assessorarmos, portanto, os órgãos públicos na procura de soluções adequadas aos problemas que vem surgindo. Precisamos no entanto do concurso de indigenistas, juristas, médicos, filósofos, religiosos, jornalista e da população em geral para obter algum resultado. Propomos a constituição de uma Comissão-Pro Índio assim como a adesão a este documento, que pode ser enviada para um dos seguintes endereços: (Segue lista de Departamentos de Antropologia de 8 universidades brasileiras)

Como no caso do genocídio dos Juma os cadáveres não foram localizados, cabe o corpo de delito indireto com a apresentação de pravas testemunhas qualificadas que permitam recompor o crime e punir os responsáveis. Com a ajuda dos intérpretes do ILV, os Juma ou Borahá podem contar o que aconteceu naquela madrugada de abril de 1964.

De acordo com o criminalista Felix Valois, O CIMI, que tem personalidade jurídica, se estiver interessado, pode formalizar uma representação à Procuradoria da República que encaminharia o caso à Polícia Federal para a primeira fase do processo.

BESTAS FEROCES

Não foi outro o objetivo do relatório em mãos do padre Iasi. No final, o documento conclui: "Com a divulgação deste relatório se espera lograr vários objetivos. Pode servir como meio de sensibilizar o público do drama vivido pelos povos indígenas e por outra parte, pode resultar no reinício de um processo contra os culpáveis".

Os autores do relatório não vem nisso uma "vingança", mas "uma séria advertência contra futuros massacres de grupos indígenas que ainda existem no interior do mato no município de Tapauá e em outros municípios do Amazonas. Os responsáveis deste crime, por fim, terão oportunidade de fazer reparação pública pelo acontecido, fazendo possível o saneamento de feridas abertas. Seria uma prova de Justiça Brasileira de que os índios podem nela confiar".

Esta colocação é importante porque, duas declarações do sr. Orlando França, em diferentes momentos, mostram um quadro de problema que nos fazem pensar. Sóbrio, ele teria dito: "A FUNAI já me interpelou duas vezes e querem que eu confesse um crime que não cometi". Depois de ingerir bebida alcoólica, ele teria afirmado: "Mande matar mesmo e foi uma honra porque liberei Tapauá destas bestas ferozes".

23-30/1/1979

CURSO de PASTORAL INDÍGENA
ASSEMBLÉIA REGIONAL do CIMI

31/1/1979

No PORANTIM nº 3 já avisamos o nosso próximo Curso/Assembléia do 23 à 31 de janeiro 79 na Casa Jordão dos Padres Salesianos (estrada do Aleixo, km 5). Agora pedimos sua inscrição. O curso começa no dia 23 às 19 hs e termina com a Assembléia Regional do CIMI no dia 31 às 18 hs. São convidados missionários (irmãos, padres, leigos) e líderes indígenas da Missão. As despesas do Curso correm por conta do CIMI, as de viagem e da diária (atualmente \$ 130) por conta dos participantes. Na diária dos índios o CIMI pode ajudar.

Além de colaboradores regionais, convidamos como coordenador e palestrante o Pe. Eduardo Hoornaert, conhecido historiador da Igreja no Brasil. O curso será montado sobre o tripé HISTÓRIA, CULTURA, PASTORAL.

HISTORIA

Queríamos dar sequência às reflexões Pe. O. Beozzo (último curso); conforme depoimentos dos próprios missionários: "a história da Amazônia é uma grande desconhecida".

A interpretação da história indígena, dos mitos e símbolos, é uma ação cultural; como a cultura indígena é local, surgem daí choques culturais daqueles, que "saem da sua terra", seja missionário ou índio (que vai à Cidade).

CULTURA

Diante da história e cultura indígena, como agir antropológicamente responsável e pastoralmente eficaz? - No último dia haverá eleição de representantes (missionários e índios) para a Assembléia Geral/Diretoria.

PASTORAL

FICHA DE INSCRIÇÃO

Participo do CURSO de PASTORAL INDÍGENA. Represento a Missão/paróquia de.....
da prelazia de Data: Assinatura:

porantim agenda

- 20/08/ Dom Aldo Mongiano, bispo-prelado de Boa Vista/Roraima, nos enviou uma cópia de uma "Proposta de reserva de duas áreas para Yanomami, assistidos pela Missão de Catrimani de Roraima". A Prelazia de Roraima está de parabéns pelo projeto, elaborado com competência e sacrifício. Esperamos que este projeto, tão necessário para a sobrevivência dos índios e para a paz na área, não fique, como muitos outros, nas gavetas da FUNAI de Brasília.
- 16/09/ Decidiu-se na reunião mensal do CIMI/Am a fundação de um "Grupo de apoio à causa indígena" (GAPI) com a participação de professores da U.A., jornalistas, operários, etc.
- 18/09/ Visitou-nos a coordenadora da OXFAM/Recife, Suzanne Williams, voltando da Prelazia do Rio Negro, onde a sua organização colaborou para o fortalecimento da cooperativa de Yauareté.
- 20/09/ Fomos advertidos sobre o loteamento de terras feito pelo INCRA no Alto Mucajai (Roraima), um afluente do Rio Branco. Na área vivem cerca de 300 índios Yanomami (XIRI XANA). Também perto de Surucucú o INCRA está loteando terras, atingindo a área dos Yanomami. Existe um posto da FUNAI bem perto. - Em vez de perseguir o Tuxaua Filismino e seu filho, o Sr. Delegado Dinarte Nobre de Madeiro deveria proteger os índios contra o cinturão do INCRA!
- 25/09/ "ÍNDIO NÃO TEM TERRA!" Não tem? O Tukano Pedro Fernandes Machado, vereador de SÃO GABRIEL da CACHOEIRA (Rio Negro) visitou a redação do PORANTIM e informou sobre as transformações progressistas da sua área: "Antigamente os índios comiam mais e viviam mais. Hoje, além da fome, há uma decadência moral." - Diante da afirmação do presidente da FUNAI, que o índio não tem terra e que a terra é da União, o vereador perguntou: "Então, como é que os índios vivem? Onde vivem? Deve ser na casa do General Ismarth. Eu acho errado uma autoridade suprema dizer, que o índio não tem terra. Então, o que ele está fazendo na FUNAI? Se não existe terra, não tem índio, não tem FUNAI, quer dizer, que o General está ganhando dinheiro de graça, à custa do índio."
- 27/09/ Recebemos a visita do Pe. Henrique Ugge, que trabalha com a tribo SATERÉ-Mawé nos rios Andirá e Maráu, onde está guardado o Porantim, o remo mágico. O Pe. Henrique, que responsável pela Pastoral Indígena da Prelazia de Parintins, prometeu escrever um artigo sobre o Porantim para o PORANTIM. "O Porantim", diz o Pe. Ugge, "conta num lado a história do bem e no outro lado a história do mal. Esta história, representada nos desenhos do Porantim, continua. O remo reúne toda força da tribo."
- 01/10/ Grande alegria para a equipe do CIMI: um dos nossos, o Frei Gerson Prianti, O.F.Cap., foi ordenado diácono.
- 03/10/ PIFOU O PAF (programa de alfabetização funcional): Conforme a filosofia do MOBIL, com menos de 10% de analfabetos numa área, o analfabetismo está sendo erradicado. Na área de Barreirinha (Alto Andirá) o PAF não deu certo, porque lá vivem, conforme indicação do tuxaua geral Antonio Miquilis, 2.000 SATERÉ, que quase só falam sateré. Se achou necessário prolongar o prazo previsto de 5 meses. Um professor do MOBIL ao PORANTIM: "Os Sateré decoramos sons sem entender o conteúdo." - Jogando a culpa do fracasso desta alfabetização no fator tempo, se desconhece totalmente a necessidade de uma alfabetização específica entre os povos indígenas, até previsto no ESTATUTO DO ÍNDIO. Cf. Art. 49: "A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira." - Que tal, alfabetizar o pessoal do MOBIL em japonês?
- 04/10/ Pe. Paulo visita o Tukuna Manoel Tarcio nas dependências da FUNAI na rua dos Andradas, onde ele pode na presença do Sr. Delegado Kawamoto e do Sr. Giuseppe Cravero trocar algumas palavras com o índio. O Sr. delegado promete fazer tudo, para que o índio possa, quanto antes, voltar para sua terra natal no Alto Solimões. (Cf. pg. 6)
- 07/10/ DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO APOIA CIMI: O D.U. da Universidade do Amazonas, em contato com o CIMI, se manifestou a favor da formação de um "grupo de apoio à causa indígena" e sugeriu maior divulgação da problemática no meio estudantil através de seminários ou grupos de estudos. Considerou-se também a possibilidade deste grupo, tornar-se mais tarde uma associação ou entidade em defesa da causa indígena.
- 23/10/ Iniciou no dia 23 o Curso de Extensão em Antropologia Amazônica, promoção do Departamento de Filosofia da Universidade do Amazonas. O curso conta com a participação da antropóloga Carmen Junqueira, do pe. Egidio Schwade - secretário executivo do CIMI, do pe. Casemiro Beksta, do escritor Marcio Souza e da prof. Consuelo Alfaro. O CIMI Regional expressa seu apoio a esta iniciativa da Universidade e espera que, como resultado do curso, seja possível uma tomada de posição dos participantes sobre os principais problemas indígenas, tais como emancipação, demarcação de terras, etc.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE: SIM EMANCIPAÇÃO: NÃO

O missionário salesiano, padre Francisco Laudato, atualmente trabalhando no posto avançado do indígena de Marauí, afluente do rio Negro, em entrevista exclusiva ao PORANTIM, denunciou o projeto de emancipação do ministro R. Reis, descreveu os problemas de demarcação de terras indígenas na área e classificou o trabalho do CIMI na Amazônia como dentro de uma "linha objetiva", de uma "linha certa".

O missionário informou ainda que juntamente com seu irmão, Luigi, se dedica à aprendizagem da língua dos Ianomami e à coleta de material, com o objetivo de organizar uma cartilha na língua deles, para tentar montar todo o processo educativo em base à educação bilíngue; este projeto é realmente inovador em termos de educação na Amazônia indígena e profundamente respeitoso dos valores culturais locais.

demarcar terras

"A simples menção do projeto de 'emancipação' constitui já um crime, pois este projeto é uma forma jurídica para espoliar ainda mais os índios; o índio não tem nenhuma idéia de conceito de propriedade, porque ele não é proprietário, o dono da terra é o grupo, eles são simplesmente administradores do patrimônio da comunidade" esclareceu o padre Francisco Laudato.

Prosseguiu, explicando que "os índios recebem as terras de seus antepassados, administram este patrimônio e depois vão deixar para os que vem depois. Portanto, culturalmente, nas idéias deles, em sua ideologia, eles não são proprietários, são usuários. Em consequência, o projeto de 'emancipação' que se quer aprovar significa não apenas um golpe contra a terra dos índios, mas também uma atentado contra sua cultura".

Padre Laudato informou ainda que os Ianomami, do grupo Chametari, com quem trabalha, não tiveram ainda suas terras demarcadas e que dificilmente elas serão demarcadas no prazo legal, isto é, até dezembro do corrente ano. "Nossa preocupação agora é - disse ele - ver se a gente pode conjugar as forças para que os próprios índios redijam um documento, escrito por eles, reclamando o cumprimento da lei".

Segundo o missionário, "não existem ainda conflitos de terra nesta região onde vivem cerca de 1.000 a 1.200 índios, mas eles tem que ter a própria reserva com garantia de suas terras, pois é de direito pelo Estatuto do Índio. Eu tenho medo que se eles não reclamarem e que é deles, é bem possível que tenham dificuldades no futuro".

educação bilíngue

No local onde trabalham os irmãos Laudato, com uma população indígena específica de 100 indivíduos (de 30 a 40 famílias) não existe nenhum posto da FUNAI. Nesta área trabalhava o padre Antonio Góes, falecido em 1976. Solicitado para fazer uma comparação do seu trabalho com o realizado pelo padre Góes, padre Laudato comentou: "Comparação eu não faria, pelo contrário, nós estamos seguindo a linha e o exemplo dele, já que padre Góes ficou tanto tempo com os Ianomami, cerca de 8 anos. Sua metodologia era ir atuando devagarzinho, devagarzinho, se colocando sempre ao lado do índio, em sua defesa. Estamos tentando pisar e mesmo caminhar que ele deixou, de profundo respeito aos valores culturais indígenas, afim de que eles possam crescer em função de sua própria cultura e não serem assimilados".

O conselho que o padre Laudato daria aos que estão começando um trabalho missionário na área indígena está ligado à sua própria experiência: "Acho que a primeira coisa que se deve fazer é buscar o conhecimento da língua, pois somente através da língua a gente poderá se comunicar com eles, pois acho que nós fizemos um grande pecado, uma grande barbaridade; obrigá-los a falar o nosso português e pouquíssima gente se preocupou em aprender a língua deles".

Em função disto, o padre Laudato organizou com seu irmão um projeto de aprendizagem da língua e coleta de material "para eles escreverem a história do grupo, a história deles, incluir, se possível, nesta história, toda a vida deles, para finalmente, sobre esta história, organizar e elaborar uma cartilha na língua Ianomami; por meio desta cartilha, eles irão aprender a própria história, a ler e escrever na língua deles. Quando tiver conseguido isto, então nós partiremos para a segunda etapa de ensinar a língua portuguesa".

apoio ao CIMI

Sobre o CIMI - Regional Norte I, falou o missionário salesiano do Rio Negro: "Para mim, o CIMI está na linha certa, está trabalhando em benefício da causa indígena; gostei muito do boletim PORANTIM, da cronologia, com a síntese das notícias publicadas pelos jornais. É valioso esse incentivo do CIMI, esse apoio. Recomendaria apenas que o CIMI e o PORANTIM continuem nessa linha objetiva, de não se meter no problema, mas quando o problema aparecer, não ter medo de estar aberto a várias soluções. Penso que o CIMI não deve dar esta ou aquela solução, mas suscitar o problema e depois estudar as várias alternativas possíveis. Isto é o que chamamos de pluralismo".

INDIOS DO TIQUIÊ: EMANCIPAÇÃO GERA GUERRA ENTRE TRIBOS

Oito índios da Cooperativa Indígena da UFAC (União Familiar Animadora Cristã) de Pari Cachoeira, no rio Tiquiê (rio Negro) enviaram ao PORANTIM um relatório intitulado por eles mesmos de "Documento", denunciando o projeto de "emancipação" do ministro R. Reis, que se a provado, provocará guerras entre tribos por causa de lotes de terra.

O "Documento" exige a demarcação das terras indígenas dos Tukano, Dessano, Tuiuca, Miriti, Tapuias, Carapanã e Baraçaã que moram nas margem do Tiquiê, fronteira com a Colômbia e das terras dos Peonãs e Iepá, que vivem mais isolados, dentro da floresta, totalizam do cerca de 2.620 habitantes; o relatório fala ainda dos mitos e faz algumas críticas ao PORANTIM. Neste número, publicamos na íntegra, com alguns trechos de uma carta enviada pelos mesmos autores, informando sobre a cooperativa.

EMANCIPAÇÃO

"O PORANTIM do mês de maio fala emancipação, é claro vai ser muito difícil mesmo, por que o índio não entende trabalhar em lote, ele não nasceu viver em lote, mas nasceu em comum, quer continuar o mesmo".

"Mas PORANTIM diz: O que é emancipação? O governo quer a emancipação para tirar a terra dos índios. Então o governo quer a emancipação para que os índios comecem brigas ou guerras entre tribos por causa de lotes, de modo que não quer que trabalhem unidos, isso está contra a comunidade".

"Outra coisa, quem foi que preparou Lei, e quem foi que assinou a lei no Estatuto do Índio? Aqui nós temos Lei Decretado e assinado pelo Presidente da República. Assim nós temos de obedecer e organizar conforme escrito na Lei Capítulo III - Artigo 26 como segue: "A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais dos bens neles existentes, respeitadas as restrições legais". Parágrafo único, d) Território Federal Indígena. 70 povoados na área do rio Tiquiê todos estão preocupados pela Emancipação.

TERRA

"Mapa da área florestal da comunidade indígena do rio Tiquiê. Petição do cadastramento do mapa da Região tinha enviado 4 vezes a pessoas de confiança, uma vez pelo pe. Casimiro Beksta, segunda vez ao Brigadeiro Mil-Homens, terceira vez pelo presidente da FUNAI, e quarta e última Dom Miguel Alagna, nunca deu ainda resultado, estamos esperando. Especialmente o presidente da FUNAI recebeu solenemente perante o público o referido mapa, diz que primeiro essa comunidade vão receber cadastramento da área florestal indígena, mas até hoje ainda nada."

"Se o índio não pedisse o cadastramento da terra, o PORANTIM de agosto/setembro não declarava os documentos numerosos. Pelos documentos os civilizados superam na vida, e consideram aos índios como se fossem um passarinho arriscado, assim mesmo os civilizados procuram comprar os pássaros mansos, e penas e mais outras coisas para por no museu pela finalidade de ganhar dinheiro com isso. Assim também são considerados os índios, pelos brancos civilizados e quer aproveitar enquanto o índio não tenha documentos. É errado, isso contra comunidade nacional. Índio é aquela fala contra índia, aquele que não tem amor com o próximo, um que não tem religião de Cristo, aquele que nunca foi estudioso, só quer agarrar as coisas dos outros". "Muitos falam que os índios tem muitas coisas de valores, por exemplo, os antropólogos, enquanto que outros dizem que o índio não vale nada".

MITO

"O último PORANTIM do mês de Agosto diz: Os índios só viveram 478 anos de solidão e não 500. Ah, pobre civilizado que nunca teve pai. Vocês civilizados calculam desde o princípio do mundo até hoje somente 478 anos? por esse cálculo vocês já perderam ciência valiosa, esclarecendo que mesmo não tem poder imaginário, anda interpretando tudo ao contrário, isto é falta de mitologia. As tribos: Tucanos, desanos, tuiucas, barassanas, miriti-tapuias, iepá, peonã, carapanãs, cada qual interpreta sua mitologia desde o começo do mundo até hoje, mas na mentalidade, eles não precisam livros e lápis para decorar; livros deles é mentalmente".

O documento é assinado por Henrique Castro, presidente da UFAC, Feliciano Pimentel, secretário e Ovidio Marinho, tesoureiro. Como testemunhas: Lúcio Fontes, Sebastião Rocha, Firmino Alves, José Borges e Brazilino Borges. Na carta, se afirma que "O sr. pres. Henrique Castro é muito amigo do povo e do pessoal da FAF" e que "A cooperativa é particular, completamente independente, pedindo apenas sugestões aos Superiores nos casos de orientação". Justifica a carta: "A galinha choca, cuida dos pintinhos enquanto precisam de ajuda, quando já são grandes deixa que se virem. Assim acontece com os dirigentes do CSE UFAC".

CRONOLOGIA

deu nos jornais

- **"ÍNDIOS: O PROBLEMA SE AGRAVA"** - Um dos poucos artigos excelentes aparecidos na imprensa local (no caso, "imprensa nanica") sobre o caso do estupro envolvendo o índio Tukuna Ma - noel Tarcio. Comenta: "Aqui, endossamos e apoiamos o apelo do CIMI pela execução do Projeto Tukuna que prevê a demarcação das reservas indígenas". (MARANDUBA - Boletim Informativo do Projeto de Estudos e Pesquisas Antropológicas da Univ. do Amazonas - setembro 78)
- **O GRÃO** - Boletim Informativo do Centro Universitário Cultural de Agronomia da Universidade do Amazonas nº 3. Informa o que é o PORANTIM, boletim que "continua cada vez mais denso e vigoroso", "demonstrando uma atitude coerente e forte". Diz o GRÃO: Se o PORANTIM "continuar assim permitirá aos estudantes uma visão sempre mais ampla e real da problemática indígena". (De Grão em Grão, o CUCA...)
- **"PILOTOS DEIXAM MANAUS COM ATRASO DE 24 HORAS E COM MEDO DOS ÍNDIOS"**. Pilotos participantes do Rally Internacional, promovido pelo Automóvel Clube da Argentina, deixaram Manaus com atraso de 24 horas. Receberam instrução dos organizadores para desenvolverem velocidade normal e permanecerem em grupo de 3 carros, entre os trechos dos rios Abonai e Alalaú até o km. 308 da rodovia Manaus-Boa Vista, onde não haverá mais perigo de serem atacados por "índios selvagens". (A CRÍTICA, 01/09/78) (Pior do que a editoria de Esporte, só mesmo a editoria de Polícia. Nestas páginas, o índio só aparece como "selvagem".)
- **"SERVIDOR DA FUNAI INSUFLA ÍNDIOS CONTRA AUTORIDADES"**. A vereadora Terezinha Abreu e o Secretário da Câmara Municipal de São Paulo de Olivença, Lindemberg Costa (ambos da Arena) juntamente com o secretário da Junta do Serviço Militar, João Cruz foram a Belém do Solimões, onde existem 200 índios eleitores, para apresentar os candidatos arenistas, aproveitando a ocasião de proceder o serviço de alistamento militar. Lá, o encarregado da FUNAI Walmir Torres Barros impediu a entrada da caravana. A vereadora então denunciou o que aparece no título do jornal. (CRÍTICA, 01/09) (A vereadora insufla eleitores contra ela)
- **"ANTROPÓLOGOS CONTRA A EXTINÇÃO DO ESTATUTO DO ÍNDIO"**. Antropólogos da FUNAI elaboraram documento condenando a minuta do decreto do projeto de emancipação do índio, do ministro Rangel Reis. (A NOTÍCIA, 04/09) (Nem os próprios funcionários da FUNAI estão de acordo)
- **"EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO"**. Não se pode acreditar na ignorância das consequências de tal absurdo, o que leva a crer na intenção maldosa. Portanto, proteger seus territórios e garantir-lhes a posse é essencial à sobrevivência do índio, declara o leitor Cláudio L. Rangel em carta dirigida ao JB. (JORNAL DO BRASIL, 09/09) (Será mesmo pseudônimo ou o autor é o próprio sobrinho de Rangel Reis?)
- **"ÍNDIO CIVILIZADO DEGOLOU PINTOR À FOICE NA FARRA"**. Por ter passado a mão em suas nádegas, o índio civilizado Antonio Firmino assassinou a golpes de foice o pintor Alcides de Queirós, durante os preparativos para a festa de aniversário numa fazenda situada no município de Novo Aripuanã. (CRÍTICA, 10/09) (Mais uma vítima da emancipação que R. Reis quer legalizar).
- **"ÍNDIOS FORMAM COOPERATIVAS PARA MELHORAR PADRÃO DE VIDA"** - Segundo informações do CIMI-Nacional, cerca de 10 mil índios brasileiros - pelo menos em três regiões diferentes, participam do sistema de cooperativas: no Norte do Mato Grosso, no Amapá e no Amazonas. Neste último Estado, a cooperativa dos Tukanos e Tarianos, administrada pelo índio Pedro de Jesus. (A CRÍTICA, 11/09) (Isto que não contaram com a cooperativa da UFAC).
- **"A REVOLTA DOS ÍNDIOS"**. Um resumo dos principais conflitos por terras nos últimos cinco anos, envolvendo Carajás (Go), Guajajaras (Ma), Cricatis (Ma), Gaviões (Pa), Paracaná (Pa), Araras (Pa), Waimiris-Atroaris (Am), Ianomami (Ro), Txucarramaes (Mto. Grosso), Kulinas (Acre), Xavantes. (semanário MOVIMENTO, 11/09)
- **"AUMENTA A CRISE EM BOCA DO ACRE"** - Brigas por terras. Prisões. O próprio juiz estaria comandando os invasores de terra. Clima de tensão na cidade com mais de 200 trabalhadores dispostos a se entregarem na Delegacia, em solidariedade aos detidos por ordem verbal do juiz. O prefeito criticou a ação do magistrado e explicou que as terras reclamadas são públicas. (A NOTÍCIA, 12/09)
- **"LUTA PELA POSSE DA TERRA PROVOCA MORTE DE POSSEIRO"** - O deputado Paulo Sampaio (MDB-Am.) denunciou o assassinato do posseiro Manoel Pinheiro, ocorrido no município de Itacoatiara, em Cainamá, tendo como responsável o latifundiário Joaquim de Sousa Queiróz. (A CRÍTICA, 12/09)
- **"ANTROPÓLOGOS CONDENAM EMANCIPAÇÃO DO ÍNDIO"** - Antropólogos de vários Estados, convocados por R. Reis, divulgaram documento condenando projeto de emancipação. "Emancipar os índios é lavar-se as mãos do que lhes venha acontecer", disseram. A posição unânime irritou os assessores do ministro. (A NOTÍCIA, 13/09). (os índios não ficaram irritados)

- "EMANCIPAÇÃO PREJUDICA INDIOS TUPINIQUINS" - O Grupo de Estudos da Questão Indígena de Belo Horizonte enviou a R. Reis um abaixo assinado com mais de 2 mil assinaturas contra a emancipação dos índios. Denunciam também condições miseráveis dos Tupiniquins, emancipados pelo Governo Federal na década passada com o objetivo de servirem de mão-de-obra barata à Aracruz Florestal, fábrica de celulose, que lhes tirou 40 mil ha. de terra (CRITICA, 13/09)
- "ANTROPOLOGOS CONTRA EMANCIPAÇÃO". 50 antropólogos condenaram o projeto de R. Reis. Egon Schaden comandou o protesto, com argumentações bem fundadas. (13/09 - A CRITICA)
- "ATOS DE VIOLENCIA CONTRA O INDIO". Crimes praticados por políticos e latifundiários de Boca do Acre, levando pânico aos índios Apurinã, foram denunciados pelo CIMI - Regional da Amazônia Ocidental, e CPT. Tudo começou com o assassinato do índio Raimundo, cometido pelo delegado de polícia de B. do Acre, Luiz Gonzaga Filho (O SÃO PAULO, 15/09)
- "EM 14 ANOS O GOVERNO NÃO IMPLANTOU REFORMA AGRÁRIA" - Denúncia do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. (A NOTICIA, 14/09)
- "ANTROPOLOGOS PREOCUPADOS COM A FUNAI". Afirmções do Gal. Ismarth, pres. da FUNAI, lamentando o manifesto dos antropólogos contra emancipação e tentando justificá-la, deixaram preocupados os antropólogos, temerosos de que o governo leve adiante o projeto já elaborado que apresenta sérias distorções. (A NOTICIA, 14/09)
- "CIMI DENUNCIA TRAMA PARA TOMAR TERRAS DOS TUKUNA". As tentativas de Chico Batista de abocanhar as terras dos índios, publicadas no último PORANTIM. (A NOTICIA, 14/09)
- "LATIFUNDIOS ESTÃO ACABANDO COM OS INDIOS DA AMAZONIA". O Secretário do CIMI-Nacional condenou as frentes de atração da FUNAI, "porque elas atendem exclusivamente aos interesses dos grandes latifundiários da região e exterminam a maioria das tribos contactadas. Depois de apresentar estatísticas sobre morte de índios, pe. Egidio disse: "A FUNAI atualmente, não é mais do que o órgão a serviço dos latifundiários e que serve apenas para pacificar os índios das áreas onde o governo implanta ou incentiva projetos". (CRITICA, 15/09)
- "FUNAI EXTERMINA INDIOS DA AMAZONIA". Manchete de 1ª página de A CRITICA (15/09)
- "MAIS DE CEM FAMILIAS INVADEM ÁREA INDÍGENA". A delegacia da FUNAI, em Porto Velho, fez recenseamento dos colonos invasores que estão dentro da área do Posto 7 de setembro, nas proximidades da aldeia Suruí. (A NOTICIA, 15/09)
- "PASTORAL DA TERRA CONTRA DESPEJO EM SANTO AGOSTINHO" - Centenas de favelados invadiram área privada em Sto. Agostinho, perto da Ponta Negra. A CPT - Norte I se posiciona (NOT. 15/09)
- "INDIO" - Editorial de A CRITICA apoia declarações de Egidio Schwade. (15/09)
- "PASTORAL DA TERRA CRITICA SOLUÇÃO ELEITOREIRA PARA O PROBLEMA DOS POSSEIROS" (Not. 16/09)
- "GOVERNO IMPEDE DESPEJO NO BAIRRO DE STO. AGOSTINHO" (Noticia, 16/09)
- "BISPO DENUNCIA GRILAGEM E ACONSELHA RESISTENCIA". Dom Jorge Marskell, bispo de Itacoatiara (Am.) distribuiu o texto "Mensagem ao povo do campo", onde denuncia a morte de um agricultor e condena a ação criminosa dos grileiros. (A NOTICIA - 16/09)
- "CINTAS-LARGAS PERTO DO FIM" - O projeto Juína, implantado pela Cia. de Desenvolvimento do Mato Grosso está exterminando esta tribo, segundo denúncia do pe. Antonio Iasi e do coordenador do CIMI na Amazônia Ocidental, Salvador Valadares. (FOLHA DE SAO PAULO, 17/09)
- "PASTORAL DA TERRA COMEÇA EM RONDONIA" - (A NOTICIA, 19/09)
- "INDIO QUE RAPTAVA MENORES SERÁ RECOLHIDO". Notícia da prisão do tukuna M. Tércio, acusado de haver estuprado a crianças (A CRITICA, 20/09)
- "CANDIDATOS DÃO ATÉ CACHAÇA AOS INDIOS" - O Delegado Regional da FUNAI, Kazuto Kawamoto, pediu a transferência da Seção Eleitoral de Belém do Solimões, pelo fato de se tratar de área indígena e os candidatos que lá chegavam distribuíam cachaça. (A CRITICA, 20/09)
- "INDIO NÃO NEGA RAPTO E ESTUPROS" - (Notícias sobre Manoel Tércio. A CRITICA, 22/09)
- "CIMI CRITICA NÚMEROS CONVENIENTES DA FUNAI". Denúncia do último PORANTIM. (NOTICIA, 23/09)
- "CASO MERURE SERÁ JULGADO EM BARRA". O caso dos assassinos de um padre e um índio (CRIT. 24/09)
- "CIMI LANÇA APELO POR INDIO TUKUNA" - (A CRITICA, 24/09)
- "CIMI DEFENDE INDIO ACUSADO DE ESTUPRO" - (A NOTICIA, 24/09)
- "CUIDADO". Na coluna "Sim e Não" apoio à nota anterior do CIMI. (26/09) (A CRITICA)
- "INDIO PODERÁ TER O APOIO INTERNACIONAL" - A comissão Pro-Índio, formada por intelectuais de universidades brasileiras solicitaram de entidades internacionais a ajuda para a criação de um parque "YANOMAMI", porque a área demarcada pela FUNAI é insuficiente. A Prelazia de Roraima confirma o fato. (JORNAL DE BRASÍLIA, 26/09)
- "TUKUNA" - Nota do CIMI sobre índio acusado de estupro. (JORNAL DE BRASÍLIA, 26/09)

- **"CIMI DENUNCIA OMISSÃO E DIZ QUE A TERRA É DE QUEM NELA TRABALHA"** - A Comissão Pastoral da Terra (CPT) Regional Norte I esteve reunida dia 25 e aprovou um voto de louvor ao CIMI Regional por sua posição quanto aos problemas indígenas, sobretudo com respeito ao último caso do indígena acusado de estupro. Tanto o CIMI como a CPT estão juntos na batalha pelas mesmas causas, e reconhecem que o problema TERRA afeta profundamente a questão de nossos índios. (A NOTICIA. 27/09).
- **"GENERAL RECEBE CARTA DE JURUNA"**. O cacique Humberto Warinatse, o cacique-substituto Pedro Wairotsu e o guerreiro Miguel Pronhopa entregaram ao gen. Figueiredo uma carta do cacique Juruna. Na carta, os índios dizem esperar "apoio a situação de todos os índios brasileiros, demarcar terras e repeitar vida e cultura indígena". Os enviados de Juruna desculparam a ausência do cacique por ser "um homem muito ocupado". (JORNAL DO BRASIL. 29/09)
- **"ISMARTH ADMITE INVASÃO NAS TERRAS DOS ARARAS"**. O presidente da FUNAI admitiu em Brasília a existência de colonos invasores nas reservas indígenas de Araras (Pará), interditada há cerca de um ano ao chamado "branco civilizado". Segundo o General, as zonas de assentamento de colonos serão "criteriosamente selecionadas para que sejam evitados conflitos armados". (A CRITICA. 29/09)
- **"PARA O INDIO ESTÁ CORRETO O QUE A LEI DO BRANCO PROÍBE"** - O antropólogo Pe. Casemiro e Mário Craveiro (da FUNAI) saíram na defesa do tukuna acusado de estupro (A NOTICIA. 29/09)
- **"DENUNCIADO CONFLITO COM 114 INDIOS"** - O transporte de 114 índios Kaiwa-Guarani, em caminhões de gado, do Município de Campanário à Serra de Bodoquena, na reserva dos Kadiwéu, no Sul do Mato Grosso - foi denunciado pelo grupo de etnologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). De acordo com a denúncia, o transporte foi realizado pela própria FUNAI, de forma desordenada, deixando as famílias indígenas distantes umas das outras, o que quebra a unidade do grupo tribal. (A CRITICA. 03/10)
- **"VILLAS-BOAS ESTRANHA COMPORTAMENTO DO CIMI"**. O indigenista Orlando Villas Boas, declarou em Belo Horizonte (MG), que o CIMI, "sempre pronto a criticar a FUNAI, nunca tenha critica do nenhum trabalho de uma missão católica". (A CRITICA. 03/10) (Boas não lê o PORANTIM)
- **"FUNAI PUNE CHEFE QUE DENUNCIOU AS TORTURAS A INDIO"**. O chefe da Ajudância da FUNAI no Maranhão, Porfírio Carvalho, foi punido severamente por denunciar que índios Guajajaras foram torturados pela polícia que investigava o comércio de maconha na área indígena. (A NOTICIA. 11/10)
- **"APOENA VAI ATRAIR INDIOS ARREDIOS"**. A partir do próximo mes de dezembro, o sertanista Apoená ficará responsável da frente de atração dos URU-EU WAU-WAU, índios arredios localizados nos seringais São Thomé, e S. Francisco no Alto Rio Guaporé, município de Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia. (A CRITICA. 02/10)
- **"EX-SELVAGEM MATA JOVEM NA DISPUTA PELO AMOR DE UMA MENINA DE 10 ANOS"** (CRITICA. 02/10)
E tome sensacionalismo!!!
- **"900 INDIOS AMEAÇADOS DE MALÁRIA"**. Da tribo dos Araras, Gaviões e Zorós. A informação foi divulgada em Porto Velho pelo Delegado da FUNAI DELCIO VIEIRA. (CRITICA. 12/10)
- **"FUNAI PROVOCA REVOLTA EM BOCA DO ACRE"**. O deputado Belo Ferreira (ARENA) criticou a atuação da FUNAI, que tentou demarcar terras indígenas. (A CRITICA. 14/10) (Revolta de quem, deputado? dos latifundiários?)
- **"RANGEL REIS CONTRA TUTELA AOS INDIOS"**. Rangel volta a defender o seu projeto de emancipação. Diz ele: "O índio deve participar do desenvolvimento do país. Temos que dar a ele as mesmas oportunidades que damos aos demais brasileiros (sic)". (CRITICA. 16/10) (Leia na p. 11 deste número do PORANTIM o manifesto dos antropólogos).
- **"GINCANA MISSIONÁRIA AJUDA INDIOS MARAUIÁ"**. Promovida pelo Colégio D. Bosco, já arrecadou 6 toneladas de material novo e usado. (A CRITICA. 16/10)
- **"PRESIDENTE DA FUNAI EM MANAUS FALA À ADESG"**. No dia 24/10, o gal. Ismarth pronunciará conferência sobre índio brasileiro aos integrantes da Escola Superior de Guerra (NOT. 17/10)

expediente

PORANTIM - Informativo de Defesa da Causa Indígena.

End: Cxa. Postal 984, Manaus-69.000 Amazonas.

Órgão de responsabilidade do Secretariado Regional do CIMI Norte I.

Sec. Regional: P. Paulo Suess.

A equipe de redação tem o mesmo endereço postal do Secretariado Regional, funcionando na av. Joaquim Nabuco, nº 1023.

COLABORAÇÃO: Aos interessados em receber o PORANTIM pedimos uma contribuição de cr\$100,00 por 5 números. Este valor poderá ser enviado por cheque ou vale postal no nome de JOSE ADEMIR GOMES RAMOS, ao endereço do Secretariado Regional do CIMI. Para o exterior pedimos uma contribuição de 5 dólares USA por número.

Os missionários e os índios

Teophilo de Andrade

Este Brasil de hoje se parece muito com o de 1964 ou com o de 1968. Estatísticas levantadas, recentemente, mostram que, neste ano da graça de 1979, já houve mais greves do que no último ano do governo Jango Goulart. E a agitação das greves já é mais extensa, porque inclui professoras e empregados em serviços essenciais.

Se não é o fim do mundo é coisa parecida, para uma recém-restaurada democracia. Somente falta que reconheçam as agitações dos missionários vermelhos que, no passado, com as suas intrigas, conseguiram transformar o índio brasileiro em um caso internacional, quando o governo brasileiro foi acusado até de genocídio.

Não é certo que isto aconteça, porque, agora, o famigerado CIMI (Conselho Indígena Missionário) está submetido, teoricamente, à autoridade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) e não se poderia — também teoricamente — dar-se às levandadas a que o levaram certos prelados.

O que eles fizeram, naquela época, foi lembrado, não em termos de denúncia, mas de justificação pessoal — e de história pelo padre jesuíta José Vicente César que foi, nada mais nada menos, do que presidente do CIMI.

Conta ele que os 100.000 índios das mais várias nações restantes no Brasil, estiveram, outrora, nos cuidados missionários das ordens religiosas, até que, não sendo estas suficientes, criou-se ao (ao tempo de Rondon), em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios. Foi este substituído, em 1968, pelo general Albuquerque Lima, então Ministro do Interior — em virtude de irregularidades verificadas — pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Não houve, porém, uma substituição das missões religiosas que continuaram a sua obra, paralela com a entidade oficial.

Atualmente, conta o padre José Vicente César, a Igreja Católica (há também missões protestantes) cuida de apenas uma terça parte dos índios brasileiros, cerca de 30.000, sendo que o contingente maior se encontra no norte da Amazônia, nas fronteiras com a Colômbia. Ali, as missões salesianas abrigam mais de 20.000, em adiantado estado de aculturação, alguns deles frequentando faculdades de nível universitário, e outros lecionando. As professoras índias, informa ele, são muito apreciadas pela competência e paciência para com as crianças. No centro de Mato Grosso, há 1.500 xavantes e 250 bororós, assistidos pelos filhos e filhas de D. Bosco, nas aldeias de São Marcos, Sangradouro e Meruri. Em Utiariti, no norte de Mato Grosso, há a missão dos jesuítas. Os franciscanos continuam o seu histórico trabalho missionário entre os Mandurucús, ao sul do Pará, entre os Tinós, na fronteira das Guianas. E os dominicanos cuidam, nos sertões de Goiás, dos índios Caiapós, Xerins e Gaviões. Por fim, tomam parte na obra de evangelização, os Missionários da Consolata, entre os nativos do território de Roraima, os servitos, do Acre, e os terciários, do território de Rondonia.

A partir de 1970, segundo o padre José Vicente César, modificou-se a orientação da Igreja, em virtude de um encontro, em fevereiro de 1968, patrocinado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em São Paulo. Criou-se, então, o Instituto Antropos do Brasil, filiado ao Antropos. Internacional, da Congregação do Verbo

Divino, que visa a aculturação do índio, mas respeitando-se a cultura de cada grupo indígena. A evangelização passaria a ser progressiva, em várias etapas, com ensinamentos práticos, instrução, e, por fim, a mensagem religiosa. Fundou-se com essa finalidade, o CIMI (Conselho Indígena Missionário).

Dele, o padre José Vicente César foi secretário, vice-presidente e presidente. Dentro em breve, porém, graças à ação de alguns prelados, desviou-se o instituto, inteiramente, das suas finalidades, passando a fazer política e oposição ao governo, a serviço declarado da subversão. "No ano passado, escreveu o padre José Vicente César — em testemunho dado através da revista bilingue "Cadernos Teuto-Brasileiros" ("Deutsch-Brasilianische Hefte"), editada em Nuremberg (Nº 4, julho/agosto de 1978) — desvinculei-me desta entidade que se afastava mais e mais dos seus objetivos originais, envolvendo-se e imiscuindo-se em assuntos da competência exclusiva do governo, como se a solução do problema indígena dependesse, primeiro, de uma mudança

radical no sistema sócio-político do País. Ora, continua ele, isto parece um absurdo, para salvar os poucos índios que sobreviveram a tantas experiências desastrosas, não podemos esperar até que o sistema vigente econômico seja derrubado e substituído por outro. Pelos fins de 1978, o desvirtuamento do órgão atingiu limites extremos; seus membros foram proibidos de penetrar em áreas indígenas e ao secretário Padre Antônio Iasi (jesuíta), vetado o ingresso nas missões salesianas de Mato Grosso.

Dal que teve a Igreja de tomar uma decisão. E esta foi tirar do CIMI a sua autonomia, colocando-se-o, diretamente, sob a jurisdição da própria CNBB. As atribuições do CIMI passaram à alçada dos bispos, em cujas dioceses e prelaturas existia pastoral entre índio. "Com isso, acrescenta o padre José Vicente César, se apartaram as asas a uma ela jovem, comandada pelo presidente D. Tornás Balduino Ortiz (em sua diocese de Goiás não há grupos indígenas!) e pelo irrequieto prelado espanhol Pedro Casaldáliga que manobravam a estrutura do CIMI, a seu bel prazer. Infelizmente, continua o autor, prosseguem esses sagazes corifeus (dentro dos métodos da mais dia-

bólica dialética marxista), burlando a ingenuidade de suas excelentes episcopais — pois adiam, "sine die", a aplicação dos novos estatutos do CIMI." Na verdade, D. Balduino e D. Casaldáliga, em suas prelaturas, ao invés de tratarem dos índios ou dos seus fideis, continuam a pregar a subversão. E agora, com a "abertura" devem sentir-se como peixes na água. E peixes mais daninhos do que as piranhas, pois estas são rosadas, e eles são vermelhos.

Quanto a índios, nos meios oficiais, há duas correntes: a dos que querem guardar-lhes a cultura, tal como existe, desde tempos imemoriais, e os que preconizam a sua aculturação. O melhor caminho deverá ser a aculturação sem violência, levando-se a civilização aos indígenas, pelo exemplo, nunca, porém, instilando neles os germes da rebelião, como querem aqueles dois prelados e os seus azeclas ou protetores.

A propósito: D. Balduino Ortiz, que chegou a presidente do CIMI, não tem índios em sua diocese; e D. Pedro Casaldáliga é um prelado católico que editou uma poesia em que compareceu "Che Guevara" a Jesus Cristo.

Secretário do Cimi reflete sobre índios e missionários

A prática missionária exige uma reflexão a nível teológico. Exige um questionamento honesto e fecundo para que ela própria se faça fecunda e dê frutos, ou seja, cumpra eficazmente com sua tarefa de ser um serviço aos oprimidos da terra. Neste artigo, padre Paulo Suess, eleito secretário do Conselho Indigenista Missionário, faz uma reflexão "sem escamotear dos problemas concretos enfrentados pela prática missionária junto aos índios".

Cada Missão diz de si mesma, que a evangelização é a sua razão de ser a finalidade de suas obras, atividades, instituições e alianças. Como evangelizar a juventude, a não ser pela catequese na escola? Como influenciar a família, a não ser pela reorganização da vida na malola?

Como comunicar-se nas vastas áreas da Amazônia, senão através do avião da FAB?

As perguntas que tocam na raiz da evangelização, em geral, não se faz.

Educar - para que sociedade? Não levou a intervenção missionária com seus estreitos conceitos de uma moral burguesa, muitas vezes a uma deterioração da moral tribal? E o avião da FAB, o caminhão ou motor (Recreio) da Missão, não carregam mais coisas de utilidade fictícia para o missionário do que para o bem dos índios?

AS CHAVES DO REINO

Queremos refletir sobre três chaves de leitura do Evangelho. Provavelmente podemos conseguir um consenso teológico e pastoral sobre esses critérios. Essa leitura comum seria a condição prévia para a união das forças missionárias entre os índios Negro e Branco, Soli-tificar o emprego de tantos mões e Purus, Madeira e Xingú, São Francisco e Paraná. Ela deixaria ainda bastante espaço para um pluralista conforme a realidade da Igreja e o carisma específico de cada grupo missionário.

A primeira chave parte do momento presente, onde não conseguimos identificar o Reino como lugar de fraternidade universal e libertação integral. Nenhum sistema, nenhum partido, a rigor, nem chega meses atrasado, e a Igreja, que sempre deve reformar, são idênticos a nossa oficina? Como ele vai

O segundo critério é a sequência lógica do

meio. Se não encontramos o Reino em nenhuma realização humana, vamos-nos por à caminho para transformar essas realizações numa criatividade ativa e contemplativa.

O terceiro indicador evangélico se refere aos sujeitos e às alianças. Com quem preparar o mundo novo? A meta não seria a participação dos próprios povos indígenas no processo de evangelização?

ONDE LOCALIZAR O REINO?

"Tomai cuidado para que ninguém vos engane; porque virão muitos em meu nome dizendo: 'Eu sou o Cristo', e enganarão a muitos." (Mt. 24,4s)

Qual é a posição do missionário diante das instituições concretas? No decorrer da história, várias respostas foram dadas a esta pergunta. A Igreja-Cristandade procurou somar as forças do poder secular e religioso numa instituição do Santo Império Romano. A oficialização da religião (desde Constantino, 313 d.C.) pelo Estado encontra sua recompensação na legitimação do Estado pela religião. Neste projeto, a espada compromete a cruz.

Depois da emancipação, da burguesia liberal submetida ao poder dos nobres, na Revolução Francesa (1789-1795), procurou-se outra solução numa Igreja-Sociedade Perfeita, ainda nos moldes do Concílio de Trento (1545-63). É o tempo das instituições paralelas (escola católica, hospital dos padres, oficina do bispo).

Hoje, com a escassez de vocações e com a progressiva extensão da rede escolar e hospitalar do Estado, o difícil pode-se justificar o emprego de tantos recursos humanos e materiais, que perpetuam dependências. De onde vêm os missionários e as verbas? Além disso, a repressão institucional que somos obrigados a exercer, imposta pela organização global da nossa sociedade, encobre a intenção primeira de evangelização. Em que consiste o Reino como lugar de fraternidade universal e libertação integral? Como ele vai ganhar o salário integral. Nenhum sistema, nenhum partido, a rigor, nem chega meses atrasado, e a Igreja, que sempre deve reformar, são idênticos a nossa oficina? Como ele vai

patrão do padre?

A não-identificação do Reino com os partidos e instituições seculares ou eclesiais, é a razão para o distanciamento crítico do missionário. A identificação com frações concretas corrompe sua mensagem pela cobrança a qual ele se sujeita. Fica a questão das

"alianças temporárias" com instituições do poder. Pode acontecer que sejamos obrigados a aliar-nos temporariamente com instituições que representam, num determinado momento histórico, o "mal menor". Por exemplo, a aliança com a FUNAI contra um grupo de fazendeiros, para conseguir a demarcação de uma área indígena, pode se tornar necessária. O missionário se serve destas alianças temporárias para abrir um espaço de ação. A pergunta: "Como vou recompensar favores recebidos?", seria muito perigosa e levaria a instrumentalização do missionário pelo parceiro da aliança. Ali, onde ele pensa estar empurrando, na realidade, é ele que é empurrado; onde ele deve continuar a exigir, ele pensa em recompensar. Na dedicação a uma causa justa não há favores pessoais. A dívida do missionário é com os índios.

O missionário, por exemplo, que contactou uma tribo indígena na fronteira com Suriname ou Venezuela, facilmente encontra o apoio logístico da FAB. A primeira tarefa que cabe ao missionário nesta aliança é supervisionar a construção de um campo de pouso, que naturalmente os índios executam.

A bem da verdade temos que dizer, que muitos socorros foram prestados nestes aviões; mas devemos lembrar também, que muitas doenças eram apenas uma consequência da violação cultural, que significa o avião perto da maloca. Depois seguem as estradas. A Perimetral Norte (BR-210), que chegou em 1974 nas portas da Missão Catrimani (RR), cortou o território secular dos Yanomami e provocou sérios choques culturais, as malocas mais perto se desorganizaram e a metade daquela população morreu pelas doenças importadas numa "guerra biológica" (tuberculose, sarampo, gripe, doenças venéreas). Aeroporto e estrada feitos, a área entra na faixa da "segurança nacional". O "visitante" se tor-

na dono e exige correspondência ideológica. Os missionários "não-alinhados" que questionam a ocupação/invasão, serão os primeiros a serem afastados da área. Os outros seguirão mais tarde! Sempre sobre alguém ao trono que não se lembra mais dos servinhos de José (Ex 1,8 ss)

A não-identidade do Reino com as instituições exige de nós ser fermento e não construtor de pirâmides. Não nos deixemos provocar pelo pedido insistente: "Mostra o teu Reino, realiza as tuas alternativas." Neste sentido o Reino é duplamente transcendente: é como a ressurreição: não há nada para que o fotógrafo pudesse tirar um retrato, não há nada para mostrar. Os construtores do "paraíso terrestre" são como os construtores do "paraíso celeste", os déspotas da humanidade. Por causa de uma visão errônea do paraíso se morreu na fogueira de Rouen (Jeanne d'Arc, 1431), no campo de concentração de Auschwitz e no Arquipélago Gulag igualmente desconfortável. Messianismo, fascismo e stalinismo são como irmãos ilegítimos com um complexo de Édipo, que mata seu pai (Deus, Reino, paraíso) na tentativa de identificação e prática relações incestuosas com sua mãe (Igreja, pátria, terra).

O Reino é duplamente transcendente, nunca é aquilo que realizamos e nunca independente daquilo que realizamos; é de uma transcendência histórica: "Então se vos disserem: 'Vede: o Cristo está aqui ou 'Ei-lo acolá', não lides deis crédito." (Mt. 24,26) É também de uma transcendência escatológica: não é a extrapolação aritmética daquilo, que já foi conquistado. Haverá ruptura definitiva com os aparelhos do poder de ontem e hoje. Essa ruptura torna viável um "novo céu e uma nova terra" onde o Deus-conosco, o Emanuel, "enxugará todas as lágrimas, e onde não haverá morte, nem luto, nem grito, nem dor." (Ap. 21,1, 4)

CRIATIVIDADE MISSIONÁRIA

"Eis que eu renovo todas as coisas!" (Ap. 21,5)

O Reino nos coloca num processo de uma maturação progressiva da justiça sobre a injustiça, da paz sobre a violência, da participação sobre a mera acumulação do poder, do saber e do ter.

continua...

A busca contínua do Reino parte da insatisfação com as realizações concretas; ela é expressão do amor ao "outro", ao índio, ao que não participa do bem comum, ao que vive deserdado ou permanentemente ameaçado pelos poderosos, que dominam os campos políticos, econômicos e culturais. Num processo de contínua fermentação, este amor alimenta a esperança de um mundo melhor, já possível aqui e agora. A fé age como princípio crítico da situação: Numa inquietude permanente nos preserva das paradas a meio caminho e da auto-suficiência do "tudo bom".

"Quando tiverdes feito tudo o que vos foi ordenado, dizol: 'Somos servos inúteis; fizemos o que devíamos.'" (Lc 17,10)

A ação criativa do missionário quer restaurar o mundo em Cristo. (Ef 1,10). Quais foram as obras do filho de Nazaré? Não foram escolas, nem hospitais, embora que seus ensinamentos e sua ação foram altamente educativas e salutares. No corpo e sangue "dado por vós" ele realizou a transformação, redenção e libertação do mundo. A ação principal de Jesus, o seu fazer, a sua obra, era doação de si mesmo. Ele liberta toda ação da magia do "homo faber" que simplesmente faz as coisas através da fidelidade a um ritual prescrito (convenções, status, regras, constituições), que garantiria sua eficácia. Neste sentido, também o dinheiro (as verbas!) tem tendência mágica, enquanto força as pessoas a se sujeitarem ao ritual da troca desigual. A pobreza assumida como seguimento de Cristo quebra esta magia.

O "fazer" do mundo novo acontece na ação do "dar". A doação corresponde a gratuidade do "receber". Nestes dois espaços do dar e receber, da ação e da contemplação, se transforma o mundo e se converte o homem. O espaço da gratuidade (da contemplação, da oração, da festa, da arte), que à primeira vista parece ser um "espaço vazio", um tempo perdido, é o protesto mais eficaz contra uma sociedade que gira em redor do eixo produção/consumo e que mede o tempo não em minutos, mas sim, em cruzelros na equação: tempo = dinheiro.

A criatividade missionária não separa a conversão dos corações da transformação radical das estruturas do projeto humano. No "permanecer na oração" do Pentecostes deu-se o passo qualitativo na construção do

Reino com vinda do Espírito, no rompimento das portas fechadas, no descer de Jerusalém até os confins do mundo.

Também nos confins do mundo pode-se viver às portas fechadas numa Missão-castelo. A força de transformação/conversão se mostra na medida, em que ela consegue abrir as grades de um comportamento estreitamente determinado pela congregação ou pela nação (cultural) de origem. Jesus, com antecipação do Reino, quebra o mito do congregacionalismo dos partidos religiosos (fariseus, saduceus, essênios) como do nacionalismo dos zelotas ou herodianos. A fraternidade universal é antecipada pelo Emanuel, que precede os seus missionários em todas as Galiléias do mundo (Mt 28,7,20). Sua criatividade leva a uma mudança global da estratificação religiosa e social.

"Não existe mais grego ou judeu, circunciso ou não-circunciso, bárbaro, cita, escravo ou livre; não há senão Cristo, que é tudo em todos."

(Col 3, 11)

ALIANÇA NO SANGUE

"Se o grão de trigo não cair na terra e morrer, ficará só; quando morre, porém, dá muito fruto." (Jo 12, 24)

Com quem entrar neste processo de criatividade missionária? Jesus inaugurou o Reino com os realmente fracos e identifica-os com a causa dos social e religiosamente marginalizados. Ele tem fome nos famintos e sede nos sedentos. "Tive fome, tive sede, era estrangeiro, estava nu, doente, no cárcere..." "O que fizeste a um dos menores desses meus irmãos, a mim o fizestes." (Mt 25, 35, 40)

Jesus coloca os cobradores de impostos e as meretrizes na preferencial da Boa nova (Mt 21,31), elogia o comportamento da "selta" dos samaritanos (Lc 17, 11,19; 10,30-37) diante dos funcionários do templo (sacerdote, levita). Identifica-se com os "pobres coltados" e visita os ricos (Lc 19, 1, 10), numa atitude do mestresem dogmatismo. Não invertemos muitas vezes essa perspectiva, visitando os marginalizados e identificando-nos com o "centro"?

A identificação com a causa dos povos indígenas é uma dimensão da encarnação. Ai nasce a Nova Aliança no Sangue do Cristo-índio-irmão. Os que parti-

cipam desta aliança rejeitam o triunfo, a violência e a eficácia do poder. Em última análise, é a tentativa de superar a estratificação social e religiosa através da identificação com o estrato socialmente considerado o mais baixo: o índio, o selvagem, o bicho do mato, o gentio, o não civilizado, que não fala direito e anda nu, insignificante, por ser apenas um punhado de gente, que não produz nada e atraza o progresso. Defender a sua como uma causa significativa do Reino obriga a remar a corrente, vencer as cachoeiras para aproximar-se da fonte. Nestas subidas se vive na beira da morte, onde a vida tem um gosto todo especial, se vive a experiência pascãl.

DOCUMENTO FINAL DA IIIª ASSEMBLÉIA GERAL

LINHAS DE AÇÃO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

27 a 31 de julho de 1979

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), reunido em Goiânia de 27 a 31 de julho de 1979, na sua IIIª Assembléia Geral, avaliou a sua atuação missionária e renovou o seu compromisso junto aos povos indígenas traçando as seguintes linhas de ação:

EVANGELIZAÇÃO

1. Reconhecendo os erros que cometemos como Igreja na nossa atuação missionária junto aos povos indígenas, pedimos perdão a eles e a Deus. Procurando juntos a conversão ao Evangelho, assumimos com a Igreja na América Latina a opção preferencial pelos pobres. Para nós, concretamente isto significa uma opção pelos povos indígenas.

2. Descobrimos que o anúncio do Evangelho deve ser feito a partir da realidade diferenciada de cada grupo.

Há povos indígenas isolados.

Há outros que têm contatos esporádicos com a sociedade brasileira.

Há também os grupos que estão em contato permanente. E há, enfim, os grupos indígenas já "integrados", vivendo marginalizados dentro da população envolvente. Cada situação destas exige uma presença evangelizadora própria.

3. Como no povo da Antiga e da Nova Aliança, Deus está presente e atuando nas diferentes etapas históricas dos povos indígenas. O Cristo assumiu esta história concreta.

Seguindo a mesma pedagogia do Cristo, o missionário deve se encarnar na realidade do grupo indígena determinado, não só estando junto do grupo, mas procurando ser um deles. A encarnação do Evangelho inclui necessariamente os mitos e a vida religiosa, através das quais cada povo recebe a Revelação de Deus. *anunci*

4. O respeito a esta caminhada própria dos povos indígenas e a dimensão ecumênica da Igreja exige de nós uma distinção clara entre Missão evangelizadora e Proselitismo. Muitas vezes confundiu-se o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo com uma roupagem cultural desta mensagem: a civilização ocidental.

5. Embora desde o início o CIMI tenha desejado um entrosamento com as Missões de outras Igrejas, esta Assembléia, enriquecida com a participação fraterna de representantes da I.E.C.L.B. (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), recomenda que o CIMI dê uma atenção maior ao contato e colaboração com as missões e outras Igrejas. Esta colaboração, que já ocorre em vários lugares, deve-se ampliar através de projetos e encontros comuns no serviço à causa do in-
dio.

6. Dado ao crescimento de consciência de globalidade latino-americana, e também à dimensão ecumênica da Evangelização, se torna necessário que os povos indígenas e o trabalho missionário se unam no âmbito de América Latina. Como sinais e instrumentos desta união urge realizar encontros como o Pan-Amazônico, os do Cone Sul e outros.

7. Reconhecendo como têm sido úteis à caminhada missionária os diversos cursos de capacitação, a Assembléia propõe a realização de cursos específicos, tanto no aspecto geográfico (cursos apropriados para cada área) como no seu conteúdo (Missiologia, Antropologia, Linguística, Educação).

TERRA

8. A progressiva e, agora, radical e rápida conversão das terras indígenas e das terras devolutas no país e no continente em propriedade privada é um processo claro em nossos dias e em nossa sociedade. Por isso, a terra está em escala crescente sendo convertida em mercadoria. A natureza social e histórica da terra, seja do povo indígena ou não, está sendo definida independentemente da vontade do povo indígena. A terra está se convertendo numa relação de dominação, isto é, numa relação política. Daí que a existência e o ser do povo indígena estejam sendo ameaçadas por essa relação de dominação. Tendo presente essa realidade, lembramos que a questão dos povos indígenas e consequentemente de suas terras, que são a condição necessária da sua identidade como povo, é fundamentalmente uma questão política.

9. As áreas indígenas, mesmo as demarcadas, continuam sendo invadidas, até mesmo com apoio de órgãos oficiais. Mas é importante ter presente que os posseiros, pequenos lavradores, também são vítimas da opressão do capital e do latifúndio e não devem ser vistos como inimigos do povo indígena. A Igreja deve continuar lutando por ambos para que surja uma política agrária baseada na transformação do regime de propriedade e na alteração da estrutura fundiária, de modo a ser respeitado o direito primordial dos povos indígenas e atender o alarmante número de trabalhadores rurais sem terra, obrigados por isso a viver em condições sub-humanas em contínua migração até para o exterior.

10. Os depoimentos dos povos indígenas participantes desta reunião mostraram o acerto da resolução nº 16 da IIa. Assembléia Nacional do CIMI: "Apoiar, com todos os meios ao nosso alcance, os povos indígenas que estão lutando pela demarcação, recuperação e garantia de suas terras. Defender também o direito que tem os povos indígenas de serem ouvidos nas demarcações fazendo valer os seus critérios no traçado de limites".

11. Entretanto, os fatos históricos posteriores vieram mostrar que é necessário continuar lutando não para que continue o trabalho de demarcação de áreas indígenas (embora elas independam de demarcação), mas que também se faça uma revisão de áreas já demarcadas, em que os povos indígenas foram lesados nos seus direitos.

12. Estas resoluções sejam encaminhadas aos bispos que tem grupos ou povos indígenas em suas Prelazias ou Dioceses, sobretudo a aqueles que ainda não organizaram uma pastoral indigenista e sejam convidados a informar a situação (das terras) ou dos povos indígenas em suas circunscrições.

CIMI FRENTE À POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

Constatamos que a política indigenista oficial foi determinada estrategicamente como parte do conjunto de instrumentos empregados pelo regime militar implantado, no país a partir de 1964, para cumprir seu objetivo de expansão do capitalismo no campo brasileiro. Para cumprir esta política o Poder se utilizou de táticas diferenciadas; ora a repressão, ora o diálogo.

Depois de 15 anos, premido por um lado pela sua profunda crise interna, e por outro pelo avanço do movimento popular, o Poder sente, nesta fase que se inicia, a necessidade de operar algumas modificações no seu relacionamento com vários setores da sociedade - particularmente a Igreja - buscando restabelecer alianças com o objetivo de alargar suas bases políticas e superar a crise interna que o aflige.

Para enfrentar esta tentativa de neutralizar a voz do CIMI, a Assembleia Geral assume as seguintes linhas de ação:

13. Definindo-se como um órgão da Igreja a serviço do povo indígena, o CIMI não se recusa ao diálogo. Deixa claro, porém, que o principal interlocutor desse diálogo com o governo não é o CIMI, mas são os povos indígenas.

14. O diálogo do CIMI com qualquer entidade interessada na causa indígena terá por base resoluções aprovadas por sua Assembleia Geral no tocante aos problemas de Terra, Autodeterminação e Evangelização.

15. O relacionamento do CIMI com os organismos oficiais que tratam da questão indígena se dará a partir das exigências concretas de cada povo indígena. Este relacionamento se fará de modo que a população indígena do país e a opinião pública tenham inteiro conhecimento dos assuntos tratados.

16. O CIMI define sua prática como um organismo de apoio aos povos indígenas e missionários, e rechaça qualquer tentativa de convertê-lo numa assessoria ou cobertura da política indigenista oficial.

AUTO-DETERMINAÇÃO

A consciência de uma história de dominação e negação dos direitos mais fundamentais a um modo de vida próprio está cada vez mais presente na maioria dos povos indígenas no Brasil.

Diante desta consciência sentida como opressão, em muitos casos já insuportável, os povos indígenas têm exigido o direito à auto-determinação como sujeitos, autores e destinatários da sua própria história. Suportam cada vez menos as tutelas e paternalismos impostos que os fazem objetos de manipulação.

17. Os povos indígenas estão dando respostas a esta situação. Assembleias e atos de auto-defesa de seus direitos, sobretudo no que toca à integridade dos territórios, têm sido as principais formas de expressão de auto-determinação de vários povos indígenas.

Reconhecer, aceitar e apoiar decididamente os caminhos da auto-determinação têm sido uma constante na linha de atuação do CIMI, que incentivou decididamente as assembleias de chefes inter-tribais com resultados positivos.

O CIMI tem procurado, também, acompanhar de várias formas concretas e dar todo apoio aos movimentos indígenas reivindicatórios e de auto-defesa.

Junto aos povos indígenas o CIMI continuará afirmando e testemunhando o direito inalienável à uma auto-determinação irrestrita. Informará sempre que for preciso, aos povos indígenas e à opinião pública, sobre as ameaças e atos dirigidos que comprometam os caminhos da verdadeira auto-determinação.

Questionará, sempre que for preciso, com todo respeito, mas também com toda a verdade, os impasses no processo da auto-determinação.

18. Educação: No processo de auto-determinação os povos indígenas e o CIMI valorizam como essencial a educação.

Reconhecemos a existência e o valor inquestionável da educação indí-

gena, que continua tendo um dinamismo próprio para a vida de cada povo indígena.

Em situações de contato específicas, o CIMI junto às comunidades indígenas procurará enfrentar a vontade de alfabetização e de uma escolarização que, de nenhum modo, deverá carregar os valores reprodutores de uma ideologia de dominação. De nenhum modo pode-se aceitar práticas de escolarização e internato, que constituem verdadeiros sequestros físicos e culturais das crianças indígenas.

Para um trabalho de educação junto aos povos indígenas, o conhecimento da língua e a aceitação da sua identidade são condições fundamentais. Alfabetização e escola devem ser tomadas como técnicas complementares em uma situação de contato, e não como instrumentos substitutivos da educação indígena.

19. Saúde: O contato da civilização ocidental com os povos indígenas abalou extremamente a saúde dos mesmos. Por isso temos uma dívida concreta a pagar através de uma assistência preventiva e curativa.

Por outro lado incentivamos todas as iniciativas que valorizam a medicina indígena como sistema alternativo e suplementar à medicina oficial, muitas vezes sofisticada e inadequada para os povos indígenas.

Sugerimos que se faça um levantamento concreto sobre o estado de saúde dos povos indígenas de cada área, suas práticas medicinais ainda em uso e assistência médica prestada pelos órgãos oficiais ou as missões.

No espírito de fraternidade em que vivemos durante esta Assembleia e iluminados pelo Evangelho reafirmamos: "a razão de nossa esperança" (1 Pdr. 3,15) são, junto a todos os marginalizados, os povos indígenas, nos quais não só encontramos "as sementes do Verbo" (Ad Gentes 11), mas sim o próprio Verbo que se fez carne na periferia do mundo.

Esta encarnação de Jesus de Nazaré exige de nós uma nova qualidade de presença e escuta como alimento da nossa fé no Senhor ressuscitado, que precede os seus missionários em todos os lugares - até os confins do mundo.

Goiânia, 31 de julho de 1979.

1W12

Curso sobre o indigenismo tem conclusões

Foi coroado de êxito o segundo curso indigenista realizado em nossa capital, com a participação de 14 prelaças e Dioceses, que durante quase duas semanas discutiram, analisaram e estudaram de forma dinâmica a situação dos índios da Amazônia. O Curso foi encerrado com a divulgação de um relatório, contendo todos os assuntos discutidos durante o conclave, o qual será entregue dentro dos próximos dias ao Conselho Indigenista Missionário. O CIMI espera colher bons frutos com a realização do Curso PÁGINA 3.

ANTROPOLOGOS

A Fundação Nacional do Índio e o Museu Nacional iniciarão, provavelmente a partir do segundo semestre deste ano, um curso de pós-graduação para antropólogos com o objetivo de preparar maior número de profissionais para integrar as frentes de atração a índios arredios. A informação foi transmitida pela presidência da FUNAI, que considera imprescindível a presença destes profissionais tanto nas frentes de atração como nos primeiros períodos de contactos com novos grupos indígenas.

DIRETOR: UMBERTO CALDERARO FILHO

Manaus, terça-feira, 31 de janeiro de 1978

AN

Missionários contra

O. XXIX

No. 9.690

O JORNAL DE MAIOR CIRCULAÇÃO NO AMAZONAS

política da Funai

Ao término do Curso de Indigenismo, realizado em Manaus, no período de 13 a 28 de janeiro, os missionários de 14 Dioceses e Prelazias, em seu relatório final, criticaram a política da Fundação Nacional do Índio "Funai", principalmente nas partes referentes aos direitos humanos e questão de terras que, segundo eles, vêm sendo desrespeitados. No documento, divulgado ontem pela CIMI, os missionários da Amazônia manifestam sua esperança na abertura política, certos de que a mesma será benéfica para a população indígena, que é a mais sofredora, vítima da "força e do arbítrio". Criticam os missionários a não demarcação das reservas indígenas no Amazonas e em Roraima pela Funai, acrescentando que os limites estabelecidos pelo Marechal Cândido Rondon em 1917 foram reduzidos à metade em 1973, permitindo que fazendeiros ocupassem as terras dos índios.

31.01.78

Curso de indigenismo divulga conclusões a que estudos chegaram

O segundo curso de Indigenismo para Missionários da Amazônia, que teve início dia 13 de janeiro e encerrou-se no dia 28 próximo passado, foi realmente coroado de êxito tendo as 14 Prelazias e Dioceses, exposto todos os problemas indígenas durante o desenrolar do convênio.

No final das reuniões foi preparado um relatório dos assuntos discutidos em pauta, o qual será entregue dentro dos próximos dias ao presidente do Conselho Indigenista Missionário, D. Thomaz Balduino, bispo de Goiás Velho.

Na íntegra, o relatório das conclusões chegadas:

Vivendo em contato constante com índios, somos testemunhas do processo de extermínio que foi implantado aqui pelo colonizador mas que toma novos aspectos e novo ímpeto em nossos dias.

Nos mesmos, os missionários, atentos aos renovados apelos de Deus que ouve os clamores do povo (Ex 2,7), percebemos nossas omissões e responsabilidades na desagregação dessas culturas e comunidades indígenas. Sentimos que é nosso dever chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem à invasão de seu território, mesmo quando varridos à bala para dar passagem à BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa que contra o próprio Estatuto do Índio viria desalojá-los de seu habitat natural. E até hoje a FUNAI continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros.

Em toda a extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela FUNAI.

A demarcação feita por Rondon em 1917 foi em 1973 reduzida e alterada deixando a maioria de grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.

Perto de Altamira, os pacíficos Arara estão cercados por latifúndios e colonizações do INCRA e COTRIJUI, privado de terrenos de caça e de cultivo.

No Acre, os índios KULINA e KAXINAMA que escaparam do extermínio, para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos.

Há neste Estado o escândalo do empreendimento do grupo BRADESCO/ATLANTICA — BOA VISTA que recebeu em 1974 e em 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos KULINA, e onde é diretor responsável o próprio executor da política indígena no governo Médici.

No Rio Negro, até hoje nada garante o território dos índios, ameaçados pelo projeto da Perimetral e pela descoberta de minérios.

Da mesma forma não há meio de fazer demarcar uma reserva para os Yanomami, pois os projetos encanalicados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável, desapareceram sucessivamente.

Há o problema da terra dos Tikuna, cerca de 12.000 no alto Solimões estilhados por patrões ribeirinhos. Seu território até hoje não foi demarcado.

É crítica a situação dos KANAMARI, MARUBO e MAVURUNA do vale do Javari, que se dispersaram e entraram em rápida decadência devido a um bloqueio indiscriminado que a FUNAI lhes impôs de qualquer relação com a sociedade envolvente.

Frente a isso, os missionários apelam à imprensa, às instituições culturais, sociais e religiosas, para que levantem sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1976.

Somente um movimento amplo de opinião pública poderia contrabalançar e deter a prepotência dos grandes grupos econômicos que destroem no seu avanço os direitos adquiridos dos pobres; as aldeias, culturas e tribos inteiras dos indígenas, e o próprio meio ambiente com devastações gigantescas.

Os "direitos humanos" dos índios são desrespeitados em bloco, e a cada dia, a começar pelo direito à vida.

Este curso de indigenismo nos levou a aprofundar o conhecimento e respeito às culturas indígenas; a riqueza, o humanismo, o equilíbrio de seus valores que para nós constituem sinais da presença do Senhor e de sua graça redentora.

É preciso criar uma consciência nacional de reconhecimento e defesa desses valores culturais, que na sua variedade e pluralidade constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade, e talvez mesmo uma perspectiva para a sociedade do futuro.

Nossa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação (à imitação do Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana), assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena. Rejeitamos todos paternalismo e tendência de decidir em vez do índio como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz. Ao contrário, queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize encontros e colaboração a nível intertribal. É de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes.

Resta-nos esperar que o povo brasileiro, encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representando na população do país menos de 0,2%: que a anunciada abertura política seja benéfica defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio.

E que a imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico.

Manaus, terça-feira, 31 de janeiro de 1978

CIDADE

A CRÍTICA



3

Abertura política deve beneficiar índios

Ao término do Curso de Indigenismo realizado em Manaus no período de 13 a 28 de janeiro, os Missionários de 14 Prelazias e Dioceses concluíram por criticar a ação da Fundação Nacional do Índio com relação aos problemas dos índios, principalmente aqueles ligados à questão de demarcações de terras, conforme está estabelecido no Estatuto do Índio e seus direitos humanos que, segundo eles, vem sendo desrespeitados, e esperando resultado benéficos com a abertura política.

É este, na íntegra, o comunicado dos Missionários: "Vivendo em contato constante com índios, somos testemunhas do processo de extermínio que foi implantado aqui pelo colonizador mas que toma novos aspectos e novo impeto em nossos dias.

Nós mesmos, os missionários, atentos aos renovados apelos de Deus que ouve os clamores do povo — Ex 3 e 7 —, precebemos nossas omissões e responsabilidades da desagregação dessas culturas e comunidades indígenas. Sentimos que é nosso dever chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem à invasão de seu território, mesmo quando varridos à bala para dar passagem à BR-174, depois de rejeitarem uma pacificação capciosa que contra o próprio Estatuto do Índio vinha desalojá-los de seu habitat natural. E até hoje a FUNAI continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros.

DEMARCAÇÃO

Em toda a extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela FUNAI. A demarcação feita por Rondon em 1917 foi, em 1973, reduzida a alterada deixando a maioria de grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.

Perto de Altamira, os pacíficos Arara estão cercados por latifúndios e colonizações INCRA e COTRIJUI, privados de seus terrenos de caça e de cultivo. No Acre, os índios Kulina e Kaxinawa que escaparam do extermínio, para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos. Há neste Estado o escândalo do empreendimento do grupo Bradesco/Atlântica—Boa Vista que recebeu em 1974 e 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelos Kulina, e onde o diretor responsável é o próprio executor da política indígena no Governo Médici.

DESAPARECIMENTO

No rio Negro, até hoje nada garante o território dos índios, ameaçados pelo projeto da Perimetral pela descoberta de minérios. Da mesma forma não há meios de fazer demarcar uma reserva para os Yanonami, pois os projetos encami-

nhados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável, desapareceram sucessivamente.

Há o problema da terra dos Tikuna, cerca de 12 mil no Alto Solimões esbulhados por patrões ribeirinhos. Seu território até hoje não foi demarcado. É crítica a situação dos Kanamari, Marubo e Mayumuna do vale do Javari, que se dispersaram e entraram em rápida decadência devido a um bloqueio indiscriminado que a FUNAI lhes impôs de qualquer relação com a sociedade envolvente.

Frente a isso, os missionários apelam à imprensa, às instituições culturais, sociais e religiosos, para que levanten sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1978. Somente um movimento amplo de opinião pública poderia contrabalançar e deter a prepotência dos grandes grupos econômicos que destroem no seu avanço os direitos adquiridos dos pobres; as aldeias, culturas e tribos inteiras de indígenas, e o próprio meio ambiente com devastações gigantescas.

Os direitos humanos dos índios são desrespeitados em bloco, e a cada dia, a começar pelo direito à vida. Este curso de indigenismo nos levou a aprofundar o conhecimento a respeito das culturas indígenas; a riqueza, o humanismo, o equilíbrio de seus valores que para nós constituem sinais da presença do Senhor e de sua graça redentora.

CONSCIÊNCIA NACIONAL

É preciso criar uma consciência nacional de reconhecimento e defesa desses valores culturais, que na sua variedade e opulência constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade, e talvez mesmo uma perspectiva para a sociedade do futuro. Nossa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação — à imitação de Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana — assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena valorizando sua língua, suas concepções do mundo e seus costumes.

Rejeitamos todo paternalismo e tendências de decidir em do índio como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz. Ao contrário, queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize encontros e colaboração a nível intertribal. É de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes.

Resta-nos esperar que o povo brasileiro, encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representantes na população do país, menos de 0,2 por cento, que a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos dos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio e que a imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico".

8, p. 37/250

ENCONTRO DO ALEIXO

DOIS DOCUMENTOS DEFENDENDO OS ÍNDIOS

Ao término do chamado Encontro do Aleixo, realizado de 13 a 28 do corrente nesta capital, sob os auspícios do Conselho Indigenista Missionário, órgão pastoral-nativista que até há pouco tempo tinha caráter autônomo mas recentemente foi vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cerca de 60 missionários (católicos, sacerdotes e leigos), que atuam em maioria nos meios tribais, emitiram um comunicado oficial e uma declaração de princípios pastorais, cujos teores, incrivelmente realistas, são uma revelação de auto-crítica e quicá representarão uma nova tomada de posição da Igreja no seu tradicional relacionamento com os índios. Os documentos foram produto de demorados debates e muita análise durante o Curso de Antropologia e Missiologia realizado no decorrer do encontro. Transcrevemos abaixo os dois textos liberados pelo CIMI-CNBB à imprensa. Em segunda, apresentamos também um artigo, de autoria do indigenista Paulo Lucena, analisando aspectos e perspectivas dos fatos.

Resta agora saber se a Igreja contemporânea, com seu poder e influência, vai efetivamente adotar os princípios e recomendações contidos nestes documentos, o que seria ideal como primeiro passo a um posicionamento decisivo, frente à situação desesperadora dos últimos grupos tribais indígenas que ainda restam do grande massacre que se processa há quatro séculos.

OS DOCUMENTOS DOS MISSIONÁRIOS

O primeiro, consta de um "comunicado do segundo curso de indigenismo para missionário da Amazônia", com o seguinte teor:

"Missionários de 14 Prelazias e Dioceses, no termo de seu curso sobre problemas indígenas, vem ao encontro do interesse e da opinião pública, a expor neste comunicado final algumas conclusões".

Vivendo em contato constante com índios, somos testemunhas do processo de extermínio que foi implantado aqui pelo colonizador, mas que toma novos aspectos e novo ímpeto em nossos dias.

Nós mesmos, os missionários, atentos aos renovados apelos de Deus que ouve os clamores do povo (Ex 3,7), percebemos nossas omissões e responsabilidades na desagregação dessas culturas e comunidades indígenas. Sentimos que é nosso dever chamar a atenção da opinião pública nacional para casos especialmente chocantes, como o massacre dos Waimiri-Atroari que resistiram e resistem a invasão de seu território, mesmo

quando varridos à bala para dar passagem à BR-174 depois de regeitarem uma pacificação capciosa que, contra o próprio Estatuto do Índio, vinha desalojá-lo do seu habitat natural. E até hoje a Funai continua dando cobertura a esta invasão de bárbaros.

Em toda extensão do Estado do Amazonas e do Território de Roraima, regiões que abrigam maior número de índios, nenhuma reserva foi demarcada pela Funai.

A demarcação feita por Rondón, em 1917, foi em 1973 reduzida e alterada deixando a maioria dos grupos fora dos limites atuais que estão ocupados pelos fazendeiros mais poderosos da região.

Perto de Altamira, os pacíficos Arara estão cercados por latifúndios e colonizações do INCRA e COTRIJUI, privados de suas terras de caça e cultivo.

No Acre, os índios Culina e Caxinauá que escaparam do extermínio, para além dos limites da castanha e da borracha, não conseguem uma reserva em terras ainda desocupadas, mas já na mira dos ambiciosos.

Há naquele Estado o escândalo do empreendimento do grupo Bradesco-Atlântico Boa Vista, que recebeu em 1974 e 1977 certidões negativas sobre territórios habitados pelo Kulina, e onde é diretor responsável o próprio executor da política indígena do governo Médici.

No rio Negro, até hoje, nada garante os territórios dos índios, ameaçados pelo projeto da Perimetral Norte e pela descoberta de minérios.

Da mesma forma, não há meios de fazer demarcar uma reserva para os Yanonami, pois os projetos encaminhados desde 1969 pelos missionários ao órgão responsável, desapareceram sucessivamente.

Há o problema das terras dos Tikuna, cerca de 12.000 no Alto Solimões, esbulhados por patrões ribeirinhos. Seus territórios até hoje não foram demarcados.

E' crítica a situação dos Kanamari, Marubo e Mayuruna do vale do Javari, que se dispersam e entram em rápida desadência devido a um bloqueio indiscriminado que a Funai lhes impôs, de qualquer relação com a sociedade envolvente.

Frente a isso, os missionários apelam à imprensa, às instituições culturais, sociais e religiosas, para que levantem sua voz exigindo que se cumpra o Estatuto do Índio que dispõe a demarcação de todas as terras indígenas até 1978.

Somente um movimento amplo de opinião pública poderia contrabalançar e deter a prepotência dos grandes grupos econômicos que destroem, no seu avanço, os direitos adquiridos dos pobres; as aldeias, culturas e

tribos inteiras dos indígenas, e o próprio meio-ambiente, com devastações gigantescas.

Os direitos humanos dos índios são desrespeitados em bloco, e a cada dia, a começar pelo direito à vida.

Este curso de indigenismo nos levou a aprofundar o conhecimento a respeito das culturas indígenas — a riqueza, o humanismo, o equilíbrio de seus valores, que para nós constituem sinais da presença do Senhor e de sua graça redentora.

E' preciso criar uma consciência nacional de reconhecimento e defesa desses valores culturais que, na sua variedade e opulência, constituem um verdadeiro patrimônio da humanidade, e talvez mesmo uma perspectiva para a sociedade do futuro.

Nossa ação missionária, colocando-se numa linha de encarnação (à limitação de Cristo que assumiu plenamente a nossa condição humana), assume, como essencial, a cultura de cada comunidade indígena valorizando sua língua, suas concepções do mundo, e, seus costumes. Rejeitamos todo paternalismo e tendência de decidir em vez do índio, como muitas vezes se fez no passado e ainda se faz hoje. Ao contrário, queremos dar espaço e criar condições para que o índio organize encontros e colabore a nível intertribal. E' de lamentar que em reuniões interamericanas de índios os representantes do Brasil sejam os eternos ausentes.

Resta-nos esperar que o povo brasileiro encontre um meio de garantir a sobrevivência dos povos indígenas representando, na população do país, menos de 0,2%.

Que a anunciada abertura política seja benéfica à defesa dos direitos índios, que são os que mais sofrem quando dominam a força e o arbítrio.

E que a imprensa prossiga na sua tarefa de esclarecer a opinião pública e os governantes sobre o drama indígena, fazendo a linguagem da verdade prevalecer sobre os interesses do poder econômico.

Manaus, AM, 28 de janeiro de 1978".

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS PASTORAIS

O segundo documento dos missionários católicos, teve o título EVANGELIZAÇÃO. SEU teor é marcado pela mesma auto-crítica, o desprendimento e a veemência do COMUNICADO OFICIAL. Chama a atenção, sobretudo, o tópico que se refere à auto-determinação dos povos indígenas, o qual transcrevemos a seguir:

"AUTO-DETERMINAÇÃO — Os grupos indígenas

tem o direito à auto-determinação já consagrado em tantas cartas internacionais assinadas pelo Brasil. E seus membros tem direitos de serem reconhecidos como pessoas responsáveis. Reconhecemos que o índio tem seu direito especial anterior ao nosso corpo jurídico. Tornamos nossa a decisão tomada pelo índio presente em nosso curso: "Lutar pela auto-determinação mesmo que nos sujeitemos a prisões e a massacres. Vamos conseguir a auto-determinação do povo indígena". Em ordem à auto-determinação:

1. Reconhecer a autoridade dos chefes indígenas, pagés, anciãos e outros líderes tribais, dentro das suas concepções sociais e familiares. Que as missões sejam as primeiras a romper, na prática, com o regime de tutela a que sujeitaram os índios.
2. Incentivar assembleia indígenas tribais, regionais, nacionais e a sua participação em encontros internacionais.

3. Apoiar a criação de um boletim indígena feito por eles e dirigido a quem lhes aprovar.

4. Difundir o Estatuto do Índio, em linguagem acessível, entre as populações indígenas, em seus próprios idiomas.

5. O CIMI forneça dados para membros do Congresso Nacional, no sentido de que estes tenham condições de fiscalizar o Poder Executivo. O trabalho realizado pela CPI do Índio deveria se tornar função permanente de uma comissão regular do Congresso.

6. As entidades internacionais, como a Comissão dos Direitos Humanos da ONU sejam regularmente informadas dos crimes cometidos contra populações indígenas.

7. A legislação do país reconheça as normas, costumes indígenas nas suas relações internas.

8. Organizar uma pastoral indígena urbana, tendo em vista os índios que migraram para as cidades".

DIVULGAÇÃO POSTERIOR

Tendo em vista a transcendência deste documento, que é composto de cinco tópicos, como sejam, Conselho aos Bispos, exigências de evangelização, terra, saúde e educação, auto-determinação e atuação junto às populações envolvidas, A NOTICIA publicará o mesmo, em sua íntegra na edição do próximo domingo, assim como outras reportagens sobre assuntos indígenas em edições subsequentes.

QUATRO SÉCULOS DE EXTERMINÍO

Ao passar-se vistas nos documentos acima, à primeira instância, tem-se a impressão de uma simples auto-crítica de uma pequena parcela da Igreja, a reconhecer sua convivência secular no esfacelamento étnico, na decadência sócio-cultural, no esbulho e devastação das terras tribais e no quase extermínio dos índios brasileiros, a partir das primeiras levas de colonizadores, há mais de quatro séculos.

Todavia, atendo-se num exame mais acurado sobre os documentos aludidos, percebe-se a profundidade e transcendência do comportamento *sui-generis* desse grupo de missionários e leigos católicos, tendo-se em conta fatos conhecidos da conjuntura atual de relacionamento Igreja-República, em que a CNBB, como colegiado supremo do episcopado, tem ultimamente tomado posições firmes na defesa dos menos favorecidos, malgrado algumas colocações reacionárias e pouco cristãs de conhecidas figuras do clero tradicionalista, no-

tadamente a maioria dos chefes arquidiocesanos (bispos das capitais, principalmente) que, quase sempre distanciados estruturalmente das bases sociais, defendem princípios burgueses de manutenção de uma pastoral capitalista e segregacionista, principalmente imobiliária e celebrativa nas altas rodas metropolitanas. E mesmo a níveis outros da hierarquia episcopal, percebe-se ainda uma grande parcela de bispos menores e prelazias interioranas que ainda não se dispuseram a revisar o próprio comportamento pastoral, efetivamente pautados nos mesmos princípios arcaicos.

Mesmo assim, não se pode imputar dolo ou intencionalidade escusa sobre esses velhos e superados pastores, a não ser um anacronismo "congelado". E continuam intransigentes, com maiores prejuízos sobre as sociedades tribais indígenas, pela ação catequética proselitista e sem horizontes ecumênicos, a exemplo das famigeradas e obscurantistas organizações "evangélicas" chamadas protestantes, do tipo "Novas Tribos do Brasil" (batista), atuando,

em maior número que as católicas, no meio dos índios por toda a Amazônia, a causar a decadência e o extermínio de dezenas de tribos.

São fatos lamentáveis que redundam sempre em frustração e inestimáveis prejuízos, à mensagem libertadora do Evangelho e aos princípios e objetivos universalistas pregados no Concílio Ecumênico Vaticano II. A ação dessas prelazias e missões, geralmente de origem estrangeira, ainda é mais deletéria, considerando-se os irreparáveis danos que causam aos fundamentos básicos das entidades étnicas nativas, com suas próprias dimensões, concepções e valores, totalmente diferenciados dos nossos padrões estruturais de sociedade capitalista e tecnológica não igualitária.

Os dois importantes documentos do Aleixo, que certamente marcarão época na história do indigenismo brasileiro, quicá venham a servir de chama à reflexão daqueles que ainda não entenderam que sem ecumenismo a mensagem cristã de evangelização jamais atingirá

as dimensões universais e libertadoras pregadas pelo Cristo Salvador.

Um dos exemplos mais contundentes e significativos, a reforçar as idéias universalista da humildade, do desprendimento, da coragem e da decisão que devem inspirar o verdadeiro cristão, está contido na passagem bíblica em que certo jovem admirador do Cristo, dotado de grande fortuna material, dele se aproxima e pergunta qual a maneira de obter a própria salvação, no que o Mestre responde aconselhando-o a despojar-se de todos os seus bens e depois a arregimentar-se à sua caravana pastoral.

O moço então achou inviável tamanho sacrifício. Sem equívoco, o exemplo mostra que o verdadeiro cristianismo não se coaduna com a ostentação capitalista ou com a riqueza imobiliária, muito ao contrário, ele anda de mãos dadas com o desprendimento e a simplicidade, aliás, virtudes que imperam nas sociedades comunitárias indígenas, desconhecedoras do egoísmo e da ambição desenfreada.



ENCONTRO DO CIMI ENCERRADO ONTEM

Depois de 15 dias reunidos no Centro de Treinamento dos Padres Salesianos, no Km 5 da estrada do Aleixo, cerca de sessenta indigenistas, na maioria missionária e leigos católicos, sob os auspícios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da CNBB, tiveram encerrado ontem às 16 horas sua participação no 4º Curso de Antropologia e Missiologia. O evento foi de extraordinária importância a conjuntura indígena brasileira, tendo em vista os acontecimentos transcorridos durante o Encontro do Aleixo. Um documento final será distribuí-

do à imprensa nas próximas horas. A NOTÍCIA conseguiu furar o bloqueio imposto à imprensa e entrevistou o indigenista Paulo Lucena, que participara do Encontro. Terça-feira levaremos aos leitores uma reportagem completa sobre os mais importantes acontecimentos durante o conclave, ao qual estiveram presentes expoentes máximos do indianismo nacional e internacional, tais como Darcy Ribeiro, Dom Tomás Balduino, Padre Egídio Shwa de, Carmem Junqueira, Padre Joaquim Garcia (teólogo peruano) e outros. (Página 6 do 1º Caderno).

MR-8, p.39/350

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



Coordenação Regional do Arquivo Nacional no DF- COREG

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

DIR AN, BSB. AAC. MRL, 08, P. 40/250

Dados do documento especial

Característica:

JORNAL

Conteúdo:

Localização:

CAIXA: 68

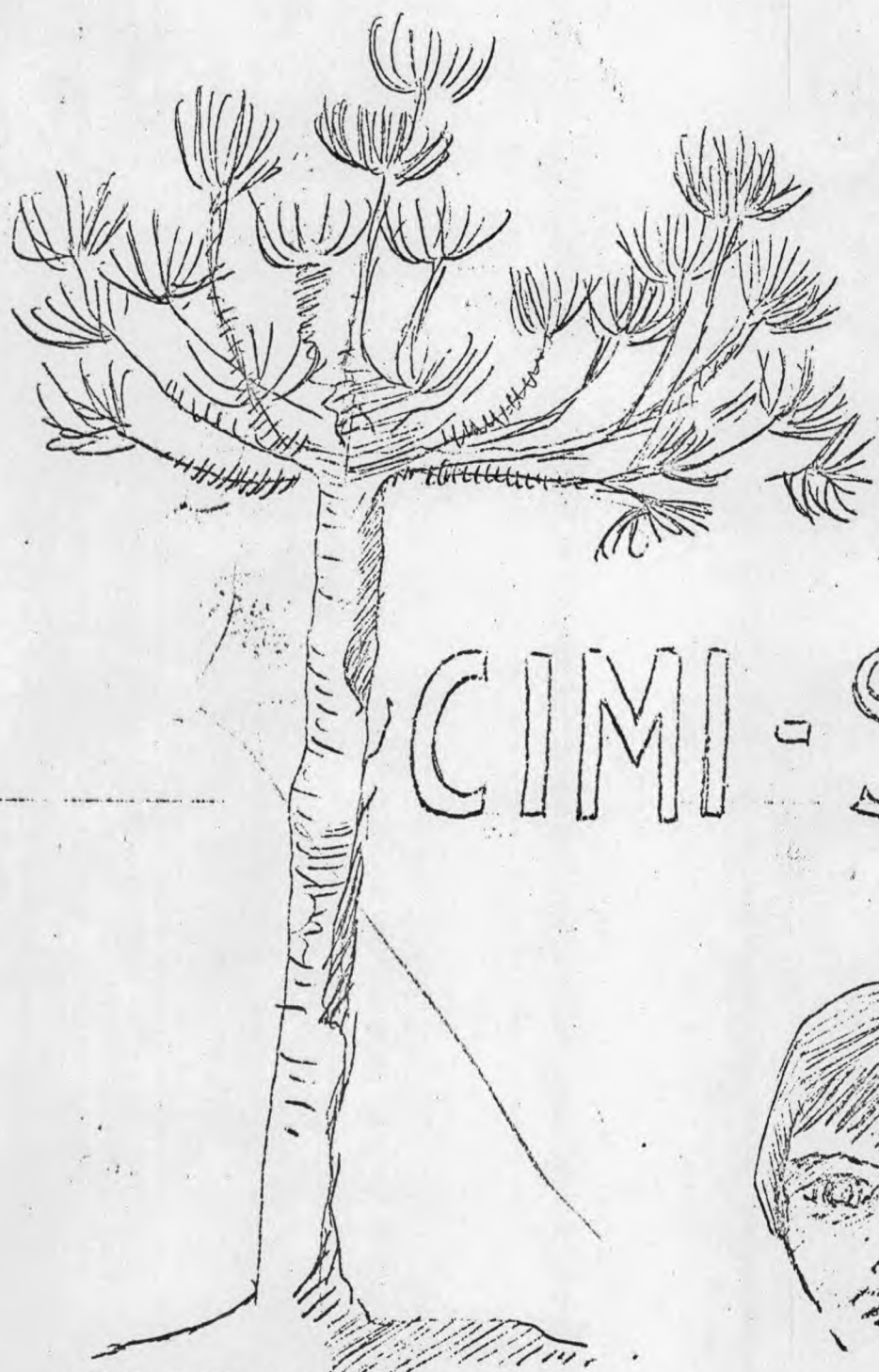
EMISSA: 08

FUNDO: FUNAI

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

100^a ASSEMBLEIA



DO

CIMI-SUL

CURITIBA

14-17 de Março 77



FOMIOTE

PEDRO AFONSO;

Xapecó, SC

"Nós somos considerados de menor, porque nós não somos atendidos, mas esmagados pelas autoridades maiores, entrou a Funai em lugar do SPI e continuou como estava. Não estamos aqui para reclamar de nossas autoridades, ou do chefe do posto, mas temos que lutar por nossos direitos."

MEIÊ

JOÃO CARLOS

Nonoai, RS

"Nós, lá no Rio Grande do Sul, desde o princípio do SPI, vamos sentindo que o índio não tem valor nenhum, vem sendo desvalorizado. Então é o que nós temos procurado, pra ver se nós melhora nossa situação daqui pra frente, se Deus quiser. Nós temos alguns inocentes pra criar."

XANGRE

NELSON

Nonoai, RS

"Vem chefe de Posto. Ele tem a vontade de ajudar índios, mas não tem apoio das autoridades dele. Então começa de trocar e trocar chefes de posto. Nós resolvemos prender a planta de soja do DGPI. Essas granjas que tem o DGPI é faladaque é em benefício do índio. Então a gente vem vendo esse trabalho e vendo que o índio não recebia nada, não via nada de lucro. O Arizinho viu que os índios ia colher com o cacique, a soja deles. Então ele falou a Lídia: eu quero saber se é verdade de ue os índios vão colher a planta de soja? O cacique disse que sim, porque os índios não vêem nada para si. Então ele propos ao cacique que os índios colhiam e recebiam metade da planta da soja, pra fazer com ela conforme aquilo que os índios desejam. E a planta do DGPI, eles estão querendo plantar onde o índio planta, onde é lugar de lavoura. Então nós dissemos pra eles que plantem nos lugares onde estão os invasores plantando. Eles que se virem com intruso pra plantar lá o reflorestamento deles. Então nós vamos ver se a gente compra um trator pra ver se planta nossa terra. Nós precisamos deste trator, nós precisamos porque nós precisa plantar, pra ver se melhora nossa situação."

MEIÊ

JOAO CARLOS

"Esta planta foi embargada antes da colheita. Quando eles estavam planejando de colher, nós combinamos com a comunidade indígena de embargar a colheita. Daí que foi o coronel do exército pra saber porque os índios estavam impedindo a colheita."

Pergunta: Tem serraria em Nonoai?

"A Funai entrou depois de já haver a serraria. Daí da pegou a serraria do SPI e colocou na outra ponta da área. Agora não funciona mais. Cerraram tudo. Agora esta colheita da soja está sendo controlada. E não sai nada da área sem a presença do índio. Daí que o coronel do exército queria saber quanto foi colhido e quantas bolsas saem, e explicamos isso a ele. Daqui por diante quem manda aqui somos nós. Os chefes do postos tem que fazer o que nós queremos. O coronel disse que no mês de abril vai mandar os dois tratores. Antes dos tratores chegarem esse produto não vai ser desembargado, inclusive tem gente lá guardando esses produtos para não ser despachados."

XANGRE

NELSON

"Outra coisa que a gente não vai concordar. Eles querem que quando sai o índio, que tire ordem, portaria pra sair pra fora. Achoque a gente não pode concordar, que nós não podemos. Nós não vamos aceitar mais isso. Eles querem que a gente não saia. Que eles vem

prometendo, prometendo prá calar a boca do índio, e assim eles dirigem o índio. Nós somos os pais dos filhos e das famílias e não vamos aceitar essa proibição. Eles querem assumir e fazer como eles bem entendem. Quando tem um chefe de posto que pé bom pro índio, eles tiram logo. Se tirarem este chefe agora, a gente não quer mais chefe de posto. Eles querem mandar em nossa terra mas nós é que somos os donos das casas. Não podemos deixar como eles fazem. Antes nos obedecia ao chefe de posto, trabalhava e fazia conforme eles queriam. Então nós temos comp plano de proibir tudo o que eles proibiam prá gente, proibir prá eles também.

KAGRE

ARMANDO

Nonoai

"Eles primeiro entraram prometendo e os índios sempre esperando. Não estamos pedindo o que não pertence a nós. Eles tem o dever e a obrigação de dar o que é nosso. Eles querem dirigir o índio. Nós sabemos trabalhar, plantar e colher. Eles querem sempre trazer o índio enrolado. Os intrusos vão ser avisados que os índios vão ocupar suas terras. Eu acho que o índio é um povo brasileiro que devia ter o direito a sua cultura. Em Nonoai, eles proibiram os índios de usar flecha. Quando o índio era dono de si e não era explorado como agora. Eles querem até dirigir as terras indígenas que tem em Nonoai. Muitos índios morreram em Nonoai - se o dono da casa morreu dentro de casa então ele tem o direito de ser enterrado."

Xangre

NELSON

"Estamos dispostos em ajudar todos os índios em outros postos. Nós temos que se entender para melhorar nossa situação. Estamos se envolvendo para ajudar índios de todo lugar. Porque a Funai e o DGPI não vão ajudar. Se a gente não arranja máquinas, a gente vamos morrer de fome. No que vem as máquinas eu acho que nós não vamos deixar mais o DGPI plantar lá porque a terra é pouca mas dá."

Explicação sobre o Posto de Nonoai, RS pelo Pe. Egon Heck

Este posto foi planejado para ser a grande concentração dos Kaingangs. As terras previstas foram sucessivamente tiradas. Eram cerca de 49.000 hectares e hoje sórestam 14.000 - há quase 1.000 intrusos. Os índios tem só 5.000 hectares disputados entre todos os projetos da Funai e DGPI. Foram plantados 500 sacos de soja que fazem prever uma colheita de 12 a 15.000 sacos.

XANGRE

NELSON

"Sobre as escolas, a maioria não tem professoras. Em Nonoai mesmo não tem professora, veio ordem de Brasília pra ela sair. Todas as crianças indias frequentam. A reserva tem 5.000 hectares, uma parte é cultivada pelo DGPI e outra por nós à enxada ou por bois. Precisamos de máquinas para poder produzir. Nós somos os donos das terras, mas eles dizem que sem eles não podemos fazer nada. Agora a gente não vai deixar o DGPI plantar mais lá porque não vem nada para o índio. Temos planos pra unir o povo -- tivemos reunião e queremos resolver nossos problemas. Funai não quer dar máquinas. Nunca vem ajuda e a gente fica cada vez pior. Não vamos mais obedecer. Nós visita os outros postos muito pouco. Eles não podem me prender e dizer que eu não posso visitar meus irmãos."

. MOSANJU

JOÃO SAMUEL DOS SANTOS Itanhaem SP

1958
 "Tenho 68 anos de idade. O que meus parentes estão falando aí, eu apoio. Desde dos tempos do SPI que vem acontecendo isso mesmo. O Posto de Peruipe (SP) teve um encarregado Victor que quase acabou com nós lá. Eu nunca tive nem um dia de escola. Até os 20 anos fui criado no mato. Meu pai era cacique e agora ficou meu irmão. Nosso local era muito longe, mas tinha muita comida: peixe, carne, frutas. Depois dos 20 eu aprendi muita coisa - aprendi a jogar bola, a tomar aperitivo, a tocar viola, mas agora não bebo nem fumo mais. Esse Victor fez uma reunião e planejou fazer uma roça bem grande que o meu irmão cacique aceitou. Então ele me escreveu e disse para eu voltar prá lá, porque agora tinha um posto e tudo ia melhorar pra nós. Eu cheguei lá, limpei minha terra, meus parentes tudo plantando arroz. Esse encarregado fazia meu filho maior trabalhar pra ele mas não pagava ordenado. Onde é que índio tem ordenado? Ele me dizia. Eu trabalhava antes e ganhava 4.000 réis por dia e falei tudo isto para o encarregado, e a gente começou discutindo. "Eu não vou trabalhar de graça. Pois o governo esta posto pra ajudar o índio e não o índio pra ajudar o governo. O senhor é empregado. Eu não quero discutir com o senhor porque não sou homem de discutir." Aí eu fui falar com meu irmão que era o capitão, né? Aí eu disse: "Olha André, voce cooperou aí com o encarregado." Ele disse: "É, eu cooperei. Eles prometeram a estrada, escola, farmácia, tudo." Isso foi em 52. Todo o sábado tinha que roçar caminho. A primeira vez, o capitão mandou lá o rapaz: "Olha, voce vai trabalhar na estrada." Fomos, roçar, trabalhar com picadão, picareta, né? E o almoço saiu daquele jeito. Eu não comi. Eu fui para casa porque a comida lá era muito ruim. No sábado vieram dizer que era pra ir buscar comida. Eu fui e passei a mão em 30 kilos de feijão. Vinha carregando tudo nas costas como fazem os Kaingang. Tiraram fotografia de como o índio tava sofrendo, que era pra mandar pra chefia, pra mandar burro pra carregar. Mas no fim da semana não me quiseram pagar de novo. Dizia que o governo não mandava verba pra isso. Então eu disse pra me deixar no meu cantinho - eu queria trabalhar por minha conta. Tinha um mestiço lá que queria me ajudar a plantar, a fazer balainhos, pá, chapéus, e vender em Itanhaem. Eu fazia e ele vendia tudo. Então o chefe Victor um dia pegou o mestiço e deu nele. Aí a gente se reuniu e deu nesse Victor. Depois a policia andava atras da gente e a gente fugiu prá São Paulo. Daí prá diante não parou mais chefe lá. Só agora esse tal de Lincol, mas não tem financiamento pros índios. Quando o Lincol tava fazendo as casas, os mestiços iam lá trabalhar sem ganhar, e faziam de qualquer jeito. Tá tudo amontoado.

1961
 Tem um que derrubou 10 alqueires de mato prá plantar cana e faz pinga. Aí eu falei com o Lincoln e ele confirmou que o índio não tem ordenado. Aí discutimos e tal. Aí eu disse: "Olha, eu venho morar aqui, mas não me convida pra vim trabalhar no posto, que eu não venha, tá?" Aí ele chamou os índios e tá pagando 10 cruzeiros por dia. Aí ele foi embora e veio este tal de Pará, filho do Veloço; eu conheço ele. Gostei muito dele. Faz 3 meses que a escola esta parada.

FOMIOTE

PEDRO AFONSO

"Querem botar tudo o que é ruim no índio. Quando um índio está sofrendo uma dor, então todos os índios passa a mesma situação porque todos nós índios formamos um povo. Então como é que dizem que é área indígena? Então tudo que tá em cima tem que ser do índio. Quando eu passei por Santa Catarina com 8 anos, não tinha posto ainda. No fim, foram prometendo, foram fazendo aquelas promessas e não veio nada. Mas eles é quem estão consumindo nossa madeira. As casas que fizeram são provisórias, apesar de que o dinheiro pras casas saíram de nossa terra. Nosso chefe não fiscalizou a construção. Hoje os intrusos tem mais que nós

que somos os donos da terra. Sou natural de Nonoai. Meu avô foi o primeiro cacique aqui de Nonoai. Vendem prá nós a pior madeira. Se um índio precisa de madeira prá fazer sua casa eles não dão. Eles tem vendido madeira pro índio. A melhor eles vendem pra fora. Estão nos roubando porque nós somos os donos. Então eu queria saber quem é que come estas madeiras? Eu estou falando sobre o que é nosso."

XANGRE

NELSON

"Nos tem feito um plano com o cacique e os índios lá de Nonoai. Então eu não acho bom o índio se engajar na Funai, porque daí ele não vai trabalhar a favor dos índios e vai fazer o que eles querem. Essas crianças que estão estudando, vamos orientar os pais das crianças? Então eu já fiz uma reunião com esses estudantes pra que eles não queiram deixar de ser índios e esquecer a língua deles."

KAGRE

ARMANDO

"Tinha lá um certo índio que queria vir, mas não pode vim porque foi proibido de sair. Ele mandou escrito o que ele queria dizer:

"Arrecebemos uma ordem do chefe do P.I. Xapecó, que arrecebeu um aviso pelo rádio para consultar os índios que vivem nas reuniões fora da área e dentro da área indígena. Foi proibida a entrada dos Padres na área indígena sem autorização da FUNAI ou do chefe do Posto. E o chefe do Posto deu ordem para os caciques indígenas quando aparecê um Padre peguem e metam cacete e chamou o Padre ou Bispo de desonesto comunista. Na mesma hora o chefe do P.I. disse que os índios mataram um padre a custa de porrete e não houve justiça para o padre....

...E outrossim, nós índios passando mal tratos, não por falta de recursos, por falta de organização ou por economia, porque nossas despesas e nosso dinheiro não dão da FUNAI nem do governo; é do índio. E sempre cada vez pior o índio está sendo aperceguido, os intrusos não tem uma ou duas famílias em cada casa. Estes não arreparam, estão levando as madeira de lei junto com o pinheiro, estão até derrubando os pinheiros que tem pinhas. Estes pinhos vai fazer falta para muita gente. - e não é capaz de plantar nem um pé de árvore de lei para lugar das derrubadas. Pelo menos o pinheiro que dá pinhão e alimento, ele dá até café. O pó de pinhão dá até porvilho, tem um grande valor para nós. Já estamos escutando estas lei do pinho pelo noticiário no rádio. Não existe lei, não foi dado ordem pelos caciques indígenas. Sá a FUNAI entrou, cortou e está cortando até a hora que tem conhecimento que está mesmo roubando dos índios, e não é capaz de dar nem uma agulha, quanto mais outras coisas, nem ajudam nem olham. Até diz que aquele não, é índio. Sendo assim estou muito nervoso e disso estou pronto de vencer com a lei do d'vino Espírito Santo.... Eu não sou contra a FUNAI, mas que execute o dever ao cuidado do índio como é preciso, porque o índio está pagando os funcionários. Mas não tem nem ajuda para o trabalho do índio. O índio daqui vai fazer por conta própria justiça. É isto.

...e acordo. Eles com nós e nós com eles. Agora nos vamos trabalhar bem. O Cláudio chegou lá- semana retrasada, -se não me engano, e os Barão pediram que ele arrumasse uns tratores para fazer roça; e ele prometeu de fazer uma força, mas eu não estou acreditando. Eu só acredito depois que eu vejo. A Reserva foi toda vida trabalhosa, muito penosa. E os homens que mais trabalharam foram o Lourenço, o Eugenio Padre Rodolfo, Padre Gonçalo e outros elementos que trabalharam para nossa reserva. O dia que os agrimensores chegaram lá, acho que dois dias depois é que chegou o João Mineiro, o Chico Preto. Só sei que lá em casa tinha bem poucos. Os outros que estavam lá, estavam no serviço. Só tinham uns cinco ou seis lá em casa no momento. Estavam Lourenço, Eugenio, o Celso, o finado Simão. Diz que ficaram com o Padre Gonçalo. Aí que chegou o Padre Gonçalo eu cheguei também. Aí perguntou o que é que houve, e disse que tinham embargado as coisas, os agrimensores. Sei que teve um que abuzinou o carro, daí que começou o tiroteio. Daí que atiraram no Padre. Eu não vi mas atiraram, e no Lourenço esse foi o Preto, eu vi. No Lourenço foi primeiro. Só sei que o Lourenço tinha pegado o João Mineiro, e jogou assim em cima do carro, daí que o Preto viu e tirou a faca dele, e atirou assim nas costas. Mas muitos viram o João Mineiro atirar no Padre. Mas outro, tal de Baltazar, cunhado do João Mineiro. Aí quando o Padre tombou todos correram e nisso mataram um deles mesmos, filho do Chico. O Padre passou um rádio para Guaiabá.

Veio um avião às 3 horas, e tinha acontecido de manhã, aí na boca da noite ele saiu com os três índios. A Polícia estava lá, caçando os criminosos e o João Mineiro estava no Barra do Garça. Só a Polícia Militar que estava um pouco mais interessada. Parece que ele tinham um pouco mais de interesse em pegar os criminosos, que a Polícia Federal. E assim ficaram duas semanas."

Obs. Nonato, um dos mandantes do assassinato, foi eleito Prefeito de General Carneiro, constam inclusive no processo, bilhetes dele convidando fazendeiros para o serviço.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
Estudos em grupos

Levantamento das causas desta realidade vista hoje :

Plenário:-ganância - bloqueio aos índios sem recursos, enganados;

- homem em função do economico (modelo); inversão dos critérios de valores; o branco não admitiu nem admite o índio (sua existência); daí que os estereótipos são importantes para justificar o massacre, em resumo a causa é o modelo economico;-antagonismo social: choques de dois sistemas, de dois modos de vida;
- Avidéz de bens economicos, de prestigio e superioridade
- Posição etnocentrica do branco - mania de superioridade
- Introjeção do mito do opressor (branco) da parte do índio (complexo de inferioridade)
- Vícios do branco dos quais o índio não se defendeu
- Ideologia capitalista: vale-se pelo que se produz

Conclusão- Pedro Afonso- Xanxerê - SC: a respeito da área: "Nós não sabemos das nossas áreas e vamos querer desrespeitar terras alheias. Assim nós precisamos ser respeitados."

Nelson (Xangrê) - Nonoai RS: "Teve um índio o Getúlio, eu não sei qual é a religião e ele tava, só sei que não era católico. Só sei que não permitiu usar remédio, e ele tinha uma filha (já grandinha) que tava doente, e ele não dava remédio. Foi e foi até que ela morreu. Tá o índio que conta, ele mesmo conta".

Armando -(Caagrê)-Nonoai RS: "Eu sou de uma religião, a Cruzada Nacional, e tenho um pastor que me autoriza de andar. Porque quando o índio, não existia orientação civilizada nenhuma, eu acho que uma reunião de nós índios em poucos instantes nós se compreendemos."

PAINEL - COMPLEMENTAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS INDÍGENAS NO SUL DO PAÍS

Hélio, Geraldo, Natalício, Martin, Josefa, Egon, André.

A partir do esquema:

- I - TERRA - intrusos
extensão
destruição
- II- SUBSISTÊNCIA - Renda Indígena
- Formas de Trabalho
- III- EDUCAÇÃO
- IV - CHEFIA - Posto da FUNAI
- Aus. determinação
- V - PRESENÇA DE OUTROS ÓRGÃOS

P.I. IKATU (São Paulo)

- I - Praticamente, não há intrusos.
Dificuldade até com obtenção de água. Destruição de matas.
- II - Bóias-frias, em geral (cerca de 95 %)
Alguns ainda buscam vender o artesanato, mas é muito pouco.
- III - Há uma escola razoavelmente bem aparelhada, construída com doações de moradores da região, já que a FUNAI não envia recursos para tanto.
Há um dispensário mas está fechado por falta de recursos, que a FUNAI não envia para mantê-los. O Chefe de Posto se preocupa com o aspecto da saúde dos índios, buscando prestar-lhes socorro imediato.
- IV - Há um grau mínimo de consciência - da parte dos índios - dos seus valores.

15 famílias vivem na área: 3 famílias terena, que falam sua língua; 12 kaingang, não falam sua língua e não tem tradição.

Atualmente a FUNAI cria gado na região. A terra é ruim, pois é muito arenosa.

P.I. VANUIRE (São Paulo)

- I - TERRA - o problema não é da falta dela, mas falta de implementos agrícolas, trabalham como bóias-frias
- II - Bóia Fria.
Só há uma índia que faz artesanato.
- III - Há uma escola com dois professores. A maioria não fala a língua, com exceção dos mais velhos.
- IV - Como grupo estão arrasados os kaingang. A FUNAI impossibilita quase todo o trabalho.

P.I. PERUIBE - é o posto oficial. Há ainda as áreas de Itariri e Itanhaém (S. Paulo) (demarcadas) e de Barra do Una (não demarcada).

- I - está demarcada nas três áreas, com exceção de Barra do Una.
Atualmente estão com 200 alqueires.
- II - Tem roças mas, para sobreviver, baseiam-se no artesanato, que vendem nas praias.

O índio quer trabalhar mas a FUNAI não lhe dá condições. Isso se manifesta concretamente na não concessão de sementes, e ~~xx~~ de uma arma zém para compra de mercadorias no interior da área.

Há um intruso que fabrica cachaça, o que agrava o problema da bebida, já existente.

III - Problema muito sério, visto não haver condições na própria área.

Só os mais velhos tem algumas idéias de sua tradição. A maioria dos índios são mestiços.

IV - Os guarani se locomovem livremente.

P.I. ARARIBÁ (São Paulo)

Originariamente é área guarani. O SPI levou para a área os terena.

Hoje são 250 terena e 50 guarani (sub grupo NHANDEVA)

Tudo contrasta com a tradição e cultura indígena.

Querem assumir (autodeterminação), no entanto o Chefe de Posto interfere.

P.I. GUARAPUAVA (Paraná)

I - Há problema de intrusão da área.

Há uma serraria da FUNAI na área.

Demora para reformar as casas, e para reforma da enfermaria não dei xaram tirar madeira do próprio posto. O Chefe do posto queria que os índios comprassem e transportassem de outros postos.

II - Lavouras e artesanato.

III - Tem professora de fora e uma professora bilingüe.

Há vinte índios que desejam estudar o ginásio, mas para isso precisaria uma casa na cidade para que pudesse mantê-los na escola. A FUNAI cria problemas.

* IV - A FUNAI não aplicou as verbas que foram consignadas para cursos organizados pela Legião Brasileira de Assistência.

P.I. IARANJINHA (Paraná) vivem aí kaingang, guarani e kaiowá

I - Tinham 250 hectares, e hoje somente 170 ha.

II - Plantam milho e mandioca em pequenas áreas.

Só os velhos não são bóias-frias.

Pouco artesanato.

III - Há escola com pouca frequência. Há dois índios que frequentam o ginásio em Santa Amélia.

IV - A Chefia de Posto não colabora. Não permitiu a vinda de índios à Assembleia do CIMI.

Os índios são reservados. São 27 famílias, sendo ~~xx~~ 22 kaingang, 3 guarani e 2 kaiowá. Somente os velhos falam a língua, entre os kaingang. Os guarani tem seu culto próprio, às sexta-feiras.

P.I. BARÃO DE ANTONINA (Paraná)

I - São duas áreas: Barão de Antonina e Pedrinhas.

Há 400 propriedades com cerca de 5 000 pessoas na área de 1500 alqueires, inclusive fazendas de café. O prefeito sugeriu que seria melhor transferir os índios para a área menor, de 500 alqueires.

II - Os índios de Barão de Antonina vendem flechas, etc

Os índios de Pedrinhas tem suas lavouras.

Os próprios índios trabalham nas roças dos invasores.

III - Há professores formados.

50 índios estudam.

- I - Invasão por madeireiras. Continuam ainda a exploração de madeira, apenas que por firmas ligadas à FUNAI.

A área é habitada por xokleng com a presença de pequenos grupos guarani.

P.I. XAPECÓ (Santa Catarina)

- I - Perderam grande parte da reserva original, que foi pagamento pela abertura da linha telegráfica de Clevelândia a Nonoai.
Há grande número de intrusos na área.
Há a serraria do DGPI, com capacidade de serrar 3000 dúzias de madeira por mês, e operando atualmente na média de 1500 dúzias por mês. Não se fez nada em termos de reflorestamento até agora, embora se tenham cortado centenas de pinheiros sãos.
- II - Quase todos tem suas roças, sendo que, para comercialização, plantam basicamente milho e feijão.
Começou-se, há cerca de um ano, um trabalho de lavouras comunitárias, na Aldeia Pinhalzinho. Os índios solicitaram ao Chefe de Posto, a construção de um galpão para armazenamento dos seus produtos, mas ainda nada foi feito.
- III - Há escolas (na sede, e na aldeia) com professor e monitor bilingue.
- IV - A FUNAI mantém criação de gado na Fazenda do Matão.
A chefia indígena foi trocada recentemente, tendo sido colocado, pelo Chefe de Posto, um monitor bilingue como cacique, na aldeia Pinhalzinho. O chefe de Posto é autoritário, está lá há cerca de nove anos.
Há um esforço sério e bem grande de índios e missionários no sentido de se buscar o reavivamento da cultura kaingang (ex: kiki, o culto aos mortos).
Apesar das interferências constantes, os índios caminham dispostos, na sua luta.

P.I. CACIQUE DOBLE (Rio Grande do Sul)

- I - Os intrusos são só os ex-arrendatários. Segundo os índios, eles sairão este ano. Em 1973 eram 173 famílias de intrusos, sendo que em 76 mais da metade já havia saído.
Segundo dados extra-oficiais, a área original era de mais de oito mil hectares. Os pinheiros são hoje uma raridade em Cacique Doble.
Segundo os índios, pela década de 40 chegavam a funcionar quatro serrarias na área.
- II - Os índios tem um trator de 2ª mão, tirado de um intruso expulso da área. Tem suas lavouras e fazem artesanato.
Há um projeto agrícola da FUNAI na área, com o qual os índios não concordam.
- III - Tem um monitor.
- IV - Tentativa dos índios de retomar sua chefia (autodeterminação), indo contra a dominação existente por parte do chefe de posto.

P.I. NONOAI (Rio Grande do Sul)

- I - Há um índio para cada 8 intrusos. Os índios ocupam 5 dos 14 mil hectares que a área tem. Os pinheiros de Nonoai estão praticamente acabados. O DGPI mantém uma granja na área (planta soja).
- II - Os índios vivem da lavoura. "são mais colonos, que índios. Não há mais vida tribal".
- IV - Os índios estão nos primeiros passos. Existe mais esperança com relação à autodeterminação. (vide relato dos índios de Nonoai)
Há um bom relacionamento com a Chefia de Posto, que se mostra realmente

P.I. TAMARANA (Paraná)

Os índios não querem mandar os filhos para a escola porque acham que só devem aprender o português já que o kaingang já sabem.

Há problema de alcoolismo.

Trabalham de bóia-fria.

Há índias que trabalham como empregadas.

P.I. PALMAS (Paraná)

I - Não há intrusos.

A serraria, funcionando há doze anos, devastou toda a área.

Os mestiços causam dificuldades.

II - vivem da lavoura, e da comercialização do xaxim, erva-mate e palanque.

III - Há quinze índios estudando fora.

IV - O Chefe de Posto impõe-se aos índios, com suas idéias.

Busca de reavivamento da cultura (kiki realizado com os índios do P.I. Xapacó), com a conservação de costumes.

P.I. MANGUEIRINHA (Paraná)

I - Não há intrusos.

Dos originais 16.385 ha da área, 3.300 foram destinados aos guaranis (pelo Gov. Estadual), pouco mais de 4.000 aos kaingang, e o restante está em poder do grupo Slaviero. Nessa área em posse de particulares, há cerca de 170.000 pinheiros e 40.000 imbuías.

Há uma serraria da DGPI, com capacidade de serrar 3.000 dúzias de madeira por mês. A instalação custou alguns milhões (só a elétrica, um milhão e meio). A serraria, funcionando há seis meses, tem serrado os pinheiros sãos (e não os desvitalizados) e nada se fez ainda em termos de reflorestamento. A serraria está na área kaingang.

II - vivem das lavouras e da comercialização do xaxim e erva-mate.

III - Há escola na área. Cinco índios estudam fora (4 em Manguaerinha e um em São Paulo)

IV - O último chefe de posto (que trabalhou lá nos últimos 18 meses) foi demitido.

Quase todos os índios falam sua língua.

* Estão realmente conscientes de seus direitos. Por sua união conseguiram que a serraria parasse no mês de fevereiro. Foram a Brasília exigir participação de 45% na renda da serraria.

* Os índios de Manguaerinha realmente assumiram os rumos de seu destino.

te interessada.

Há um aldeamento em Iraí, de índios levados de NONOAI, e que servem de atração turística.

Há um outro aldeamento em Rodeio Bonito, no Parque Florestal, onde só uma pequena área pode ser plantada pelos índios.

P.I. INHACORÁ (Rio Grande do Sul)

* I - Há uma estação experimental dentro de área, com 53 funcionários do Estado.

IV - O Chefe de Posto não deixa os índios saírem de modo algum.

P.I. GUARITA (Rio Grande do Sul)

I - Existem intrusos. Destruição da natureza é grande.

II - Vivem da roça e do artesanato. Alguns deixam a própria roça para trabalhar na limpeza de roça dos brancos.

III - Há a Escola de formação de Professores Bilingues e há um curso, na mesma escola, para formar técnicos agrícolas. Os índios são mal atendidos no hospital local.

IV - Os índios conhecem seus direitos.

RÁPIDA VISÃO DA REALIDADE INDÍGENA NO PAÍS

Região Sul do Mato Grosso

ameaçados diretamente pelo latifúndio (processo semelhante com os remanescentes da região leste e nordeste).

Goiás

- Xerente e Apinayé - constantes conflitos com a população envolvente e os fazendeiros.

- Karajá - além de sua ilha do Bananal ameaçada de loteamento, vêem a sua cultura destruída e pisada pelo turismo.

Maranhão

Os conflitos de terra entre Guajajara, Canela, Guajá, Krikati e Urubukaapor de um lado, e posseiros e fazendeiros de outro.

Pará

Suruí, Gavião, Xikrin e Gorotire - ameaçados de perder tudo pela empresa de mineração e agropecuária.

Amapá

Vide Boletim do CIMI (nº 32, p. 5 e 11). Assembléia de Chefes e Representantes dos povos indígenas da região de Oiapoque, Norte do Amapá, Rio Kurumã e Rio Uaçá.

Amazonas

Praticamente não existe sequer uma área demarcada para os índios em todo o estado. Com a aproximação de estradas por todos os lados os Parintin da região de Humaitá, os Maué-Sakeré, da região de Parintins, os Hixkariana do Nhamundá, e todas as tribos do Alto Rio Negro estão ameaçadas de perder o seu chão. É conhecida a luta constante e trágica dos Waimiri-Atroari da região de Alalaú e Jauaperi, e a luta igual dos Mayoruna e Marubo do Rio Javari no Alto Solimões, em defesa de seu último

chão invadido por estradas oficiais respectivamente a BR-174 (Manaus - Caracará) e Perimetral Norte. Ainda na região dos Rios Purus e Juruá os Ma-namadi, Apurinã e Kaxinãua já sem esperança de chão, vivem semi-escravos em seringais ou nos projetos dos "paulistas" que estão se instalando em toda a área

Roraima

A ameaça paira sobre o território dos Wanomami no Oeste e Noroeste do Território. Os Wai-wai no sudeste, embora ainda bem primitivos, perambu- lam sem chão definido por entre os colonos de quem recebem os vícios da civilização e as doenças que os vão dizimando rapidamente.

Os Makuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarikó do Nordeste viram há poucos di- as rede. ... pela FUNAI um território que abriga uma mínima parte dos mesmos (talvez 5%) deixando de fora os demais. Recentemente o órgão ofici- al dissolveu uma Assembléia que reunia representantes de mais de 100 al- deias destes índios com a finalidade de tratar de soluções para os seus problemas.

Ac

Jaminawas, Kulinas, Mantineri, Kaxinawa, Katuquinas, Kampas, Marubos e Mayorunas, todos estão com suas terras tomadas pelos empresários denomina- dos de "paulistas".

Rondônia

Os Pakaa-Nova não tem ainda as reservas demarcadas. Ao contrário, numa delas, a de Ribeirão, foi ocupada e loteada pelo INCRA que chegou a esta- belecer a sede do projeto Sidney Girão, praticamente no terreiro da se- de do Posto da FUNAI.

Os Suruí, Cinta-Larga e Cabeça-Seca da região de Cacoal viram as suas te-rras invadidas por mineradoras e colonizadoras e por colonos empurrados do Sul, Leste e Nordeste do país, sem que os órgãos públicos - INCRA e FUNAI - tomassem providências. Ao contrário, os seus funcionários que propunham soluções justas para a situação era, sistematicamente afastados da região. Assim, dos aproximadamente 4000 Suruí (1969), restam, na melhor das hi- póteses, 250.

Norte do Mato Grosso

Os gupos indígenas do norte do Mato Grosso, possivelmente estão, em questão de perspectivas, em melhor situação. Não porque estejam livres de todas as ameaças dos demais. Ao contrário, são os que tiveram de sustentar o maior número de conflitos nos últimos anos. Mas estão com melhores perspectivas unicamente porque já estão conscientes de que não tem mais nada a esperar dos órgãos protectionistas, e se convenceram que sua força está neles mes- mos (a luta é deles). Nesse sentido formaram uma grande união em defesa de seus direitos e de seu chão.

Os problemas que foram apresentados hoje pelos nossos irmãos índios e complementados pelos responsáveis das regiões, não são muito diferentes daqueles vividos pelos índios de todo continente americano - norte e sul. Em toda parte basicamente os mesmos males assolam as populações indígenas: suas terras estão sendo invadidas e tomadas, seus recursos naturais estão sendo explorados e destruídos. Os índios são vítimas de discriminação social, econômica e racial. Suas culturas e seus valores estão sob ataque das sociedades dominantes de cada país americano.

Precisamos ver tudo isto historicamente: não é só de agora que o índio vem sendo atacado. A invasão européia começou há quase 500 anos atrás e continua até hoje. A Amazônia atualmente representa a última fronteira no mundo ocidental. E a realização total desta "Conquista", o último lugar onde a doença de 'progresso e desenvolvimento' está chegando. E nesta ânsia está sendo criado um clima de verdadeira agressão e violência, não só contra o homem da selva mas também o próprio meio ambiente.

É importante aqui fazer uma comparação com os Estados Unidos da América do Norte, o único país totalmente desenvolvido das Américas. Nosso 'ídolo' e modelo econômico e social. O que aconteceu lá? Onde estão os peles vermelhas? Será que os mocinhos dos filmes de bang bang conseguiram eliminar todos eles?

A Califórnia no oeste, foi a última fronteira a ser conquistada naquele país. Quando houve a corrida do ouro nos anos de 1850, as culturas indígenas do centro oeste (Sioux, Comanches, Apaches, Kiowa, Paiutes, etc.) e da costa pacífica (Cahuillas, Colvilles, etc.) foram quase totalmente dizimadas, além dos recursos naturais. Os poucos índios que conseguiram sobreviver aos massacres militares, às doenças trazidas, ao alcoolismo, etc... se encontram cercados em reservas cada vez menores, e se veem obrigados a arrendar suas terras para os agricultores brancos que possuem tecnologia, máquinas e recursos econômicos e que podem explorar as terras mais eficientemente. O índio nos Estados Unidos também foi obrigado a comercializar seu artesanato para sobreviver. A vender sua cultura, em outras palavras. São explorados pelo turismo, como os Carajás da Ilha do Bananal. São confrontados com a poderosa maquinária da colonização que prossegue o loteamento e a venda ilegal de suas terras. As grandes companhias agropecuárias que trazem o gado invadindo suas terras também estão presentes na Dakota do Sul (terra dos Sioux) e a Dakota do Norte (terra dos Lakotas).

Mas no meio de todo esse clima de destruição - no meio das cinzas o fogo permanece vivo! Os índios continuam vivos e estão lutando para reavivar e conservar suas culturas. Seus modos de viver. Lutando para conservar sua independência.

Um passo importante e decisivo na tomada de consciência e propósito de continuar a luta, foi Wounded Knee, em Janeiro de 1973. Fazia então 100 anos do massacre que o General Custer e a 7ª companhia de cavalaria fizeram contra a brava nação dos Sioux. Esse ataque havia sido a 'pacificação' final dos Sioux. Então depois de 100 anos, os índios resolveram fazer uma cerimônia religiosa para celebrar o nascimento de uma nova nação: tomaram o posto indígena de Wounded Knee (na Dakota do Sul) e declararam-se uma nação independente. Sitiaram o local por mais de 40 dias quando finalmente o exército americano entrou na área com tanques, metralhadoras e fizeram os Sioux se renderem. Durante este tempo, eles receberam o apoio quase que integral da imprensa americana e internacional. Chamaram a atenção mundial para o problema do índio. É claro que depois disto houve uma repressão muito grande. Muitos guerreiros foram presos e mortos. Muita gente morreu em Wounded Knee e até hoje continuam sofrendo opressão. Mas uma consciência foi criada e o índio está lutando e conseguindo algumas poucas vitórias.

Lá tem também uma burocracia criada especialmente para lidar com o índio - o BIA - Bureau de Assuntos Indígenas. As táticas, as maneiras de tratar o índio também são muito semelhantes. O BIA proibia que os índios se reunissem entre si. Usaram um sistema de educação bilingue que foi responsável pela extinção das línguas e costumes indígenas. Ensinaram aos índios terem vergonha de si mesmo. Proibiram as cerimônias religiosas indígenas e isso acarretou a destruição da medicina natural dos índios.

Mas o índio lá não foi totalmente exterminada como era de se esperar. Os índios hoje, vivem nas cidades, participam do sistema economico, estão mais ou menos aculturados mas não deixaram de ser índios. Ultimamente a coisa mais notável que está acontecendo em suas comunidades, é o processo de educação totalmente definido e posto em prática pelos próprios índios. É uma educação de autodeterminação. Eles estão ensinando em suas próprias línguas, ensinando seus costumes tradicionais e a história de seu povo. Praticando sua própria religião e fazendo renascer suas culturas já quase esquecidas e perdidas. Assim estão preparando um futuro totalmente indígena para seus filhos, e garantindo a continuação de suas culturas através das novas gerações. (ver a última edição de INDIGENA, que tem uma parte totalmente dedicada à Educação Indígena).

Outra coisa positiva acontecendo nos Estados Unidos é que algumas reservas indígenas estão voltando a crescer. Por exemplo os Navarros, que antes habitavam quase toda a parte norte do estado do Arizona, ficaram reduzidos a quase 1/8 de sua área e população. Nos últimos anos porém eles começaram a crescer em população (porque reduziram as doenças e muitos índios que estavam fora da reserva, começaram a voltar) e conseguiram aumentar ou recuperar parte de suas terras.

Em todos os outros países do continente americano, nós temos o testemunho de que os índios vivem e estão lutando por independencia e melhores condições de vida.

No Canadá, em 1975 o povo Dené (noroeste do país, de origem atascasca) estão lutando com o governo canadense para manter independente sua área de 765,000 kilometros quadrados, e querem ser reconhecidos internacionalmente como uma nação independente. Eles levantaram um ponto muito importante em sua declaração: que na Africa e na Asia, países tradicionalmente habitados por povos africanos e asiáticos, existem hoje países que são governados por povos africanos e asiáticos. Porém nas Américas, região tradicionalmente habitada pelos ameríndios, não existe uma só nação verdadeiramente India. Mesmo em países latinoamericanos onde existe a maioria indígena (como no Peru ou Bolívia), o governo está nas mãos dos descendentes europeus.

No Alaska - os povos Eskimós estão unidos lutando contra a colocação de um oleoducto atravessando suas terras. Isso representa uma grave ameaça à sua sobrevivência bem como ao meio ambiente. Para isso eles estão contando com o apoio de organizações internacionais para proteção ecológica.

No México, em outubro de 1976, os índios e camponeses do norte dos estados de Sonora e Sinaloa (frontera com os Estados Unidos) recuperaram cerca de 14.000 hectares de terra das mãos dos grandes latifúndios. Já no sul do país, estado de Chiapas, os índios Tojolobares, Tzozil, Tzezal, estão unidos numa confederação com o propósito de conservarem suas línguas e culturas.

Na Guatemala - a população indígena constitui mais de 70% da população e são muito importante para a economia nacional pela venda de seu artesanato. Quando não estão trabalhando para as companhias multinacionais de banana, os índios da Guatemala são reconhecidos como os melhores tecelões do mundo. E suas blusas, roupas e outros artigos de artesanato são fortemente exportadas para a América do Norte e Europa.

No Panamá os índios Cunas, Guaymi, Teribe e outros, formaram um partido político - ANIP - Associação Nacional Indígena do Panamá - que é uma das forças dentro do país. Endereço do ANIP: Apto Aéreo 10815

Na Colômbia, na região dos índios Cauca (parte central sul da cordilheira dos Andes), os camponeses e os índios estão organizados também num partido político - CRIC Conselho Regional Indígena do Cauca (o endereço deles é: Apto Aéreo 32395, Bogotá, Colômbia - eles fazem um jornalzinho em espanhol chamado UNIDAD INDIGENA). Em 1965, o CRIC foi o responsável pela retoma de grande parte das terras deles que haviam sido acumuladas pelo Cardeal de Popayán.

Venezuela e Suriname - nós temos o caso de anúncios em jornais da Europa convidando colonos para o "paraíso verde" com terras, incentivos fiscais e ajuda economica para colonizarem as terras dos Makiritares, Wayanas e outros povos. A terra dos Akawaios está sendo inundada por um projeto hidroelétrico no Rio Mazaruni e 4,000 índios tem que procurar novas terras para viver.

Peru - é outro país latinoamericano onde a presença do índio é marcante, mais de 60% da população, e somente em 1968 o Quechua foi oficialmente aceito como segunda língua nacional. Lá os índios também estão sofrendo os efeitos negativos do 'desenvolvimento' da Amazonia através das pressões feitas pelas grandes companhias de petróleo que estão especulando em áreas indígenas.

No Ecuador, temos o caso dos Shuaras - temidos no passado porque foram um dos poucos povos que os Incas nunca conseguiram conquistar durante seu império. São famosos guerreiros e estão hoje organizados numa federação, firmes na luta contra a colonização de suas terras pelos civilizados. Um caso interessante dos Shuaras (ou Jívaros) é que quando o governo equatoriano estava abrindo estradas para facilitar a chegada dos colonos nas áreas, eles então perguntaram: porque o governo não nos considera como gente? Porque vão buscar colono branco práns nossas terras? o governo respondeu que para serem considerados colonos, eles precisariam ter gado. O gado é uma coisa nova para o índio. Não tinha gado nas Américas antes dos europeus chegarem. Então os índios foram aos bancos pedir empréstimo para comprar gado. Lá os diretores disseram que para dar o empréstimo precisavam hipotecar suas terras como garantia e eles não tinham os títulos das terras. Foram então ao governo pedir o título de suas terras e então o governo disse que só dava título pra quem tivesse gado nas terras. Esse é apenas mais um exemplo do círculo vicioso da burocracia que continuamente marginaliza o índio e impede sua autonomia econômica.

O endereço da Federação dos Shuaras é: Domingo Comin 17-38
Sucúa, Ecuador

No Paraguay temos o exemplo de um novo conceito de antropologia. O Projeto Marandú, começou praticando a antropologia de cabeça para baixo, explicando ao índio como é a cultura dos brancos. Ajudaram a formar um conselho indígena para os quais proporcionavam conhecimentos necessários para a defesa legal contra os crimes e abusos da sociedade nacional. Esse projeto foi fechado em Dezembro de 1975 (atuava como parte da Universidade Católica de Assunción) e muitos de seus participantes ainda continuam presos. Foi documentado em 1973 através de um projeto do Conselho Mundial de Igrejas que pelo menos 70% da população do Paraguay consideravam o índio como animal.

Em 1974, o Dr Mark Munzel da Alemanha escreveu sobre o fato de que quem não desejasse servir o exército no Paraguay, bastava que trouxesse a pele de um índio como prova de bravura, e era dispensado.

Os índios Aché estavam sendo explorados pelas companhias de Tanino do Gran Chaco que os pagava metade em dinheiro e metade em álcool.

Na Bolivia (60% da população é indígena) e no entanto não existe nenhuma representação indígena no governo de Banzer. Desde 1950 começou a formar-se o Partido Indio da Bolívia que vive sob severa repressão do governo. Em 1952, durante a penosa exploração dos índios nas minas de estanho, houve uma rebelião contra os poderes econômicos. Os índios estavam sendo usados para o trabalho pesado quase como escravos, e metade de seus salários era pago em Coca. (Planta que foi antigamente usada pelos Aymará e Quechuas em suas cerimônias religiosas. A coca tem a propriedade de tirar a fome e dar mais resistência física para o trabalho). Mais de 1.000 índios foram cruelmente assassinados pelo exército boliviano sem que nenhuma providência fosse tomada contra isso.

Nosso povo tem sofrido muito em todas partes deste continente. Chegou o tempo de unir nossas vozes e nossas lutas. Sabemos que não estamos isolados.

Carmem de Novais
Mossunguê, 15 de Março de 1977.

1) O que se entende por evangelização ?

- anunciar o Cristo, adesão a Ele, amá-lo, testemunho cristão.
- compromisso com a vida e para a vida.
- não é mudança de cosmovisão do índio .
- consciência da dignidade da pessoa humana, com visão da libertação concreta.
- serviço. É anúncio e denúncia.
- todo anúncio da encarnação, em palavras e gestos, sacramentais ou não, libertação do homem todo e de todos os homens; promoção humana.
- é toda nova realização da encarnação.
- distribuir a mensagem do Evangelho para descobrir Jesus Cristo. (sic)
- anúncio vigoroso de Deus Pai para uma libertação escatológica. (sic)
- o conhecimento da realidade de um povo, é o ponto de partida.
- descobrir as sementes do Verbo presente na vida do povo.
- presença para a solução dos problemas, a partir dos mais pobres.
- olhar a realidade e aí descobrir a Boa-Nova.
- Evangelho é Jesus Cristo que devolve aos homens a dignidade.
- devemos levar a mensagem de Cristo aos índios ?
- temos a capacidade de levar a Boa-Nova em potencial ?
- purificar-se da mentalidade que causa dominação sobre os povos.

PEDRO AFONSO (Xanxerê)

Eu rezo a minha reza porque eu não compreendo a reza diferente. Eu não compreendo outras rezas, outras religiões, mas também não sou contra. Porque todas religiões são boas, mas para mim representa que não é bom a pessoa mudar de religião. Deve ficar na religião que nasceu.

2) Como evangelizar ?

- descobrir e assumir os valores evangélicos já presentes, e assumir a causa do índio.
- desenvolver, pelo anúncio evangélico, os valores pouco desenvolvidos.
- vivência em comunidade: fomentar.
- os grupos indígenas já evangelizados se tornem evangelizadores.
- não mudar a realidade religioso-cultural, mas complementar com participação, com os valores reais da mensagem de Cristo que o índio decide aceitar.
- temos direito de alterar a cosmovisão dos índios ?
- necessidade da encarnação na cultura.
- conhecimento da cultura do povo e seus valores antropológicos.
- os índios agentes de sua própria história e sua transformação, com direito à sua cultura.
- conhecer os valores humanos dos grupos minoritários.
- revelar Cristo sem imposição, dependendo do estágio de aculturação.

EGIDD BORORO

Nós nascemos num ambiente católico. Antigamente não podíamos falar na nossa própria língua; nós perdemos a vontade de falar a nossa língua e de viver a nossa cultura. Acho boa a nossa cultura e a acho boa a religião católica. Tomo a religião católica para minha vida futura. Para valorizar a nossa cultura devemos seguir a religião.

Armando (Caagrê) Kaingang- "Os passarinhos estão como Deus os deixou a cultura indígena é como os passarinhos. Deus deu a cultura a todos. Onde existe a cultura indígena também há saúde. É melhor a saúde. Os pregadores de diversas crenças levam a desunião - divisão nas tribos.."

EVANGELIZAÇÃO

Algumas considerações:

1- Antes de mais nada é importante estarmos conscientes de que nem todos estão de acordo com a concepção de evangelização exposta neste encontro como trabalho eminentemente visando problemas de terras, saúde, cultura indígena etc. E apelam para passagem da Escritura... ora devemos sempre "estar prontos a dar as razões de nossa opção", como diz S. Pedro. Em Medellín, os bispos descreveram a situação dos povos latino-americanos como "situação egípcia". Daí decorre, evidentemente, uma consequente ação pastoral do tipo daquela que realizou Moisés: libertação da opressão sócio-econômica-política.

2- É sumamente instrutivo observar que os evangelistas observaram e descreveram as reações emocionais espontâneas de Jesus frente às situações de sofrimentos corporais, materiais e cotidianos das pessoas que encontrava. Não se trata de situações espirituais. Assim: diante do problema da Mãe Viúva de Naim, Jesus "se comoveu". Diante das crianças a quem os apóstolos não recebiam, Jesus "se irritou", contra os mesmos apóstolos. Diante da morte de Lázaro, vendo o sofrimento da irmã dele e o choro do povo, Jesus "extremeceu", (das vezes) em sua alma e chorou". "Sentiu compaixão" das multidões abandonadas pelos chefes. Perante o homem da mão seca na Sinagoga de Cafarnaum, a quem os fariseus não socorriam por motivos religiosos (!), Jesus "olhou com indignação" sobre aqueles fariseus. Tudo isto mostra as reações conaturais, espontâneas de Jesus perante o sofrimento corporal humano.

3- Perguntando mais em especial o que é a Evangelização, dizemos que é o anúncio e a realização, aqui e hoje daquele Reino messianico que Jesus viveu e anunciou.

4- Diante das imensas dificuldades da Salvação das populações indígenas aparentemente condenadas ao extermínio, é necessário crer na utopia evangélica, e apoiar-se na Esperança que nasce da constatação de que Deus sempre salvou seu Povo a partir de minorias pobres e fracas.

Debate sobre a forma e a metodologia da Evangelização:

Pontos: 1- Evangelho encarnado numa cultura- como apresentá-lo?

2- Um cristão pode converter-se, viver a religião do índio?

3- Evangelização tem que ser uma encarnação completa na cultura indígena, e não se restringir a visitas esporádicas?

4- Procura dos problemas sócio-econômicos do índio, e aprender do índio.

5- Reformulação da idéia que temos sobre a religião verdadeira-

6- Há diferença entre religião e fé, sobre estrutura e fé.

7- Absolutizar a fé e relativizar a religião.

8- A nossa mensagem é do Cristo, a nossa religião não necessariamente é a do Cristo.

9- Também a cultura indígena tem que ser relativizada, o Evangelho pode dar-lhes critérios para que "eles percebam suas fraquezas" culturais

10- Tornar presente seu passado, para o povo tomar nas mãos sua história, baseados na sua memória histórica. Não pode ser uma simples volta ao passado, mas deve ter em vista a situação do presente para construir o futuro. Lançar uma "simples proposta" através do testemunho e da palavra, conscientes de ter algo de "novo" que não foi criada pelo homem branco, mas sim pelo próprio Cristo.

11- Tomar cuidado para não criar divisão entre eles.

12- Tirar da cabeça que vamos a eles com uma religião "verdadeira" já feita, para um pagão "burlesco e enganado". As sementes do Verbo existem em todas as religiões. Eles tem muitas verdades, muitos valores para apresentar aos cristãos!

Como foi levantada a problemática do índio na Assembléia da CNBB em Itaici:

Desde que foi criado o CIMI teve ligação oficiosa com a CNBB. Saiu depois o Estatuto Especial. Um membro da CEB participa da Diretoria do CIMI.

Na Assembléia de Itaici surgiram muitas tendências em relação aos destinos do CIMI, desde a idéia de sua supressão até a integração oficial à CNBB. Foram dias de angústias em relação aos resultados. Chegou-se a resolução de ligar oficialmente o CIMI à Cimi.

Outro assunto discutido foram os itens do Estatuto do Cimi:
Resultados: o plenário apresentou algumas sugestões a respeito.

Parte histórica do CIMI para situar sua posição frente à FUNAI:

- 1973: Tapirapés: invasão por funcionários da FUNAI, denúncia do CIMI; início da ação global do CIMI não se limitando às áreas missionárias; mudança da política indigenista (CIMI)

- 1975: Presidente do CIMI denuncia transferência dos índios KRENAKARORÉ para o Parque Nacional do Xingú sem assinatura do Presidente da República, mas sim do Presidente da Funai.

Levar os relatórios para a Funai com toda a realidade e fatos que aconteciam com os índios.

1975/76: Ameaça aos índios, morte de Padre Rodolfo: atitude de omissão da Funai. Proibida a entrada de missionários em áreas indígenas. (75)

A Funai é órgão do Ministério do Interior, permite a invasão das terras por grandes grupos, e ao mesmo tempo formula o Estatuto do Índio. É uma contradição.

1. EQUIPE LOCAL:

É INTEGRADA POR ELEMENTOS LIGADOS À PARÓQUIA E QUE QUEIRAM ASSUMIR A CAUSA INDÍGENA.

PLANEJARÁ E EXECUTARÁ UMA PASTORAL ESPECÍFICA JUNTO AS COMUNIDADES INDÍGENAS DA SUA ÁREA.

NO SEU TRABALHO CONTARÁ COM A ACESSORIA DA EQUIPE VOLANTE.

2. EQUIPE VOLANTE:

SERÁ INTEGRADA POR DOIS ELEMENTOS DO REGIONAL SUL DO CIMI.

PROCURARÁ ASSESSORAR E AJUDAR NO PLANEJAMENTO DO TRABALHO JUNTO AS POPULAÇÕES INDÍGENAS, MARCANDO SUA PRESENÇA EM TODAS AS DIOCESES ONDE SE LOCALIZAM ESSAS POPULAÇÕES.

PARA REALIZAR ESTE TRABALHO, PROCURARÁ VER PESSOAS QUE QUEIRAM SE ENGAJAR NESTA PASTORAL E ESTEJAM DISPOSTAS A SE LIBERAR CADA VEZ MAIS PARA ISTO.

AJUDARÁ TAMBÉM NA PREPARAÇÃO DESSAS PESSOAS, ATRAVÉS DE REFLEXÕES, ENCONTROS, CURSOS, LEITURAS ETC.

* A EQUIPE VOLANTE PERMANECERÁ PERIODICAMENTE EM CADA UM DOS ESTADOS QUE COMPÕEM O REGIONAL, A FIM DE ATUALIZAR O CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO CONCRETA EM QUE SE ENCONTRAM OS ÍNDIOS DE CADA ÁREA, E COMUNICAR OS RESULTADOS DESTES TRABALHOS E A REALIDADE DAS OUTRAS ÁREAS.

EM CADA PARÓQUIA, A EQUIPE VOLANTE AJUDARÁ A ENCAMINHAR UM PLANEJAMENTO CONCRETO DE PRESENÇA MISSIONÁRIA JUNTO AOS ÍNDIOS.

3. CURSOS E ENCONTROS:

TENDO EM VISTA A GRAVE SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS DO SUL, SERÁ NECESSÁRIA UMA PREPARAÇÃO CADA VEZ MAIS PROFUNDA DAS PESSOAS QUE SE DISPÕEM A TRABALHAR JUNTO A ESTE POVO.

POR ISSO, O REGIONAL SUL DO CIMI PROCURARÁ PROMOVER CURSOS E ENCONTROS DE FORMAÇÃO; ELABORAÇÃO DE MATERIAL; DISCUSSÃO E REVISÃO DO TRABALHO QUE VÃO SENDO REALIZADO.

NESTA PREPARAÇÃO, O REGIONAL PROCURARÁ A ASSESSORIA E INTERCÂMBIO COM OUTROS ORGANISMOS (OPAN, COM, UNIVERSIDADES, MUSEUS, DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA, LINGÜÍSTICA).

O REGIONAL E OS MISSIONÁRIOS PROCURARÃO MANTER CONTATOS COM OS SETORES DAS UNIVERSIDADES QUE MAIS DIRETAMENTE ESTÃO VINCULADOS À QUESTÃO INDÍGENA, PARA QUE PROCUREM, DE ALGUMA FORMA, AUXILIAR OS ÍNDIOS NA DURA LUTA PELA SUA SOBREVIVÊNCIA.

O SETOR DE CURSOS DO CIMI, PROCURARÁ, AUXILIADO DIRETAMENTE PELA EQUIPE VOLANTE DO REGIONAL SUL DO CIMI, ORGANIZAR CURSOS A NÍVEL PAROQUIAL (LOCAL) OU DIOCESANO (REGIONAL). SERIAM CURSOS ABERTOS A TODAS AS PESSOAS SINCERAMENTE INTERESSADAS NO PROBLEMA INDÍGENA DO LOCAL OU DA REGIÃO.

QUE A EQUIPE VOLANTE DO REGIONAL SUL DO CIMI, AO PASSAR UMA TEMPORADA NUM DETERMINADO LOCAL OU REGIÃO, PROCURE VIABILIZAR UM CURSO DESTES, NA RESPECTIVA REGIÃO.

DAR APOIO ÀS INICIATIVAS DE CURSOS E PROMOÇÕES EM UNIVERSIDADES QUE OBJETIVEM ANALISAR A SITUAÇÃO INDÍGENA.

4. LIGAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS:

OPAN - A OPERAÇÃO ANCHIETA ESTUDARÁ AS POSSIBILIDADES CONCRETAS DE LOCALIZAR VOLUNTÁRIOS (ABRIR PROJETOS) TAMBÉM NA REGIÃO SUL.

SE UM VIGÁRIO OU RESPONSÁVEL DIOCESANO ESTIVER DISPOSTO A ASSUMIR CONCRETAMENTE A VINDA DE UMA PESSOA DE FORA, A OPAN ATENDERÁ ESTE PEDIDO. ISTO PORQUE FOI VISTO QUE A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS NA REGIÃO SUL É UMA DAS MAIS GRAVES DO BRASIL. O PESSOAL DA OPAN, PRESENTE NO CURSO (DE IJUÍ), PEDIU QUE PROPOSTAS MAIS CONCRETAS SEJAM ENCAMINHADAS, TENDO PRESENTE QUE, EM PRINCÍPIO, NADA HÁ QUE IMPEÇA A LIBERAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS PARA A REGIÃO SUL.

COMINA - SERÁ UM DOS CENTROS DE INFORMAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DOS ELEMENTOS À OPAN E AO CIMI.

FIDENE: ESTÁ DISPOSTA E ABERTA PARA OUTROS CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, A EXEMPLO DO REALIZADO EM JANEIRO/77 (EMBCRA DE MAIS CURTA DURAÇÃO)

OUTROS INSTITUTOS E CREDOS RELIGIOSOS: O REGIONAL PROCURARÁ MANTER CONTATO COM TAIS ORGANISMOS DE MODO A ESTABELECEER FORMAS DE MÚTUA COLABORAÇÃO.

5. GRUPOS DE APOIO, SENSIBILIZAÇÃO E MATERIAL SOBRE O ÍNDIO:

COMO AS PESSOAS PARTICIPANTES DE CURSOS E ASSEMBLÉIAS DO CIMI SÃO DOS MAIS DIVERSOS E VARIADOS LUGARES, PROCUREM EM SUAS RESPECTIVAS COMUNIDADES FORMAR GRUPOS DE APOIO À CAUSA INDÍGENA. ESTES GRUPOS SERÃO INTEGRADOS POR PESSOAS QUE ESTEJAM DISPOSTAS A ASSUMIR A CAUSA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS (PROFESSORES, MÉDICOS, ENFERMEIROS, ADVOGADOS, ESTUDANTES, JORNALISTAS, AGENTES DE PASTORAL).

OS GRUPOS DE APOIO TERÃO COMO OBJETIVOS:

- LIGAR-SE A UMA COMUNIDADE INDÍGENA, PARA AUXILIÁ-LA NA SOLUÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS.
- ATRAVÉS DA IMPRENSA, DE PALESTRAS, CELEBRAÇÕES, IMPRESSOS... DIVULGAR AO MÁXIMO A SITUAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS.
- DIVULGAR AO MÁXIMO O BOLETIM DO CIMI.
- PARA TANTO - E TAMBÉM VISANDO O ESTUDO E APROFUNDAMENTO SOBRE A PROBLEMATICA INDÍGENA - OS MEMBROS DO GRUPO SE REUNIRÃO COM A PERIODICIDADE QUE O TRABALHO EXIGIR.

OBS.- A FIDENE, ATRAVÉS DO SEU DEPTO. DE ANTROPOLOGIA, PROCURARÁ ELABORAR UMA COLETÂNEA SOBRE O "ÍNDIO ATUAL".

6. LEVANTAMENTO COMPLETO DA SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS QUE VIVEM FORA DAS RESERVAS INDÍGENAS:

O REGIONAL SUL DO CIMI COORDENARÁ ESTE LEVANTAMENTO QUE VISA OBTER UM CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS QUE VIVEM FORA DAS RESERVAS INDÍGENAS. ISSO PARA ANALISAR QUAL SERÁ A PERSPECTIVA DESSSES ÍNDIOS E O QUE SE PODERÁ CONCRETAMENTE FAZER JUNTO A ELES.

ESTE LEVANTAMENTO PROCURAREMOS FAZER JUNTO A IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL, UMA VEZ QUE DEMONSTRARAM GRANDE INTERESSE EM SABER ESTES DADOS.

PARA ESTE LEVANTAMENTO, CADA EQUIPE DE APOIO E ORGANISMOS LIGADOS AO TRABALHO, PROCUREM, NA SUA REGIÃO, LOCALIZAR AS FAMÍLIAS OU INDIVÍDUOS INDÍGENAS, ESTUDANDO SUA SITUAÇÃO CONCRETA: SITUAÇÃO ECONÔMICA, GRAU DE INTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE ENVOLVENTE, TRAÇOS CULTURAIS QUE AINDA CONSERVAM, SUA HISTÓRIA.

OS DADOS DEVEM SER ENVIADOS PARA O REGIONAL SUL DO CIMI.

7. FINANÇAS:

-O REGIONAL PROCURARÁ ESTUDAR JUNTO AOS BISPOS E VIGÁRIOS A POSSIBILIDADE DE DISPOREM PARTE DO DINHEIRO DA CAMPANHA DO MÊS DAS MISSÕES PARA A PASTORAL INDIGENISTA.

-AS EQUIPES DE APOIO PROCUREM ANGARIAR FUNDOS PARA PAGAR AS PASSAGENS DOS ÍNDIOS QUANDO PROMOVEM ENCONTROS DE CHEFES, SUSTENTAR A EQUIPE VOLANTE E OUTRAS PESSOAS QUE SE LIBERAREM PARA O TRABALHO JUNTO AOS ÍNDIOS, GARANTIR HOSPEDAGEM QUANDO DE PASSAGEM POR DETERMINADOS LOCAIS, ETC...

-A PRESENÇA DA EQUIPE VOLANTE SERÁ MANTIDA PELA PARÓQUIA OU DIOCESE DURANTE SEU TEMPO DE ESTADIA NOS MESMOS.

-O REGIONAL SE VALERÁ DE AJUDA FINANCEIRA VINDA DO EXTERIOR EM BENEFÍCIO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS.

1- São Paulo: 1. Equipes: 1.1. Organização de equipes locais para um trabalho direto com os índios.

1.2. Organização das equipes de apoio

1.2.-1. além das atribuições contidas no planejamento do Regional, as equipes terão também a responsabilidade de produção e distribuição de material, participação nos encontros, etc.

2- Encontros: 2.1. Reunião para revisão das atividades do semestre, no dia 28/julho/1977, em Itanhaém.

2.1.-2 Plano de atividades para o 2º semestre.

3- Semana do Índio: 3.1.- divulgação nas escolas
" nos meios de comunicação.

3.2.- celebração nas Paróquias onde existem os Postos indígenas.

2- Paraná: Realização de duas mini-assembléias: 1º-Região de Palmas Mangueirinha
Santa Amélia. 2º-Região Norte em

Haverá grupos de apoio para uma mentalização dentro e fora da área indígena.

Incentivar as equipes paroquiais em Palmas e Mangueirinha. Reuniões periódicas dos índios.

Continuação dos projetos: plantação de arroz, horta comunitária.

O COMINA e CAM assumem colaboração com o CIMI para mentalização do clero, dos religiosos, líderes de movimentos, grupos e povo em geral, particularmente sobre a situação do índio no Sul. Comprometem-se ainda em orientar pessoas para participar de cursos de formação promovido pelo CIMI.; e para um engajamento na OPAN.

A equipe em Curitiba realizará reuniões mensais para estudar e aprofundar a problemática indígena. Entrará em contacto com o Departamento de Antropologia e com o CIMI para incentivar a celebração da semana do Índio.

3- Santa Catarina: Trabalho e organização :

Dar apoio ao trabalho dos índios, dentro de sua terra, principalmente aos trabalhos comunitários.

Organizar uma cooperativa indígena.

Organizar hortas comunitárias.

O importante é um trabalho de mentalização para que haja o plantio.

É necessário que os índios se organizem, para não criar paternalismo.

É importante a formação de um Conselho Indígena, para a orientação do grupo; e de um Conselho Comunitário, principalmente para administrar a cooperativa indígena.

Incentivar e apoiar os índios na defesa de suas terras e patrimônio.

Contacto com os intrusos para que o Órgão competente : INCRA e FUNAI tomem providências.

Cultura e Religião:

Incentivar a prática cultural e religiosa própria dos índios.

Formar grupos de reflexão sobre "A Bíblia na vida do Índio".

Para a Semana do Índio, fazer uma exposição com venda do artesanato indígena.

Refletir com os índios, a preparação para o Batismo e Primeira Eucaristia. Missas mais prolongadas.

Obs. O problema é como organizar isso?

Saúde, alimentação e esporte:

Organizar um "Clube de Mães" que além de unir mães, ou mulheres, poderia ajudar no fator higiene.

Organizar algum esporte, principalmente para (moças e mulheres.

A nível do Regional: Província Sul propriamente:

O trabalho na sede: arquivos
correspondência,
jornais
biblioteca
luta indígena, etc.

Assumir o trabalho mais em nível de Regional, refletindo sobre o que ocorre no Sul, principalmente, e no País.

Participar de Cursos, reuniões, etc.

Reunião semanal da equipe (fixar a hora e o dia).

Encontro em Ibirama - Novembro/77.

4- Rio Grande do Sul:

1- Documentação:

Em termos históricos

Em termos de problemas de terra

Motivo: conhecimento da realidade.

a busca das raízes

2- Reunião do Pessoal: Frederico Westphalen

data: 1a. quinzena de junho/77

3- Inhacorá: Levantamento setor saúde

Introdução de uma religiosa para residir no

Posto.

4- Conscientização dos brancos nas comunidades onde há Pos
tos. (Pastor) até junho elaboração do plano.

5- Hora de preces pela causa do índio (17/18hs.)

Reunidos em nossa III Assembléia de Pastoral Indigenista, nós, membros do CIMI/SUL, sentimos o dever de informar à opinião pública sobre a dramática situação em que vive o Índio Brasileiro nestas regiões e sobre o nosso compromisso, mais uma vez assumido, de continuarmos a desenvolver junto a ele um trabalho de Igreja.

CIMI-CNBB:

Manifestamos nossa profunda satisfação pelo apoio da COFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL manifestado, de forma tão explícita, em sua XVa. Assembléia Geral, há pouco realizada em Itaici, ao trabalho que o CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO desenvolve junto aos POVOS INDÍGENAS do Brasil. Entendemos que com isso a Igreja mostra mais uma vez sua unidade e seu compromisso de anunciar o Evangelho aos Pobres.

CIMI-INDIOS:

Grande parte desta nossa Assembléia foi dedicada aos relatórios e à análise da situação em que vivem os povos indígenas em nível regional, nacional e continental. Esta situação é dramática. Destaca-se nesse drama a depredação das terras dos índios por intrusos e até pelo Órgão oficial de proteção ao patrimônio indígena, o desrespeito às tradições sociais dos índios, o menos preso a sua cultura e à negação de seus mais elementares direitos de auto-determinação. Destaca-se ainda a discriminação racial e a marginalização do índio explorado do ponto de vista comercial e como mão-de-obra barata. Nada melhor para descrever a angústia desses povos, do que uma carta enviada a nossa Assembléia por um índio Kaingang: "Nós, índios do Brasil, estamos numa situação horrível... acho eu que isto é em todo o Brasil. Então nós índios, temos que nos unir e trabalhar para ver se melhoramos nossas vivências, porque eu acho que deve ter algum cristão por nós..."

Sendo que esta Assembléia se realiza no Paraná, manifestamos em particular nosso irrestrito apoio à Comunidade Indígena de Mangueirinha em sua reivindicação para que sua área de 8 976ha., com 170 000 pinheiros, que lhes foram tirados a 12 de maio de 1 949, retornem a ela;

CIMI-EVANGELIZAÇÃO:

Entendemos que a missão evangelizadora da Igreja acontece na libertação total do homem. Isso implica não apenas no anúncio de uma Salvação espiritual em Jesus Cristo ou numa conversão apenas interior e pessoal ou na mera vivência religiosa, e sim na realização do milagre evangélico que o próprio Jesus apresentou aos enviados de João Batista como critério e sinal da vinda do Reino Messiânico: "Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, e aos pobres é anunciada a Boa Nova" (Lca. 7,22). Diante destas palavras de Cristo, mais uma vez assumimos nossa ação missionária como uma obra ao mesmo tempo de Evangelização e de Promoção Humana, pois "A Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem" (Paulo VI-Evangeli Nuntiandi, n.34). hipotecamos total solidariedade a todos aqueles que, assim, entendendo sua missão junto às populações marginalizadas e exploradas sofreram e estão sofrendo as mais diversas represálias e difamações.

CIMI-FUNAI:

O CIMI não tem a pretensão de ser o único responsável pela solução dos problemas indígenas. Pelo contrário crê que o próprio índio salvará seus irmãos. Nesta salvação, o CIMI quer apenas colaborar e para isso tem procurado somar seus esforços aos de outras Igrejas Cristãs, de cientistas (antropólogos, sertanistas, linguístas, teólogos, etc), da Imprensa, bem como dos Órgãos Governamentais. E declara que sempre continuava aberto ao diálogo e a essa cooperação. No entanto, em nome do Evangelho, reserva-se o direito de denunciar tudo aquilo que ele entende ir contra as autênticas aspirações do índio. Assim, manifestamos nossa estranheza e nossa desaprovação às barreiras interpostas pelo Órgão oficial a índios que desejaram participar desta Assembléia como também nossa solidariedade aos chefes indígenas de Roraima, reunidos em Surumu, cuja Assembléia foi dissolvida, em janeiro último, em flagrante desrespeito ao índio.

SINAIS DE ESPERANÇA:

EM todo continente americano, o índio proclama, cada vez mais vigorosamente, que ele mesmo quer ser o dono de sua história e o construtor de seus caminhos. Na medida em que esta luta encontrar eco, solidariedade e positiva cooperação do povo de Deus em nossa pátria, cremos que as dificuldades do presente não impedirão de vislumbrar o amanhã do salmista que dizia: "Quando o Senhor reconduzia os deportados de Sião, parecíamos estar sonhando. Nossa boca encheu-se então de riso e nossos lábios de canções. E entre os povos se dizia: O Senhor operou entre eles coisas maravilhosas." (Sl. 125)

Curitiba, 17 de março de 1977

Pelos representantes dos
Bororos, Guarany e Kaingang.

Em Mossunguê, 17 de Março de 1977

1. A UNIÃO

Nós temos que se esforçar por si mesmos. Não podemos mais esperar pela Funai. Prá mim só basta os missionários que não estão ganhando pra nos ajudar. Quem está ganhando é a Funai, que ganha pro nosso desenvolvimento. Devemos ser unidos. Prá fazer um serviço de progresso, devemos todos irmãos serem unidos. Qualquer trabalho tem que ser unidos. Vamos todar por nossa própria conta. Se esperamos pela Funai não se vê nada. Nunca vamos deixar de pedir pra eles - mas também não esperamos muito.

A Funai devia vir para orientar o Indio para o trabalho. O negócio de serrarias eu acho que deveria ser serrado e consumido no mesmo lugar. Mas acontece que eles serram e levam fóra. Quantos pinheiros já foram serrados assim? A gente pede um trator e eles não dão.

2. OS CHEFES DE POSTOS E FUNAI

Alguns chefes de posts, uns 5% pelo menos interessam al indio. Mas quando eles procuram ajudar o indio, os superiores deles já acham um jeito de tirar fóra o chefe do posto. Eles tem algum plano direto que eles pensam só prá eles. O planejamento que ele tinha feito em beneficio nosso fica tudo calçado. Eles só deixam ficar no posto, o chefe que não ajuda o indio.

A minha queixa é que o indio devia ser consultado antes de mudar o chefe de posto. Outra coisa é que eles acham que existe alguém planejando o indio. Quem tá planejando os indios são eles me mos. Sabemos tudo por meio dos jornais, não é pelos outros indios ou outros brancos. E por meio da prática da Funai, que eles é que estão ensinando a gente como eles são.

Eles pensam que o indio não tem idéia. Que somos criancinhas. No nosso posto, quando nós planejamos tomar aggranja de soja, eles disseram logo que foi o chefe do posto. Ninguém confia no Indio. O maior sacrificio que o indio passa é isso: não tem valor de parte nenhuma. Os chefes dos postos não podem tomar o lugar dos caciques. Ele não tem direito de eleger caciques por capricho deles. Quem tem de eleger o cacique é o próprio Indio.

Quando tem reunião, eles não fazem nada. Mesmo quando veem o Indio falando. Porque eles não querem que os Indios se encontrem? O Indio sendo livre, porque? Estamos aqui dentro de Brasil como muitos presos, dentro de um campo de concentração. Não temos liberdade. No Estatuto do Indio fala que somos livres. Mas não deixa nós visitarmos nossos patricios. Não vamos visitar os brancos. O indio assim está sendo um intruso dentro de sua própria terra.

Se a Funai quer o nosso progresso, nosso desenvolvimento, eles que deviam ajudar a pagar pra nós termos esses encontros, que antigamente eram livres pra fazer. Os indios sempre tinham seus encontros. Invés de proibir nossas reuniões, eles deveriam ajudar. Devemos ter intercambio trocas de idéias para atingir esse desenvolvimento. Mas eles não querem. Querem que o indio desenvolva mas não ajudam. Não querem nosso progresso, querem que acabe o indio, pra poder tomar suas terras e vender pros brancos.

Essa dificuldade é mais aqui no sul. Lá na nossa terra tá tudo unido. A dificuldade é mais no sul e no Amazonas. Os índios de nossa terra apelamos muito para a união e estamos todos unidos, Xavantes, Tapirapés, Parecis, tudo.

3. A EDUCAÇÃO E CULTURA INDÍGENA

Os monitores como índios, eles tem que estudar não só pra algum projeto lá deles, mas para aculturar a própria faixa de geração do índio. As danças, a vida assim dos antigos, a gente não fica sabendo. Os professores podem dar tudo que é de estudo de interesse mas também podem ensinar aos índios sobre seus parentes. Os monitores não se interessam de involver as comunidades. Eles não ajudam a gente nesse serviço.

Gostaríamos que nossos filhos não perdessem nossa própria língua. Então nessa parte, quando o Rangel Reis falou que o estudo da língua do índio era um tempo perdido, nós não concordamos. Nós achamos que devemos ter o estudo geral mas não devemos perder nossa própria língua.

A parte de casamento da índia com o civilizado, através disso é que vem a invasão. O intruso branco casa com a índia só por causa da terra. Depois ele não vive com ela. Nós não estamos aceitando mais isso. Quando um índio casa com uma branca, então a gente perde a cultura. A mulher fala só o português com seus filhos, e então deixam de ser índios, perdem sua própria língua.

4. O ALCOOLISMO

Não é bom. Não devemos deixar o álcool nos dominar. Em nossa terra não é proibido beber, mas contanto que a pessoa saiba controlar. Antes disso o índio já tinha sua própria bebida. Eles deviam tirar os alambiques que existem dentro de algumas de nossas áreas. O intruso vende pinga pros índios. O índio bebe, briga e dá confusão. Os próprios índios deviam cuidar pra que o índio não perca o controle. O índio não deve se jogar assim fora da área dominado pelo vício. Conforme a exploração do branco, depende o álcool. Todos gostam do álcool mas eles só reparam o índio. As partes que andam pior que os índios não são tão criticadas. A crítica maior do branco é pelo álcool, que os índios não trabalham e só vivem bebendo. A crítica vem da redondeza da área, usam o álcool para malhar o índio. O índio é quem se prejudica mais com o álcool. Estamos lutando pra ver se nós encurtamos essa coisa. Devagarinho pra ver se evitamos isso.

5. OS MISSIONARIOS

Achamos muito bom a ajuda que eles estão fazendo pra nós. Nunca tivemos uma mão dessas. Deles ajudarem a fazer reuniões e ter essa vivência para melhorar. Nós os índios estamos descobrindo a exploração do branco para o índio. Entre essas reuniões é que se encontram os fatos. Nós encontramos entre os índios. É a parte mais necessitada de ajuda. Outra parte que necessita ajuda é o missionário se envolver em nossas comunidades, na lavoura com o índio.

Para nós parece que a Funai não está de acordo que os missionários tenham contato com os índios. Mas no entanto eu sempre tive esse dizer que o Cristo falou: "A árvore se conhece pelos frutos. A árvore boa não pode dar maus frutos; e a árvore ruim não pode dar bons frutos." Assim se conhece o Homem.

Eu da minha parte gostaria que os missionários tomassem esse cargo porque eu abho que eles trabalhem pro bem da Humanidade, não é somente pro bem do índio. Eu notei isso nos missionários. Muita gente fala que os padres são espiões. Eu não acho isso. Acho que eles trabalham com honestidade perante os homens e perante Deus. E eles não são órgãos do governo, mas trabalham e tem interesse pra toda a coletividade.

INFORMATIVO DOS
ÍNDIOS E
MISSIONÁRIOS DO
SUL DO BRASIL

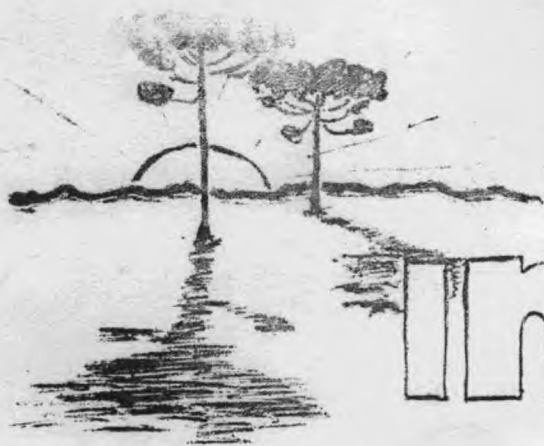
Luta indígena

Nº 3 JUNHO/1977

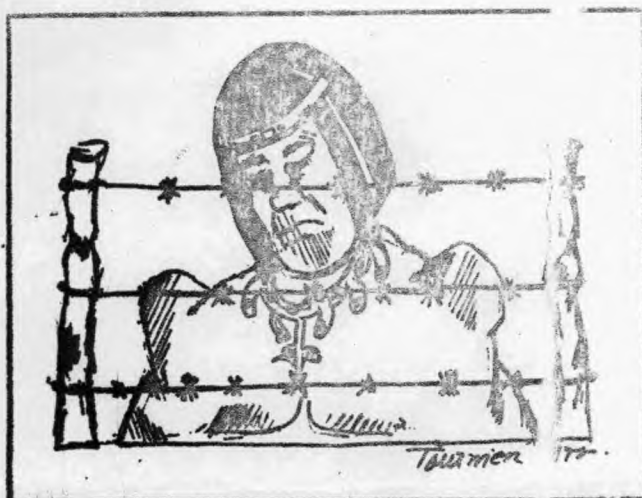
oitava assembleia de

chefes e representantes indígenas

MENSAGEM DO DIA DO ÍNDIO



MEMO N.º 39-EPI. 77
FLS. 03
RUBRICA <i>10</i>



QUEM CONHECE O ÍNDIO É O PRÓPRIO ÍNDIO

Depois de ter tomado parte na Assembléia Indígena de Ijuí, quero repousar o pensamento dos meus irmãos índios. O assunto é por demais conhecido, isto é, problema do Índio brasileiro. Este tema tão discutido, que tanta celeuma tem trazido nos meios políticos. Portanto, quero levar à opinião pública a verdadeira história sobre os problemas que afetam as tribos indígenas do Brasil. As condições atuais em que vivem diferentes grupos de índios. Sem falar das tribos do Amazonas e no norte de Mato Grosso. Não se pode padronizar o Estatuto do Índio e aplicá-lo a todas as tribos indígenas.

Hoje o problema do Índio é complexo. Por isso merece estudo, para depois tomar as devidas providências, procurando soluções adequadas.

O problema que afeta as tribos do Sul do país é diferente dos nossos irmãos do Norte. No Sul do país a maioria de grupos ou comunidades indígenas já atingiram certo grau de Aculturação. Portanto o problema é mais sério. Diante de tais situações, o Índio não tem encontrado condições para sua sobrevivência. O Índio do Brasil é um marginalizado. Sem ter o mínimo direito. É um ser humano esquecido.

Fomos donos desse grande país chamado Brasil. Hoje, no entanto, somos obrigados a viver confinados em glebas de terras da União. Da União, bem entendido. Porque essas terras que ocupamos não é nosso, não temos direitos de usar dos recursos naturais que ela oferece. Apesar que no Estatuto do Índio, num dos itens diz: Todas as terras ocupadas pelo Índio pertence ao Índio, tem direito ao usufruto dos recursos naturais. Na realidade, a verdade é outra. O Índio não tem direito em nada. Se ele tenta lançar mão desses recursos, o chefe do posto prende, castiga. Se ele teimar, é ameaçado de ser transferido para Amazonas, separando-o de sua família. Com estas ameaças as tribos tem levado a vida de medo, tem vivido a vida de humilhação.

Chegamos à conclusão de que, quem conhece o Índio é o próprio Índio e jamais o branco chegará a entender o Índio. Muito me

dos os seus problemas. As nossas necessidades são grandes e não temos condições de melhorar a nossa vida. Falta-nos recursos, precisamos de ajuda no setor da agricultura, um plano agrícola bem orientado, bem dirigido. Escolas para os nossos filhos, educá-los devidamente para enfrentar a civilização dos brancos. Setor de saúde bem equipado. Pois as necessidades no setor de saúde são enormes. Tudo isso ainda falta.

Diante desse quadro apresentado, é nós, os índios (caciques) que tomamos iniciativa por nós mesmos. Através de união e esforços de todas as tribos, levar ao conhecimento das autoridades constituídas e responsáveis, as nossas reivindicações puramente Indígenas. Reivindicaremos os nossos direitos como povos, para conseguir as nossas aspirações e direitos, nossa liberdade de falar livremente como ser humano.

Quando formos compreendidos e ouvidos, então estaremos em condições de perdoar das injustiças este grande país que é o Brasil que foi nosso.

Quero deixar uma palavra de encorajamento e de incentivo àqueles que voluntariamente tomaram posição ao nosso lado, pela causa da redenção do Índio do Brasil. Em nome de todas as tribos que vivem neste maravilhoso país, que foi nosso. Levantamos juntos esta bandeira da redenção dos Indígenas que vivem espalhados pelos quatro cantos do Brasil.

Nós índios estamos resolutos a levar avante a nossa causa. Procuraremos, através de todos os meios, atingir nosso sagrado objetivo de minorar os sofrimentos dos nossos irmãos índios. Sentimo-nos encorajados pelo apoio que estamos recebendo daqueles que compartilham conosco os mesmos ideais. A fim de que essa nobre nação indígena não venha injustamente se extinguir. Para isso havemos de gritar pelas injustiças que sofremos através dos séculos, até que algum dia a nossa voz encontre eco na justiça dos homens. Então encontraremos curas para os nossos males. Mas a cicatriz ficará como protestos pelas injustiças sofridas pela nossa raça indígena.

Marçal de Souza - Guarani

- sul de Mato Grosso -

participou da VII Assembléia
 de Chefes e Representantes

Indígenas, 16 a 18 de abril/77

OS ÍNDIOS X DGPI

- 2a

NO POSTO INDÍGENA MANGUEIRINHA

A exemplo do que fez no Posto Indígena Xapacó (SC), o DGPI - Departamento Geral do Patrimônio Indígena -, órgão da FUNAI, instalou uma serraria no Posto Indígena Mangueirinha (PR), e também com a capacidade de serrar 3.000 dúzias de madeira por mês. Para que fosse instalada e pudesse funcionar, foi necessário puxar uma rede elétrica particular de alguns quilômetros, o que custou cerca de 500 mil cruzeiros.

Em agosto do ano passado esta serraria começou a funcionar, com um breve recado para o Chefe de Posto (segundo o próprio): "ou a serraria funciona ou você perde o emprego". É claro que não é o Chefe de Posto que dirige a serraria, porque o DGPI é um Super-Órgão da FUNAI, que entra nas áreas independentemente do que pensa o Chefe de Posto e tem, para cada projeto, administradores próprios. Porém, o Chefe do Posto pode criar certas dificuldades ao Super-Órgão e era a isso que se referia o recado. O fato é que a serraria funcionou até fevereiro deste ano, quando os índios a pararam. Por coincidência ou não, o Chefe do Posto perdeu o emprego na mesma época.

A paralização da serraria deveu-se à união dos índios daquela área, que dela expulsaram o "gerente do mato" e o da serraria, e fizeram sair um grande número de brancos que trabalhavam na mesma. Até então a serraria vinha trabalhando dentro das suas possibilidades, sendo a maior parte de seus funcionários, elementos não-índios, e a renda proveniente da venda das madeiras sumia sem que os índios vissem para onde e sem que se beneficiassem com isso.

Paralizada a serraria, os índios foram a Brasília (+) e exigiram que a FUNAI lhes comprasse um trator com os respectivos implementos e que, para a serraria continuar a funcionar, 45% da renda que tivesse seria aplicado no próprio P.I. Mangueirinha. Ao mesmo tempo, o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - investigava, na área, a denúncia dos índios de que a FUNAI estava depredando o pinheiral ali existente.

OS RESULTADOS

Como fruto de sua ação, os índios já tem, há algum tempo, em seu poder, um trator CBT.

Segundo o atual Chefe de Posto - assumiu em março - o IBDF concluiu sua investigação condenando a maior parte dos pinheiros da área, por maturidade. Isto quer dizer que o poderoso DGPI poderá derrubar, de agora em diante, a maior parte dos pinheiros de Mangueirinha, como "pinheiro desvitalizado". (continua na página 20)

MENSAGEM DO DIA DO ÍNDIO

- 3

19/ABRIL

Hoje, dia 19 de abril, é o dia que no país inteiro se dedica ao Índio. Não sabemos quando foi criado o Dia do Índio e nem de sua especificação, mas aproveitamos a oportunidade para levarmos à opinião pública nossa mensagem do DIA DO ÍNDIO.

Primeiro queremos dizer que o dia 22 de abril do ano de 1500, quando Pedro Álvares Cabral, pela primeira vez, pisou nestas terras, foi o começo da expansão da civilização ocidental e o começo do fim das sociedades indígenas.

Com o passar dos anos intensificou a nossa destruição, que foi acarretada pela civilização ocidental. Esta usou os mais diversos instrumentos de degradação, que foram o massacre dos grupos indígenas. Auxiliam nesse método, as doenças trazidas pelo branco e por nós nunca antes conhecidas; a expoliação de nossas terras; aplicação de métodos de educação colonialista-etnocêntrica que não respeitou a nossa estrutura política-econômica-religiosa.

Tanto assim é que até o século XVI os índios eram considerados animais irracionais, e precisou que o Papa Paulo II declarasse à opinião pública da época que éramos seres humanos dotados de corpo e alma. Mas apesar disso a destruição do povo indígena continuou.

Foi com alarmante situação nossa e aos clamores de alerta de pessoas de outros países, que então foi criado o SPI - Serviço de Proteção ao Índio. A corruptividade dessa entidade fez com que ela fosse dissolvida ao menos no nome e foi criada a atual Fundação Nacional do Índio, FUNAI;

Não podemos deixar de reconhecer aqui o esforço que a FUNAI tem feito no campo de assistência à saúde. Mas por outro lado temos a dizer que fatos comprovam também a omissão desse órgão nas resoluções eficazes da defesa dos nossos interesses, ao ponto de auxiliar na expoliação do patrimônio indígena.

Portanto, estamos aqui tentando mais uma vez ser ouvidos pelos órgãos oficiais e a opinião pública. São inúmeras as viagens dos representantes indígenas até Brasília tentando resolver seus problemas. Nunca somos consultados pela FUNAI no que se diz a respeito dos planejamentos. Tudo é decidido em Brasília, sem a presença ou sugestões de qualquer índios. Se a FUNAI quer realmente ajudar o Índio em seu desenvolvimento, ela é que deveria promover e possibilitar esse tipo de encontro, onde aos índios é permitido se expressar livremente e juntos

4
buscar as soluções para os problemas. A FUNAI existe há 10 anos e os problemas continuam os mesmos.

Os Índios são povos livres que vivem há milhares de anos nessas terras. Não podemos admitir que outro povo decida os caminhos que devemos brilhar. DIA DO ÍNDIO deveria ser o dia de escutar o Índio.

As pessoas entendidas de problemas indígenas e que fazem as decisões em Brasília são antropólogos e gente alta da FUNAI que não vive a realidade do Índio Brasileiro, portanto não sentem o problema. Essa gente parece que não quer ouvir o Índio.

Não seria o momento de ligar a FUNAI diretamente à Presidência? Para não nos acusarem de que estamos sendo teleguiados, somos francos em dizer que esta idéia surgiu uns anos atrás por pessoas simpatizantes com a Causa Indígena. E que, no momento estudado pelos Índios, vem como única alternativa viável, porque como está, a FUNAI jamais terá autonomia em suas decisões a favor do Índio. Como se pode conciliar divergências de interesses dentro da própria família?

EMANCIPAÇÃO, INTEGRAÇÃO - são termos antropológicos. Que representam essas palavras para o Índio? Acaso foram termos criados pelo Índio? Como as sociedades indígenas interpretam estes termos? Emancipação e Integração na sociedade da civilização ocidental? Acaso estamos pedindo "integração" e "emancipação" na sociedade dos brancos? NÃO! Nós queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física e cultural. Que nossa integração e emancipação sejam feitos dentro dos nossos padrões culturais.

Queremos na oportunidade declarar que a Igreja na sua totalidade, por muitos anos manteve-se no silêncio ante a destruição dos povos indígenas. Últimamente se vem notando maior ênfase da Igreja no campo da Pastoral Indígena. Com uma nova luz no processo de libertação dos povos indígenas, quem aparece com ênfase nesse campo é o CIMI, Conselho Indigenista Missionário.

As missões católicas ou protestantes, ou seja de outro credo, terão que remodelar sua estrutura de assistência ao Índio, despojando-se de sua ideologia colonialista e reconhecendo os nossos valores culturais, para que dentro de um trabalho com base na antropologia, possam nos dar força para que possamos ter uma sobrevivência física e cultural.

Portanto hoje, reunidos em assembléia de caráter nacional, somos porta-vozes dos grupos indígenas que não puderam estar presentes; nossos irmãos de sangue que se espalham pelos quatro cantos dessa imensa Nação, com esperança de verem seus problemas solucionados, principalmente o problema TERRA. Somos também porta-vozes daqueles irmãos que até hoje se mantêm isolados, portanto inocentes dos malefícios que a civilização ocidental pode acarretar a eles.

oitava assembléia de chefes e
representantes . indígenas

- 6

CARTA AO

PRESIDENTE DA FUNAI

Ruínas de São Miguel, RS

19 de abril de 1977

Dia do Índio

Exmo. Sr. Presidente

Ismarth Araújo de Oliveira,

Estamos nós reunidos em Assembléia de caráter nacional, com participação dos Índios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Estado do Rio. Como Vossa Excia. pode notar houve participação maciça da região sul. Portanto queremos com esta, declarar à opinião da FUNAI os depoimentos feitos pelos representantes da região Sul. Conscientes de nossa situação como povos, queremos levar ao conhecimento do órgão competente as nossas lutas e anseios. Anexo a esta, segue os principais problemas levantados. Esperamos que nossas sugestões sejam consideradas e que providências sejam tomadas neste sentido.

PRESIDENTE DA FUNAI

Com apreço de estima e consideração

Os representantes dos povos

Kaingang, Terena, Guarani, Xavante

Pareci, Bororo, Kayabi, Apiacá.

Exmo. Sr. Presidente

ANEXO I

Ismarth Araújo de PAINEL DOS PROBLEMAS DISCUTIDOS

1. A chefia de algumas das comunidades é imposta pela FUNAI, o cacique sendo escolhido pelo Chefe de Posto. Pedimos ao Exmo. Sr. Presidente da FUNAI o reconhecimento do nosso direito de eleger os nossos chefes e caciques segundo nossos costumes tradicionais, sem a interferência do Chefe de Posto.
2. Alguns Chefes de Postos se interessam em apoiar os colonos e não os Índios, como é o caso do P.I. Votouro (RS). O Índio assim está sendo desmoralizado. Também alguns chefes de postos que vemos que, de fato, querem o bem da comunidade indígena, esses são afastados. Queremos que os Chefes dos Postos nos dêem total apoio na luta para atingir os nossos anseios, e que antes de

Aproveitamos a oportunidade para protestar contra qualquer ato ou intenção de manipulação, desprezo, imposição, exploração e destruição dos povos indígenas. Que sejamos respeitados como pessoas e como sociedades. Portanto, qualquer ato de imposição e proibição vai contra nossos anseios mais elementares.

Nós, povos indígenas, dentro desse contexto não nos omitimos da nossa responsabilidade de procurarmos num esforço único ao lado daqueles que de fundo de coração se interessam por solucionar os nossos problemas e atingir nossos anseios como povos.

Queremos mostrar a todos aqueles que nos oprimem que somos dotados de capacidade de raciocínio e que, de fato, procuramos dentro dos meios legais, solucionar os problemas.

E para finalizar a nossa mensagem do Dia do Índio, queremos oferecer um pouco dos nossos valores a essa sociedade que está despida dos valores espirituais e humanos. Esses valores vocês encontrarão na nossa forma simples de vivermos a vida.

Ruínas de São Miguel

Rio Grande do Sul

19 de abril de 1977

Pelos representantes dos Povos

Xavante, Bororo, Pareci, Apiacá,

Guarany, Kaingang, Kayabi, Terena.

EDGAR VASQUES

(IN RANGO 4)



MRL. 8, p. 75/250

MEMO N.º 39-EPI.77
FLS 07
RUBRICA

mandarem os Chefes dos Postos, as comunidades indígenas sejam con-
sultadas. -7

3. Queremos denunciar a intrusão das terras por colonos nas áreas do Sul, sem que a FUNAI nada faça para impedir essas intrusões.
4. Não há liberdade para que possamos usar nossas terras e os recursos nela existentes. Somos proibidos de desmatar para fazermos nossas roças mas, no entanto, aos intrusos é permitido.
5. A espoliação das riquezas do nosso solo pelo DGPI (projetos de soja, trigo e madeiras) sem o revertimento em benefício das comunidades indígenas. Somos obrigados a trabalhar fora de nossas áreas pois o DGPI nos tira as condições de trabalho dentro de nossa terra e a FUNAI não nos dá outros recursos, como tratores ou mesmo juntas de bois para desenvolver nossa agricultura.
6. Existe a proibição de encontros e reuniões. Os Índios de Xanxerê, (SC), foram ameaçados e repreendidos pelo Chefe de Posto porque foram visitar seus irmãos Kaingang em Nonoai, perseguição dos índios que vão às reuniões, à imprensa ou à Brasília. Vem a calúnia que o Índio não trabalha e vive passeando.
7. A Assistência Médica é precária na totalidade das enfermarias. Violência em alguns postos é usada contra índios. A comida dada aos doentes nem sempre é adequada, como na Cade do Índio em Campo Grande (MT).
8. Existe a instrumentalização dos índios que participam da vida pública do país. Como é o caso do vereador Jair de Oliveira, de Aquidauana, (MT), que em nenhuma das hipóteses é representante do Povo Terena, como se fala na imprensa e é acreditado pela FUNAI.
9. Muitas promessas são feitas, mas na maioria das vezes não são cumpridas.

ANEXO 2

REIVINDICAÇÕES LEGAIS

Apelamos através dos meios legais que sejam regularizadas estas injustiças. Com profundo respeito a Vossa Excia, alertamos que tudo o que foi apresentado está contra as leis contidas nos termos do Estatuto do Índio.

Quanto ao nosso direito de nos reunirmos para discutir nossos problemas comuns, e buscar soluções para eles, vemos que está amparado no artigo 66 do Estatuto do Índio que diz que se fará divulgar e respeitar as normas da Convenção 107 que nos dá os mesmos direitos humanos de todos os cidadãos.

Quanto à ação do DGPI, temos a declarar:

- No P.I. Xapecó, em Santa Catarina, existe uma serraria ser. -

rando, em média, 1300 dúzias de madeira por mês. Poucos índios são empregados como mão-de-obra neste projeto. A maioria da nossa gente trabalha na roça e quando necessita de algumas tábuas para construir suas próprias casas tem que comprar madeira na serraria. Por que temos que comprar o que é nosso ? Por acaso no Estatuto do índio não se diz que nós temos o "direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e dos bens existentes nelas" ? (Artigo 22). Não estamos tirando a madeira das terras alheias. As madeiras é que estão sendo tiradas de dentro de nossas áreas e não sabemos para onde vai tanto dinheiro. Até agora não houve o revertimento dessa renda em programas de assistência ao índio como prevê o artigo 43 do Estatuto. Também não está havendo o reflorestamento da área, previsto no artigo 46.

- Em Nonoai, (RS), existe uma granja de soja e trigo administrada pelo DGPI já há 6 anos. Não temos visto nenhum retorno à comunidade indígena da renda retirada dessa área. Inclusive as enfermarias desse posto estão com falta de remédios. Este ano, os índios de lá se viram forçados a reter parte da colheita de soja a fim de receber da FUNAI os dois tratores equipados e o veículo que lhes foram prometidos para o fim deste mês de Abril.

- Em Nonoai também alguns índios são empregados neste projeto do DGPI. E temos o caso de tratoristas que pediram para usar as máquinas que estavam paradas na ocasião, a fim de lavrar suas próprias terras e foram despedidos pelo DGPI. Parece que isso está contra o Título IV (artigos 40 e 42) porque nós como titulares do Patrimônio Indígena.

- O caso do P.I. Mangueirinha, no Paraná, é outra infração do Estatuto. Os índios Kaingang e Guarani continuam lutando para reaver mais da metade de sua área (8.976 hectares) que lhes foi tirado pelo próprio Governo do Estado há quase 20 anos atrás, e mais tarde passou para o domínio da firma Slaviero. Pelos termos do Estatuto do Índio, a FUNAI deve assegurar essas terras para os povos indígenas e não para uma firma particular (Título III, Capítulo V).

ANEXO 3

CASOS DE VIOLÊNCIA

Aproveitamos a ocasião para apresentar apenas alguns dos casos de violência que continuam sendo praticados contra os índios. Reconhecemos que Vossa Excia. talvez não tome conhecimento de todas as injustiças que são cometidas.

Em Votouro, (RS), temos o caso de prisão, espancamento e maltra

tos sofridos pelo Kaingang Natalício porque ele havia ido até Brasília estudar a possibilidade de desenvolver um projeto de agricultura para sua área. Violença também foi usada ilegalmente em 25 de fevereiro deste ano, pela polícia indígena com aprovação do Chefe do Posto, Lincoln da Silva, quando o Natalício e D. Angelina, também da área, passaram a viver juntos. Dona Angelina nessa ocasião foi espancada brutalmente, violentada e seus cabelos cortados dentro da prisão do Posto Indígena de Votouro.



No ano passado, em Dezembro, o Índio Quirino foi assassinado por Valdir Ferreira nas redondezas da área de Votouro e nada foi feito contra ele. Ele continua solto, talvez porque ele seja metade branco.

Na Aldeia de Pinhalzinho, P.I. Nonoai, temos casos de violências praticadas por colonos intrusadores da área indígena contra os Índios. No início do ano passado, o capitão Kaingang, Marculino, prendeu as carroças e os bois do intruso Miro Ferreira, que estava se mudando para dentro da área. Miro Ferreira, que continua na área, invadiu a casa do Marculino Mineiros e ameaçou sua família com uma espingarda. Os intrusos são permitidos de usar armas para intimidar os Índios, mas os Índios não são permitidos nem de usar ou fabricar suas próprias armas, como arco e flechas.

Para os Índios é perigoso andar de noite dentro de suas próprias áreas, devido aos ataques e emboscadas dos colonos intrusadores. Em Abril de 1976 o Índio Ernesto de Souza foi baleado no rosto por um intruso, e isso mais tarde causou sua morte. No entanto, nada foi feito para se descobrir o assassino, que pode continuar solto na área.

MEDICINA INDÍGENA

- 10

Os povos indígenas da América eram fortes, plenos, não tendo / graves problemas de saúde. As doenças eram geralmente provocadas por Espíritos que habitavam o mundo, ou através do feitiço de pajés quando, cheios de ódio, desejavam o mal para alguém. Os pajés, que por seus feitiços prejudicavam sua tribo, eram expulsos ou então mortos.

Os pajés, também chamados xamãs, curadores ou feiticeiros, eram os médicos da tribo. "Antigamente todas as comunidades tinham seus médicos que eram os encarregados de orientar^e aconselhar a comunidade e de proteger contra os perigos. Os médicos eram pessoas especiais / que punham toda a força de seu pensamento ao serviço de sua gente e por isso eram respeitados, eram obedecidos e consultados sempre, por exemplo, eram consultados quando alguém ia casar para que ele aconselhasse; ou quando alguém estava enfermo, para que curasse; quando era eleito um novo cacique para que com seu poder e com seus conhecimentos ajudasse o cacique a governar melhor a sua comunidade; quando alguém morria, para que lavasse a casa para evitar doenças; para escolher o local para construir uma casa nova; para afastar os maus espíritos / e muitas coisas mais. Em todos estes momentos, os médicos com suas adivinhações e seus medicamentos retiravam os perigos até que sentiam que tudo estava bem. Esta era a forma de proteger as comunidades!" (UNIDAD INDÍGENA, Año 1, Nº 9)

Um exemplo de como agiam os pajés dos Terenas, quando alguém / ficava doente: primeiro ele procurava descobrir a causa do moléstia por meio de adivinhação. Ele dançava a noite toda, com uma cabaça / cheia de sementes em uma das mãos, e uma vara sagrada na outra. Durante a dança, cantava, chamando os espíritos amigos. Quando os espíritos chegavam, perguntavam ao pajé: "Por que você me chamou?" O pajé respondia: "Chamei-o para contar-me porque esta pessoa está doente e como posso curá-la!" Os espíritos então explicavam a causa da doença e diziam quais os remédios que deviam ser usados para a cura.

Utilizava-se bastante a técnica da sucção, usada para extrair / do corpo da pessoa a doença, ou pequenos objetos que causavam a doença. Esses objetos, tais como pedacinhos de madeira, espinhas de peixes, ossinhos, etc., eram introduzidos no corpo através da feitiçaria / de algum pajé que estivesse com raiva da pessoa. Ou outro pajé então, quando consultado, chupava o local dolorido e em seguida escarrava, para mostrar que estava jogando fora a doença. Após a sucção a

MEMO N.º 39-EP1-77
FLS 09
RUBRICA <i>RE</i>

região doente era tratada com a aplicação de sucos vegetais, especialmente o bálsamo de tulú.

Outra prática muito comum era a sangria. Dentes de cutia e lâminas de cristal de rocha eram os instrumentos usados para a sangria. As feridas assim abertas, eram então aquecidas junto ao fogo e fechadas com óleo de copaíba.

A bouba ou piã, doença de pele muito comum nas regiões tropicais, eram curadas com compressas de jenipapo ou folhas de caroba. As febres terçã e quartã, manifestações da malária ou maleita, eram tratadas com mingau de carimã. Três gotas de suco duma planta conhecida / como 'pau para enfermidades' era um purgante para uma pessoa de cima para baixo.

Durante as festas das primeiras colheitas os pajés purificavam os alimentos, primeiro provando e depois soprando fumo neles. Isto evitava que os alimentos fizessem mal. Eles também ajudavam nas caçadas, pescarias e guerras. Quando iam com um grupo de caça ou de pesca, chamavam os espíritos amigos para perguntar onde estava a caça. Do mesmo modo, quando acompanhava os guerreiros, procuravam saber a força / e a localização do inimigo.

Outra função muito importante dos pajés era a organização das festas da comunidade.

Embora sabendo que a gravidez está relacionada com as releções / sexuais, em certas tribos acreditava-se que a concepção só era possível quando um pajé trazia uma criança para uma mulher. Várias espécies de aves, peixes, insetos e alguns fenômenos naturais, especialmente o trovão, possuíam crianças: isto é, pensava-se que eles dominavam 'espíritos de crianças'. Um pajé então roubava espíritos de crianças dessas fontes, trazendo para uma mulher enquanto ela dormia.

Para a maioria das tribos o parto era um fato natural. Dispensava a presença de parteiras. A mãe, ia para um lugar onde estivesse só, em geral na beira de um rio. Ao sentir as primeiras contrações, começava a andar em volta de um tronco fincado no chão, onde se apoiava / de vez em quando. Aumentando as contrações, segurava os tornozelos, punha-se de cócoras e se esforçava para dar à luz. Quando a criança nascia, ela cortava o cordão umbilical com uma lasca de taquara bem afiada, voltava então para casa, para seus afazeres.

É importante lembrar que não era qualquer pessoa que podia ser pajé. Cada pajé gastava muitos anos ensinando toda a sua ciência a um jovem, que iria substituir o velho pajé quando este morresse; e assim / foram passando os conhecimentos duma geração a outra. Os pajés eram pessoas que se distinguiam por sua conduta exemplar, por seus grandes / conhecimentos da natureza e da morte e por seu serviço à comunidade.

Porém, quando chegaram os colonizadores espanhóis, portugueses/ e os padres, a explorar e enganar, se deram conta da importância dos Pa-jés e quiseram acabar com eles. Veio a repressão: muitos foram mortos, a outros não puderam matar porque as comunidades os protegiam com seu silêncio. Ao dar-se conta de que os pajés não tinham acabado, os pa-res lançaram todo seu ataque contra eles, chamando de bruxos e feiticeiros e dizendo que tinham pacto com o diabo, e pouco a pouco foram assustan-do à gente dizendo que tudo isso da cultura indígena era pecado, que tinham que abandonar suas tradições para aprender o que eles traziam. Na verdade, o que eles trouxeram foi a escravidão e a exploração.

Quando chegaram, os conquistadores encontraram povos cheios de tudo: o índio era forte, defendia sua raça e era orgulhoso dela. Vie-ram os conquistadores e começaram a matar. O problema saúde dos povos índios da América é alarmante. Os brancos trouxeram as piores doenças: fome, tuberculose, sífilis, gripe, varíola, sarampo, malária e medo.

Os índios tinham doenças que seus pajés conheciam e sabiam cu-rar. Com a doença dos invasores, estão ameaçados, sem poder se curar e as enfermarias e os hospitais são distantes ou não têm remédios, por-que os Governos mantêm abandonados os hospitais da gente pobre.

Além disso, há campanhas com nomes lindos que não fazem mais que esterilizar as mulheres índias, para que sua raça se acabe. "Nossa ma-ior e única riqueza são os nossos filhos, porque eles são a esperança d-de nossos povos" (PARLAMENTO ÍNDIO AMERICANO DO CONE SUL).

Os governos vivem fazendo campanhas de saúde, campanhas de erra-dicação de epidemias e outras coisas, porém estas não são mais que pro-paganda política, e acabam sendo mais um engano ao índio.

Em outros casos, existem ministérios encarregados da saúde, que as vezes constroem enfermarias nas quais não há medicamentos nem en-fermeiras. Então, pra que servem estes gastos, pagos pelo próprio povo?

Os graves problemas de saúde existentes nas comunidades indíge-nas não se devem somente a falta de atenção dos Governos, mas também a fatores econômicos. Como é o caso da desnutrição e mortalidade infan-til, a tuberculose e demais doenças, que têm sua origem na falta de uma boa alimentação. A maioria das terras indígenas estão invadidas, os ín-dios estão sendo explorados brutalmente.

"Devemos fortalecer nossa própria medicina. E onde os nossos / conhecimentos não bastem para tratar das doenças brancas, devemos exi-gir uma atenção médica adequada que chegue a todas as veredas" (PRIMER CONGRESO DE UDIC, Colombia, Setembro de 1.975).

João Dal Poz

(ver Textos Consultados, na página seguinte)

Medicina Indígena - Textos Consultados:

- LA MEDICINA INDIGENA : Un aspecto importante de nuestra cultura
Unidad Indígena, año 1, nº 9. Bogotá, Colombia, noviembre/1975
- CONCLUSIONES DEL PARLAMENTO INDIO AMERICANO DEL CONE SUR
San Bernardino, Paraguay, Octubre de 1974
- CONCLUSIONES DEL PRIMER CONGRESO ARHUAZO
Nabucimaque, Colombia, Diciembre de 1974
- LOS COMPAÑEROS CUBEOS CELEBRAN EL PRIMER CONGRESO DE UDIC (UNION
DE INDIGENAS CUBEOS) - Vereda de Arara, Cuduyari, Colombia, 1975
- NATAL 1975 : ELE NASCE EM NONOAI, JESUS É INDIO
Conselho Indigenista Missionário, 1976
- MEDICINA INDIGENA, de José
Macaxeira, nº 17 ano V, abril/maio de 1975
- XAMANISMO TAPIRAPÉ, de Charles Wagley
publicado em Leituras de Etnologia Brasileira, Egon Schaden
- RELIGIÃO TERENA, de Fernando Altenfelder Silva
publicado em Leituras de Etnologia Brasileira, Egon Schaden

A MORTE DE XORÓI

No dia 7 de maio último, o Kaingang Xorói (Custódio) - da Aldeia da Sede do P.I. Xapecó - foi morto por um branco, em uma bodega, no lugar chamado S. Manela.

S. Manela é uma vila localizada próxima à Cascata do rio Chapeco zinho que, por sua vez, é a divisa da área indígena. Seguindo por uma pequena estrada, as casas dos Kaingang distam cerca de mil metros das casas dos brancos da vila. Em S. Manela, há nada menos que 3 bodegas, sendo que, em duas delas, a maioria dos fregueses são índios.

Segundo contam alguns índios, por volta das 18 horas, a bodega do Alcebiades (Bide) estava movimentada. Xorói, então, interveio em uma discussão entre um índio e um branco, tentando apaziguá-la, quando este último lhe deu uma facada no peito. Alcebiades afirma não ter visto o criminoso por estar ocupado, atendendo um freguês. Conta, no entanto, que após o "barulho", tendo ido verificar o que houve, encontrou o índio caído. Ele e outros índios carregaram Xorói para fora da bodega, onde puderam verificar que o ferimento era grave. Um rapaz foi avisar o Chefe do Posto da FUNAI - João Mader - mas quando ele chegou o Kaingang já estava morrendo. Alcebiades explica que mandou chamar o Chefe de Posto porque este lhe pedira que não permitisse a prisão ou remoção de índios para o hospital (em Xanxerê), sem que fosse notificado.

Alguns moradores do lugar contam que o criminoso chama-se Antônio Ferreira - morador dali e natural de Nonoai (RS) - que desapareceu depois do crime.

A morte de Xorói, como a morte recente de três crianças índias por gripe ou a morte de um Kaingang que trabalhava na granja de soja do DGPI (envenenado devido ao trabalho com inseticidas e pesticidas), deixou toda a aldeia chocada e muito triste. Isso porque essas mortes são parte do processo de extermínio lento e doloroso que a sociedade dos brancos impôs aos Kaingang.

E a morte de Xorói não tem o mesmo significado da morte de um "português" (branco). É preciso ler atrás dos fatos para perceber que há coisas que entram em jogo e que os brancos não querem ver. Xorói foi assassinado, mas não simplesmente porque estava em uma bodega e tentou acalmar uma briga. Foi assassinado porque era índio e a sociedade do branco ensina, por todos os meios, que ser índio é ser menos que ser "civilizado". Foi assassinado porque todos sabem que os crimes contra os índios permanecem impunes. Foi assassinado porque é difundida na sociedade do branco a idéia de que os índios estão se acabando mesmo e que, se quiserem sobreviver, têm que se "integrar" nesta sociedade. Enfim, foi assassinado porque os brancos têm a garantia de que a FUNAI submete os índios às suas orientações, o que quer dizer, faz com que se acomodem perante as flagrantes agressões que sofrem.

Para os brancos, apenas morreu mais um índio.

Para os Kaingang da sua aldeia, foi assassinado Xorói, um Kaingang de aproximadamente 23 anos.

Para uma índia da sua aldeia, o Chefe de Posto parece que não está nem um pouco preocupado com o que aconteceu, "é como se tivesse matado um cachorro".

+ carijó +

=====

NOTÍCIAS CURTAS


EQUIPE VOLANTE

A Equipe Volante do Regional Sul do CIMI continua seu trabalho de visita às áreas indígenas e planejamento - junto com as paróquias respectivas - da pastoral indígena. Pe Egon e Wilmar já visitaram todo o Estado de São Paulo e algumas áreas do Rio Grande do Sul.

A Equipe Volante surgiu da necessidade de se concretizar uma pastoral específica junto aos índios em todas as paróquias em que haja comunidade indígena. E Equipe presta assessoramento aos vigários e equipes de pastoral locais.

+ + + + +

TERRAS.- Ainda não foi solucionada a questão das terras do P.I. Mangueirinha. Os índios continuam aguardando que a Justiça lhes devolva as terras roubadas, hoje na mão do Grupo Slaviero.

MEMO N.º	39-EPI-77
FLS.	11
RUBRICA	

MATARAM XORÓI, jovem Índio Kaingang

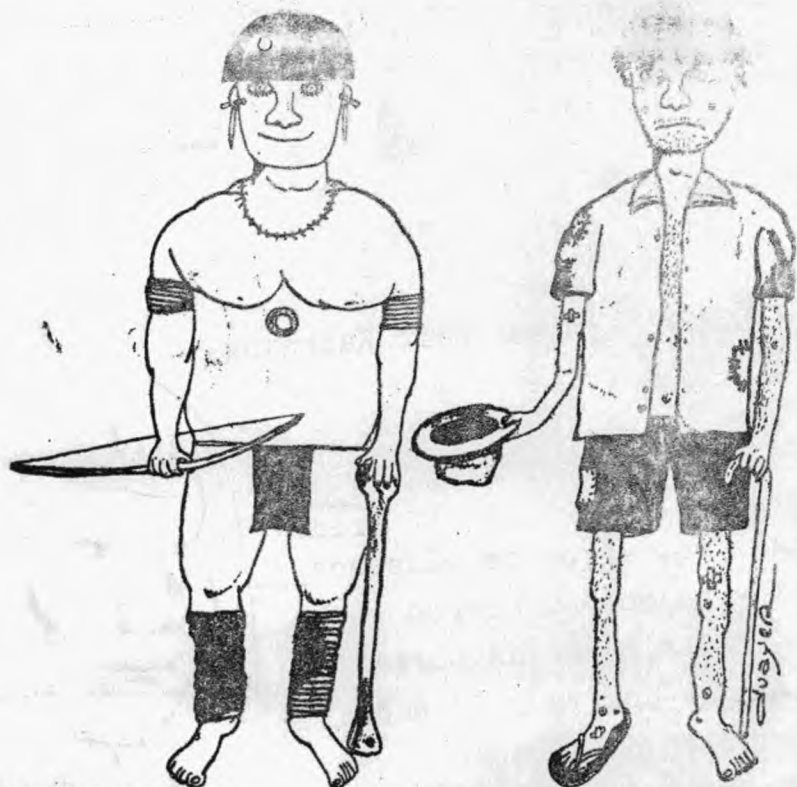
os olhos cheios de terra
terra e lágrimas
nunca mais vão mirar os pássaros
voando livres no céu aberto
estão cerradas todas as portas
as esperanças dos teus 23 anos
o amor sincero no coração
a liberdade morreu contigo
contigo morreu o sonho dos jovens guerreiros
a ilusão das meninas novas
morreu até o riso das crianças
restou apenas o brilho da revolta
no brilho dos olhos dos velhos
te mataram porque tinham medo da tua verdade
tua verdade índia
eles tinham medo
medo que a verdade se espalhasse pelos campos
andasse de casa em casa
percorresse toda a aldeia
todas as aldeias desse campo de concentração
onde tua gente está presa
eles tinham medo que a verdade
brotasse nos lábios dos teus irmãos
e que a voz dos teus irmãos
acordasse todo o teu povo
por isso te mataram Xorói
naquela noite de sábado
naquela rua sem nome lá na S. Manela
na bodega do Seu Bide
foi para calar a tua voz
que te mataram Xorói.



— João Dal Poz

" Eu já lutei muito, já pelejei pra aprender a vida d bran ,
A vida do Índio é mais simples. A vida do Índio não é mentirosa. Não
tem muita encrenca. Não tem sujeira. " Mário Juruna , Xavante
32 Assembléia de Chefes Indígenas

PASQUIM, Nº 412



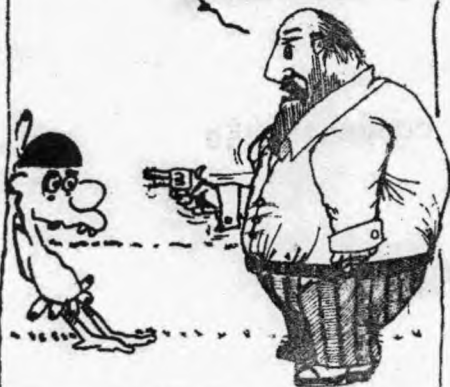
EU ERA ASSIM.....

ESTOU FICANDO ASSIM..

OS PODEROSOS
& A
SOCIETUDE DOS BRANCOS
- CONTRA -

OS ÍNDIOS

SOBRE AS
TERRAS INDÍGENAS
NÓS JÁ CANSAMOS
DE DIZER:
INTEGRAR
PARA
ENTREGAR!



ADAPTADO DE
PASQUIM Nº 412

TENHO 50 QUILOS
DE MILHO PRA
VENDER. QUANTO
VOCÊ PAGA
O QUILO?

UMA DOSE
DE CACHAÇA.

SÃO 50 QUILOS.
EU GOSTARIA DE
TROCAR POR
ALIMENTO,
ROUPAS,
FERRAMENTAS...

DUAS
GARRAFAS
DE CACHAÇA!

E AINDA
PERGUNTAM
PORQUE QUE
EU BEBO!

NANI
PASQUIM . Nº 412

NANI

DOCUMENTO DE GUARARAPES

- 17

REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO REGIONAL SUL DO CIMI

No mês de maio foi realizada mais uma reunião da Coordenação do Regional Sul, desta vez em Guararapes (SP). Um dos pontos mais analisados naquela reunião foram as recentes proibições e ameaças a missionários no seu trabalho junto às populações indígenas. Com as conclusões sobre este problema e outros, a Coordenação entregou à imprensa uma nota, com o intuito de esclarecer a opinião pública sobre fatos que geralmente desconhece. A nota, na íntegra é esta :

" A Coordenação do Regional Sul do CIMI, reunida em Guararapes (SP), nos dias 25 e 26 de maio, analisou a situação das populações indígenas, particularmente neste Estado, situação que já vem acompanhando de longa data. Os, aproximadamente, 700 índios deste Estado, confinados em áreas insignificantes, coagidos à condição de "bóias-frias", lutam pela sobrevivência contra toda a sorte de adversidades. Isso, apesar de a FUNAI manter, em Bauru, uma ajudância com, pelo menos, sete funcionários, recebendo altos salários.

Constatamos que essa situação é parte de um cenário de repressão, medo e miséria em que se encontram as populações indígenas do sul do país. Confirma isso, o fato recente em que o índio JOÃO MARIA MODESTO, do Posto Indígena Xapecó foi despedido do emprego que tinha na FUNAI, porque participou da VIII Assembléia de Chefes Indígenas, realizada nas ruínas de São Miguel (RS). Da mesma forma, continuam a pesar sobre os índios, ameaças de violência e prisão, caso insistam em reunir-se livremente.

Igualmente verificamos que essa mesma repressão é exercida contra os missionários que, seguindo os apelos de Cristo, assumem, corajosamente, um compromisso com esse povo.

Hoje mesmo chegou às nossas mãos, carta do sr. Álvaro Villas Boas, chefe da Ajudância de Bauru, escrita a D. Pedro Paulo Koop, bispo da Diocese de Lins, com a seguinte comunicação: "...cumpro-me informar a V. Revma que, de acordo com ordem interna baixada pelo Senhor Presidente da FUNAI, somente os sacerdotes que integram o 'Conselho Indigenista Missionário' (CIMI), estão proibidos de ingressar nas áreas indígenas do país. Tratando-se de ordem de caráter administrativo que devo acatar e fazer cumprir nos Postos sob minha jurisdição, adianto a V. Revma. :- se o Padre Oberndorf, sob a responsabilidade dessa diocese, não fizer parte do CIMI e não estiver, de alguma forma, ligado ao referido Conselho, poderá frequentar livremente o Icatu".

(continua)

Há menos de uma semana, D. Quirino, Bispo de Teófilo Otoni (MG), foi expulso pela FUNAI, da aldeia dos Maxacali. Podemos ainda lembrar o Bispo de Dourados (MT), que chegou a ser mantido preso na área indígena, por algum tempo; os missionários da Prelazia Acre-Purus, que foram expulsos das áreas e, outros tantos fatos que se repetem.

Até há pouco tempo, as proibições se limitavam à Diretoria do CIMI. Agora, estendem-se a todos os membros do Órgão, ou seja, a todos os Bispos e missionários católicos que trabalham em regiões indígenas da FUNAI. Essa atitude se confirmou com a ordem emitida pelo DGO, em Brasília, no dia 5 deste mês, em que reafirma, categoricamente, a proibição de entrada dos missionários do CIMI nas áreas indígenas, pressionando inclusive, os encarregados dos Postos a recorrer, em caso de insistência, à Polícia Federal. A discriminação não se manifesta, apenas, com relação à atuação junto às áreas indígenas, mas, até mesmo o acesso a informações, dados ou documentos históricos, aos cuidados deste órgão público, é vetado aos missionários católicos. Sendo que estas atitudes estranhas acontecem no momento em que se instala em Brasília a C.P.I. (Comissão Parlamentar de Inquérito) que analisa a situação indígena, cabe igualmente, aos srs. Deputados, averiguar tais atitudes e analisá-las.

A questão torna-se ainda mais estranha, pois, enquanto essas proibições são impostas aos missionários católicos, têm entrada constante e livre nas áreas, por vezes até com contratos oficiais, fazendeiros e granjeiros que exploram a mão-de-obra indígena, em seus latifúndios ou granjas, como "bóias-frias", a troco de salários de fome e, até mesmo, de cachaça. Igualmente transitam pelas áreas, ladrões e bandidos que vêm dilapidando o patrimônio indígena.

Não bastassem esses meios, mediante os quais a nossa sociedade e fetiva sua dominação sobre os povos indígenas, outros meios - mais sutis - são empregados com o mesmo fim, levando a morte aos nossos Índios. Dentre esses meios, destacamos a cachaça. No Posto Indígena de Peruipe (SP), um senhor conhecido pelo nome de "Espanhol", há 10 anos, produz cachaça dentro da área indígena. Frequentemente, Índios recebem como pagamento por seu trabalho braçal, pela venda de cereais ou por seu artesanato, nada menos que cachaça. A bebida alcoólica é facilitada ao Índio, inescrupulosamente, apesar da proibição do Estatuto do Índio e dos apelos feitos, pelos próprios Índios, em suas últimas Assembléias e Encontros.

Este quadro, onde fica caracterizada a dominação e opressão que sofrem as populações indígenas no nosso país, é da responsabilidade de todos nós, de todo o povo brasileiro que, de uma ou outra forma,

MEMO N.º	39-EP-77
FLS	13
RUBRICA	<i>W</i>

justifica ou se beneficia da exploração destes Povos.

Por isso, cabe a todos nós, brasileiros, a obrigação de mudar esta realidade, devolvendo ao ÍNDIO a sua história a fim de que, ele mesmo possa anunciar ao país, à sua Pátria, os valores sabiamente cultivados durante milênios e que Deus semeou em suas Comunidades.

Pe Egon Dionísio Heck (SC)

Pe Geraldo Eugênio Saleme (SP)

Pe Helio Welter (RS)

Pe Egydio Schwade (DF)

Wilmar D'Angelis (PR)

O ÍNDIO NO JORNAL EVANGÉLICO

O JORNAL EVANGÉLICO é uma publicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECIB). No seu oitavo número deste ano - correspondente à 2ª quinzena de abril - o JORNAL EVANGÉLICO dedicou mais da metade de suas páginas ao ÍNDIO, além da capa. Cremos que não poderia haver melhor forma de registrar a passagem do Dia do Índio. Aliás, sobre o DIA DO ÍNDIO o próprio jornal diz, em seu editorial, que "ele (o Índio) espera muito mais de nós do que uma simples homenagem".

Com esta iniciativa o JORNAL EVANGÉLICO contribui para que o Índio deixe de ser visto como peça de museu ou - como desejam certos órgãos oficiais - um obstáculo ao progresso. Essa iniciativa contribui para que os leitores do J.E. assumam "como cristãos... uma tarefa importante, que consiste na defesa do direito à vida e à autodeterminação dos povos indígenas, em solidariedade com eles". ("O Mundo do Índio", J.E. - pg 11).

+++++

ENCONTRO PAULISTA DE PASTORAL INDÍGENA

As equipes de Pastoral Indígena do Estado de São Paulo estarão reunidas em Itanhaem no dia 28 de julho próximo, para revisão e planejamento conjunto de sua presença junto às comunidades indígenas daquele Estado.

Estarão presentes as equipes das paróquias de Tupã e Arco-Íris (Posto Indígena Vanuire), Braúna (posto Indígena Icatu), Avaí (Posto Indígena Araribá), Itanhaem, Itariri e Bertioxa (Posto Indígena Peruibe de demais aldeamentos do litoral).

KIKI - Vamos combinar e fazer força pro KIKI sair mesmo, no Posto de Palmas, no mês de outubro. KIKI é a festa do povo Kaingang!

No entanto, outras conquistas dos índios amenizam um pouco a situação. A maior parte dos funcionários da serraria são índios, agora. Para controlar a renda da serraria e saber quanto lhes cabe (es 45%) os índios estão controlando todas as saídas de cargas de madeira, sendo que nenhuma sai sem que a nota esteja assinada por alguns deles, entre os quais o cacique Cretã. Isso vale também para os "cabinhos" e o "lixo" que antes, nem mesmo para o DGPI os administradores prestavam conta.

Por fim, para que o IBDF permitisse a continuidade da depredação, a FUNAI reflorestará alguns hectares de terra e - caso raro - com "Araucaria Brasiliensis", o pinheiro brasileiro. Para isso, os pinhões já estão armazenados no P.I. Nonoai.

O caso de Mangueirinha vem mostrar que só a união dos índios é que consegue resolver os problemas que eles tem e dá força para exigirem que respeitem seus direitos. Os índios do P.I. Mangueirinha dão um exemplo: unidos conseguiram fazer ouvir sua voz e valer seus direitos. As medidas que eles tomaram dentro da área e as denúncias que fizeram nos jornais, obrigaram a FUNAI a atendê-los. O que aconteceu em Mangueirinha precisa ser contado, discutido nas reuniões dos índios. Precisamos conversar sobre isso, discutir isso quando estamos reunidos em volta do fogo. Precisamos dizer aos que não sabem, que os índios de Mangueirinha estão levando avante a LUTA INDÍGENA.

- - - carijó -

(+)- Foram a Brasília, o cacique Kaingang Angelo Cretã (que é vereador do Mun. de Mangueirinha) e o Guarani Norberto Poty.

G U A R A N I

Nos dias 26 e 27 de julho próximo, em Itanhaem, se realizará um encontro de estudo e planejamento da Pastoral Indígena junto aos grupos Guarani. No Brasil há grupos Guarani no litoral paulista, no sul do Mato Grosso, em diversos postos do sul, no litoral fluminense e em Minas Gerais.

O LUTA INDÍGENA É NOSSO !

dos índios e Missionários. Escrevam contando sobre a vida de vocês, o trabalho que estão fazendo, as dificuldades que estão sentindo. Escrevam, ponham num envelope, mande prá

LUTA INDÍGENA

Cx. P. 2

89.820- XANXERÊ - SC

AGRADECIMENTO- Os índios e Missionários agradecem a D. José Gomes, bispo da Igreja em Xapocó, que deu o papel e os estênceis para este número do nosso jornal.

MEMO N.º	39-epi.77
FLS	14
RUBRICA	@

VIII

ASSEMBLÉIA

CHEFES E REPRESENTANTES

INDÍGENAS

Ruínas de São Miguel (Reduções Jesuíticas dos
Sete Povos da Missões)
16 a 18 de abril de 1977

VIII ASSEMBLÉIA DE CHEFES E REPRESENTANTES INDÍGENAS

Ijuí, Rio Grande do Sul
16 a 18 de abril de 1977

INTRODUÇÃO:

Txibae Eworo (Bororo) e Onizokay (Pareci) desde há muito tempo pensavam em organizar uma reunião a fim de conhecer a partir de seus irmãos do Sul, a problemática indígena da região e ter uma aproximação maior entre os Povos do centro-oeste e do sul do Brasil.

A VIII Assembléia teve a participação de 26 Chefes e representantes de 8 tribos diferentes: Bororo, Pareci, Xavante, Apiaká, Terena e Kayabi do Mato Grosso, Kaingang e Guarany da região sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Esta foi a primeira reunião de caráter nacional declarada pelos Índios e também foi a primeira da qual participou uma mulher (Xod Fed, Kaingang) que apresentou seu depoimento e deu apoio nas posições tomadas.

A dinâmica da Assembléia consistiu em 4 partes:

- 1) auto-apresentação dos participantes e depoimentos sobre suas situações atuais.
- 2) discussão e aprofundamento dos problemas apresentados.
- 3) busca de soluções a partir deles mesmos e através de um estudo comum do Estatuto do Índio.
- 4) elaboração de documentos para a Imprensa e a Presidência da Funai.

Todas as sessões foram feitas em plenário, sem a intervenção ou participação de nenhum branco. A elaboração de documentos foi feita mais especificamente por Onizokay (Pareci), escolhido em plenário como o mais hábil na redação em português. Depois de redigidos, os documentos foram lidos para modificações e aprovação do grupo.

- 2 -

Os Índios tiveram plena liberdade de expressão e pensamento durante todo o encontro. Além de sessões de plenário, houve muitas conversas informais. A presença de não Índios foi tolerada no encontro apenas como ouvintes e secretários do plenário. Os depoimentos foram transcritos com toda fidelidade e no modo próprio de se expressarem, e mostram a auto-determinação dos Índios e a consciência que eles têm de seus direitos e das injustiças de que são vítimas. As palavras entre parênteses foram colocadas no texto para melhor compreensão do mesmo. Não foram, portanto, pronunciadas, mas apenas subentendidas pelos participantes do encontro.

A Assembléia havia sido planejada originalmente para ter a duração de 3 dias, mas devido à homogeneidade e unanimidade das posições tomadas, o encontro terminou no dia 18 à tarde, após a visita às Ruínas de São Miguel, lugar histórico da destruição dos Guarany (Missão dos Sete Povos), onde foi lida a Mensagem do Dia do Índio à Imprensa.

MEMO N.º 39. EP. 77
FLS 16
RUBRICA

MRL-8, p. 92/250

VIII ASSEMBLÉIA DE CHEFES E REPRESENTANTES INDÍGENAS

Ruínas de São Miguel (RS)

16 a 19 de abril de 1977

TXIBAE EWORORO - Bororo

Essa é uma reunião totalmente nossa, organizada por nós mesmos. Procuramos fazer esta reunião por ocasião do Dia do Índio, porque a gente vê que em todo lugar os Índios estão sofrendo. Cada um vai expor seus problemas, e ao mesmo tempo, dar uma proposta prá ver uma solução de como sair desta miséria! Vamos ficar bem organizado, bem unido prá trabalhar tudo junto.

Na nossa aldeia Bororo, não é os missionários nem a FUNAI que mandam, é nós que mandamos.

OMIZOKAY - Pareci

Como ele disse, cada uma de nós tem uma história muito grande de sofrimento prá contar. Talvez a gente pudesse encontrar viabilidade de solução. O problema dos índios do sul é diferente dos índios do norte. Os Índios do norte estão lutando para garantir a Terra enquanto que os Índios do sul têm a terra garantida mas não são eles que estão usando ela, são outros que estão tendo o usufruto.

Esta Assembléia tem caráter de Assembléia Nacional.

KAGRÊ - Kaingang

Aqui em Nonoai o primeiro problema que teve foi política. A maioria das necessidades do Índio vem da política. Ali através disso veio o SPI. Depois do SPI que em 10 anos acabaram toda a madeira, veio a Funai. Eles arrendando a terra e nós Índios sempre na mesma miséria. Então eles pedem pros Índios esperar as promessas, então daí que os Índios ficou assim atrasado. Então um problema que nós sentimos é de começar a trabalhar, e prá começar a trabalhar a terra, tem intruso. É prá nós trabalhar e garantir o resto das terras que já foram tomadas. Eles já ganharam terras nas primeiras reformas agrárias e venderam e estão lá de novo. Querem ver a destruição da geração do Índio. Lá em Nonoai não existe mais pinheiros, não existe mais madeiras de lei, e o Índio nunca tem o apoio que ele merece. Então o plano agora lá é não deixar tirar esse Chefe de Posto que está lá. Certas coisas a Funai está inocente, mas se eles se interessassem o Índio não tava sempre na mesma. Os próprios responsáveis do trabalho indígena são povos que tem assim pensamento por si mesmos. Eles não podem ser proibidos de encontros e reunião. Eles não eram assim amassacrados.

YEICÂG - Kaingang

Então eu vou contar também porque que a gente vem andar por aqui. Eu ando por aqui a finsade encontrar se eu tenho direito ou não. Lá estou vendo que nós não temos direito a coisa alguma, vivemos oprimidos sem direitos. Os intrusos acham que têm mais direito de fazer roça do que eu que sou Indio. Os intrusos são cheios de dinheiro dentro de minha terra. Nós somos pobres não temos direito. Cada um de nós temos direito à lei, temos direito a falar. Os Indios lá são pobres, pobrezinhos mesmo, sem meios, sem recursos, a gente pede e a Funai não dá nada. Como podemos fazer se não temos recursos. Sou trabalhador da serraria do DGPI. Eu tô vendo tudo que está acontecendo. A madeira que está saindo de cima de nossa terra, está sendo vendida. Dizem que o dinheiro volta pro posto à benefício do Indio e nem remédio não temos. Então prá onde vai esse dinheiro? Tão me desmoralizando completamente. Não tenho valor na minha terra. Tenho pena dos Indios que estão ao redor - sem casa, sofrendo sem remédios, ranchinhos de capim. Estão arrancando a madeira de cima de nossas terras. Nós por exemplo, que vivemos nessas terras, quando precisa fazer roça devia fazer onde quisesse, porque nós temos direito, nós somos dono. A terra é nossa e não podemos fazer as roças onde queremos. Por que isso? O Indio quando precisa de uma madeira ele podia tirar, mas agora não pode, por que? Se tiram madeira de nossa terra, os nossos filhos o que vão ter?

Kofá FAGNHOTÊ - Kaingang

Antes do SPI entrar - foi em 1941 que ele entrou - então nós cuidava nossa terra, nossa riqueza, nós Indios não deixava ninguém botar a mão. Medição, corte de madeira, nós cansamos de embargar. A gente não aceitava, então nós tinha mais força. Depois que entrou o SPI foi um fracasso - começou a fazer propaganda pro Indio e ali começou. E nós acreditamos, sabe como é. Então entraram já cortando a madeira. Depois veio a Funai sempre sempre com aquelas promessas pro Indio, tiravam proveito hoje da minha área. Então com isso nós fomos enfraquecendo. Nós vamos piorando, piorando e bem pro fim os branco quer tomar conta de nossa terra. O que vamos fazer?

MEIÊ - Kaingang

A nossa preocupação é que nossa área tão completamente intrusada pelos brancos. O Indio é sacrificado. O aperto que está com todos terminou as riquezas, e o Indio está sendo cada vez mais acerbado. Nossa área está completamente desvalorizada. Os branco entram como dono. E o Indio está como agregado. Sendo que ele é o dono da terra. Mato que existia de 10 a 12 anos atrás, hoje está virado em lavoura. Além que eles aproveitam a terra, ainda eles tem capacidade de roubar as madeiras de lei. E existe intrusos que já ganhou terras e venderam o que ganharam para entrar na área. Estes não precisam de terra, querem só vender. Uns destes ganharam terra em Cascavel, município de Sarandi. Área de Alto Recreio foi perdida para os branco, os Indios passaram para Nonoai e os que tomaram deles, estão intrusando lá de novo. Ainda quando o Indio espanca ou mata, eles

MEMO N.º	39-CP. 22
FLS	17
RUBRICA	W

- 5 -

acham que o Indio é ruim, sendo que eles é que são ruim. Então é isso, a gente sempre se queixa pras nossas autoridades, que são os assumidor das nossas áreas, e nunca foi resolvido nada. Não é de agora, já há anos. E nunca tivemos o direito de a- abhar a pessoa que se interesse por nossa terra, pelo nosso so frimento. Hoje, de uns tempos prá cá, nós estamos achando que vai chegando o fim do Indio. Está sujeito eles terminar com o Indio no Brasil, se continuar assim como está. Então nós pedi mos a Deus prá vir alguém do nosso lado.

PENY - Kaingang

O nosso sentimento que eu vivo preocupado é nossa situação dentro da área. Eu sou responsável pelos meus Indios que eu sou cacique. Então, já há tempo que a Funai vem prometendo ajuda pro Indio. Derrubando madeira, fazendo granja pro benefício do Indio, e onde é que tá esse benefício? Eu acho interessante é que estão roubando no nome do Indio pro bem da Funai. A Funai não tá fazendo interesse pro Indio. Promete trator prá melhorar lá e não veio essas máquinas. Promete melhorar as casas dos Indios. A nossa área não tem mais madeira de lei. Então é isso minha briga com a Funai. Já era tempo de tirar esses intrusos que o Indio não tem mais onde fazer la voura. Cada casa tem 3,4 casal de Indios, de não ter lugar mais. Então porque a Funai escreveu o Estatuto do Indio? Prá ficar no arquivo, de certo! Se quisesse funcionar, que provas se. É isso, que vida será a de nossos filhos mais tarde? Espantado pelos intrusos. A prova está nesse moço aqui; foi espantado lá de Nonoai pelo intruso. O Chefe de Posto que quer fazer pelo indio não presta, então a FUNAI procura um jeito de tirar fora. O Chefe de Posto que espanca o Indio, esse presta pra FUNAI. Então a FUNAI podia consultar o Indio primeiro pra sentir o seu problema.

XANGÚ - Kaingang

Ao invés de envolver o Indio, essa gente diz que trabalha pro bem do Indio. Acharam melhor fazer aquela linha de casas perto da estrada, a gente não pode criar nada. Só prá mostrar que o Indio tá bem, e a gente vê ~~os~~ nossos patrícios sofrendo, passando necessidade. A FUNAI, A FUNAI não presta. A FUNAI é enganadora. Nós temos que se interessar entre nós prá resolver o problema do Indio. Se nós fosse esperar esta gente, nós morre de fome. Se eles quisesse ajudar nós, há 10 anos nós tava melhor. Eu fui lá em Brasília e depois o Nelson de Erechim (Ajudância da FUNAI, RS) disse que eu tava mentindo. Eles querem nos criar assim. Depois os grandes tão dizendo que os Indios não faz nada. Entregaram 50 colonias no Votouro (para os colonos brancos) e tão falando de mais. O Cacique, por um azar, ainda dá a mão no problema. Depois falam em cachaça. Que o Indio gosta de cachaça, por que não quer trabalhá, ter compromisso... Nós sabemos trabalhar. Há duzentos anos a gente sabe plantar, sabe colhar.

Quando é pra' pedir madeira, eles não dá. Eles (FUNAI) estão ganhando uma nota sem tamanho. Então a reforma agrária diz "nós vamos pegar aquela terra porque não tá sendo ocupada". Então a FUNAI tá sujeito entregara aquela terra. Eles botaram escola, né? Tá certo, mas primeira coisa é agricultura. Comida tem que entrar pra' criança se fortificar, ficar mais esperta, mais involvida pra' estudar. Estamos fraco porque tiraram tudo, tá tudo desmatado. Agora o Indio não pode desmatar, não tem ordem. Então o Indio que que ele faz? Indio fica desanimado e vai trabalhar lá fora na colonia. Às vezes se desanima e arrenda a terra, sendo que a terra é dele. O que é que a FUNAI tá fazendo? Tá fazendo coisíssima nenhuma! E a água? Fizeram as casas longe da água, uns 150 metros, isso desanima. Buscar água tão longe. Hoje nós vamos se criar mais analfabetos, como eu me criei. Nós temos que ensinar. Se a FUNAI se interessasse os Indios não tava assim. Estava bem. Bem tá os colono que entra na terra. Quando nós saímos pra' Brasília, diz que nós é que não temos trabalho. Eles só dão portaria pra' trabalhar fora da área. Quando é mes de Julho, que a terra é boa, já é pra' desmatar, pra' plantar. Mas eles vão trabalhar lá fora e quando voltam já é Natal. Ficam só com a roupinha deles. O encarregado da FUNAI só vem pra' enganar, todo mundo tá sofrendo. Eles não sabem nada, só querem ganhar dinheiro e o Indio que se vire. Quando o Indio vai a Brasília, ele (Chefe de Posto) diz pro Delegado: "Prende esse aí, que não sabe nada". Quem não sabe nada são eles! Eles querem enrolar o Indio. Diz que o Indio é um louco. Louco são eles! Deviam mandar tudo eles pro hospício. Quem sabe até endireitava lá. O governo não tá sabendo nada disso aí. O presidente da FUNAI não diz nada, diz que o Indio tá desenvolvido já. Ele planta, é mesmo que não plantá. O Indio não plantou nada, por isso estamos perdendo a nossa terra. Eles preferem dar pro branco. E os que tão estudando lá em Guarita, querem ser o tal. Não vai bater um papo sobre a situação, não se une pra' resolver os problemas nossos. Eles lá nem se importam. Eles não é pelo Indio. Eles é pelo dinheiro, pelo branco, pela FUNAI. Os indianos (mestiços, filhos de colonos brancos dentro da área) são bandidos que vem se criando lá, depois ele quer ser o tal, quer bater no Indio. Eu não quero ver isso. Criam casos e o Chefe do Posto não tá envolvido coisíssima nenhuma nesses casos. Quando o Indio quer fazer uma casinha ele vai: "Óia, seu Chefe, eu quero fazer uma casinha." Não tem ordem. Desse jeito o Indio vive na escravidão. Eu não ou nada, autoridade nenhuma, mas eu tenho que fazer alguma coisa porque tô vendo os Indios lá, tudo sofrendo, o Chefe (do Posto) maltratando os Indios. O Chefe só quer dinheiro, quer enganar e atrapalhar tudo aqui. Porque a FUNAI não ajuda! Não ajuda! As casas tinham água e depois tiraram as mangas pra' dizer que o Indio não sabe cuidar de nada. Tô achando que não tá certo. O que adianta o Indio ter a casa e não ter nada dentro. Então nós vamos fazer nossa roça no meio do mato, ter nossas plantação. Dez anos a gente já conhece como tão fazendo. Temos que se unir e resolver os problemas. A gente tá cansado com essa gente.

MEMO N.º	39-CP-77
FLS	18
RUBRICA	@

- 7 -

Como é que a gente pode se envolver. Quando eu ia em Curitiba ver o Dr Brasileiro, ele não perguntava como eu ia, se tudo tá va bem lá, só dizia: "Esse Índio tá fora da área!" Eles tão na sombra do Índio e acham que o Índio não vale nada. Trouxeram uma enxada muito grande, nós não tamos acostumados. Que projeto é esse aí? É só prá enganar o Índio. Tamos entolado pela FUNAI completamente. FUNAI tá só atrapalhando. O Chefe do Posto não quer envolver o Índio, não bota o intruso fora, dá valor pro branco e não são pelo Índio. Eu tenho 33 anos, passando necessidade. Eles que são vagabundo, que são gente grande, diplomado e vem só prá esculhambar o Índio. Nós temos boa vontade e tamos cansado do sistema já de há 150 anos. Tá entrando mais gente no Votouro e o Chefe do Posto tá consentindo, como em Irani 4 famílias de colonos já invadiram. Então não tá no interesse do Índio. Querem intrusar prá depois dizer que tamos civilizado. Que disciplina é essa? Prá mim esta gente são pelo dinheiro, não são pelo trabalho. Eles, bem dizer, tão matando nossas famílias. Isso não é cuidar do Índio. Depois diz que o Índio é mentiroso. Os filhos se criam analfabetos. Eles não tem interesse em nada. Como vamos estudar se não tem comida? Eles tão pelo dinheiro que é o valor deles, invés de dar valor ao Índio. Já conhecemos o civilizado, já sabemos vender, comerciar. Queremos ter meios de desenvolver nossa tribo entre nós mesmos. Porque se for esperar pela FUNAI não chega. Esperar deitado porque em pé custa. Esses brancos tem que sair. Eu não quero perder meu valor para essas brancos. Prá falar à favor do Índio ele (Chefe do Posto) não é capaz, mas prá favor do branco ele faz. Nós queremos o trabalho, temos sofrendo e não é de agora.

XOD FEI - Kaingang

Depois que entrou os Chefes de Posto, os Índios foram saindo da terra, até que tomaram parte das terras, foram rodeando. Não tem mais respeito pros nossos filhos, não tem mais respeito com as professoras. Eu que só fui 4 anos de aula tô enxergando o que acontece, mas a professora diplomada, que é Índia não vê isso. Lá, a enfermeira chuta as índias. Isso é outro desrespeito. Eu tô com 25 anos, em 10 anos não to venço nada. Tô vendo só o sofrimento da minha gente. O Chefe (do Posto) é o mais pior; que dá mais apoio pro branco. Ela (a professoras) tinha que enxergar. Quando eu era criança os Índios tinha mais conforto, tinha médico. Hoje tão doente os velhos, as crianças, tem que ter dinheiro. Faz tres meses que eu me juntei com o XANGU, ficamos 15 dias fora da aldeia: Antes eu era mulher de um branco de lá, e quando nós chegamos ponharo nós na cadeia. E judiaram de nós que nem nós fosse bandidos, pela ordem do Chefe de Posto, o Lincoln da Silva. Só porque eu abandonei o homem branco que metia o laço em mim.. Até que um dia eu resolvi deixá ele. De tanto sofrer a gente resolve. Eu e vinha com a intenção de cuidar das minhas 4 crianças, e o XANGU também vinha com a intenção de ser pai das crianças. Eu tinha meu nenê na cadeia, junto comigo; ele tem um ano e seis meses. E foram lá e tiraram ele à força pela ordem do Chefe de Posto. Ninguém veio me acudir. O cecique

ele à força pela ordem do Chefe de Posto. Ninguém veio me acudir. O Cacique da Aldeia, o Batista Paulo é mandado do Chefe. O meu nenê foi chorando. Na cadeia nós tava nos meio das merdas, do sangue e das bicheiras. Quando foi no domingo fizeram uma reunião sobre nós - o Chefe, o Cacique e o coronel da aldeia, que é irmão do branco que eu tava junto antes. Entraram na cadeia dos indios (mestiços), Lourenço e o Belomir, com uma faca e uma soga prá me atar. Entrou pensando que eu sou bandida e ladrona. Fizeram estragos comigo, abusaram de mim sendo que eu tava esperando nenê do XANGÚ há 3 meses. Eles não respeitaram só porque eu tinha abandonado o branco prá ficar com meu sangue. Eu tenho 25 anos. Quando eu fui viver com o branco eu nem tinha doze anos. O branco só me queria por causa da terra,. Eles cortaram nossos cabelo. O meu era abaixo da cintura. O do XANGU também foi cortado, mandado pelo Chefe do Posto. Ele tinha os cabelos bem lindo. O branco levou um indio lá e ficou só 15 dias na cadeia e não cortaram os cabelo dele. Só porque nós somos Indios. Na reunião mandaram minhas crianças me chamar de bicho, sendo que eu era Mãe. O branco deu o guri de 1 ano e 6 meses prá irmã dele. Não quis dá prá mãe, prá dá pros outros. Deu a outra menina de 4 anos pro irmão dele. Sendo que tem a mãe prá cuidar. De comer e de vestir nós dava, o XANGÚ e eu, mas o Chefe apóia só o branco. E o branco pode fazer como eles quer por indios e o Chefe gosta. E dizendo prá mim que eu não tinha dó das crianças. Por eu ter dó que eu sei, tinha dia que eles passavam fome e choravam. As crianças tão sofrendo e ele diz que não tão sofrendo. E eu olhando dos meus olhos.

Entrou mais 4 família de imigrante lá e vai chagar mais família, porque venderam as terra lá no Irani. O cacique tá enxergando, o Chefe tá enxergando e podiam resolver esse negócio. Quando é no fim nós ficamo sem a terra, eu não quero se que aconteça isso. Então, vamos dizer, os branco lá tão terminando com o indio. E tem mais ainda que vendau a terra e que entraram na área. Vai lá um velho pedir um pedaço de madeira pra vender pra dá de comer os filhos, não tem permissão. Vai o branco lá pedir e ele dá madeira prá ele se fazer. Os brancos lá são considerados como Indios. A enfermeira diz que não pode atender os Indios sendo que ela vive prá isso. E uma velha lá morreu por - que não foi atendida.

Sai um fandango (baile organizado pelos indios) lá nos so e enche de branco. Entra o branco até de calção na sala prá dançar com as moças e até com as mulheres casadas, que também tem que danças com os branco. Quando o indio vai no baile deles eles botam o indio prá fora. Minha prima foi lá e botaram ela na cadeia, deram pau nela. O que é que vem a ser isso ?

CACIQUE PENY - Kaingang

Engraçado, tudo que a FUNAI faz é em nome do indio, mas o indio não vê nada. A FUNAI é um mentiroso, ele presta só pra enganar o indio.

MEMO N.º	39-CP1-77
FLS.	19
RUBRICA	

XANGRE - Kaingang

O Índio tem capacidade de resolver os problemas deles dentro da área. Nós temos aqui pra ajudar todos aqueles índios que ficou em casa. Temos que fazer a coisa pra ajudar todos eles. Sem se preocupar temos que fazer um plano pra todos. Temos sofrendo um igual o outro. Tem posto pior que nós aqui. Eu tive nos postos do Estado de São Paulo e eles estão muito pior que a gente. Tem posto que não tem possibilidade, tem que sair da área pra trazer bôia pra dentro de casa. Terra arenosa, precisam de adubo, como vão fazer? Deveria ter um Índio que se preocupasse com eles! Com nossa união a gente consegue. A gente tá aqui pra se entender. Pra ver nossos problema. Não vai acontecer nada (pra nós) - o Índio tem direito de agir e está sentindo que a verdade vale mais. Nós tivemos a anos nossa terra, o Índio é quem pode se envolver, se unir e resolver nossos problemas. Trabalharunido também pra segurar esta madeira que sai da área. Se não cuidar das madeiras, nós vamos ficar sem madeira como outros lugar que tão aí raspados. A FUNAI diz que com o dinheiro paga funcionário, paga remédio, mas o Índio não vive de remédios. Eu conheci 3 postos de São Paulo que tá tudo raspado. SPI tirou todas as madeira. Já tem muitos Índios velhos mas aqueles já viveram. Mas as crianças que vem vindo, como é que vai viver? Se a gente facilita, até que a gente resolve isso se envolver, acaba tudo a madeira.

CACIQUE PENY - Kaingang

A madeira de lei é um seguro de vida. A FUNAI tem que planejar envolver o Índio. Se desse condição aos Índios, dentro de três anos não precisamos da FUNAI mais. O Índio se dirigia sozinho.

XANGRE - Kaingang

A gente obedece até uma altura. Já passou o tempo de dizer que o Índio não sabe se expressar, que somos criancinhas. Nós temos em casa, e vem gente de fora dizer o que a gente tem que fazer. Eu nunca tenho medo do Chefe do Posto. Se ele não quer ajudar o Índio aí que o Índio tem que se envolver e falar o que tá acontecendo. Eles (Chefes de Postos) tão ganhando 10 mil cruzeiros. Agora eu tô contente, tenho mais esperança no Povo Índio que na FUNAI e no Chefe do Posto. É preciso envolver o Índio e deixar a madeira pro Índio. Eu até agora não vi um Índio orientado pelo Chefe do Posto. Os Índios tão se orientando por si mesmos! Agora, nós Índios Kaingang temo que sair nos Postos pra interessar os Índios e os Caciques que ainda não tão entendendo. Criar união pra ter força para trabalhar. É como criar um porco no cheiqueiro e só o dono que manda. O Índio já pode fazer, tem capacidade pra se envolver. A maioria não tem mão do Chefe do Posto. Não é certo a gente viver governado pelos outros quando a gente tem capacidade de fazer, então tá errado!

TSERENIMI'RÂMI - Xavante (traduzido por WAUÊ)

Nós veio aqui dizer que depois do caminho (a estrada da Aldeia Nova) está prometido a marcação da terra. Eles(FUNAI) prometeu a marcar nossa terra. Depois nós começamos a dar colégio pelos salesianos. Eu fiquei lá por 3 anos. Nós temos de estudar. Aumentou o estudo dos padres salesiano mesmo. Nós chegamos aqui à nome dos Xavantes, nosso cacique Aniceto é mais entendido, mandou vir aqui porque ele tá preocupado. Nós veio aqui. Eu gostei. Está bom mesmo! Aqui nós fizemos reunião. FUNAI prometeu lá na missão mesmo o trator prá nós abrir a estrada (da Aldeia Nova). Prometeu 3 vezes. Não mandou nada. Nós esperamos 4 anos. Professora não tem mas a FUNAI prometeu. Ele enganou Xavante. FUNAI está pensando assim. Nós fica lá mesmo na aldeia. E nós que está estudando, estão ensinando os salesianos mesmo.

Farmácia não tem não. FUNAI Não dá remédio. Porque nós estamos sofrendo muito. Mas aquele Mário Aruanã, chefe de Namacurá, ele tem a cabeça mais na frente. Aquele é mais bom. Ele conversou com General Irmarth, prá mandar remédio, prá ajudar a saúde. Salesiano tá ajudando. FUNAI tá enganando Indio. FUNAI quer pegar Xavante prá pisar no pé. Isso aqui é malandragem da FUNAI. Antigo nosso chefe Apoena não quer mais andar, e depois o mais novo Aniceto entrou com Mário, ele tá conversando sobre Terra. Ele também tá conversando das ferramentas, das enxadas, das foices, eles prometeram também. General Irmarth disse: "Por que você não fica na sua terra? Não tem trabalho, fica só andando?" Nós tamos aumentando. Nossa gente aprendeu língua do branco. Você que pediu a terra pode trabalhar, pode aumentar trabalho. Nós esperamos já 2 anos. Eles os salesianos, foi quem trouxe farmácia de tudo. Depois, tá plantado alguma coisa de arroz, mandioca, milho, feijão, porque estamos sofrendo, sofrendo demais. Dos 16, os 6 alqueires nós fizemos de roça de arroz. Estamos começando mes de abril a colher arroz. Viemos à reunião ouvir e estudar, Gostei mesmo. Depois eu vou contar pro nosso cacique porque nós veio aqui por ordem dele.

ONIZOKAY - Pareci

Fazia muito tempo que queria conhecer os irmãos dos sul queria conhecer a problemática mais de perto. Mas a gente vê que tem problemas em toda parte, desde norte a sul, leste e oeste. Vamos conseguir solucionar nossos problemas à partir que o Indio assuma, através dos meios legais. O Estatuto do Indio dá grandes garantia prá nós. Vimos a expoliação que o Indio tem. Indio é oprimido, Porque dentro das nossa comunidades não fazemos uma força? Quer dizer, a força da nossa comunidade vem da gente escolher o nosso chefe. A partir de quando um grupo assume a gente tem a clareza de idéias para fazer um planejamento de trabalho. A FUNAI, quando a gente tá unido, vai nos ouvir com mais respeito por causa da nossa força. A divergência entre as comunidades é o que faz nossa fraqueza. Temos que estudar um método de trabalho e planejar para melhor poder solucionar nossos problemas. Vocês tem as terras, mas

MR. 8, p. 100/250
MEMO N.º 39-CP. 77
FLS. 20
RUBRICA @

sempre foram espoliados; a gente viu que até agora, pouco vocês usufruíram dela. A riqueza foi parar nas mãos dos outros. Temos que estudar uma maneira de aplicar isso pro bem da comunidade. É ruim quando a gente pensa nsó na gente. Aproveitar da nossa comunidade prá melhorar a gente, eu vejo que é uma traição que a gente faz contra ela. Lá no norte os índios não passaram uma fase tão longa de sofrimento, de espoliação como vocês. Aqui eu creio que todos vocês estão se aclarando as idéias, estão procurando um nível de vida melhor. Em minha comunidade a gente encontra dificuldade porque um pensa de uma forma, outra de outra. Isso não ajuda o trabalho de união. Mas enquanto a gente não tiver uma organização forte, uma chefia forte com clareza de idéia. Porque se tem que descobrir os elementos da FUNAI, da Missões que querem bem ao Índio. Porque a libertação do Índio vem quando o Índio se decide se unir e procurar formas de como solucionar os problemas todos juntos.

CARAÍ - Guarani

Onde eu tô não tem posto. Moro em Bracuí, Estado do Rio, não sou aldeado. Eu recebi aquela carta, eu não sabia bem o que era, mas eu vim assim mesmo. Eu não falo muito bem. Sobre a FUNAI, o que a minha gente tava falando aqui eu tenho que confirmar que tá tudo certo. A FUNAI promete mas não faz. Eu vi isso também e dou a prova. Não é de hoje que os Índios sofre. Eu tô lá no meu lugarzinho, tô sossegado e a FUNAI não sabia que tinha Índio Guarany lá. Sendo Índio é tudo parente. Porque primeiro somos de Deus, depois disso nós somos nós aqui na terra, pobre ou rico. Eu mesmo nunca fui ajudado, nem um pedacinho de comida. Lá não é minha terra, mas tenho minha plantação e quero ficar lá. Fui na Ilha do Governador pará ver se arrumava um lugarzinho lá prá nós e disseram que eu era gu fugido, que vinha prá mentir na cidade. Falam que os Índios é ruim, é ladrão. Diz que os Índios não trabalha, são vagabundo, vem na cidade para falar mentira. Mas o que o Índio fala é tudo verdade. Eu vivo do meu braço. Por isso mesmo os Índios tá tudo espalhado, por caus disso. Se eles se interessasse no Índio, então não tava assim, mas eles tão tirando as madeira conforme vocês também tão falando. É isso que acontece na nossa vida. É só isso que eu quero falar.

CACIQUE VERA-KUTCHWY - Guarany

O que acontece é isso mesmo. Até a data de hoje não é prá nós tá sofrendo. Quanto? Quanto eles não pegam, não dão profissão pros Índios. Desde aquele tempo, 1923/24 eu andei junto com Marechal Rondon 6 meses; tinha 12 anos vendo essas coisas. Desde aquele tempo ps Índios não tinham profissão. Dá escola e não dá profissão. Quando um Índio estuda um pouquinho, eles chutam prá lá. Que quero que todos meus irmão que tão por aqui que não vão atrás da FUNAI, qua a FUNAI não ajuda. Eles comem, bebem, compram seu carro às custas do Índio, e cada dia os Índios vão indo mais prá baixo. É por isso que eu digo, maus irmãos, se segurem com esse pessoal (CIMI) que de certo eles tem interesse em ajudar o Índio. A FUNAI mata o Índio, dão comprimido prá morrer, eles não dá comprimido prá ajudar. Se

- 12 -

vocês tem algum problema de terra prá resolver, reclama e eles aí (ao pessoal do CMI) que de certo eles vão ajudar. Se for à procura da FUNAI ~~prá~~ prá ter profissão, eles tem profissão de roubar os Índios, de comprar carro com o dinheiro do Índio. Eu lá na minha aldeia não preciso da FUNAI prá me atrapalhar. Esse homem aqui tá com 67 anos. O Índio ainda não tem direito, por que? Vamos se unir Índio com Índio. Nós mesmo é que somos os donos da terra e os donos do Brasil porque nós somos Índio. Eu não tenho vergonha de falar, porque se tem que falar nós falamos.

DIA 17 À TARDE:

KLINTON - Kaingang

Através desses encontros com os caciques de outros postos, outras aldeias e estados, é que faz os problemas que precisam ser debatidos ~~ser~~ sentido. Como lá em Mangueirinha, tem uma parte da nossa terra que está ~~so~~ sob o domínio da firma Slaviero, queremos que volte para a reserva indígena mas está um pouco demorado. Em 75 fomos à Brasília e tivemos promessa que logo seria resolvido nosso problema da área mas até agora não tivemos solução nenhuma. Os Índios não tiveram apoio do Chefe do Posto. Mandaram um ofício muito bonito do Presidente da FUNAI mas não foi executado. Em 76 começaram a ser afastados os colonos invasores de Nonoai, RS. E também em Junho no Posto Xapocozinho (SC) iam ser afastados os arrendatários e até agora não foi afastado. Lá em Mangueirinha (PR) tem 6 capataz vigiando e cuidando dos pinheiros como se fosse dos Slavieros. Em Palmas, PR, faz 5 meses que eu tô trabalhando, e foi vendido também 80 hectares de terra da área dos Índios pelo SPI. Já passou 5 ou 6 donos. Atorou a área pelo meio. Como se pode entrar numa fazenda e atorar no meio, dividindo em 2 partes, como foi feito lá em Palmas? Eu não sou contra a FUNAI, qu eu apoio é mais um pouquinho de respeito. Se o SPI foi caçado por causa dos abusos nas áreas indígenas, a FUNAI não cumpriu ainda o que prometeu. A limpeza da área (limpar dos intrusos), legalização das terras indígenas, a situação do Índio. Temos que lutar prá que seja feito aquilo que prometeram - terra, saúde e educação em primeiro lugar precisa ser normalizado. Por ora, meu depoimento é isso.

PIRI - Apiaká

Na minha terra somos poucos, Nosso serviço lá nós plantamos mandioca e arroz. Não tem saída pro arroz. Temos uma professora e uma enfermeira, que é minha patroa e tá com 12 anos que ela trabalha disso. Quando ela não dá conta do serviço, então manda pro posto. Nós todo ano derruba um pouquinho de mata prá por criação de gado. Tem 12 cabeças, com isso nós vivemos, levamos nosso povo devagarzinho, e vamos se levantando devagarzinho. Nós ainda tem um grupo fora da nossa comunidade, que

MEMO N.º	39-EP.77
FLS.	21
RUBRICA	10

tá vivendo no mato, que p nós não sabemos bem onde eles estão. A coisa tá apertando por todos os lados e o nosso problema maior é esse.

IUPÁRIUP - Kayabi

Vivemos apertados assim. Lá na minha terra tem melancia feijão, milho. Nosso povo tá dividido. Tem parte lá no Xingu q que queria se reunir. Tá tudo misturado com o pessoal de Mundu ruku. Tem um fazendeiro lá de Guiabá, de São Paulo, que entra no meio de nós e nós vive apertado assim. Tem um marco mas ele plantou a milharada no meio de nós. Ele quer me aperseguir. E nós teria bananal, mandioca, canavial, arroz, que nasce tudo. Caça não falta. Pesca não falta.

TUCUMÃ - Kayabi

Nós somos Indios Kayabi. Lá no Mato Grosso, nós mora mais longe que vocês. Então ele tá g falando que tem muito pessoal nosso que tá espalhado. Então nós viemos conhecer cá do grupo de vocês. Nós temos o negócio da área, da reserva. Lá é mato bruto, tem onça. Viemos assistir a reunião de vocês, né. Só sei que foi uma luta prá nós vir até aqui. Condução é difícil. Nossa área é grande, só que nós somos poucos, né? Os brancos levaram mais parte do nosso pessoal. Até agora a FUNAI não deu permissão para procurar e trazer nossos parentes que tãp tudo espalhado, no Xingu, em Barra. Porque a gente sente falta dos parentes. Nossa turma lá reclama um pouco, que nós somos poucos. Então nós viemos aí e esperamos que vocês vão lá onde nós estamos. Em comida tem muita, tem muita qualidade de bicho. Não pensava nunca de vir prá cá conhecer vocês de tudo essas tribos.

OMIZOKAY - Pareci

(Explicando a situação dos Kayabi e Apiaká). As reservas estão demarcadas, pela FUNAI, mas tem pouca gente e muito t trabalho. Tem Kayabi no Parque do Xingu que os Irmãos Villas Boas levaram. Então está u, grupo reduzido. Tem muita castanha, tem madeira e não tem invasão de intrusos. Estavam abrindo uma estrada dentro da reserva e eles mesmo tocaram os homens prá fora. Não tem posto da FUNAI em nenhuma das reservas, sé os padres missionários ttrabalham lá. Apenas a nossa área Pareci ainda não foi demarcada.

WANDETÊ - Kaingang

Lá na nossa aldeia de Pinhalzinho, os brancos é a maior parte e tão tirando madeira, fazendo as casas deles. Quando a gente vai embargar a gente muitas vezes tem medo, né? Eles criando os filhos deles dentro das propriedades dos Indios. Muitos de nós já apanhou nas estradas. Muitas vezes a gente vai nas bodegas prá arriscar a vida. Quem sabe neste encontro vai ter alguma coisa prá defender os Indios... Os intrusos tão entrando na área com carroça e tudo! Eu como sou capitão fui prender o intruso. Os brancos vieram invadir minha casa, eu não

tava em casa - só a mulhar com as crianças. A gente tem que arriscar. Então o menino abriu a porta assim e entrou o cano de espingarda e perguntou: "Onde está o capitão?" Aí eles gritaram pro vizinho, "vem ajudar que os brancos estão invadindo a casa!" Eram 8 que arrodiam a casa. O acontecimento mais brabo que aconteceu foi esse, né? O resto é manso. Mas será que eu sou dono da aldeia, sou Índio afinal, será que eu não vou ter direito? As autoridade sabe que o intruso queria matar. Assustou minha mulher e tudo com a espingarda. Então isso ali foi botado nas mãos do delegado. O delegado tomou providência. Tem que se tirar essa gente que tá incomodando o Índio. Eu tô com 47 anos e quando eu fui em Nonoai tinha 17 anos e não tinha nenhum intruso. Muitos de nós Índios já fomos suzados. Se for contar tudo a verdade que aconteceu lá lá 10, 15 anos atrás, não dá nem prá contar. Óia, tem muito Índio que foi morto à pedra. Meu tio João Cabrito foi morto na estrada, à pedra. Tem Índio que ficou aleijado. Tem gente bão que nunca merecia isso. E por que acontece isso, né? Como nós ainda tamos no encontro, pode ser que aconteça alguma coisa. O Índio vai morrer à mingua? Se fosse nós que quisesse brigar com os brancos, nós tinha brigado. Tem gente que mora em Paraná, Santa Catarina, eles são naturais de Nonoai, mas foram expulsos pelos brancos. Nós nunca usamos a arma porque a arma que nós temos é a flexa.

Há dois anos nós recebemos essa carta do General Ismarth. Então eu achei bão que a FUNAI ia deixar a terra limpa. Mas já faz dois anos que nós tamos esperando, então que é isso aí? Será que não somos filhos de Deus? O Índio não vale nada para eles.

Prá verdade, pra tirar o branco da terra dele, o Índio tinha que arriscar a vida. Porque não é de agora que a gente vem apanhando, Isso faz já mais de quinze anos. Essa parte de violência é quase todo o tempo, quase todo o mês. Nós temos que ter algum direito, alguma lei que proteja o Índio.

TXIBAE EWORORO - Bororo

Tamos acostumado a sofrer, a morrer e a brigar, Aquele entusiasmo a gente sempre tem que dar para outros. Certas tribos começam a pensar que é melhor do que outra. Minha reserva tá legalizada, se eu fosse pensar só em mim, não taria aqui. Temos que ser todos unidos, Nós vamos morrer mesmo, mas vamos morrer lutando prá conservar o que é nosso.

DIA 17 - SEÇÃO DA NOITE

ONIZOKAY - Pareci

Existem coisas que podem sair solucionadas daqui. Vamos cumprir as propostas nas aldeias e não deixar só no papel. Nossa primeira coisa é contar o grupo adé voltarmos para casa, contar prá todo mundo o que passou aqui.

MEMO N.º	39-EP1.77
FLS	22
RUBRICA	<i>[assinatura]</i>

XANGRE - Kaingang

Eu acho que a gente não deve de ser uns contra os outros, mas quando a gente vê um Indio que não é autoridade, mas que fala o cert, temos que fazer força pr'á ele se unir com a gente. Com calma a gente vence tudo. Não se vence ninguém com violência. . Paciência não prejudica ninguém. Daqui por diante nós temos que se unir por que vamos criar esse novo povo. Vai valr mais quem pode mais. O erro é pr'á quem tem, não pr'á quem não tem. A gente não pode ter medo do Chefe do Posto.

KAGRE - Kaingang

O próprio Indio não pode sentir que passou a ser condenado.

CACIQUE PENY - Kaingang

Eu mesmo fui preso 12 dias pelo outro cacique e o Chefe de de Posto. Passei 3 dias sem água, e 3 dias sem comer. Mas eu saí sabendo que eu tava certo e que ia continuar lutando pelo Indio.

TXIBAE EWORORO - Bororo

Aquele que não importa com o problema do Indio, está renegando o próprio Cristo. A Igreja também tem essa responsabilidade.

SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS APRESENTADOS |:

1. Chefia Indígena: ...pedimos que seja respeitado o nosso direito de escolher nossos chefes conforme o nosso costume tradicional." A comunidade inteira deve escolher o cacique. O Chefe de Posto não pode escolher o cacique. Ele trabalha pelo dinheiro e não pelo Indio.
2. O Chefe de Posto apoia o intruso mais do que o Indio. "...queremos total apoio do Chefe de Posto".
3. O Chefe de Posto que é bom, a FUNAI tira. "... antes de ser mudado o Chefe de Posto, devia ser consultada a comunidade indígena. "
4. Proibição de nossas reuniões: ver o Estatuto do Indio, artigo 66 que garante a Convenção 107, direitos como todos os cidadãos.
5. FUNAI promete trator e não dá: Xavante 3 anos esperando o trator. Kaingang de Nonoai esperando 2 anos, resolveram tomar parte da colheita da soja para garantir trator antes do fim do mês de abril.
6. Assistência Médica: devia ser para todos os grupos.
7. Intrusos: FUNAI devia garantir as terras, pelo título III, Cap V do Estatuto do Indio.

8. Atuação do DGPI: temos o direito às madeiras pelo artigo 22. Tem que haver revertimento em benefício do Indio pelo artigo 43.

Tem que haver reflorestamento pelo artigo 46.

Os Indios podem usar as máquinas pelo do DGPI, pelos artigos 40 e 42.

2º DIA - 18 DE ABRIL DE 1977

TUPÁ - Y - Guarany

Primeiramente eu agradeço pela feliz oportunidade de proporcionar a mim esta viagem, esta estadia aqui para conhecer outros irmãos das nossas tribos. Nós que já convivemos anos e anos de contato com a civilização do branco, já sabemos com sobeja razão, já chegamos à conclusão de que quem tem interesse na vida do Indio, na pessoa do Indio, é o próprio Indio. Chegamos ao fim da picada, ao fim da estrada: ou nós avançamos ou nos entregamos ao branco. Esta reunião que nasceu da experiência de quem tem um pouco de humanidade, de amor ao próximo, nós devemos levar avante. Meus irmãos, chegou a hora de nós levantarmos a voz pela sobrevivência da nossa gente, que antigamente foi um povo feliz, um povo despreocupado. Somos um povo que já teve pátria, e que não tem mais pátria. Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoas lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direitos no papel, mas onde está a realidade?

Tenho uma cicatriz na minha vida, no meu coração, que nem o tempo nem os séculos vão apagar. Que eu estou preocupado com meu povo. Eu estava querendo fazer o verão sozinho. Como diz o ditado, né? Uma andorinha só não faz verão. Chegou a hora que nós sozinho não conseguiremos nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegamos a um ponto que nós os Indios devemos tomar a rédea do governo Indigena, e esse é o caminho certo: a assembléia, reunir, ouvir todos.

Muitas vezes a presidência põe no papel um plano bonito e manda prá cá, e daqui vai um relatório: "Ah, mas os Indios daqui estão muito feliz", quando na realidade estamos a zero. Eu já entrevistei o Ministro do Interior, Rangel Reis. O Indio que enxerga um pouquinho, eles tem medo, isso é que é a verdade. Disseram que o Ministro não podia me ver, mas eu esperei. Eu disse ao Ministro que o problema, que a lei do Indio, essa lei nova, não pode ser aplicada de modo geral. Que o problema do Indio hoje é complexo. Que o problema do Indio do sul é muito diferente do dos nossos irmãos lá do norte, do Amazonas. Eu disse: "Olha, sr. Ministro, este problema de emancipação do Indio está longe." Porque a emancipação, meus queridos e prezados irmãos, está baseada no problema econômico. Se o indio não tem isso aqui, não pode ser emancipado, não tem condições. Aqui está o começo da nossa emancipação, então vamos entreteçar o nos

so pensamento, a nossa coragem, porque hoje nós precisamos ter muita coragem. Porque tem muita gente que gosta do Indio, mas tem muitos que querem exterminar o Indio prá ficar com o pouco que nós temos.

Tem noites que eu não durmo, pensando nos nossos problemas. De esperar nós estamos cansados. Todos aqui temos essa experiência. Nessas reservas estão devastadas, sem madeiras. Quem tirou? Foi o Indio prá fazer suas casas? Não! foi o próprio branco. Não podemos mais ficar de braços cruzados. Essa talvez seja a última oportunidade prá nós erguer a voz das nossas tribos. Lá fora tem muita gente boa, a imprensa, a televisão.

A FUNAI não achou bom não quando viu a entrevista do Indio na televisão lá. Eles foram atrás e ahcaram o Indio na portaria da Rádio Nacional. Nós não podemos ter medo. Porque nós estamos na nossa pátria. Estamos na nossa terra. Nossos pais nasceram aqui, viveram aqui. Não podemos pensar no tempo porque o tempo é muito longo, a história da nossa gente. Então nós temos que gritar.

Meus irmão, eu me sinto tão feliz, me sinto recompensado por toda nossa experiência. Eu não fico quieto não. Eu reclamo, eu falo, eu denuncio. Houve um capitão lá na minha aldeia, ele se uniu ao encarregado (Chefe do Posto) para perseguir os Indios. Foi uma correria lá. Eu fui perseguido, minha gente foi perseguida. Então eles se uniram com o Chefe do Posto para escravizar a nossa gente. Eram presos, amarrados com arame, levados para o Posto. As moças não podiam sair, eram presas pela "polícia indígena", levadas prá roça do capitão, tiradas as roupas e passavam a noite assim na prisão. Eu já sofri muito. Uma vez me espancaram, me judiaram, me levaram prá Dourados (MT). Lá dormi entre dois soldados como se fosse um criminoso perigoso. Fiz meu depoimento lá. Quando cheguei, o encarregado (Chefe do Posto) tinha mandado meus filhos, minha mulher, tudo prá Dourados, tinham expulsado. E eu tinha morado 30 anos lá. Prá dizer bem a verdade, a FUNAI não tem gente com capacidade moral e capacidade material para sustentar uma casa. Um dia o povo brasileiro dos brancos talvez venham a conhecer a história real dos Indios do Brasil.

Vocês não se esmoreçam, não desanimem. Vamos pensar que em todos os Indios, em Nação, para que num futuro não muito longe tenhamos oportunidade de ver a nossa tribo sobreviver, emancipar. Eu falei pro encarregado: "Você é um dos elementos que tirou a nossa felicidade." Essa índole do Indio que vocês dizem que é preguiça, na verdade é a felicidade que o Indio traz do passado. Você acha que a pessoa que viveu esta felicidade vai acostumar a viver neste trabalho, nesta cabeça quente que vocês vivem por aqui? "

Não é de hoje que eu sonhava com uma Assembléia de Indios. É uma coisa maravilhosa. Tem gente que quer que a gente sempre ande com a cangaia no pescoço. Eu fico emocionado, muito grato a vocês, principalmente esta gente que estão interessados em restaurar a nossa tribo que foi uma grande nação, no

- 18 -

passado.

ONIZOKAY - Pareci

Grande parte da opinião pública não sabe da realidade do Índio e se nós ficarmos no silêncio, nunca vão ficar sabendo de nada. E vocês vejam que a opressão é tão grande que nós per demos até a nossa coragem.

XANGRÊ - Kaingang

A gente deve falar porque é o que a gente tá sentindo. A gente nunca deve engolir o que a gente tá sentindo. Faz anos que eu tive pensando ver os nossos problemas por aí. Desde que eu tinha 15 anos que eu me preocupo com as nossas vivências. Aí, pela cabeça dessa senhora (Xod Fei) e desse homem (Xangú), está provando que nós não estamos preocupados com a nossa gente. Então eu fico tão triste que essa senhora já ficou presa na cadeia com um filhinho de 1 ano e 6 meses. Então eu fico tão triste de ver isso. Então eu acho que a gente tem que fazer as coisas e não ficar só pensando, só falando. Eu acho que o problema é sério e que a gente tem que planejar o que a gente vai fazer, porque ninguém faz, o branco é que não vai fazer; nós mesmos é que devemos fazer.

Olha, outro dia quando eu tava indo pra São Paulo, eu vi uma casa onde a gente pobre da cidade mora. Uma casinha bem feia, coberto de papalão e de lata, mais feia que uma casa de capim de Índio, viu. E eles morando tudo lá amontoado, um em cima do outro. Não tinha terra nem pra olhar. O lixo amontoado em frente as casinha deles. Eles tão pior que nós lá na aldeia. Então eu fico pensando que a gente tem que cuidar pra não ficar assim...

TUPÃ - Y - Guarany

Tudo lá eu denunciei, fui na imprensa, fiz tudo sozinho. Pos as missões que estão lá faz que nem tartaruga. Meus irmãos as únicas missões que estão do lado do Índio são as missões ca lólicas, porque as de outra religião, na hora de perigo, elas faz de tartaruga: enfia a cabeça na casa.

O Cláudio Nenito, ele veio daquela reunião de Merure. Ele veio, ficou uma temporada em Dourados, mas estava expres samente proibido de entrar na área indígena. O Nenito depois foi preso na cidade, sem mais nem menos, pela polícia. O Bispo imediatamente acompanhado de um vereador de Dourados foi no Posto. Foi quando o Sr. Bispo foi detido 40 minutos na sede do Posto e foi maltratado com palavras duras. E aí que não consu miram com o Nenito, que o plano deles era consumir com ele.

FÉLIX - Terena

Nós temos um candidato a vereador pela Arena que se diz ser representante dos Índios Terena. Mas que na verdade é mais representante de sua própria família do que a tribo Terena. E todos, os seus pais, seus irmãos, estão todos empregados na Fu

NAI ou na prefeitura de Aquidauana. Não dá nenhuma oportunidade aos nossos patrícios só para dizer em seus discursos que só sua família são Índios inteligentes. E diz que se preocupa mais com a educação e a saúde nos meios dos civilizados para pegar mais apoio como vem sendo apoiado pelos civilizados gananciosos sem pelo menos saber como é que é a vida dos Índios Terena, seus irmãos. Ele só vindo à nossa aldeia nas épocas das eleições e em algumas ocasiões quando é para o seu interesse, ou para aparecer o seu nome em jornais e televisão que é do seu agrado. E aí vem os homens gananciosos apoiando sem pelo menos ter contato direto com os Índios. E quando aparece algum Índio olhando a sua falta, ele logo trata de amedrontá-los toda a tribo Terena, que são muito medrosos. "Eu vou exportar o Fulano" - é a FUNAI ~~Vai e Exporta~~ vai e exporta o fulano. O quartel vai prender o fulano, diz que eles é comunista e que tem liga com os padres, se seguirem o conselho deles o governo vai tomar as suas terras. Mas não sabe que o fulano que está sendo criticado é o homem que está levando a tribo em frente, é o homem que está incentivando seus irmãos Terena ao trabalho, e que hoje está aí nas folhas de jornais do país, que a tribo Terena está no caminho da integração e emancipação. E que o desenvolvimento da minha aldeia começou o ano passado quando o fulano voltou para sua aldeia. Mas apoiados pelo ex-Delegado da FUNAI, o Gerson da Silva Oliveira, que hoje está na direção do DGO, é que muito a tribo terena hoje deve o favor.

E agora, dia 28 com a chegada do Presidente da República na nossa aldeia, é a hora do nosso patrício sangue-suga aparecer, querendo aprezer para ter mais apoio do governo federal. E vai aparecer porque não temos ninguém por nossos Deuses acuda. E o nosso capitão (cacique) dirigido por ele, também só pensa em sua família e não resolve nada para a aldeia. E fica pedindo esmola nos estados de São Paulo, sem autorização da FUNAI e recebendo roupas de defundo para sua família. Isso é vergonha a tribo Terena.

CANDETE - Kaingang

Estes intrusos tem raiva do Índio sendo que eles estão plantando na área do Índio. Então ali o Índio é dono da aldeia né? Então, invés de trabalhar sossegado, eles vão iludir o Índio para ele ir nas bodegas para então severar o Índio. Então ali eles aproveitam o Índio e espanca o Índio. Eles falam que o Índio não trabalha. Hoje em dia ninguém vive sem comer, então o Índio tem que plantar como de fato planta, feijão, milho, arroz, batata, mandioca, cria porco. Então ali o intruso já quer tomar a frente do Índio. Em vez de colaborar com o Índio, os intrusos ficam ameaçando, né? Então o Índio tomou uma paulada na cabeça de um tal de Nino Capelarias, um bandido lá que, sem merecerem, ele já machucou não sei quantos Índios. Outro é o Toni e o pai dele é o Emílio Consi. Em vez do Emílio educar certo o filho que nós estamos trabalhando na área dos Índios, ele dá mau formação pros filhos. Então tem o mau elemento também que tão se virando em bandidos. Eu sempre que sou autoridade

dê, eu já arrisquei muito a vida, porque eu cumprio a lei conforme que a lei manda. Se eu também, na Bodega, que os intrusos avançaram em 8 contra o Indio Ernesto, que caiu quase morto. Então os intrusos ficam na bodega só prá esperar o Indio, né ;?

Esses acontecimentos ali já foram comunicado ao Chefe do Posto e nada foi resolvido. Delegado do Planalto também já tem muita reclamação minha. Tem advogado do Planalto que é pago por safra. Então quando o Chefe de Posto dá uma ordem prá não cobrir o rancho, porque eles espera prá reclamar. Esta turma da aldeia, dos intrusos, eles não obedece mesmo. Eu já sei.

Nós tamos em pinhal, que tem fruto agora (aldeia de Pinhalzinho). O Indio tá reservando prá ele tirar o pinhão prá comer. E os intrusos já não estão deixando o Indio tomar conta do Pinhal. Tão queimando com roça. Nós ^{que} somos Indios temos que reservar aquilo, mas o intruso tá tomando conta, derruba nosso pinheiro, rouba nosso pinhão.

Quando eu me conheci por gente, nos 16/17 anos, era tudo do área (indígena). Depois foi tirado uma parte grande para o Estado, para Reserva Florestal. Lá também mora umas 70 famílias India, Então porque que os guarda-florestal não deixa outros Indios ir prá lá ? Lá, os que moram é porque nasceram e se criaram lá. Chico Canherá é o mais velho de toda a aldeia do Rio da Várzea. Então ali tem pinheiro, tem pinhão, tem fruto afinal, que o Indio sempre vive do pinhão, né ? Então eles agora não deixam antrar lá prá tirar pinhão, para pescar, para caçar. Como ? Se aquela área era tudo do Indio. Então a gente precisava tirar taquara prá fazer artesanato. Por causa da Guarda-Florestal a gente não pode chegar mais lá, sendo que a reserva é do Indio. O mais bandido dos guarda florestal é Evaristo Novelo. Logo depois que viemos de Brasília eu fui lá e eles me ameaçaram de revólver. Eles me acharam que nem bicho-do-mato, sendo que eu sou Indio. Eles me ataram e eu tive de aguentar tudo.

XANGÜ - Kaingang

Estes brasileiros que tão junto com nós, casaram com India, então quando deu a cortação da terra que os brancos tomaram também, eles não quiseram ficar junto com o Indio. Então depois venderam prá lá e voltaram prá área. Então são outras fera também. Eu quero saber de quem consentiu, se dá FUNAI ou do Chefe de Posto. Nesse ponto o Indio não foi ajudado, e eu não consinto, por minha parte, porque senão chega o tempo de não ter terra pros nossos filhos. Nós devemos de cuidar bem nossa terra que o governo deixou prá nós. Se vai desse jeito então nós vai perder nosso valor, nós não somos mais Indios, vão dizer que somos já civilizado, sendo que nós somos legítimos brasileiros. De tudo o que eu luto com vocês, eu dou uma mão prá minha tribo. Dentro da minha terra eu não consinto português porque se fosse eu ganhar esse terreno, que fosse brasileiro, eu não ia vender. Porque o Indio nunca foi ajudado e nunca envolveram eu prá dar educação pros meus irmãos, para o bem da comunidade, né ? Sempre me chutaram né ? Faziam pouco de mim.

TERRA

Comissão Regional da Pastoral da Terra e Regional Norte-I do CIMI



Prelazias de :

Guajará-Mirim

Acre e Purus

Porto Velho

Alto Juruá

Humaitá

Iábreu

LEIA NESTE NÚMERO1a. Parte :

- . Uma longa história de sofrimento p. 3
- . Os Suruí eram quatro mil; agora apenas trezentos p. 5
- . As "Correrias": um modo prático de matar índios p. 8
- . Os "Paulistas" estão chegando; pior para os
índios do Iurus p. 10
- . Igreja da Amazônia Ocidental também assume
a causa dos povos indígenas p. 13
- . Pastoral Indigenista, ontem e hoje p. 15
- . Comunicado (denúncia) p. 17
- . Porque os índios e não os grileiros p. 18

2a. Parte

- . Quem mora aqui não tem terra e quem tem
não mora aqui p. 1
- . As forças poderosas e ocultas
dos "Paulistas" p. 3
- . Quem sai ganhando com as leis do Inera:
os posseiros ou as grandes empresas ? p. 4
- . Estatuto da Terra Caboclo p. 6
- . A ação da Igreja no campo p. 8
- . Notas p. 11

T	boletim informativo da Comissão Regional
E	da Pastoral da Terra e do Regional
R	Norte I do CTII
R	Endereço : Cx., P. 473
A	69.900 - RIO BRANCO - Acre

Rosa, Marta, Darcy, Pe. Paulino, mais o Raul e Aurinã foram embora para o Alto Purus. Dez, doze dias rio acima e estarão de volta à aldeia dos seus amigos KULINA. Francô e Ir. Luísa saíram apressados para Cacoal e Pimenta Bueno. Tinham pressa em chegar porque queriam estar ao lado dos seus amigos SURUÍ e CINTA LARGA que estão vivendo momentos difíceis com a demarcação de suas reservas. Ainda ontem o jornal chegou contando que, até o fim da semana, os Suruí poderão pegar em armas para defender suas terras (Apoena Meirelles está com eles). Todo o resto do pessoal também já devem estar em casa.

Só nós ficamos em Rio Branco com a primeira tarefa de coordenação: fazer o B O L E T I M. Este boletim que será o primeiro da Comissão Regional da Pastoral da Terra e do Regional Norte I do Cimi. Chamamos que ele deveria levar o nome de "T e r r a". Porque "terra" significa muita coisa, tudo mesmo para a nossa região da Amazônia Ocidental.

O que é a COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e a COMISSÃO REGIONAL DA PASTORAL DA TERRA ?

Para quem não sabe ainda, a Comissão Pastoral da Terra é um organismo oficioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ligado à sua linha missionária. Seu objetivo: "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em função dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais".

Esta comissão central, por sua vez, está se desdobrando, nos últimos tempos, em diversas Comissões Regionais que começam a se espalhar por Brasil afora: Pará, Ceará, Goiás... Foi assim que a nossa região da Amazônia Ocidental, abrangendo as Prelazias do Alto Juruá, Guajará-Mirim, Porto Velho, Humaitá, Lábrea, Acre e Purus formou a sua Comissão Regional, na primeira semana de agosto, com a presença de mais de 35 representantes dessas Prelazias, durante a 1ª. Assembléia Regional da Pastoral da Terra.

E o que é o REGIONAL NORTE I DO CIMI ?

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também é um organismo oficioso, da CNBB, ligado à linha missionária, com a finalidade de assessorar, interligar e incentivar os que trabalham com os povos

índigenas. Como a Comissão Pastoral da Terra, o CIMI vem, nestes últimos anos, promovendo a formação de Equipes Locais nas diversas regiões do país onde ainda existe a presença de povos indígenas. Na primeira semana de agosto, durante a 2a. Assembleia Regional da Pastoral Indígena, foi constituído o nosso Regional.

Por que Pastoral da Terra e por que Pastoral Indígena?

Certa vez, alguém que passou por esta região fez uma observação curiosa, mas ao mesmo tempo triste: "os que moram aqui não têm terra e os que têm não moram aqui".

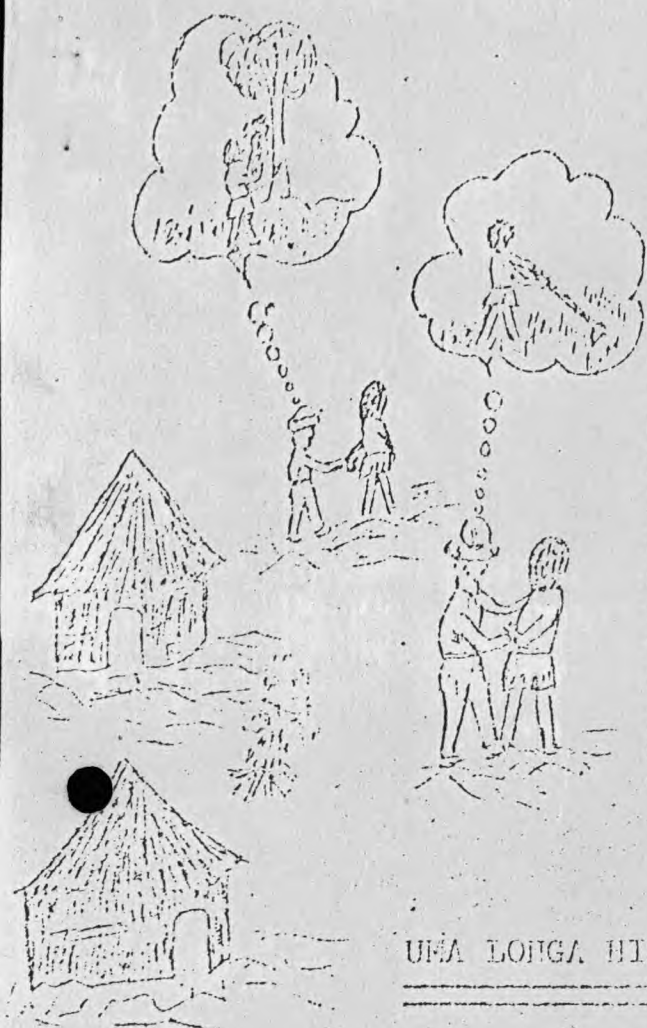
Parece que não é difícil adivinhar quem não tem terra: os índios, os posseiros, os seringueiros, os trabalhadores rurais, enfim. E o mais importante é fazer notar que a terra é praticamente tudo para este povo: é seu sustento; é sua própria vida. E, ao mesmo tempo, a sua grande necessidade e o seu grande problema. O poeta diria que "do fundo da floresta amazônica, sobe o clamor de milhares de homens pela terra".

Convém ainda deixar bem claro que índios, seringueiros, posseiros... não somente estão sem terra como, nestes últimos anos, vêm sofrendo as maiores injustiças devido à "corrida da Terra" disputada por grandes empresas nacionais e estrangeiras.

ra, se a Igreja quiser ser fiel ao seu compromisso com os pobres oprimidos, como mandou e fez o Senhor Jesus, ela não precisa fazer grandes esforços teológicos para chegar à conclusão de que a pastoral com os povos indígenas e trabalhadores rurais, nesta região, deva ser a sua linha prioritária.

"Nós somos todos irmãos. Somos tudo de sangue igual. Branco pensa que só ele é inteligente. Nós também somos inteligentes. Isso eu queria falar prá eles escutar" (Noziú, Xavante).

"O fazendeiro compra o juiz de direito. O fazendeiro compra a polícia. O fazendeiro compra a FUNAI".
(Juruna, Xavante).



Índio não escreve história. Índio conta, transmite a história... de pai para filho, de geração a geração, assim como transmite a vida. Aliás, história e vida é uma coisa só: História é vida e não letra morta. Infelizmente até o momento ainda não foi possível ouvir bastante os próprios índios para saber de sua própria boca a sua história, o seu passado, nesta região da Amazônia Ocidental.

O que contarmos aqui será insuficiente porque será sempre uma história contada pelo "branco". Ela é fiel e pode ajudar até certo ponto. O ideal seria que os próprios indígenas contassem a sua história, o que acontecerá ainda, temos esperança.

UMA LONGA HISTÓRIA DE SOFRIMENTO

Como a de qualquer povo indígena do Brasil, a "história de sofrimento" dos povos indígenas da Amazônia Ocidental começa, a rigor, em 1500, na Corte de Portugal. Conhecer desde o começo esta história é importante, mas o que interessa, no caso, é uma história mais recente.

Este passado mais recente, começa com a "invasão do branco" à caça de algo precioso capaz de lhe render riqueza, acumular muito capital. No caso da região, esta coisa preciosa eram a borracha (o "cauro negro") e minérios. Borracha, no Acre; Minérios, em Rondônia, de modo geral. Atrás da borracha e do minério

corriam brasileiros, bolivianos. No meio desta disputa, os indígenas que, se atrapalhassem ou resistissem, eram massacrados; e quando, cansados de lutar ou vencidos pela força, eram usados como mão-de-obra barata ou viravam marginais.

Uma mão-de-obra mais barata ainda do que a dos milhares de seringueiros e garimpeiros, na sua maioria nordestinos, que haviam sido atraídos para esta região, conhecidos também como "soldados da borracha" ou "cariú".

Melancólico foi o papel que os "cariú" desempenharam. Instrumentalizados pelos "coronéis da borracha" ou "coronéis do barranco",

4 História

foram usados não apenas na "missão patriótica" de marcar fronteiras ou explorar borracha, madeira, minérios, etc., mas também na missão de "amansar índios". Função que muitos ainda exercem hoje. Pobres aqui chegaram e mais miseráveis são hoje. Têm uma única façanha a contar; um único troféu a erguer: "a glória de não terem sido vencidos pelos seus irmãos de desgraça e infortúnio, os indígenas". Não porque fossem mais fortes, mas porque suas armas, oferecidas diabolicamente pelos patrões, eram mais poderosas e eficientes do que o arco e a flecha. Educados pelos patrões (talvez o único tipo de educação que receberam!) no ódio contra os índios, os "cariús", ainda hoje, tratam os indígenas como um "povo preguiçoso, cachaceiro, atrasado", etc. É a mais triste das expressões: o oprimido oprimindo o oprimido. Existem exemplos clássicos deste tipo de opressão, como as famigeradas "correrias" prati-

cadas contra os índios Kulina e Kaxinawá do Alto Envira, no Acre. Ou o massacre, conhecido no mundo inteiro, do "Paralelo 11", executado contra os Cinta Larga, em 1963, no Parque Aripuanã.

Esta, de modo geral, é a "história até nossos dias" dos povos indígenas da Amazônia Ocidental. Massacrados e escravizados, como acontece ainda hoje, ao longo dos rios Purus e Madeira, pelas "frentes pioneiras" (de seringalistas, soldados da borracha, caçadores, marreteiros...), vivem destribalizados e dispersos em pequenos grupos ao longo dos rios Juruá, Madeira, Japurá e outros, abandonados pelos órgãos oficiais e pelas missões que, praticamente, salvo raras exceções, os usaram apenas para suas pesquisas antropológicas. A estes grupos pertencem os Jamamadi, Jumas, Apurina, Manchineri, Kulina, Kaxinawá, Cinta Larga, Pakoa-Nova e outros.

" O mais grave conflito entre índios e brancos na Amazônia está acontecendo numa área de 1,5 milhão de hectares, situada a 500 quilômetros de Porto Velho, no Território de Rondônia... "

OS SURUÍ ERAM QUATRO MIL; AGORA, APENAS TREZENTOS

No Posto Sete de Setembro (Rondônia), vivem cerca de 300 índios Suruí. Em 1969, segundo dados da FUNAI, eram 800. Mas, segundo Raul Espenhol, um velho garimpeiro e profundo conhecedor da região, eram mais: cerca de 4 mil.

Hoje, desses 300, 70% são tuberculosos. Vivem cercados de "invasores brancos" por todos os lados: de uma parte, o projeto de colonização do INCRA - GY-Paraná; de outra, a colonizadora Itaporangá, que se teria apossado ilegalmente de mais de 1,2 milhões de hectares.

O futuro dos Suruí: caça e pesca diminuindo; material para arco e flecha acabando; seu mundo cultural e seu sistema social praticamente esvaziados; situação atual de conflito e tensões.

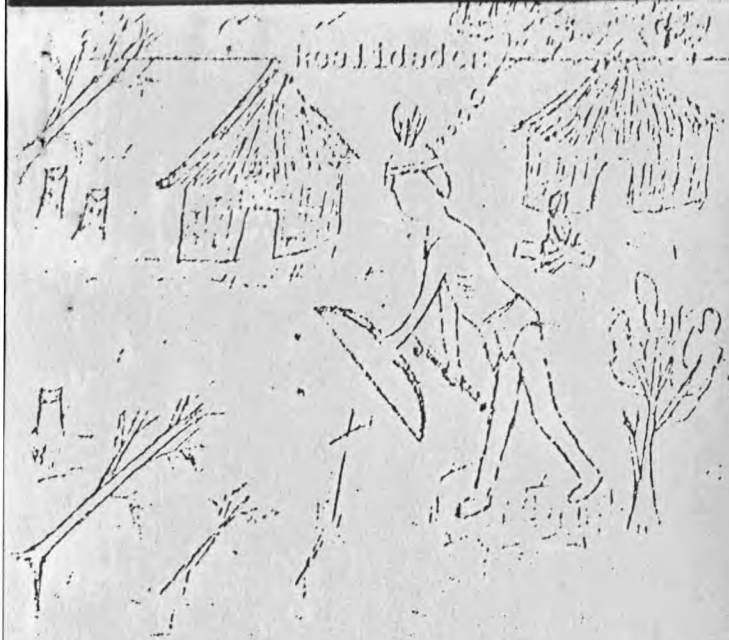
Um jornalista que esteve, há poucos dias, na área, terminava sua reportagem assim: " Os Suruí, como os demais 1.800 índios que regem em Rondônia, podem ganhar a

primeira batalha contra os posseiros que chegaram à região atraídos pelo Governo e pela possibilidade de terem uma terra para cultivar. Mas esta não será a última batalha, nem a mais importante".

OS POSSEIROS

Posseiros e colonos chegaram e estão chegando de todas as partes: do Paraná, Mato Grosso, Espírito Santo... É gente pobre, à procura de um pedaço de terra, chutada pelo sistema agrário de outras regiões do País.

João Ribeiro de Oliveira, o baiano, é um exemplo típico do colono da região: com seis filhos e a mulher veio de Mato Grosso, expulso de uma fazenda onde trabalhava como arrendatário. " Seube que estavam cortando terra e distribuindo aos colonos. Então viemos para cá". Os colonos dizem que foi o próprio INCRA que os encorajou a se instalarem na região.



Nestes últimos meses, a situação complicou-se: os colonos insistem em não abandonar a área e os índios estão dispostos a pegarem armas para defendê-la. Apocena Meilles que esteve acompanhando a demarcação, alertou que se os órgãos oficiais não apressassem a solução do problema, poderá ocorrer um conflito muito sério.

O Presidente da FUNAI e o Ministro do Interior, por sua vez, alegaram que a situação é muito complicada e é preciso tempo para se encontrar uma solução. Aliás, a atitude da FUNAI, desde o princípio, foi de confiar no tempo, sem tomar nenhuma medida concreta, achando que o Estatuto do Índio seria aplicado pelos "anjos" ou por si mesmo, "sobrepondo-se inclusive às situações concretas".

OS PAKAA-NOVA

Em outra região, mais ou menos próxima, a de Gajará-Hirim, vivem aproximadamente 500 índios Pakaa-Nova e "rentos" de outras

seis tribos. Existem quatro postos da FUNAI, sendo que uma aldeia, a de Sagarana, está sob a responsabilidade da Prelazia.

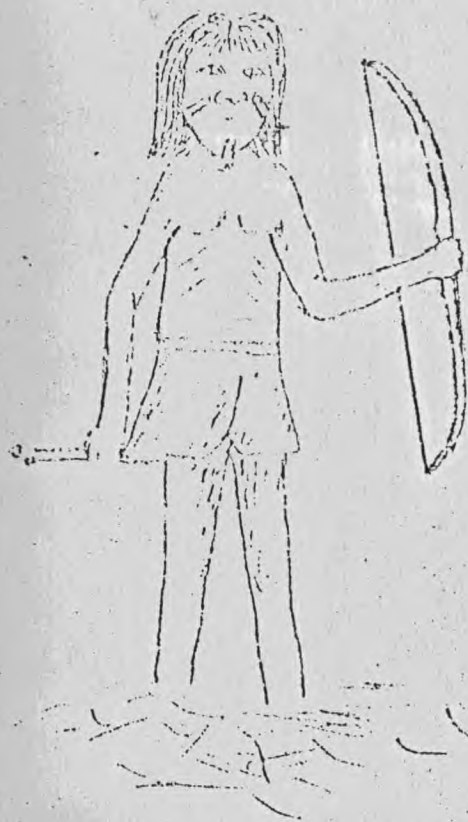
Depois de tantos anos de perseguição e lutas com os "invasores brancos", os Pakaa-Nova vivem hoje no meio dos seringueiros à mercê da exploração dos donos. As áreas atualmente estão sendo demarcadas. Estão repletas de posseiros e seringueiros que já começam a reagir, prevendo-se, para breve, sérios conflitos, principalmente na área de Ribeiro Lage e Pakaa-Nova. Existem, na região, pastores da seita "Novas Tribos", cujos objetivos e atividades são bastante suspeitas, embora digam sempre que estão "traduzindo a Bíblia".

Por outro lado, os chefes de postos da FUNAI normalmente carecem de qualquer preparação indigenista. Os índios, confinados no Posto Indígena Major Amarante, são vítimas de um projeto do INCRA - Sidney Girão - cuja sede está plantada a menos de 100 metros do Posto da FUNAI. Interrogado sobre a situação, um dos diretores do INCRA, Hélio Palma de Arruda (irmão de Sebastião P. de Arruda, um dos mandantes da chacina do "Paralelo 11") justificou-se assim: "ó bom que existam reservas indígenas, pois elas serão úteis e necessárias para nossos filhos". Esse não esconde suas intenções...

A HISTÓRIA QUE SE REPETE

O que aconteceu na conquista das Américas, em 1500, praticamente aconteceu ainda com os Guarani e outros povos indígenas, hoje, em Rondônia. O índio, para sobreviver e defender-se, ataca, rouba e é capaz até de matar. Os brancos, então, os acusam e procuram "acabar com a raça dos índios" através de armas ou semeando todo tipo de doenças. Os colonos, de modo particular, são jogados contra os índios, alimentando-se, assim, um verdadeiro ódio racial que, no final das contas, favorece tão somente os poderosos e a política oficial de "integração" dos índios ao sistema capitalista, transformando-os em peões ou marginais. Isto faz lembrar o que dizia o índio José Awatekãto'i, um tapirapé, durante a 3a. Assembléia dos Chefes Indígenas de Belém: "por que branco quis pegar e amansar índio? E, depois, que vai ser de nós no meio do branco, trabalhando no meio do branco que quer tomar a terra do

índio? E' pro índio ficar sem nada, é prá acabar com o índio. - O Pai Nosso, Deus, fez este lugar para todo o mundo. Aí branco chega e diz: olha, esta terra aqui é nossa. O índio não é igual a nós. Vamos tomar terreno dele por que índio não tem espingarda, não tem metralhadora, não tem bomba, não tem dinheiro. Só tem flexa e borduninha... só isso é de uso do índio".



NO ENTANTO, A
LEI É CLARA

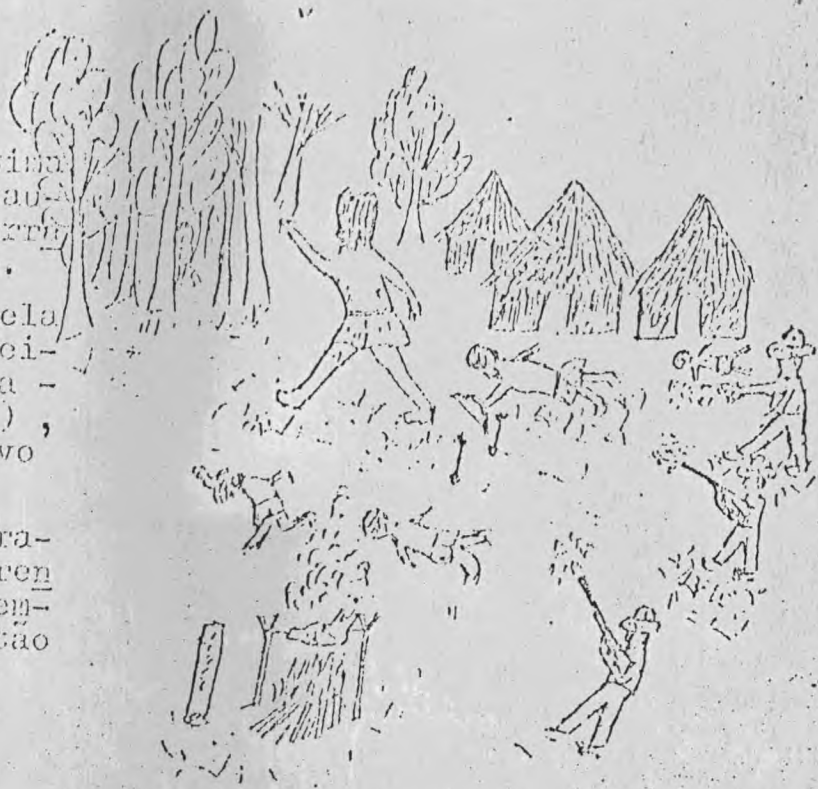
No ESTATUTO DO ÍNDIO, art. 18, lê-se o seguinte: "As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer outro negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos selvícolas".

E o parágrafo 1º acrescenta: "nessas áreas é proibida a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou às comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como atividades agropecuárias ou extrativas".

O índio foi a primeira vítima da estrutura desumana instalada pelos "coronéis da borracha" nos seringais do Acre.

No início foi destruído pela violência das frentes pioneiras (seringueiros e seringalistas, marreteiros, etc.), transformando-se num escravo humilhado.

Nos últimos anos, para agravar a situação, tem que enfrentar o rolo compressor das empresas agropecuárias que estão se instalando na região.



AS "CORRERIAS": UM MODO PRÁTICO DE MATAR ÍNDIO

Infelizmente ainda não foi possível ouvir da boca do próprio índio a história de sofrimento que o branco lhe fez passar no Alto Envira (Acre).

Contudo, depoimentos de algumas pessoas que viveram durante a época mais crítica para os índios Kulina e Kaxinawa, Mastanawa e Kampas, dão uma idéia aproximada do que foram as chamadas "CORRERIAS" praticadas contra os povos indígenas dessa região. Foram verdadeiros massacres, nos quais morreram milhares de índios e dos quais é responsável, de modo especial, a Família Prado, dona do Seringal Califórnia e de diversos outros seringais do Envira.

O método das chamadas "correrias" era muito simples, porém eficiente: o seringalista escolhia a dedo dez, quinze jagunços, bons de pontaria; arma-

va-os de "Winchester 44"; cercavam a aldeia, durante a noite e, ao amanhecer, à medida que os índios iam saindo de suas casas, desprevenidos, eram sumariamente fuzilados. Algumas crianças eram poupadas e adotadas pelo "bondoso" seringalista, como também algumas mulheres, as mais novas, que iam servir de empregadas domésticas ou de "amantes".

Os que sobraram, vivem atualmente semi-aculturados, dentro das fazendas e quase todos querendo "embranquecer". Negam, assim, suas origens e sua própria raça e o povo se desintegra ...

"CADE A JUSTIÇA? ONDE FOI?"

O sofrimento dos povos indígenas da Amazônia Ocidental tem o mesmo sabor que encontramos nas palavras do índio Cláudio Nenito, um guarani: "cade a justiça? Onde foi? Um brasileiro legítimo tocado de sua própria casa..." Outro índio, Joaquim Zalenzo, um pareci, que sentiu na carne os mesmos problemas dos seus irmãos da Amazônia, assim falou durante a 3a. Assembléia dos Chefes Indígenas: "Onde o índio nasceu, a terra é dele. Nós estamos aqui reclamando nossa terra. Vamos fazer união, vamos ver como vamos unir. Nós não falamos mais como nossos avós, nossos pais. A finalidade de nosso povo acabou. Ficamos assim descontrolados. Alguns levam vida de passarinho. Outros vida de bicho do mato. Assim que nós ficamos. Perdemos nosso começo velho".

E O EVANGELHO O QUE TEM A DIZER

Diante desta realidade é sempre bom lembrar as palavras de Jesus Cristo: "Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados...". Diz ainda: "A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra principal; esta é a obra do Senhor e é admirável aos seus olhos. Por isso digo a vocês: o Reino de Deus será tirado de vocês e será dado a um povo que fará produzir frutos".

Estas palavras de Jesus Cristo dão a esperança de que a "mecha fumegante" não deve ser apagada, mas reavivada. Quem sabe estes "restos" de povos indígenas não poderão mostrar ainda à "civilização ocidental cristã e capitalista" que a fraternidade pregada por Jesus Cristo está bem próxima, dentro das matas?

É verdade que são "primitivos" em sua forma sócio-cultural, mas será que, pelo menos, não deveríamos aprender deles como repartir o alimento, como respeitar a natureza, como considerar tudo de todos e para todos? ... Será que isto também não significa fraternidade, democracia? Ou será que "fraternidade" significa desejo insaciável de lucro, de poder, de dominação? ...

OS "PAULISTAS" ESTÃO CHEGANDO
PIOR PARA OS ÍNDIOS DO PURUS

Como aconteceu em todo o território brasileiro, o grande problema dos povos indígenas do Purus é a t e r r a cobiçada e em grande parte já conquistada "a preço de banana" pelos "paulistas", que podem ser mineiros, paranaenses, gaúchos, norte-americanos, europeus, sem pátria, etc. Proibições de extrair madeira, caçar e fazer roçados já pesam sobre os grupos indígenas da região. Nenhum grupo tem ainda área demarcada. A FUNAI, depois que o CIMI realizou levantamentos em várias regiões do Estado, começa a se movimentar para instalar postos indígenas. O grande problema que os índios do Purus enfrentam é a intromissão na sua liderança e em sua vida comunitária. Isto fazem sobretudo os "paulistas", madeireiros e seringalistas, enquanto tiram os índios de suas aldeias e os contratam para trabalhos, segundo o modelo dos "civilizados". A maioria dos grupos estão destribalizados, excetuando-se o grupo Kulina e outros ainda não contactados que conseguem ainda manter bastante vivo o modo de sociedade indígena, com sua própria característica e organização de trabalho semi-comunitário. Até quando?

O QUE DIZ
A LEI ...

No capítulo 2º, art. 22 do Estatuto do Índio, a lei é bem clara:

" Cabe aos índios ou selvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito de usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes".

No parágrafo único, lê-se:

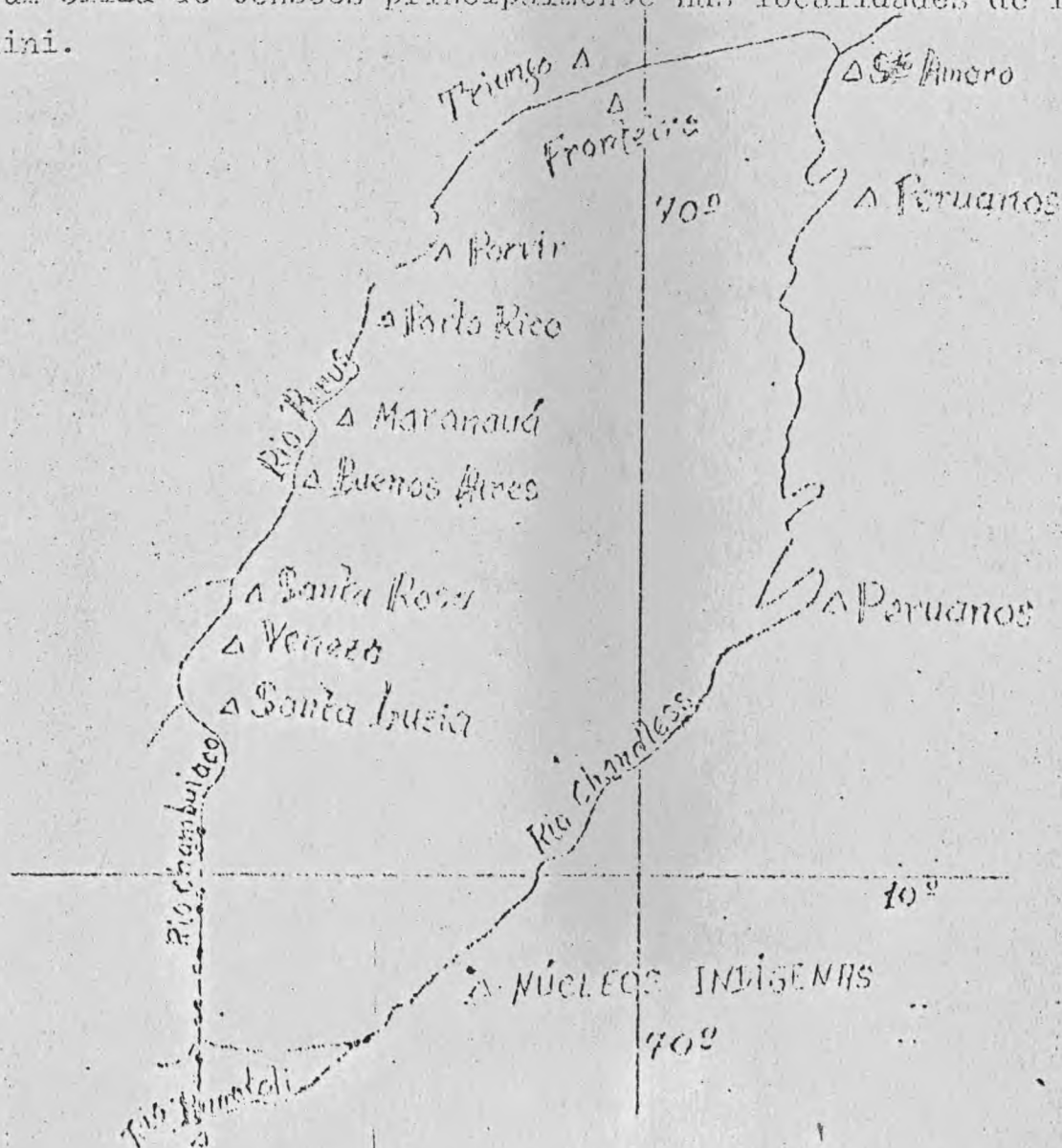
" As terras ocupadas pelos índios são bens inalienáveis da União" (art. 4º e 198 da Constituição Brasileira).

ANTIGAMENTE ERAM 12 TRIBOS ;
HOJE SÃO APENAS 1.700 ÍNDIOS

Este é o retrato da situação de LÁBREA, no sul do Estado do Amazonas, abrangendo quatro municípios: Lábrea, Tapaná, Camutanga e Pauini, todos unidos pelo rio Purus. Os quatro municípios totalizam uma área de 21 mil quilômetros quadrados, com uma população de

40 a 45 mil, dos quais, talvez, 1.750 são índios. Embora a Prelazia de Lábrea tenha recebido a informação de que existem cinco grupos indígenas: os Jammamadi, Apurimã, Juruna, Palmari e Deni - sabe-se que, há 20 anos atrás, havia provavelmente na região de dez a doze tribos. O que aconteceu com essas tribos, não se sabe.

Alguns provavelmente migraram; outros certamente foram extintos. Há relatos que, em anos passados, houve massacres em algumas "colocações" próximas a Camutanga e Pauini. É possível que, além desses grupos conhecidos, existam outros ainda não contactados acima do rio Tapauá e seus afluentes. De modo geral, os grupos indígenas da região de Lábrea moram em terras que "legalmente" pertencem a seringalistas. Têm contatos frequentes com os seringueiros, com os quais fazem suas trocas, geralmente por objetos metálicos, roupas, etc. Segundo o relatório do Pe. Ricardo, da Prelazia de Lábrea, os índios recebem pouca atenção, além da sacramentalização. Acrescenta que os índios são muito sensíveis ao desprezo que recebem dos "brancos". Nos últimos dois anos, este fator tem gerado um clima de tensões principalmente nas localidades de Tapauá e Pauini.




Diante de toda esta situação, fica a questão mais importante para ser respondida : O QUE FAZER ? O que a Igreja e todos os homens de boa vontade podem fazer para mudar esta realidade? Eis o desafio!

ASSUMIR A CAUSA INDÍGENA

Em junho do ano passado, reuniram-se em Goiânia vários agentes de pastoral indigenista sob a coordenação do CIMI.

Depois de examinar o momento histórico vivido pelos povos indígenas do Brasil - de expropriação de suas terras, destruição de sua cultura e negação do seu direito de decidir sobre o seu futuro - os participantes daquele encontro traçaram algumas LINHAS GERAIS de ação. Estes princípios foram reconhecidos pela CNBB e todos os que se propõem, a nível de Igreja, trabalhar junto aos povos indígenas devem assumir o compromisso de segui-las. As quatro grandes linhas:



1. TERRA - Apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, nos termos do art. 11 da Convenção 107 da OIT, uma vez que eles são os proprietários originários e parte integrante da mesma terra; terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio econômica.

2. CULTURA - Reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver segundo a sua cultura (Estatuto do Índio, art. 1º). De modo especial, animar os grupos em processo de desintegração para que revitalizem a sua cultura.





3. AUTO DETERMINAÇÃO - Procurar, por todos os meios, devolver aos povos indígenas o direito de serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. Reconhecer que, como pessoas e como povo, são e devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismo, capazes de construir sua própria história. Consequentemente, qualquer organismo, religioso ou civil, que considere o índio ou o grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena.

4. ENCARNAÇÃO - Seguindo os passos de Cristo, optar seriamente, como pessoas e como Igreja, por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adaptando-se à sua cultura e assumindo a sua causa, com todas as consequências; superando formas de etnocentrismo e colonialismo até ao ponto de ser aceito como um deles.



IGREJA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL TAMBÉM

ASSUME A CAUSA DOS POVOS INDÍGENAS

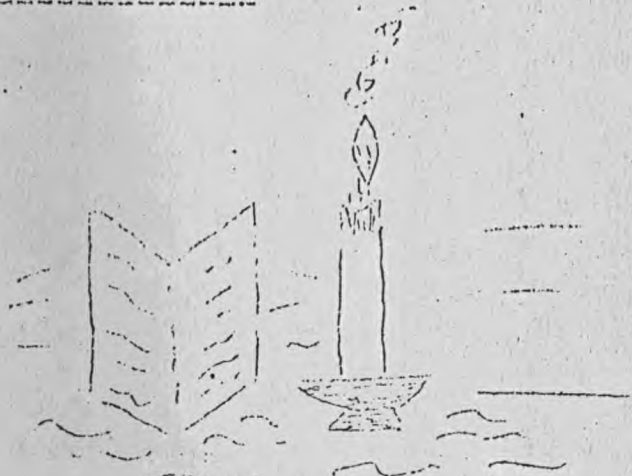
Em agosto último, 35 representantes das Prelazias de Porto Velho, Guajará-Mirim, Acre e Purus, Alto Juruá e Iábrea, reunidos em Roraima, na 2ª. Assembleia Regional de Pastoral Indígena, depois de examinar a situação dos povos indígenas da região, decidiram adotar um plano de ação concreta. O plano compreende as seguintes linhas:

1. CADA PRELAZIA DEVE ASSUMIR, DENTRO DE SEU PLANO GLOBAL, A PASTORAL INDIGENISTA. Para tanto:
 - incentivar a formação especializada de agentes de pastoral indigenista nos aspectos de missionologia, antropologia, etc.;
 - sensibilizar para os valores e direitos indígenas a população envolvente e todo o cidadão;
 - dar apoio financeiro às iniciativas de pastoral indigenista;
 - diante de situações de injustiça comprovada, assumir o compromisso de denunciá-las publicamente.
2. CABE À EQUIPE DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASTORAL INDIGENISTA:
 - manter contatos com o CHMI a nível nacional;
 - fomentar a união dos agentes de pastoral indigenista, atuantes em áreas indígenas;
 - promover um encontro anual dos agentes de pastoral indigenista para revisão, análise e planejamento;
 - encaminhar documentação de casos comprovados de injustiça para a devida denúncia.
- CABE ÀS EQUIPES LOCAIS DE PASTORAL INDIGENISTA:
 - marcar presença junto aos povos indígenas, assumindo sua causa e respeitando sua cultura;
 - dedicar-se sobretudo ao estudo do idioma indígena.
- CABE A TODAS AS EQUIPES, UM TRABALHO DE CONJUNTO:
 - ter uma visão global da realidade (ao nível do povo indígena, ao nível regional e nacional);
 - despertar "vocações" para o trabalho de pastoral indigenista;
 - manter-se entrosados com a pastoral global da Prelazia (com comunidades eclesiais de base...);
 - realizar levantamento da realidade indígena e ampliar contatos com populações indígenas ainda não atingidas;
 - elaborar relatórios dos levantamentos feitos;
 - assessorar os povos indígenas na defesa de seus direitos, principalmente o direito da terra (demarcação de suas reservas e registro pelas mesmas), solidarizando-se com eles nos casos de conflitos.

PASTORAL INDIGENISTA

ONTEM e HOJE

Pe. Egidio Schwade, secretário para Assuntos Missionários do CIMI faz uma análise crítica da pastoral indigenista do passado; examina as práticas existentes atuais e destaca as experiências mais radicais feitas nos últimos anos:



No passado, o missionário vinha na mesma embarcação dos colonizadores, partilhando normalmente também de seus valores. Ao entrar em contato com os povos indígenas não se preocupava com os valores que poderiam ser encontrados nestes povos e que também na história deles, de uma forma própria, Deus estava presente. Assim, converter o índio significava praticamente "convertê-lo" ao sistema do colonizador, no qual o missionário também se situava.

Mesmo sendo esta a constante principal, houve missionários que entenderam que a cultura indígena possuía valores que deviam ser preservados e procuraram respeitar o sistema do próprio índio. Como exemplo histórico, podemos citar as "Reduções" no sul do País.

Estas experiências, porém, foram suprimidas e quase sempre de maneira violenta justamente porque contradiziam o sistema colonizador.

Este desrespeito, consciente ou inconsciente, à cultura indígena perdurou praticamente até nossos dias e só na última década que a Igreja começou a questionar-se seriamente a respeito da pastoral junto a estes povos.

Basta ver que, até pouco tempo, os missionários pouco se preocupavam em aprender o idioma indígena e, mais que isso, a presença missionária tirava o índio do seu meio vital, cultural e até físico.

Hoje se procura ter uma atitude de respeito, de diálogo intercultural, visando a chegar a uma presença e atuação que não sejam impositivas.

26 Pastoral

Como fundamentar esta nova atitude? Para isto, precisamos ver a atitude de Deus com o Povo de Israel. Muitas vezes, Deus se esconde para revelar-se: são os "pobres de Javé" que permanecem fiéis e que são sinais de salvação. Cristo também disse que veio para evangelizar os pobres; não veio para apagar a "mecha fumegante", mas para trazê-los à esperança de que a "pequena semente" pode desenvolver-se e tornar-se uma "grande árvore".

Qual seria então a missão da Igreja com relação aos povos indígenas? No Concílio Vaticano II, a Igreja reconhece que deve colocar-se ao lado dos mais fracos. Trata-se principalmente de uma metodologia de trabalho. Tradicionalmente, a Igreja apresentou-se com uma CATEQUESE-DOCTRINA; hoje devemos apresentar-nos com uma atitude de vida. Nesta atitude procuramos escutar este povo, conhecer seus valores e promover esta "semente preciosa" que está presente neles.

Dentro desta visão devemos procurar formas concretas de nos situarmos quanto à prática da pastoral indigenista. A preocupação em torno da questão começa a surgir a partir de 1968. Surgiram muitas experiências novas, questionando o sistema tradicional das Missões e propondo novas formas de presença. Dentro elas, uma que marcou época foi a das irmãs

de Foucoud, que começaram a viver no meio da aldeia dos Tapirapés. Simplesmente marcando presença, numa atitude de não interferência, mas de inserção contínua e profunda. Só a partir daí é que se tornou possível um diálogo intercultural. Infelizmente ainda constatamos que a maior parte das missões católicas estão marcando passo, presas a velhas estruturas e questionando-se pouco. O que não deixa de ser mau sinal. Diante disso, deveríamos nos posicionar para a nossa caminhada, não fixar de mais a missão, mas torná-la mais flexível, sensível às necessidades e procurando formas pelas quais nossa presença entre os indígenas seja realmente positiva.

DEPOIMENTOS

- A nova visão da pastoral indigenista é fonte de uma nova visão de toda a pastoral. Aliás, uma pastoral particular dificilmente evoluirá se não é toda a pastoral que é questionada e que procura progredir.

- A força da missão católica encontra-se numa profunda união com Cristo, da qual vem a força para uma encarnação radical.

- Os que vivem entre os indígenas são os "embaixadores" de nossa sociedade, de nossa cultura. Os indígenas devem poder fazer uma seleção dos nossos valores que desejam assumir. Daí a necessidade de uma atitude de presença...

Como fundamentar esta nova atitude de Foucoud, que começaram a vir de? Para isto, precisamos ver a atitude de Deus com o Povo de Israel. Muitas vezes, Deus se enconde para revelar-se: são os "pobres de Javé" que permanecem fiéis e que são sinais de salvação. Cristo também disse que veio para evangelizar os pobres; não veio para apagar a "mecha fumegante", mas para trazê-los à esperança que a "pequena semente" pode desenvolver-se e tornar-se uma "grande árvore".

Qual seria então a missão da Igreja com relação aos povos indígenas? No Concílio Vaticano II, a Igreja reconhece que deve colocar-se ao lado dos mais fracos. Trata-se principalmente de uma metodologia de trabalho. Tradicionalmente, a Igreja apresentou-se com uma CATEQUESE-DOCTRINA; hoje devemos apresentar-nos com uma atitude de vida. Nesta atitude procuramos escutar este povo, conhecer seus valores e promover a "semente preciosa" que está presente neles.

Dentro desta visão devemos procurar formas concretas de nos situarmos quanto à prática da pastoral indígenista. A preocupação em torno da questão começa a surgir a partir de 1968. Surgiram muitas experiências novas, questionando o sistema tradicional de Missões e propondo novas formas de presença. Dentro elas, uma que marcou época foi a das imbuindos

de Foucoud, que começaram a vir no meio da aldeia dos Tapirapós. Simplesmente marcando presença, numa atitude de não interferência, mas de inserção contínua e profunda. Só a partir daí é que se tornou possível um diálogo intercultural. Infelizmente ainda constatamos que a maior parte das missões católicas estão marcando passo, presas a velhas estruturas e questionando-se pouco. O que não deixa de ser mau sinal. Diante disso, deveríamos nos posicionar para a nossa caminhada, não fixar de mais a missão, mas torná-la mais flexível, sensível às necessidades e procurando formas pelas quais nossa presença entre os indígenas seja realmente positiva.

DEPOIMENTOS

- A nova visão da pastoral indígenista é fonte de uma nova visão de toda a pastoral. Aliás, uma pastoral particular dificilmente evoluirá se não é toda a pastoral que é questionada e que procura progredir.

- A força da missão católica encontra-se numa profunda união com Cristo, da qual vem a força para uma encarnação radical.

- Os que vivem entre os indígenas são os "embaixadores" de nossa sociedade, de nossa cultura. Os indígenas devem poder fazer uma seleção dos nossos valores que desejam assumir. Há a necessidade de uma atitude de presença...

COMUNICADO

"Estamos reunidos com a finalidade de realizar a 2ª. Assembleia Regional de Pastoral Indígena.

Os participantes, representando as Prelazias da Amazônia Ocidental, foram convocados através de convite público, enviado pelo correio, e publicado no Boletim "Nós Indígenas" da Prelazia do Acre e Purus.

Esta Assembleia é feita pela segunda vez, por causa da importância que damos à grave problemática das populações indígenas de nossa região. Cada dia mais nos apercebemos como esses povos indígenas tão ricos em valores estão sendo destruídos pela ação dos seringalistas, empresários e gerentes das empresas agropecuárias, que os exploram como mão-de-obra barata e ultimamente lhes tiram definitivamente as terras que lhes pertencem por um direito secular.

Dando-nos conta desta situação, consideramos de máxima importância a decisão de nossas Igrejas, isto é, revisar a atitude tomada e os trabalhos pastorais realizados entre os índios. Revisão seria a científica, com o objetivo de melhor estabelecer linhas de ação pastoral indígenista, em que esperamos engajar todos os que são seguidores fiéis do Evangelho e todos os que tem boa vontade.

No final do primeiro dia de trabalho desta assembleia, depois de várias visitas de pessoas estranhas, que se apresentaram com credenciais falsas, pudemos confirmar uma ação de investigação em relação aos debates realizados, chegando ao ponto de instalarem microfones para gravação na sala de reuniões, do que temos provas em nossas mãos.

Não sabemos, e nem nos importa saber, quem realizou mais esta ação ilegal, contrária à Constituição Nacional e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cabe-nos apenas deixar claro que tal atitude

e procedimento atestam que estamos num estado de controle, em que a liberdade não passa de uma palavra sem conteúdo.

Finalmente, ao fazer esta declaração às autoridades e à opinião pública, queremos afirmar que este fato vem confirmar a nossa apreensão de que grupos e organismos de repressão estejam apoiando e acobertando a ação de empresários inescrupulosos que promovem um capitalismo selvagem, sem controle, o que os torna responsáveis do genocídio lento dos povos indígenas, que vem acontecendo no Acre, Rondônia e Sul do Amazonas, dizimados cultural e fisicamente.

Se assim não fosse, como entender o fato de quererem controlar os debates de nossa reunião sobre Pastoral Indigenista?

Este fato não nos amedronta. Ao contrário, iluminados pelo Evangelho de Jesus Cristo, mais ainda estamos decididos a colocar-nos ao lado dos povos indígenas, assumindo e defendendo sua causa, seus direitos, principalmente sua luta pela terra, pois ela é condição primeira para sua sobrevivência física, social e cultural.

E fazemos votos que todo brasileiro, e especialmente todo povo de nossa Amazônia Ocidental, tome consciência das injustiças de que são vítimas os indígenas, e decida unir-se para promover uma mudança de nossa sociedade.

Só assim, todos nós, e conosco os povos indígenas, viveremos num mundo de liberdade, verdade, amor e fraternidade.

Rio Branco, 10/agosto/1976

DON MOACYR GRECHI

Bispo Prelado do Acre e Purus
Em nome da 2ª. Assembleia Regional de Pastoral Indígena.

POR QUE OS ÍNDIOS E NÃO OS "GRILEIROS" ?

Suponha-se uma simples disputa por um pedaço de terra entre índios e "civilizados" e os órgãos oficiais responsáveis tenham que tomar uma decisão a respeito. Como seria esta decisão? Naturalmente que favoreceria os "civilizados". Nem se discute.

Mas, suponha-se que este pedaço de terra pertença aos índios por direito e até por lei feita por estes mesmos órgãos. Quem sairia, então, ganhando com a solução? Naturalmente que ainda, neste caso, seriam os "civilizados".

Mas, suponha-se ainda que a invasão das terras dos indígenas tenha sido incentivada e premeditada por "grileiros", jagunços, funcionários mal intencionados e (por que não?) corruptos? (Fatos estes conhecidos e amplamente divulgados pela grande imprensa do País). E neste caso? Naturalmente que ainda seriam os "civilizados" os beneficiados.

Estranho isto? Injusto? Illegal? Revoltante? Pictício?... Não. Ao contrário, muito real e "natural". Seria a decisão "mais acertada", diriam os responsáveis por este tipo de solução.

Pois foi exatamente o que acabou de acontecer com a decisão tomada pelos órgãos governamentais encarregados de solucionar o conflito entre os índios Suruí do Posto Sete de Setembro, na região de Arupama (Rondônia), e os colonos que se instalaram irregularmente na área.

Depois de esperar o tempo suficiente para que a situação desdobrasse quase para um conflito armado, finalmente, nos últimos dias de agosto último, o Ministro do Interior anunciou a tão "pensada" solução: a reserva dos Suruí será deslocada três quilômetros para o Norte (como se ao Norte a área já não estivesse infestada de invasores!), a fim de que o INCRA possa assentar os colonos no local. O que significa mais exatamente: os índios deverão ceder lugar aos invasores.

Segundo o Ministro, esta foi a decisão mais "acertada", embora o Bertanista Apocma Beltrões tenha reiterado diversas vezes que o conflito somente seria resolvido com a retirada dos "invasores" da área indígena.

OS "INVASORES"

Apertadamente, no caso, os "invasores" seriam os colonos que foram deslocados de outras regiões do País e que vieram para o Norte buscando a sua última esperança de conseguir um pedaço de terra. Praticamente e de fato, porém, os "invasores" são outros. São grandes empresas especia-

lizadas em "grilagem", como a Itaporanga, que loteou irregularmente mais de 1,2 milhão de hectares, retalhando-os em 149 lotes, 105 dos quais dentro da reserva Sete de Setembro. É verdade que o INCRA anulou a compra e venda desses lotes e os irmãos Itaporanga, os "grileiros" foram presos (e depois soltos). Mas isto aconteceu um pouco tarde, quando quase todos os lotes já haviam sido ocupados: Os "invasores" são ainda grandes empresas, de nomes mais "respeitáveis", que começaram a se instalar na região e que têm todo o interesse em apoiar a invasão e "jogar" os posseiros contra os índios porque sabem que, em primeiro lugar, quanto maior for o número de "civilizados" na área, menores serão as possibilidades de os índios defenderem sua reserva e, depois, porque os posseiros são sempre mais dóceis e domesticáveis para mão-de-obra barata, num futuro bem próximo.

Os "invasores" são também os próprios funcionários do INCRA, como um tal de "doutor Luís" e um tal de "Reginaldo", apontados pelos colonos como os responsáveis pela orientação dada às famílias de se estabelecerem na área reservada aos Suruí. Naturalmente que o presidente do INCRA nega que isto tivesse ocorrido. Mas é bom lembrar que dentro do INCRA existem certos tipos de pessoas, como o Sr. Hélio Palma de Arruda, um dos diretores do INCRA (e irmão de Sebastião P. de Arruda, um dos mandantes do massacre conhecido como "Faralolo II" praticado, em 1963, contra os Cinta Larga) que, em recente reunião sobre Pastoral da Amazônia, em Goiânia, declarou que "é bom que existam reservas indígenas, pois elas serão úteis e necessárias para nossos filhos e netos" (Vozes, abril de 1976).

Os "invasores" pode ser ainda a própria FUNAI (não propriamente funcionários como Apocna Heirelles/que sempre defendeu a área dos Suruí), que ficou esperando que o Estatuto do Índio fosse simplesmente obedecido sem tomar atitudes concretas. Só depois que foi estabelecido que até 1977 todas as reservas criadas estejam demarcadas é que a FUNAI começou a agir. Mas já era tarde. E quando decidiu fazer algo estorrou contra o próprio INCRA que, segundo alguns de seus assessores, responsabiliza a FUNAI como "a grande culpada pela invasão por pretender grandes extensões de terra para reduzidos grupos tribais e não ter condições de policiá-las de forma adequada". (O "Estado de São Paulo", 01/08/76, p. 42).

Sem falar dos erros cometidos pela FUNAI no passado, pois, segundo alguns de seus técnicos, existem inclusive documentos que comprovam a permissão dada a garimpeiros para se instalarem na área reservada aos indígenas, expedidos durante a administração do General Bandeira de Mello (Aripuanã é uma das áreas mais abundantes do País em cassiterita).

E existiriam ainda outros "invasores" que a história haverá de denunciá-los e julgá-los como responsáveis pelo genocídio violento, sutil e lento praticado contra os

povos indígenas.

O fato é que a decisão tomada de deslocar a reserva dos Suruí vem a comprovar, mais uma vez entre centenas de vezes, que, de fato, não existe "um lugar" para os povos indígenas na estrutura da nossa sociedade, ao menos, como dão a entender alguns responsáveis pela política indigenista.

Por outro lado, fica claro que este lugar deve ser conquistado pelos próprios povos indígenas e por todos aqueles que acreditam e lutam para que esses povos tenham o seu devido lugar.

Da Comissão de Pastoral da Terra recebemos um pedido importante: ENVIAR O MÁXIMO DE INFORMAÇÕES, o mais breve possível, SOBRE GRILAGENS, FUNCIONAMENTO DOS CARTÓRIOS e PROBLEMAS FUNDIÁRIOS em geral para serem enviados à COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI), na Câmara Federal.

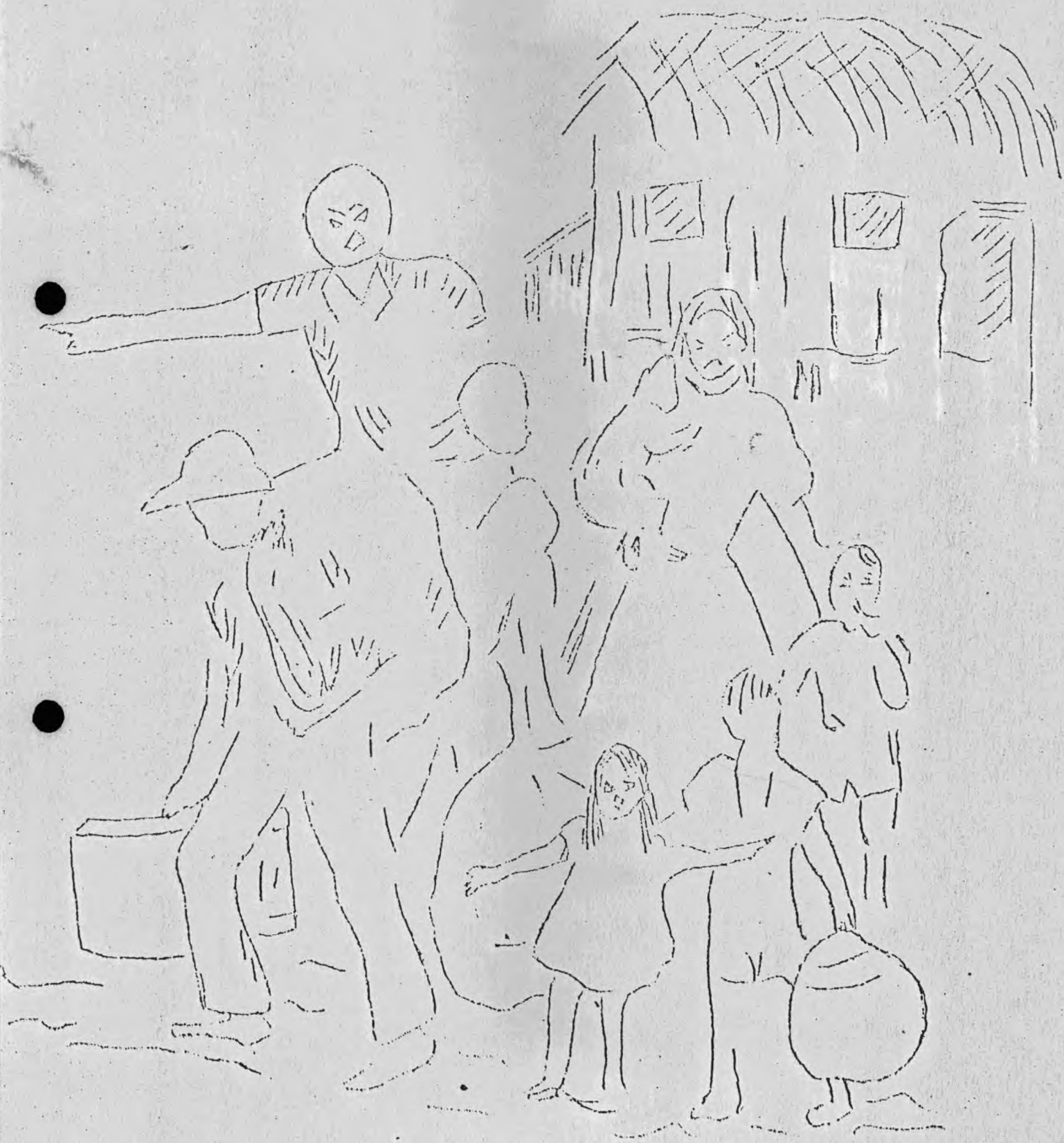
Além da documentação que a Coordenação Regional poderá receber, é de suma importância que as "bases" enviem farto material sobre os temas acima referidos.

Como esta CPI terá 120/130 dias para apresentar suas conclusões, pedimos que enviem quanto antes suas informações, no máximo ATÉ 15 de OUTUBRO.

Não percamos esta oportunidade de alertar a opinião pública sobre os graves problemas de terras que atingem os trabalhadores rurais e povos indígenas da nossa região da Amazônia Ocidental. Certos de sermos atendidos, visto que esta tarefa está prevista dentro de nossos objetivos, ficamos aguardando para breve a remessa deste material.

A COORDENAÇÃO REGIONAL
DA CPI e do REGIONAL
NORTE-1 DO CIMI

2^a PARTIE



"QUEM HORA AQUI NÃO TEM TERRA.
E QUEM TEM NÃO HORA AQUI ..."

A história do homem rural da Amazônia Ocidental é uma longa história... de mais de um século. No entanto, é relativamente simples porque pode ser resumida nisto: o p r e s s ã o e i n j u s t i ç a s.

Raimundo Honato da Silveira, 50 anos, cearense, chegou ao Acre em 1940. "Cheguei e vivi no seringal até outro dia. Deixei minha família e namorada no Ceará me esperando porque eu tinha prometido passar só algum tempo aqui e voltar rico".

Acontece, porém, que Raimundo Honato não enriqueceu; não voltou mais para o Ceará e nem mesmo sabe o "que vai ser da minha vida" porque, há muito tempo, venderam o seringal onde trabalhava e o expulsaram com família e tudo. Atualmente está "encostado" na casa de um parente, em Rio Branco, "vivendo de caridade".

Na verdade existem dois períodos distintos na vida de Raimundo Honato e de milhares de migrantes nordestinos que, atraídos pela "miragem" da exploração da borracha na Amazônia, vieram buscar, no fim do século passado e início deste, no então Território do Acre, Rondônia e vizinhanças, aquilo que o Nordeste já não mais lhes podia oferecer: condições para sobreviver. Além da sobrevivência, porém, traziam uma enorme vontade de fazer um "reingresso honroso": voltar rico.

Se, por um lado, encontraram, aqui, um modo de sobrevivência, por outro, haveriam de encontrar o que haviam deixado no Nordeste: grandes latifúndios nas mãos de poucos e poderosos senhores, os chamados "coronéis de borracha" que, como os "coronéis de engenho" do Nordeste, não eram somente os donos das terras, mas eram a lei, o governo, o chefe político...

Um regime de semi-escravidão, onde o sistema do "barracão" perdurou até hoje nos seringais remanescentes, trabalharam duro e produziram muita borracha: entre 1900 e 1910, o produto foi responsável por 25% das exportações brasileiras, atingindo, em 1910, até 40%, tornando-se assim o segundo produto de nossa pauta de exportações. Na prática, porém, isto significou muito pouco: a riqueza gerada não permaneceu na região e muito menos chegou até às mãos dos trabalhadores. Foi, já a partir de 1910, com a perda da hegemo-

monia brasileira no mercado internacional da borracha e a descolberta de outros produtos sintéticos, começa a primeira grande crise na região que veio se avolumando até hoje e desembocou praticamente na "fálência dos seringueiros". E neste processo, a situação do seringueiro veio piorando cada vez mais, vítimas do sistema de exploração e de dependência de sempre.

ATÉ QUE OS PAULISTAS CHEGARAM

No final dos anos 60, começa uma segunda fase na vida do cearense Raimundo Nonato e dos seringueiros do Acre, Rondônia e Sul do Amazonas. No Território de Rondônia, a rigor, este segundo período começa um pouco antes e se desenvolve com algumas características próprias.

Em 1969 a 1973-74-75, cerca de 80% do Estado do Acre foi vendido a preço "de banana" a investidores do sul, que passaram a ser denominados genericamente, na região, por "paulistas". E 1973 foi o "ano de ouro" da especulação das terras. Em alguns municípios acreanos, como Cruzeiro do Sul e mesmo Fio Branco, formaram-se propriedades com mais de 1 milhão de hectares através do processo conhecido como "estabelecimento". Graças a isso porque invalidaram terras devolutas da União. Hoje o Acre não dispõe mais de um milímetro sequer de terra pública. É pensar que praticamente o Acre inteiro teoricamente pertenceria à União, considerando a faixa de fronteira e de rodovias que o atravessam. Isto, porém, nunca foi levado em conta porque foi o próprio governo do Estado que promoveu a campanha para a vinda dos paulistas. Ainda hoje corre o slogan do "paraíso acreano".

A campanha desta "corrida do noroeste" o que menos importava, é claro, eram os seringueiros que foram obrigados a deixar suas "colocações". A eles restavam estas alternativas: resistir e enfrentar os jagunços dos patrões; render-se e vir para as cidades e engrossar as fileiras dos desempregados ou ainda ir para a Bolívia e vender um pedaço de terra, tendo, porém, que abdicar a cidadania de seus filhos. O que cerca de 40 mil acreanos já fizeram.

Se Raimundo Nonato não enriqueceu; não voltou mais para o Ceará; levou praticamente uma vida inteira de escravo e, no fim, foi inclusive expulso de sua terra, isto não aconteceu por acaso nem por vontade de Deus.

Por detrás de sua vida existem "FORÇAS PODEROSAS" de homens poderosos e um sistema econômico, social e político, capaz de cometer "todas estas barbaridades". Estas forças, estes homens e este sistema existem e podem ser conhecidos até pelo nome. É possível, portanto, enumerar algumas causas fundamentais, com seus responsáveis por toda esta situação. São elas:

1. A falta de conscientização do trabalhador que, por deficiências crônicas, ignora seus direitos; custa a se organizar em entidades de classe.

AS
FORÇAS
PODEROSAS
E OCULTAS
DOS
"PAULISTAS"

(por exemplo, esvaziamento do Estatuto Rural, a politização de colonização da Amazônia, etc.), cujos efeitos negativos são aceitos pelos órgãos oficiais responsáveis pe-

2. O sistema judiciário, cuja presença na Amazônia é raro e geralmente viciado (há casos comprovados de corrupção); não facilita a posse legal de terra pelos pequenos proprietários; não dispõe de instrumentos humanos e materiais para cumprir as leis; demonstra pouco interesse de levar ao povo o conhecimento de seus direitos que se refere a títulos de propriedade.

la regularização das terras e implantação da Reforma Agrária.

3. A política autoritária do Governo, voltada para a defesa dos interesses das grandes empresas

4. A Igreja e outras entidades que, de modo geral, ainda não tomaram conhecimento da realidade e por isso mesmo não puderam fazer uma opção pastoral em vista dos pobres.

5. Mentalidade criada no sentido de aceitar-se uma situação de escravidão, como se isto fosse uma lei natural ou uma fatalidade contra a qual não se pode opor-se nem lutar.

QUEM É?

QUEM

Além deste trabalho de indicar as causas fundamentais que geram a opressão de milhares de trabalhadores, é possível ir mais longe ainda: apontar com o dedo o nome dos que agem através dessas "FORÇAS PODEROSAS".

Essas pessoas, empresas, entidades... têm nome, estão aí e passam muito bem.

O Presidente da República acaba de aprovar duas "EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS" que estabelecem novas orientações, a serem adotadas pelo INCRA, para a legitimação de posse e regularização de ocupação das terras na Amazônia. A primeira norma "visa consolidar a situação de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que tenham adquirido de boa fé título de propriedade irregularmente transcrito nos registros de imóveis". Neste caso, os interessados poderão adquirir propriedades no limite de 60 mil hectares desde que anulem a transcrição do imóvel, passando as terras para a União. O INCRA, em seguida, sem necessidade de concorrência pública, vende ao interessado a área solicitada sempre no limite acima referido. A segunda norma "visa a licitação, sem concorrência, para ocupantes que estejam explorando áreas consideradas compatíveis com sua capacidade (excepcionalmente poderão atingir até dois a três mil hectares); tenham morada habitual, cultura efetiva e ocupação mínima de 10 anos".

QUEM SAI GANHANDO COM AS LEIS DO INCRA:

OS POSSEÍDORES E OS OCUPANTES IRREGULARES?

Aí estão duas "leis" aparentemente inofensivas. Alguns poderão dizer até que são boas. No entanto, é necessário examiná-las bem e perguntar: QUEM SAIRÁ GANHANDO? Os posseiros, os seringueiros, os pequenos proprietários ou as grandes empresas, os especuladores de terra, os "grileiros"? Afinal estas leis vão resolver mesmo os problemas de terras na Amazônia? Algumas observações são necessárias:

1. Como as próprias autoridades governamentais reconhecem, as duas normas foram sugeridas porque o Governo admite que, em muitos casos, a ocupação da Amazônia ocorreu de maneira irregu-

lar por culpa do próprio Poder Público, que deixou de combater e até estimulou a implantação de projetos que não estavam de acordo com as exigências legais do País. Pela incapacidade e má vontade do Governo, isto é, de certos órgãos, foram se firmando situações fundamentalmente contrárias à "lei e à ordem".

2. Um exame mais cuidadoso dessas duas normas sugerem ainda que elas, em vez de ajudar a resolver os problemas de tensões (já que foram feitas justamente para esta finalidade) poderão, ao contrário, agravar ainda mais a situação. Como os próprios autores das leis reconhecem, uma nova

Análises

orientação é "perigosa".

Por quê?

3. Porque poderá estimular novas investidas de compradores de terras que já haviam sido caracterizados pelo INCRA como "grileiros" e que não encontravam nenhuma forma de legitimar seus negócios.

4. Particularmente, para o Estado do Acre e Território de Rondônia, as normas vão tirar do INCRA o único instrumento que ainda havia para garantir a regularização das terras: a desapropriação por interesse social.

Como o INCRA poderá desapropriar terras até então classificadas de ilegítimas se agora existe uma orientação para regularizar estas situações?

5. As novas normas favorecem apenas os grandes proprietários, que poderão comprar várias áreas com até 60 mil hectares, reque-
rendo sua regularização em vários nomes.

6. Ao contrário, os pequenos proprietários dificilmente serão beneficiados. Antes o possessor tinha possibilidade de comprar um lote de 100 hectares se tivesse ocupado durante um ano uma área de terra devoluta. Agora, ele precisará ter uma ocupação mínima de 10 anos, além de moradia habitual e cultura efetiva^(A).

C O N C L U S ã O - Alguns técnicos acham que estas novas normas, favorecendo a regularização das grandes propriedades, mas dificultando a legitimação do pequeno proprietário e do posseiro, choca-se com os objetivos do ESTATUTO DA TERRA que, através da REFORMA AGRÁRIA, propunha acabar gradualmente com o minifúndio e o latifúndio para chegar a um equilíbrio entre ambos.

(Alguns desses itens foram transcritos do jornal "O ESTADO DE S. PAULO", de 02/09/76, pág. 23).

(A)

N o t a : Dias após a publicação desta notícia, o INCRA esclareceu que o Governo não vai exigir que o atual ocupante da terra comprove estar fixado na área há dez anos, mas sim que a posse tenha sido explorada efetivamente durante esse período por ele ou por outros, que tenham adquirido o direito de posse. Essa justificativa, entretanto, não desfaz o que foi dito acima no sentido de que as novas normas beneficiarão os especuladores de terra na Amazônia legal.

ESTATUTO DA TERRA CABOCLO

O povoado de São Pedro de Água Branca, no Maranhão, é um lugar onde acontecem coisas surpreendentes. São 5 mil pessoas que trabalham na lavoura, numa terra marcada pela ação violenta dos "grileiros". Os homens do lugar uniram-se para derrotar os pistoleiros, garantindo assim a produção de arroz que este ano promete render mais de um milhão de sacas. E no meio desta "guerra" contra os pistoleiros, chegaram a prender soldados da polícia do Estado do Pará ou falsos soldados que estavam a serviço do fazendeiro Jacques Mendonça. Agora, surpreenderam até os "doutores", jornalistas e "entendidos" da capital com um documento - O ESTATUTO DA TERRA CABOCLO. É difícil - pensam os doutores - imaginar roceiros escrevendo normas jurídicas. Mas eles o fizeram e provaram uma grande verdade: que uma classe, uma comunidade de agricultores é capaz de organizar, resolver seus problemas por conta própria e apresentar soluções melhores do que as que são apresentadas pelos "doutores". Vejamos, por exemplo, o caso do "Estatuto Caboclo": está cheio de pureza social que vai muito além das fronteiras estabelecidas pelo Esta-

tuto da Terra verdadeiro. O bom senso deste documento, as suas intenções deveriam encher de alegria e satisfação os dirigentes da política agrária do País. Acompanhando o Estatuto, uma carta dos agricultores apresenta as reivindicações que serão encaminhadas ao INCRA e que se resumem basicamente na titulação de uma área de terras devolutas que cercam o povoado num raio de 12 Km. para a formação do patrimônio de toda a comunidade e que seria entregue à produção em conformidade às normas que os lavradores estabeleceram. A estrutura agrária do País, é claro, não comporta a formação comunitária na maneira defendida pelo "estatuto caboclo", mas existem soluções dentro do princípio do cooperativismo que poderiam amoldar-se às reivindicações dos moradores de São Pedro da Água Branca. Em última análise, eles querem o direito de cultivarem suas terras sem a praga do capim colônio espalhada pelos fazendeiros e grileiros, interessados em colher os frutos da especulação desenfreada. Para o INCRA, que diz encontrar tantas dificuldades para solucionar os problemas de terras, quem sabe se o "Estatuto Caboclo"

não poderia lhe servir de exemplo. Se as autoridades se dignarem a ouvir os moradores de São Pedro, quem sabe não se sensibilizariam com os problemas de tantas famílias pioneiras que, anonimamente, fazem a conquista desta imensa e rica Amazônia.

Alguns dados do "Estatuto Cabo-clo":

1º At: Expressamente aquele que não se assujeitar os artigos deste estatuto, será punido. Pelo mesmo:

2º At: A lavoura será dividida em ações, Será expressamente proibido aqueles que mora fora da área vim por roças aqui dentro desta área requerida;

3º At: A lavoura só pode ser começada depois de comprada e paga a ação.

4º At: Proibido compras de ação para pessoas particulares;

7º At: Proibidos andarem armados dentro da comunidade;

9º At: As lei permite qualquer um fazer seu plantio de sítio. Para o bem da economia social.

11º At: Na época de limpeza dos piques desta, todo o povo da comunidade terá obrigação de ajudar neste serviço de limpeza.

12º At: Também a comunidade exige que ficará 50 metros de florestas afastados dos piques desta mesma terra.

13º At: A comunidade irá separar 4 área desta terra para conservas de madeiras para serviços da comunidade;

14º At: Ficará também livre a 20 m. as águas deste local;

19º At: Nenhum lavrador poderá ter condições de comprar ações previnindo ao futuro ano. Não terá valor ações deste ano para o próximo ano.

20º At: Aquele que desobedecer as leis desse Estatuto, não terá direito a permanência na comunidade. Este não terá direito a protesta e nem a indenizações.



A AÇÃO DA IGREJA NO CAMPO



A Comissão Pastoral da Terra - CPT - completou em junho seu primeiro ano de atividades. Por ser uma entidade relativamente nova dentro da Igreja, julgamos útil oferecer aqui algumas informações sobre O QUE É e O QUE FAZ.

A CPT surgiu por resolução unânime dos participantes do Encontro de Goiânia sobre Terra e Migrações na Amazônia Legal, realizado em junho do ano passado, do qual participaram vários bispos, prela- dos, agentes de pastoral e alguns convidados (técnicos e observa- dores).

Uma das primeiras conclusões do Encontro foi a de "assumir o com- promisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso País, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos so- ciais que trabalham por este objetivo".

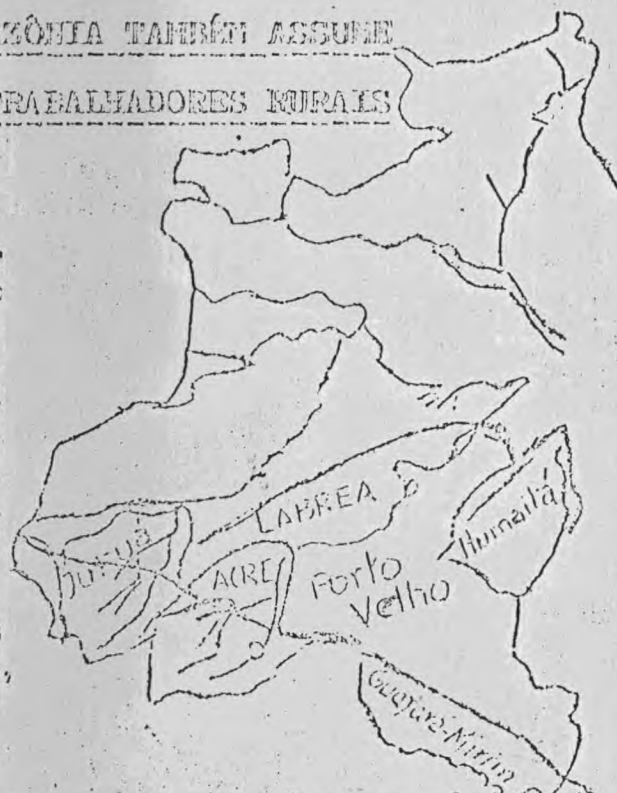
Em base a este compromisso é que se resolveu "criar uma Comissão de Terras" que, na qualidade de um organismo oficioso da CNBB e ligado à sua linha Missionária, tivesse como objetivo principal "interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais e estabelecer ligações com outros organismos afins". Assim é que, desde sua criação, a Comissão Pastoral da Terra vem procurando desenvolver atividades no sentido de interligar grupos e pessoas, visando a superar o isolamento e a desarticulação dos agentes de pastoral do setor ru- ral. Para tanto, tem procurado incentivar, promover e assessorar encontros em várias regiões do País; dedicando-se ao estudo das leis e fazendo levantamentos e documentação referentes a questões de terras e trabalhadores rurais; denunciando casos de injustiças que se verificam na zona rural e exigindo uma tomada de posição das autoridades competentes.

REVISÃO - Em maio último a CPT esteve reunida em Goiânia pa- ra rever e avaliar os trabalhos realizados em ca- da região e do Secretariado. Uma das questões levantadas no encon- tro foi: "Os trabalhos da Comissão estão sendo de 'cúpula ou de

base?" " Ficou claro que a CPT não deverá ser um organismo de cúpula, mas o que a definirá, em última instância, será a prática de trabalho. "Por isto, o mais importante é firmar os trabalhos nas regiões". Coerente com este princípio, a CPT vem procurando criar equipes de coordenação nas várias regiões em que está sendo assumida a pastoral junto aos trabalhadores rurais.

IGREJA DA AMAZÔNIA TAMBÉM ASSUME A CAUSA DOS TRABALHADORES RURAIS

" A Igreja não quer substituir ninguém: nem o INCRA, nem a CONTAG, nem qualquer outro organismo público e menos ainda os próprios trabalhadores. Ela não pode, porém, manter uma atitude de neutralidade face aos fatos. Assumir corajosamente o Evangelho de Jesus Cristo e assumir a causa dos pobres. Tentar descobrir qual o nosso papel, assumindo como nossos os problemas dos irmãos sem terra, e o que a Igreja deve fazer."



Com esta afirmação, Dom Moacyr Grechi, presidente da Comissão Pastoral da Terra e bispo do Acre e Purus, abriu a 1ª Assembleia de Pastoral da Terra, realizada em Rio Branco nos dias 12 a 14 de agosto último.

Estavam presentes o secretário executivo da CPT, Pe. Ivo Poletto, o secretário para assuntos missionários do CIMI, Pe. Egydio Schwade, e agentes de pastoral das prelazias de Porto Velho, Guajará-Mirim, Acre e Purus, Lábrea e outros.

LINHAS DE AÇÃO

Depois de realizar o levantamento da realidade da região e de palestras sobre leis Trabalhistas, Processo Migratório, Atuação do INCRA, SUDAM, Metodologia do Trabalho, a Assembleia

sugeriu algumas pistas de atuação que deverão orientar os que trabalham junto as populações do campo. São elas:

1. Necessidade de um levantamento da realidade em dimensões mais amplas e mais profundas, com instrumental adequado.
2. Necessidade de a Igreja colocar-se ao lado dos "pequenos":
 - levando-os a assumir uma atitude crítica diante dos fatos para se libertarem das situações injustas;
 - denunciando a corrupção e a ineficiência dos organismos do sistema;
 - promovendo lideranças políticas e sindicais;
 - publicando e distribuindo subsídios acessíveis ao povo;
 - recorrendo aos órgãos oficiais (INCRA, FUNAT, CONTAG ...), om-

- bora guardando-se de confiança excessiva;
- aprofundando o tema "terra" com o pessoal do interior e líderes locais;
- mantendo um contato melhor com o povo, por exemplo, organizando "desobrigas" com a colaboração dos líderes locais;
- conhecendo melhor a cultura (nordestino-amazônica) do povo, numa atitude de despojamento e encarnação.

3. Criação de uma Equipe de Coordenação Regional da Pastoral da Terra.

A esta equipe sugere-se:

- promover uma assembleia regional do CIMI e da CPT até fins de 1977;
- publicar um boletim, cada seis meses, contendo relatórios, documentos e subsídios relativos à problemática "terra" e "índios";
- visitar as prelações da região, animando a participação de todos numa ação comum;
- organizar cursos para os agentes de pastoral, tipo "Pedagogia do Oprimido".

4. Necessidade de que cada Prelazia incentive e promova a criação de equipes locais de Pastoral da Terra, com a participação de pessoas da base, com o objetivo de:

- promover e assessorar o levantamento da realidade;
- promover uma assembleia anual sobre a Pastoral da Terra;
- manter estreito relacionamento com a Equipe Regional e com a CPT;
- por em prática as linhas gerais aprovadas nesta Assembleia.

ESCLARECIMENTO

A Equipe de Coordenação Regional de Pastoral da Terra ficou constituída de um representante do CIMI, dois da Prelazia do Acre e Puros e um da Prelazia de Porto Velho. Esta equipe é a mesma da Regional Norte I do CIMI,

Esta coincidência de pessoas deve-se à falta de elementos disponíveis para formar duas equipes distintas e sobretudo por estarem intimamente relacionadas a problemática "terra" e "índios".

Em sua atuação, a equipe procurará ter sempre presente a pastoral indigenista e a pastoral da terra, salvaguardando as devidas características de cada uma.

A equipe, no momento, está elaborando, a partir das linhas sugeridas, um plano de ação mais concreto e funcional. Dado às dificuldades que se apresentam (grandes distâncias e problemas de comunicação entre uma prelação e outra e mesmo até dentro de uma mesma prelação; elementos da equipe não totalmente liberados para este trabalho; o fato de o trabalho estar começando agora; sustentação econômica, etc.) este plano funcional poderá demandar algum tempo.

Tão logo, porém, seja possível, iniciaremos os contatos com os agentes de pastoral; publicação de subsídios para ação e outras atividades.

IMPORTANTE : Desde já achamos de máxima importância e necessidade:

- uma comunicação, a mais frequente possível, entre as bases e a Equipe Regional, através de cartas e outros meios a serem "inventados";
- que os agentes de pastoral indigenista e da terra procurem, desde já, prever a inclusão destas linhas de Pastoral no Plano de Conjunto de suas respectivas prelações. Por exemplo: a Prelazia do Acre está elaborando o novo Plano de Pastoral. A pastoral indigenista e da terra têm que ocupar neste plano o seu devido lugar;
- enviar relatório de "situações especiais" que estão envolvendo trabalhadores rurais e povos indígenas. Por exemplo: Caracol, em agosto.

CONTACTADA
- TRIBO PRIMITIVA
EM RONDÔNIA

A equipe do Sertanista da FUNAI, Venamu Brandão Fontes, entrou em contacto, nas proximidades do Jaci-Paraná, em Rondônia, com um grupo de 18 índios da tribo dos Caripunás. Segundo informações, trata-se de uma tribo primitiva, que ainda usa machados feitos de pedras e quase não tem ferramentas e pertenceriam ao ramo tupi.

Ao afirmar que a CNBB e o CIMI estão infiltrados de comunistas e levando a agitação ao meio rural, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (não confundir com CONTAG), Flávio Brito, serve apenas de "caixa de ressonância do dep. José Bonifácio, que insiste em ver subversão em todo o tipo de atividade das pessoas e organismos que estão realmente trabalhando em busca de uma vida melhor para o povo brasileiro".

Esta afirmação faz parte da resposta do CIMI ao presidente da CNA que fez redículas denúncias a ação do CIMI e da CNBB. "Como presidente da classe patronal, o Sr. Flávio Brito, falou "pro domo sua" ou mais exatamente "pro agro suo". Ao dizer que a CNBB e o CIMI têm jogado empregados contra empregadores, Flávio Brito não foi nada original, pois essa é uma tecla muito usada pelos latifundiários da Amazônia".

C I M I
RESPONDE
AO PRESIDENTE
DA C N A

DECRETADA
A PRISÃO
DE POSSEIROS
NO PARÁ

Foi decretada a prisão preventiva de 30 posseiros acusados de terem matado o fazendeiro norte-americano John Davis e dois de seus filhos, proprietário da fazenda Capaz da Vila Rondon, município paraense de Paragominas. No final do junho passado, um grupo de posseiros da Vila Rondon, revoltados contra as arbitrariedades que vinham sendo cometidas pelo fazendeiro, que chegou a queimar barracos e impedir o acesso dos colonos à única fonte de água existente em toda a área, os posseiros resolveram reagir e atacaram a família do fazendeiro norte-americano. A pedido pessoal do Ministro da Justiça, Armando Falcão, a polícia federal abriu inquérito para apurar os fatos. Alguns posseiros disseram que são inocentes e foram presos apenas porque possuem terras perto da fazenda.

Já foram indicados os deputados que integrarão a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o sistema fundiário nacional e, em especial, os casos de grilagem, ações demarcatórias e procedimentos de cartórios públicos para registro de títulos. A CPI terá 130 dias de prazo e uma verba de 100 mil cruzeiros para cumprir seus objetivos.

INDICADOS
DEPUTADOS
da C P I
sobre TERRAS

**O INQUÉRITO
DE MERURE
QUE NUNCA
TERMINA**

O Pe. Antônio Iasi denunciou que o inquérito sobre a morte do Pe. Rodolfo Jukemheim e um índio Bororo está sendo retardado devido à influência que os fazendeiros envolvidos têm na região. Um deles, Antônio Renato da Rocha, é candidato da Arena à Prefeitura de General Carneiro, município onde se localiza a reserva de Merure. "Num lugar - disse Pe. Iasi - onde há injustiças e não se respeitam os direitos humanos é natural que um dos principais cabeças do crime seja candidato à Prefeitura".

Dois garimpeiros e um índio saíram gravemente feridos do conflito travado entre os garimpeiros e os índios da tribo IANAMI, na área de Água Branca, serra do Surucucu, na região Noroeste do Roraima. O Presidente da FUNAI já tinha conhecimento da tensão na área através de um relatório apresentado há alguns meses, segundo o qual a presença dos garimpeiros está causando sérios problemas aos índios, especialmente no campo da saúde, já se tendo registrado vários surtos de gripe.

**CONFLITO
ENTRE ÍNDIOS
E GARIMPEIROS
EM RORAIMA**

**CRITICADA
POLÍTICA AGRÍCOLA
DO GOVERNO**

Durante o II Encontro dos Secretários de Agricultura do Nordeste I, realizado em Salvador, no fim de agosto, foi severamente criticada a política agrícola oficial, de modo particular a atuação do INCRA, acusado de "omissão em diversas áreas de conflito da região".

A Comissão de Pastoral da Terra manifestou posição de que todos os conflitos de terra, especialmente na Amazônia legal, só terão solução com uma verdadeira REFORMA AGRÁRIA no Brasil. "Estamos convencidos de que uma simples divisão de terras não é ainda uma Reforma Agrária. Não é possível mudar nada no Brasil se mais de 80% das terras continuam nas mãos de menos de 20% dos proprietários. Menos ainda se as terras da União continuarem sendo vendidas a grandes empresas nacionais internacionais".

**PARA A CPT
SÓ A REFORMA AGRÁRIA
EVITARÁ TENSÕES**

**VIOLÊNCIA
EM ÁREA INDÍGENA
DO SUL**

O índio Antônio Domingos ficou três dias amarrado em uma árvore, com sinais de espancamento por todo o corpo, enquanto outro índio, Antônio Canerá, foi ameaçado de morte, caso se opusesse ao sequestro de 4 mulheres, entre as quais sua esposa. Outros dois índios, Elias e João Cego, tiveram suas casas derrubadas e a índia Cema Canerá foi violentada por sete homens. Estas e outras arbitrariedades foram praticadas por guardas florestais da reserva indígena Nonoai, município gaúcho de Rodeio Bonito e deverão ser anunciadas numa nota oficial do CIMI que reuniu seu setor Regional-Sul, em Xanxerê, Santa Catarina.

Quando um reporter perguntou-me se tem:

Conclusões da Pastoral Indígena

FERNANDO FOCH
Da Sucursal do Rio

O andamento e as conclusões do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico, que nos meios religiosos são vistas como capazes de marcar época na Igreja, serão levados aos membros da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, que estarão reunidos em caráter ordinário a partir de hoje.

Isso será feito por dom Moacir Grecchi, participante do encontro em que a Igreja missionária do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia decidiu optar por uma ação de defesa do índio como minoria étnica ameaçada e racialmente segregada até mesmo pela tutela que o faz incapaz, em termos jurídicos.

O documento final, aprovado por unanimidade pelos participantes (mais da metade de brasileiros), diz que "ao realizar a confrontação de nossa realidade, sentimos que uma situação comum afeta os grupos indígenas. Marginalizados pelas estruturas sócio-políticas e pela mentalidade racista de nossos povos, sofrem constantemente a agressão que os leva, pouco a pouco, ao desaparecimento biológico e cultural".

"Ante esta dolorosa realidade, revimos nossas atitudes, constatando que coexistem três linhas fundamentais no trabalho pastoral: a tradicional indouttrinadora e sacramentalista; a desenvolvimentista-paternalista e a encarnacionista-libertadora. Reconhecendo o contexto histórico de cada uma delas, e a sincera entrega missionária dos quantos as seguem, alegra-nos reconhecer que se dá um movimento progressivo em direção à linha encarnacionista-libertadora, com todos os compromissos e mudanças que ela exige".

O movimento progressivo aludido pelos documentos seria aquele dos setores mais liberais da Igreja, que teriam saído fortalecidos do encontro, e cujas preocupações pretendem levar à próxima Assembleia Geral do Episcopado (a anterior foi realizada em 1968, em Medellín), marcada para o próximo ano. Já se pode prever que elas têm boas oportunidades de acolhida.

Isso ocorre porque os setores conservadores, quando em contato direto com a problemática sócio-política-econômica, cuja superação diria respeito diretamente à evangelização, já estariam inclinadas à assunção de um posicionamento pertinente já aos conceitos lançados em Medellín. Os de uma Igreja "livre, profética e libertadora".

A unanimidade do encontro de Manaus, que levou dom Henrique Froelich, prelado do Diamantino (MT), a dizer que "o Espírito Santo nos ajudou", seria demonstração disso; a Pastoral foi elaborada a despeito de posições conservadoras de uma parte dos venezuelanos, por exemplo, ou do brasileiro padre João Batista Saffrão, responsável pela missão Catrimani, em Roraima, que, apesar de tudo, a aprovaram.

Assim, a Igreja amazônica já pode começar a agir nos três níveis alegadamente necessários à preservação e promoção dos índios porque "sua condição de abandonados e marginalizados, privados de todo poder, nos faz compreender claramente que essas minorias hão de ser, pela força do Espírito, uma fonte de renovação para todo o povo de Deus e para a sociedade humana em geral."

O encontro chegou à conclusão de que, "a partir de nosso compromisso com o Evangelho, cremos que nossa Igreja há de fazer as seguintes opções básicas: a) opção pelas minorias étnicas como centro de predileção do reino de Deus; b) opção pela encarnação do mundo indígena com sua cultura, estrutura e valores; c) opção pela comunidade cristã autóctone e pelas formas ministeriais que lhe sejam próprias."

Ao nível dos grupos indígenas, pretende-se "orientar nosso trabalho em vista da sobrevivência física e cultural e de um adequado processo de crescimento na autodeterminação harmoniosa dos diversos grupos indígenas e sua organização em associações ou federações que lhes permitam ser promotores do seu próprio destino. Isso implica: a conscientização e valorização da identidade cultural; a superação dos complexos de inferioridade e a promoção integral."

Ao nível "de sociedade envolvente e dominante, conscientizar e comprometer a sociedade envolvente em vista de: reconhecimento da profunda riqueza humana de cada povo indígena, com seus valores e contribuições originais e diversas; uma consciência crítica sobre as condições de sistemático extermínio ou marginalização a que os submete a estrutura sócio-política e econômica dominante."

Por fim, ao nível de Igreja, recomenda-se que ela, "reconhecendo suas próprias falhas históricas, se faça mais presente nos povos indígenas, respeite a identidade dos mesmos, assuma suas culturas e caminhe com eles, compartilhando suas lutas e esperanças, em comunhão de destino."

Ainda dentro da "linha encarnacionista-libertadora" fixou-se uma prioridade imediata: "Apoiar decidida e eficazmente os direitos que têm os grupos indígenas e assegurar ou recuperar a prioridade de seus territórios, de forma que possam viver e crescer, física e culturalmente, conservando seu equilíbrio ecológico."

Também aí, e segundo fontes, convencidos de que não há se fazer sentir reações contrárias em todos os países amazônicos, os participantes recomendam o desenvolvimento de seu trabalho nos mesmos três níveis. Isso porque, como lembrou dom Moacir Grecchi, bispo prelado do Acre e Purús e responsável pela "Linha 22" da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, a evangelização em favor do índio deve ser feita entre índios, sobre a "sociedade envolvente" e dentro da própria Igreja.

FOLHA DE S. PAULO - 29/6/77

Quando um reporter perguntou-me se tem:

Conclusões da Pastoral Indígena

FERNANDO FOCH
Da Sucursal do Rio

O andamento e as conclusões do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônico, que nos meios religiosos são vistas como capazes de marcar época na Igreja, serão levados aos membros da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, que estarão reunidos em caráter ordinário a partir de hoje.

Isso será feito por dom Moacir Grecchi, participante do encontro em que a Igreja missionária do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia decidiu optar por uma ação de defesa do índio como minoria étnica ameaçada e racialmente segregada até mesmo pela tutela que o faz incapaz, em termos jurídicos.

O documento final, aprovado por unanimidade pelos participantes (mais da metade de brasileiros), diz que "ao realizar a confrontação de nossa realidade, sentimos que uma situação comum afeta os grupos indígenas. Marginalizados pelas estruturas sócio-políticas e pela mentalidade racista de nossos povos, sofrem constantemente a agressão que os leva, pouco a pouco, ao desaparecimento biológico e cultural".

"Ante esta dolorosa realidade, revimos nossas atitudes, constatando que coexistem três linhas fundamentais no trabalho pastoral: a tradicional indouttrinadora e sacramentalista; a desenvolvimentista-pater-nalista e a encarnacionista-libertadora. Reconhecendo o contexto histórico de cada uma delas, e a sincera entrega missionária dos quantos as seguem, alegro-nos reconhecer que se dá um movimento progressivo em direção à linha encarnacionista-libertadora, com todos os compromissos e mudanças que ela exige".

O movimento progressivo aludido pelos documentos seria aquele dos setores mais liberais da Igreja, que teriam saído fortalecidos do encontro, e cujas preocupações pretendem levar à próxima Assembleia Geral do Episcopado (a anterior foi realizada em 1968, em Medellín), marcada para o próximo ano. Já se pode prever que elas têm boas oportunidades de acolhida.

Isso ocorre porque os setores conservadores, quando em contato direto com a problemática sócio-política-econômica, cuja superação diria respeito diretamente à evangelização, já estariam inclinadas à assunção de um posicionamento pertinente já aos conceitos lançados em Medellín. Os de uma Igreja "livre, profética e libertadora".

A unanimidade do encontro de Manaus, que levou dom Henrique Froelich, prelado do Diamantino (MT), a dizer que "o Espírito Santo nos ajudou", seria demonstração disso; a Pastoral foi elaborada a despeito de posições conservadoras de uma parte dos venezuelanos, por exemplo, ou do brasileiro padre João Batista Saffirio, responsável pela missão Catrimani, em Roraima, que, apesar de tudo, a aprovaram.

Assim, a Igreja amazônica já pode começar a agir nos três níveis alegadamente necessários à preservação e promoção dos índios porque "sua condição de abandonados e marginalizados, privados de todo poder, nos faz compreender claramente que essas minorias hão de ser, pela força do Espírito, uma fonte de renovação para todo o povo de Deus e para a sociedade humana em geral."

O encontro chegou à conclusão de que, "a partir de nosso compromisso com o Evangelho, cremos que nossa Igreja há de fazer as seguintes opções básicas: a) opção pelas minorias étnicas como centro de predileção do reino de Deus; b) opção pela encarnação do mundo indígena com sua cultura, estrutura e valores; c) opção pela comunidade cristã autóctone e pelas formas ministeriais que lhe sejam próprias."

Ao nível dos grupos indígenas, pretende-se "orientar nosso trabalho em vista da sobrevivência física e cultural e de um adequado processo de crescimento na autodeterminação harmoniosa dos diversos grupos indígenas e sua organização em associações ou federações que lhes permitam ser promotores do seu próprio destino. Isso implica: a conscientização e valorização da identidade cultural; a superação dos complexos de inferioridade, e a promoção integral."

Ao nível "de sociedade envolvente e dominante, conscientizar e comprometer a sociedade envolvente em vista de: reconhecimento da profunda riqueza humana de cada povo indígena, com seus valores e contribuições originais e diversas; uma consciência crítica sobre as condições de sistemático extermínio ou marginalização a que os submete a estrutura sócio-política e econômica dominante."

Por fim, ao nível de Igreja, recomenda-se que ela, "reconhecendo suas próprias falhas históricas, se faça mais presente nos povos indígenas, respeite a identidade dos mesmos, assuma suas culturas e caminhe com eles, compartilhando suas lutas e esperanças, em comunhão de destino."

Ainda dentro da "linha encarnacionista-libertadora" fixou-se uma prioridade imediata: "Apoiar decidida e eficazmente os direitos que têm os grupos indígenas e assegurar ou recuperar a prioridade de seus territórios, de forma que possam viver e crescer, física e culturalmente, conservando seu equilíbrio ecológico."

Também aí, e segundo fontes, convencidos de que não há se fazer sentir reações contrárias em todos os países amazônicos, os participantes recomendam o desenvolvimento de seu trabalho nos mesmos três níveis. Isso porque, como lembrou dom Moacir Grecchi, bispo prelado do Acre e responsável pela "Linha 22" da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, a evangelização em favor do índio deve ser feita entre índios, sobre a "sociedade envolvente" e dentro da própria Igreja.

15.11.77

15/11/1977

Desenvolvimento para o Araguaia e Tocantins

A criação de um Programa de Desenvolvimento do Vale do Araguaia-Tocantins foi anunciada domingo pela manhã, pelo ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, no encerramento do IV Encontro do Oeste Brasileiro. O Cine Garças, o mais antigo local de reuniões da cidade mato-grossense de Barra do Garças, local da sessão solene de encerramento, estava lotada, evidenciando a participação da maioria das prefeituras de Goiás e Mato Grosso, cujos representantes aplaudiram a informação do ministro. Os maiores aplausos, contudo, não foram para os pronunciamentos dos representantes dos ministérios do Interior e dos Transportes, mas para as perguntas a eles formuladas pelo congressistas sobre a pavimentação das rodovias BR-158 e BR-070, evidenciando os anseios da grande região em ver superados os principais pontos de estrangulamento de sua economia agropecuária. As respostas sobre a BR-070 também arrancaram aplausos, mas as informações sobre o andamento da BR-158 deixaram a desejar.

Presentes os governadores dos estados de Mato Grosso, José Garcia Neto, e de Goiás, Irapuan Costa Júnior; o representante do ministro Dyrceu Araújo Nogueira, dos Transportes; os deputados federais goianos Hélio Levy da Rocha e José de Assis, este presidente da Frente Municipalista do Oeste Brasileiro, promotor do encontro; o prefeito Wilmar Peres de Farias, da cidade anfitriã; deputados representantes das diversas regiões de Goiás e Mato Grosso e outras autoridades. O deputado Benedito Canela discursou, representando os congressistas matogrossenses, enquanto que Adjair de Lima representou os goianos, defendendo em seu discurso a institucionalização do Polocentro como programa definitivo, para que não termine como programa especial, e lançando mais uma vez (os apelos foram inúmeros) "o apelo dramático da região pelo asfaltamento das BR-070 e 158, principalmente em Goiás, cujos trechos representam pontos de estrangulamento". Para a realização do V Encontro, em 1979, foi escolhida a cidade de Três Lagoas.

A CARTA DO IV ENCONTRO

Solicitado pelo deputado Bene-

dito Canela, para que se torne na esfera de Brasília um procurador do Oeste Brasileiro, o ministro Rangel Reis não poderia deixar de ser o melhor portador das reivindicações do Encontro ao Governo Federal. A ele foi solenemente entregue, após ser lida em plenário, a Carta do IV Encontro do Oeste Brasileiro, com o seguinte teor:

"Este documento registra as tendências gerais manifestadas durante o IV Encontro do Oeste Brasileiro, realizado nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 1977, na cidade mato-grossense de Barra do Garças.

"A dimensão e a importância do conclave ficam evidenciadas pela participação das mais autênticas e legítimas lideranças municipalistas do Oeste Brasileiro, compreendendo todos os municípios do Estado de Mato Grosso, 125 municípios do Estado de Goiás, reunindo cerca de 1.300 congressistas, além de autoridades federais e estaduais, envolvidos pelo lema da Frente Municipalista do Oeste Brasileiro: **UNIÃO DE ESFORÇOS PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**.

"Como proposto no próprio teor, o encontro constituiu-se em debates de questões relacionadas com as necessidades e aspirações da comunidade regional, com vistas a servir de subsídios à elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento, em busca de definitivas soluções por parte dos setores governamentais a que corresponda cada problema.

"Como saldo das atividades do Encontro salientam-se as seguintes idéias básicas: "Fortalecimento da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO, principalmente no sentido de aumentar seu suporte financeiro, inclusive com a criação de um Banco de Desenvolvimento Regional;

"- Criação de um grupo especial de trabalho, com a participação dos governos estaduais e federal, para a avaliação dos desvios entre as necessidades reais e as respectivas programações, objetivando a redefinição dos programas especiais do Governo Federal para a Região, inclusive ampliação de suas áreas de atuação e dos recursos a ele programados;

"- Estabelecimento de uma política de fortalecimento dos municípios, através de mecanismos de ordem política e financeira;

"- Incentivo à criação de uma mentalidade associativista entre municípios de uma mesma região sócio-econômica ou fisiográfica, objetivando a comunhão de esforços, de recursos, vocações e disponibilidades de fatores em busca de soluções comuns;

"Definição de uma política de agroindustrialização, com base na vocação econômica da Região;

"Alocação de recursos para o sistema viário regional, particularmente o ferroviário, orientado para os corredores de exportação, e o rodoviário visando a ampliação de sua malha básica;

"- E finalmente, que o Centro-Oeste Brasileiro, embora Região solução de problemas nacionais e até internacionais, se não tratado convenientemente e a tempo, poderá constituir-se numa grande área problema, passando, assim, a exigir maior volume de recursos que agora reclamado. Barra do Garças, 13 de novembro de 1977".

FLASHES DO ENCONTRO

A solenidade de encerramento constituiu-se numa síntese dos anseios dos congressistas e daquilo que se pode esperar como resultados das 72 horas de pesquisas, debates e questionamento dos problemas e soluções da grande região do Oeste Brasileiro.

As rodovias ganharam evidência tanto junto ao plenário como nas palavras dos mediadores e oradores. A rodovia BR-070 é a que mais poderá corresponder, a curto prazo, às reivindicações do Encontro, pois as informações dos representantes do Ministério dos Transportes mostram projetos concretos em andamento, com a realização de obras de infra-estrutura anunciada para breve. Numa proposta levantada durante o Encontro, solicitou-se a assinatura de convênios de delegação de poderes e recursos ao Governo de Goiás, possibilitando a criação de uma rota definitiva da BR-070 no trecho que liga Barra do Garças à cidade de Goiás, ficando aquela cidade mato-grossense ligada por asfalto ao centro consumidor de Goiânia e, daí a outros importantes como o do Distrito Federal e os da Região Sudeste. "Para tanto torna-se urgente a implantação das pontes sobre os rios Caiapó,

Almas e Claro e a pavimentação de 350 Km aproximadamente" daquela rodovia.

As respostas dadas pelo representante do DNER sobre a BR-158 frustraram as expectativas para uma solução a curto prazo, pois além da conservação o que se vem fazendo é apenas um levantamento estatístico do trecho de 275 km entre Jataí e Aragarças. A solicitação do Encontro é no sentido de que o Ministério dos Transportes providencie o projeto definitivo, a fim de que a produção mato-grossense encontre um corredor para exportação de suas produções, além de incrementar a concentração no vazio da Região Sudeste de Goiás. Reconhecendo que "esta alternativa é talvez a mais demorada", solicita-se então ao Governo Federal a delegação de poderes e recursos ao Estado de Goiás, para que seja implantado o trecho daquela rodovia entre Aragarças e Piranhas, transformando-a em rodovia estadual, bem como recursos para pavimentação do trecho Piranhas e Iporá da GO-60, completando assim a ligação Barra do Garças-Aragarças-Piranhas-Iporá, uma vez que de Iporá a Goiânia a rodovia já é asfaltada.

O Programa de Desenvolvimento do Vale Araguaia-Tocantins, anunciado pelo ministro Rangel Reis, está em fase de elaboração, devendo ser apresentado ao próximo Governo, compreendendo um projeto amplo de desenvolvimento nos setores econômico, social, de infra-estrutura e outros. O ministro defendeu também a necessidade de se proceder a novas divisões de estados, adiantando que os estudos estão sendo feitos, atingindo principalmente a região Amazônica, "mas não será implantados no atual Governo". Prometeu também estudar um mecanismo de crédito subsidiado para o Centro-Oeste, bem como a possibilidade de criação de órgão financeiro para a região, tendo em vista principalmente a divisão de M. Grosso.

Também foram evidenciados a necessidade de construção de uma ponte e uma nova rodovia, no município de Aripuanã, e a preocupação dos empresários de Barra do Garças quanto à possível ampliação das reservas indígenas naquele município, que abriga cerca de 4 mil índios. "Este é um caso muito complexo" - asseverou Rangel Reis.

MRL-8, 7149/050

FOLHA DE GOIÁS

Goiânia, Terça-feira, 15 de Novembro de 1977.

MUDAR TUDO DE N

ARIADO DEVERÁ SER MUDADO ATÉ FINS DESTA ANO
TENSÕES A CARGOS ELETIVOS DEVERÃO AFASTAR-SE
COM OS DOIS PRIMEIROS ESCALÕES

DA

rnador Irapuan Costa Jú-
secretariado até fins deste
mpla do seu atual quadro
ção, prestada por fontes
m três pontos: 1º) Alguns
postos do primeiro nível
o Conselho de Contas dos
que alimentam pretensões

eleitorais serão convidados a depositar seus cargos,
e 3º) uma reunião reservada dos dois primeiros es-
calões já está convocada pelo Governo. Enquanto
isso, até ontem a Assembléia ainda não recebera
nenhuma comunicação oficial sobre a sua convoca-
ção em caráter extraordinário, embora alguns parla-
mentares tenham confirmado notícias a respeito.
(Pág. 3).

ISEL
EVE
NCIAR
ORMAS
DIA 1º

O presidente Geisel fará, no dia 1º de dezembro, -
perante os arenistas reunidos por convocação da dire-
ção nacional, um pronunciamento político que, eviden-
temente, contará com detalhes sobre reformas que
se anunciam e diretrizes da sucessão que será ini-
ciada nos seus debates em janeiro próximo. Esta
informação foi passada ontem pelo deputado José
Bonifácio, líder do Governo na Câmara. Quanto às
declarações do deputado opositor Tancredo
Neves, possível futuro líder do MDB na Câmara,
afirmando que a única coisa que nos separa da
ditadura é um calendário eleitoral precário, mutila-
do, com uma legislação que beneficia facciosamente
partido do Governo, publicadas na imprensa no sá-
bado, disse Bonifácio: "Eu, líder da Arena, no dia
14, afirmei que o deputado Tancredo Neves está
mandando um programa para conseguir sensibi-
lizar a parte mais radical do seu partido, como
age um bom mineiro". Ao ser indagado pelos jor-
nalistas sobre o conteúdo do discurso do presi-
dente Geisel na reunião do diretório nacional are-
nista com todos os presidentes regionais, disse o lí-
der do Governo que "como já afirmei será um pro-
nunciamento político e, por isso mesmo, cabe tudo
dentro da ordem política". (Pág. 3).

DPF APREENDE 800 ARMAS



Em operações realizadas em Goiás, Mato Grosso e Paraná o Departamento de Polícia Federal, através de suas superintendências regionais nos três Estados conseguiu apreender mais de oitocentas armas de diversas marcas e calibres, cerca de mil quilos de maconha, 50 quilos de dinamite, farto material e demais petrechos próprios para o fabrico de cédulas de Cr\$ 500,00 e Cr\$ 100,00, mercadorias de procedência estrangeira, fruto de contrabando procedente de Manaus, além de cinco mil gramas de cocaína, somando-se mais de dezoito milhões de cruzeiros o valor global desses objetos.

As "Operações Bravo I e II" que culminaram com essas apreensões foram iniciadas em setembro e encerradas no dia 5 último. Elas tiveram duas fases: a primeira, de levantamento e planejamento e a outra, de execução, perfazendo um total de cinquenta dias de trabalho. O planejamento das operações esteve a cargo de uma das Asses-

MACONHA
1000g
FOPAR BRASILIA

CONTRABANDO
Falsificação
VALOR DE Cr\$ 12500.000

NO EXTINGUE A COMISSÃO

Padre critica Funai. por abandono dos índios de Roraima

CUIABÁ (O GLOBO) — O padre Antonio Iasi Júnior disse, ontem, que os índios de Roraima estão correndo os mesmos riscos e enfrentando os mesmos problemas das tribos de Mato Grosso:

— Roraima, em termos de ação indigenista oficial — disse o padre Iasi —, é um exemplo daquilo que o chefe bo-roro Eugênio falou na primeira assembleia de chefes indígenas, realizada em Diamantino, em abril de 1974: "Se nós vamos esperar pelas autoridades, nós já morreremos três ou quatro vezes."

As declarações do padre foram feitas após ele acompanhar, como representante do Conselho Indigenista Missionário — Cimi, a reunião de chefes indígenas na aldeia Tira-Catinga, em Diamantino.

Ausência da Funai

— A omissão, a morosidade e a ineficiência das medidas burocráticas — disse o padre Iasi —, a incapacidade do órgão de proteção ao índio, em atalhar os males decorrentes da ação de outros órgãos oficiais, das construtoras das estradas da Perimetral Norte e Manaus—Caracará, e também dos fazendeiros, e o afastamento dos antropólogos que atuavam na área são apenas alguns itens que caracterizam a ausência da Funai em Roraima.

Lembra o padre Iasi, "para comprovar a ineficiência da Funai", que, a 16 de outubro de 1917, a lei estadual 941 criava uma área de terras "reservada para domicílio e aproveitamento dos índios macuxis-jaricunas", vazada em placas de bronze e colocada na confluência dos rios Surumu e Cotingo:

— A placa existe — disse —, a lei é letra morta, embora ratificada pelo artigo 193 da Constituição; as terras desapareceram e os índios estão morrendo de fome.

Segundo o missionário, o gado dos fazendeiros invadiu a terra dos índios e o arame farpado — por vezes o único "documento" de propriedade — cortou as aldeias. O próprio prefeito de Boa Vista, capital do Território do Roraima, em recente contato com o Secretário Geral do Cimi admitiu que os índios "não vão durar mais que cinco anos".

Esubulho e morte

— De 1917 para cá — afirma o padre Iasi — a história do esbulho e da morte do índio, diante do olhar imotente do órgão oficial, é longa. É preciso dar um salto de meio século e aludir apenas a alguns pontos da criminosa ação do órgão oficial de proteção aos índios. Em 1967 surge a Funai e já em abril do ano seguinte os missionários católicos pedem ao órgão que providencie contra a ação dos fazendeiros que continuavam a retalhar as terras dos índios vapixanas. No mesmo ano sugerem os missionários a criação do Parque Indígena Ianomani, na região de Catrimani, como medida capaz de salvar os índios ianomani de morte certa.

Segundo o padre Iasi, em 1971, 72 e 73 os próprios índios apelaram para as autoridades. Cansados de esperar providências, 24 chefes indígenas enviaram, em janeiro de 1973, ofício ao então presidente da Funai, General Bandeira de Melo — "de triste memória", segundo o padre — historiando as injustiças de que eram vítimas os grupos por eles representados e pediam ação imediata das autoridades.

— A ação nefasta dos fazendeiros contra os índios da região do Taiana, Surumu, Cotingo, Normandia, Maú e Serra Azul, num total de 27 aldeias — afirma Iasi — deve-se somar os efeitos desagregadores da abertura das estradas na região dos rios Apú, Catrimani, Ajarani e Jauaperi. Os surtos de gripe triplicaram, apareceu o sarampo, a tuberculose, as doenças venéreas. As bebidas alcoólicas são fornecidas aos índios e a prostituição das índias é coisa normal.

Segundo o Secretário Geral do Cimi, em 1974, num dos relatórios enviados à Funai, o missionário que o subcreveu afirmou desesperado: "Tem-se a impressão de que a Funai não quer ou não pode resolver esses problemas e as pessoas envolvidas nas irregularidades estão sempre se aproveitando da situação." Em outro relatório, o missionário denunciou que o "contato dos trabalhadores com os índios resultou na desagregação familiar grupal e no abandono das próprias hostes".

— Não obstante tantas doenças levadas aos índios pelo descontrolado desenvolvimento — conclui o padre Iasi —, as estruturas da Funai na área são precaríssimas. Diante de tanta indiferença dos órgãos governamentais de proteção ao indígena, a enfermeira do Posto de Boca do Mato (BR-174), chegou a pensar em afastar-se do cargo, convencida de que poderia repetir uma frase do sepanista Antonio Cotrim ao deixar a Funai: "Estou cansado de ser coveiro de índios."

Pacificação

MANAUS (O GLOBO) — O chefe da nação indígena "wei-wai", cacique Quiri-Faca, demonstrou interesse em ajudar a Funai na missão de pacificar os índios "vaimiris-atroaris". A intenção foi revelada por Quiri-Faca, em visita ao acampamento da Funai, no km 302 da BR-174, Manaus—Boa Vista.

Quiri-Faca disse que os atroaris não são maus, apenas não entendem a língua dos brancos e por isso se aborrecem. Os "wei-wai" são os únicos índios que compreendem o idioma dos atroaris, pois pertencem ao mesmo tronco linguístico, o caribe.

CPI do índio

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Thomas Balduino, defendeu ontem a instalação de uma CPI do Índio na Câmara dos Deputados, como "a melhor maneira de informar a opinião pública sobre as falhas cometidas, não apenas pelas missões, mas pela Funai e o próprio Ministério do Interior".

Dom Thomas diz que há uma contradição envolvendo a Funai, órgão de assistência e defesa dos índios, ligado a um Ministério voltado para o desenvolvimento econômico, como o do Interior. A única solução, a seu ver, seria vincular a Funai à Presidência da República.



MRL-8, p-151/250

MINISTÉRIO DO INTERIOR
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL
CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO TERRI
TÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, NESTE
ATO REPRESENTADO PELO PROF. ALDO
GOMES DA COSTA, SECRETÁRIO DE EDU
CAÇÃO E CULTURA, E A PRELAZIA DE
RORAIMA, NESTE ATO REPRESENTADA PE
LO SEU TITULAR, D. SERVILIO CINTI
BISPO-PRELADO, PARA EDUCAÇÃO EM
FORMA DE INTERNATO PARA 35 ALUNOS
INDIGENAS NA U.I. "JOSE DE ANCHIETA"
NA REGIÃO DO SURUMU.

CLAUSULA PRIMEIRA

O Objetivo deste Convênio é a efetivação de uma am
pla e realistica cooperação entre o Governo do Território
Federal de Roraima e a Prelazia de Roraima para a educa
ção no interior, através da U. I. "JOSE DE ANCHIETA" na
Região do Surumu.

CLAUSULA SEGUNDA

O Governo do Território Federal de Roraima dará à
Prelazia de Roraima, como ajuda de custo, a importância
de Rs 150,00 (CENTO E CINQUENTA CRUZEIROS) por aluno, pa
custear os estudos de 35 alunos indigenas da Região do Su
rumu, durante 10 (DEZ) meses, totalizando Rs 5. 250,00
(CINCO MIL DUZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS) mensais e
Rs 52. 500,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS CRUZEI
ROS) nos 10 meses.

CLAUSULA TERCEIRA

Caberá à Secretaria de Educação e Cultura realizar
a supervisão do Ensino, bem como elaborar curriculum e
Programas a que obedecerá a U. I. "JOSE DE ANCHIETA".

CLAUSULA QUARTA

A Secretaria de Educação e Cultura participará tam
bém no recrutamento dos alunos indigenas quando tiver can
didatos a apresentar.

[Assinatura]



MINISTÉRIO DO INTERIOR
TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

MRL. 8, p 152/250

CLAUSULA QUINTA

A Prelazia de Roraima caberá a direção da U.I. "JOSE DE ANCHIETA", bem como zelar pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria de Educação e Cultura, atinentes ao Ensino, em obediência à Legislação em vigor e dar educação gratuita aos alunos indígenas favorecidos com a presente Ajuda de Custo.

CLAUSULA SEXTA

A Prelazia de Roraima se compromete a apresentar mensalmente ao Governo do Território Federal de Roraima relação dos alunos mantidos durante o mês vencido.

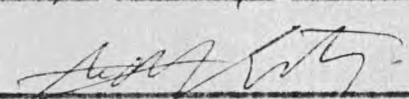
CLAUSULA SÉTIMA

A despesa do presente Convênio alocar-se-á no Fundo de Participação do Território, elemento 3.1.4.0 - Encargos Diversos, Empenho Nº

CLAUSULA OITAVA

O presente Convênio entrará em vigor a partir do dia 1º de março de 1975.

Boa Vista, 18 / março / 75

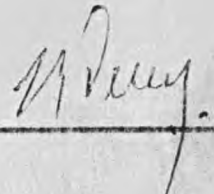



Prof. ALDO GOMES DA COSTA



DOM SERVILIO CONTI

TESTEMUNHAS:





CONFIDENCIAL

1º Encontro de Pastoral Indígena do Norte de Mato Grosso (Prelazias de Diamantino, Guiratinga, São Félix). 26, 27, 28, 29 de agosto de 1974.

Dia 26.

Parte da Manhã.

Introdução.

Começamos o nosso encontro com atraso e é bom dizer com franqueza o motivo. Um grupo se reuniu, aqui mesmo, para ver um pouco o objetivo deste encontro e se verificou, por vários indícios, que não estava muito claro. Isto poderia trazer confusão e frustrações. - Aqui temos representantes de 3 prelazias e ele foi concebido como o primeiro de uma série: Vai haver outros semelhantes a esse em Miracema, em Palmas, em Rio Negro, em Belém, em Porto Velho, congregando prelazias vizinhas e regionalizando o trabalho do CIMI para que possa garantir conclusões mais objetivas. Sentiu-se, p. ex., que a falta de clareza de objetivo deixou de motivar algumas pessoas, como aconteceu, parece, com o pessoal de Diamantino de onde veio pouca gente e mais iniciativa pessoal. - Justificaria ir alguém daqui buscar mais gente lá, no caso o Tomas que dispõe de um aviõesinho? - Tal troca de idéias tomou tempo. Daí a necessidade de colocar para todos esses problemas, como informação e não como imposição, para que todos se pronunciem.

- Sem predeterminar a caminhada, este encontro foi pensado como instrumento de uma arrancada da pastoral indígena. Tal preocupação é anterior ao próprio CIMI. Ainda no tempo de Nuncio Baggio, visto que os prelados estavam mais absorvidos com os sertanejos do que com os índios, chegou-se a pensar em Prelados de caráter pessoal, não vinculados a um território. Logo foram vistos os inconvenientes de tais prelazias. Com a criação do CIMI, problema indígena aflorou mais à consciência, mas o conselho logo se sentiu uma cúpula, vivendo de reuniões de especialistas, e limitando-se a isso. Pensou-se num órgão executivo que colhesse e encaminhasse a problemática real, em intercâmbio com as bases, tendo cunho regional. Isto foi aceito pelo CIMI. Eis por que se programaram esses encontros, como proposta a ser aceita ou rejeitada pelo grupo. Este encontro, parece-nos, responde a uma urgência. Falta-nos estrutura em termos de Igreja. Cumpre levantar elementos nesses encontros, ligá-los para que talvez se possa repensar o CIMI. Este encontro, sendo o primeiro, tem o peso maior de responsabilidade. Esperamos que seja assumido por seus participantes. Se ocorrerem problemas de ordem antropológica ou teológica, apresentados pelo grupo, serão aprofundados na medida do possível, numa metodologia de participação.

Outro aspecto importante é de ser na região das missões. A partir de 1963, a gente teve encontros referentes aos índios e em 80% eram as mesmas pessoas que sempre apareciam, formando uma espécie de sub-cúpula, sem convocar as bases, procurando crescer juntos. Importante também é a técnica diferente que leva a vivenciar dia-a-dia o nosso trabalho, trazendo a contribuição da experiência vivida no próprio ambiente. Dentro de um ano ou 2, talvez, tenhamos a oportunidade de oferecer a todos a chance de jogar sua própria experiência e contribuir para a pastoral indígena.

Rigorosamente ainda não temos uma pastoral indígena, assumida pelos Bispos ou a CNBB. Houve até agora, pessoas assumindo trabalhos isoladamente. Estas pessoas por vezes foram tratadas com certo lirismo, e por isso se pressionou para a criação do CIMI que saiu de modo apriorístico e imperfeito. O CIMI centralizava pessoas sem vivência pastoral no relacionamento com as bases. Ir às bases é uma urgência, pois aí se localizam problemas como o das terras, aculturação, renovação pastoral. Ninguém ainda enfrentou esses problemas em termos globais pelo isolamento em que estavam. O relatório do IASI é cru, mas não pode ser negado. A partir do último ano, alguma coisa já mudou e tentou-se colocar o problema diante da consciência nacional e da CNBB. É importante que tenhamos consciência do problema global, se não coratamos algo dos outros cursos.

Aqui estamos presentes pessoas que trabalham em outro setor e aqui viemos aprender com os missionários dos índios, porque sentimos a importância do problema indígena para uma organização de visão e de trabalho. Faltam nos dados e daí a importância para nós desse encontro com gente que trabalha em

CONFIDENCIAL

2

outro setor e que vem colocar em comum sua experiência a nível de Igreja.

Quanto ao problema de mais representantes de Diamantino, clareou-se o motivo porque se achava importante essa presença e portanto a iniciativa de ir buscá-los. Foi explicada a ausência do presidente do CIMI e, a propósito, se acenou para o relacionamento com a FUNAI: não teria sentido convidar a FUNAI para um encontro de pastoral indígena, como não se convidaria o Ministro da Educação para um encontro sobre catequese...

Se viemos sem saber bem qual o objetivo, uma primeira lição já se pode tirar para os outros encontros: explicar sua finalidade previamente.

Quanto ao método, pensamos partir das próprias bases, de modo que o grupo defina também o conteúdo do encontro e sua dinâmica. O ponto central de referência não será um tema, mas o trabalho que só pode interessar a todos.

Apresentação e proposta.

Todos se apresentaram brevemente, dizendo o nome, o lugar e o trabalho. Depois foi acentuada a presença de Eugênio, bororo e Carlos, xavante, referindo-se à presença de representantes do CIMI e missionários no encontro de caciques em Diamantino.

Antes de definir o horário, o P. Rodolfo deu boas-vindas a todos e colocou sua casa à nossa disposição. A partir do horário das refeições, foi fixado o horário.

Sobre eventuais celebrações litúrgicas, foram propostas duas celebrações já previstas: 4ª-feira uma celebração com toda a comunidade de Meruri e 5ª-feira uma celebração especial dos participantes do encontro, fêcho do nosso trabalho.

Depois de uma pequena troca de idéias, foi aceito que hoje e amanhã fosse reservado o espaço de 19-20 hs. para a celebração que ficaria livre, podendo-se inclusive, fazer-se em grupos com ou sem a Eucaristia. Haverá Missa na capela às 19 hs.

Foi levantado o problema da avaliação, cada dia, do trabalho a ser feito pelo grupo e mereceu aprovação.

Quanto à coordenação do encontro, colocou-se a necessidade de um grupo mais restrito que assumisse esse serviço, para o encaminhamento dos passos do encontro. Para sua composição, sugeriu-se a presença de um representante de cada prelazia, mais representantes do CIMI: Pedro por S. Félix, Bosco por Diamantino, Rodolfo por Guiratinga. Tomás e Egidio pelo CIMI; Ivo convidado para a assessoria. Como secretários, Walber e Eliseu que se encarregariam de um (relacionamento, digo) relatório do encontro, acompanhado, enquanto possível, o próprio andamento do encontro. Achou-se conveniente que na coordenação houvesse também uma representante das Religiosas e, posteriormente, foi designada a Irmã Ada.

Já o tempo avançava e foi sugerido que nos colocássemos diante dos objetivos deste encontro, a partir do que já foi colocado a respeito. Isto correspondia à proposta que fora pensada, mas com duas referências: à realidade que se vive na base e à situação da pastoral indígena.

Houve um pequeno debate sobre os grupos: se seriam grupos homogêneos (isto é, daqueles que trabalhavam juntos) ou mistos. Alegaram-se vantagens e desvantagens de uma ou outra forma. No final, achou-se que se poderia salvar tudo o que foi dito, vendo o trabalho da tarde em duas etapas: 1ª Em grupos mistos, levantar o que esperamos deste encontro, a partir da situação real que vivemos e da situação da missão indígena. 2ª fazer um levantamento dos problemas da realidade, em grupos homogêneos.

A esta altura, já esgotáramos o horário da manhã e nos aguardava o almoço.

Tarde.

A partir da situação que se vive na base e da situação da Pastoral Indígena, o que esperamos concretizar neste encontro e Por quê?

Esta foi a questão proposta aos grupinhos em que todo o grupo foi dividido por contagem, reservando-se quarenta minutos para a análise. Esclareceu-se que não se tratava de fazer levantamento completo da situação da base, mas apenas descrever globalmente a situação para assentar a proposta de objetivos.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

3

Por se falar de base, advertiu-se que não se ficasse preso apenas aos problemas concretos de cada trabalho, mas se considerasse mais globalmente.

Objetivos e aspirações - relatório dos grupos.

Grupo 5. - Éramos representantes de 3 lugares: Diamantino, S. Félix e Guiratinga (Sangradouro). Cada representante descreveu rapidamente a situação. Como objetivos: 1) Uma orientação da pastoral nos vários graus de aculturação; 2) Efetiva defesa das terras dos índios, face à invasão e numa perspectiva de futuro; 3) Definir o sentido da presença e da atuação dos missionários.

Grupo 4. - Vimos a situação material e pastoral. O que se precisa é um esclarecimento pastoral da missão visando atingir esses índios. Vivemos num clima de ambição econômica e cultura utópica. Os índios querem passar de tribos nômades a grandes fazendeiros, doutores e ocupantes de cargos de relevo. No entanto, é o sistema antigo que predomina. Sentem orgulho de ser índios e julgam-se seres superiores, cultivando o desejo de plena autonomia. Daí os conflitos com os missionários por causa de suas roças e seu conforto, enquanto na aldeia é bem outro o ritmo. - Na pastoral, dicotomia entre nossas cerimônias e as cerimônias indígenas, porque nossos sinais não têm significação para eles, donde a necessidade de usar sinais novos, mesmo correndo algum risco. A mesma dicotomia existe quanto a moral, porque o que ensinamos se choca contra as tradições deles. - A nossa preocupação deveria ser: ver o que há de cristão na vida dos xavantes: Deus é um só, um só é o bem, uma só a verdade. - Eugênio frisou como problema, a dispersão dos bororo. - Sente-se uma quebra da tradição, mas somente na aparência: a eleição dos chefes novos não alterou o domínio dos velhos. - Ainda o problema das terras e o nomadismo. A dicotomia entre a vida dos índios e a nossa nota-se sobretudo quando os que vivem na órbita da missão passam para a aldeia, deixando um relativo conforto para uma vida de nenhum conforto.

Grupo 3. - Desejamos um conhecimento mais profundo dos índios para o trabalho pastoral. Daí a necessidade de aprofundar a cultura indígena. - Outro problema sério é de ordem econômica: como prover a sobrevivência econômica das tribos? Pistas para liberar os missionários da excessiva preocupação econômica. - Outro problema é a influência negativa da população envolvente que se comporta de modo oposto ao que se ensina. - Ainda o problema da terra: pistas para enfrentar criticamente a mentalidade reinante sobre a "integração" e que se reflete, por ex., em algumas afirmações do Ministro do Interior. - Quanto à preocupação econômica, cria-se quase uma obsessão a partir dos problemas imediatos. Seria um primeiro ponto, na busca de pistas para situar o tipo de nossa presença. 2) Sobre o povo envolvente, seria necessária uma visão global, por que geralmente se trata de gente que é vítima de uma cultura marginalizada. Não pensar numa pastoral paralela, mas convergir para os mesmos objetivos. 3) Enfrentar criticamente a mentalidade oficial sobre aculturação e integração (que se expressa p.ex. em algumas afirmações do M. do Interior sobre os Carajá. 4) Uma revisão profunda da pastoral para não ficarmos ao nível dos remendos, incorporando coisas superficiais, sem renovação profunda, como se dá na liturgia em que a adoção de alguma coisa dos índios não passa de enfeite. - A própria convivência dos missionários torna-se artificial ou impositiva. Como poderíamos enfrentar tudo isso? - Urge esclarecer o sentido de integração. Deveria significar a valorização das culturas e evangelização de seus valores. Parece que não é este o sentido da FUNAI.

Grupo 2. - Para se falar de uma pastoral viva não se pode tomar a alma sem o corpo. Daí a necessidade de ver a situação. Bororo não tem mais condições de viver de caça e pesca. Tem dificuldade para a lavoura e já os pressiona o problema da terra. Os Xavante têm mais facilidade para a lavoura, mas faltam-lhes condições de se autosustentarem. Dependem dos padres para resolverem seus problemas. Os missionários correm o risco de agirem como empresários ou como patrões. Este problema é sério, porque os missionários são levados a assumir tarefas que podem trazer equívocos e obstáculos à sua missão de conscientizar. - Os padres devem ser anunciadores do Cristo, dentro do respeito à cultura e

CONFIDENCIAL

mesmo à religião dos índios. Sobre a base da cultura indígena é que se deve construir. Portanto: 1) Maior conhecimento da cultura indígena, de modo geral e diversificado. 2) Os agentes estejam menos sobrecarregados de encargos materiais. 3) Ver o que se pode respeitar e aproveitar de seus valores. 4) Necessidade de um diretório das missões indígenas. - Notam-se várias contradições e corremos o perigo de certo extremismo que prejudique o equilíbrio. Aumentaram as exigências e diminuíram os recursos da natureza. Não se pode optar radicalmente pelo material ou pelo espiritual. Deve-se procurar um meio-termo. Mesmo no plano da evangelização, sob pretexto de que só Deus é um só e o mesmo, não devemos esquecer a revelação do Evangelho, porque corríamos o perigo de limitar-nos ao "Deus da natureza" e desevangelizar.

Grupo 1. - A pastoral indígena deveria partir da cultura indígena. Esperamos elementos para conscientizar. - Não separar o problema pastoral dos problemas da subsistência. Será que o problema da terra é indiferente à pastoral? No problema da terra, não repercutirão outros problemas, como o sentido de brasilidade, os planos do governo em confronto com os interesses do povo, o que a FUNAI representa? Ainda outros problemas diretamente ligados à nossa missão do anúncio do Evangelho ou arautos de uma cultura.

Debate geral.

O passo seguinte foi sintetizar as aspirações. Três a três, fomos levantar os pontos mais importantes que apareceram nos relatórios.

1º - Conhecimento das culturas, sob todos os aspectos. Criar uma situação econômica favorável à evangelização. Contato com o povo envolvente: peões ou fazendeiros - Definição da "integração" - Procurar uma liturgia significativa para os índios e não enfeitar nossa cerimônias com cerimônias indígenas.

3º Dois núcleos principais: 1) Problemas das terras em torno do qual giram outros como automanutenção, dispersão, defesa dos direitos, integração, etc. 2) Como transmitir a mensagem, acarreta o problema da cultura, da liturgia, dos valores, etc.

4º - Três pontos: 1) Definir a presença e o modo de presença da Igreja numa aldeia indígena (revisão em profundidade, a partir do Evangelho); 2) Igreja e política oficial (terras, integração e assimilação, diálogo, tensões, etc.); 3) O problema do povo envolvente - distinguir peões de fazendeiros, marginalizados de marginalizantes, oprimidos de opressores, relação entre população envolvente e o povo indígena.

5º - Conscientização a partir do conhecimento dos costumes e permanência na aldeia durante anos - Problema da terra - Exigências da encarnação.

6º - Pistas de orientação pastoral que estimulem a criatividade no sentido da valorização da cultura indígena - Sentido da presença e atividade dos missionários no meio dos índios.

7º - Ver o sentido da missão a partir da análise da realidade, no confronto com os objetivos concretos que visamos na ação e dentro do contexto histórico. Problema da cultura (que reflete na Liturgia - mero sintoma).

Sintetizando:

Parece que apareceram algumas coordenadas: cultura, problema econômico, sentido da missão, relações com a política oficial.

Seriam três núcleos:

- 1) problemas ligados à cultura;
- 2) Problemas ligados à presença do missionário;
- 3) Problemas ligados ao relacionamento com o poder político.

Por mais importantes que sejam os outros pontos levantados, como o problema econômico da missão ou o dos povos envolventes, não são autônomos mas estão vinculados a um desses núcleos ou a todos.

Cumpramos enfrentar esses problemas com certa amplitude, para não nos prendermos à situação local, levantando em conta toda a área e mesmo o problema indígena na sua globalidade. Cumpramos atacar nas raízes. Eis por que não nos podemos limitar às aldeias onde existe missão. Existem os postos da FUNAI, grupos ainda não contactados. Só assim podemos dinamizar a pastoral indígena.

CONFIDENCIAL

5

Na reunião dos chefes em Diamantino, exprimiu-se a vontade de reunir as aldeias dispersas para tomarem consciência de povo. Não se trata tanto da reunião física ou geográfica, mas da unidade de visão. Daí a necessidade de uma estratégia de comunicação através, p. ex., de visitas.

Talvez essas visitas não encontrem obstáculo por parte da FUNAI segundo informações, embora nem sempre haja coerência entre o que dizem e fazem. - Isto mostra que os problemas são muito ligados e dificilmente se discute um aspecto sem esbarrar nos outros.

A proposta é que, em grupos homogêneos, se faça um levantamento da realidade, levando em conta o trabalho que já se fez, organizando os dados sob os aspectos da aculturação, da presença da Igreja e da política oficial. Tentar ver a situação do mundo indígena sob esses três aspectos, sem limitar-se aos problemas imediatos, sem radicalismos mas tendo como critério não a Igreja como instituição, mas o Evangelho de que é portadora. Quando se tratar de política oficial, não se trata de julgar pessoas mas ver a mentalidade e os programas. O que vamos tentar ver é o mundo indígena, tal como se encontra em nossa área, quanto à cultura, quanto à presença e atuação da Igreja e quanto à política oficial.

Esse trabalho será feito à noite, por grupos homogêneos, e os relatórios serão apresentados amanhã. Cada grupo faça também uma avaliação do dia de hoje.

Guiratinga

Bororo. Situação cultural. - São duas camadas culturais: os que foram atendidos desde o começo do século, que perderam muitos elementos de sua cultura própria. Tais elementos são conservados pelo outro grupo que veio há uns 10 anos. No começo, houve um choque tipicamente cultural entre os dois grupos: os antigos opuseram uma barreira aos recém-chegados, não em relação às pessoas, mas em relação aos costumes e práticas rituais, considerando falta moral nelas tomar parte. - A esta altura, sob várias influências, sobretudo do Concílio, já havia uma mudança de atitude dos missionários que se empenharam em valorizar a cultura e criaram clima favorável à aceitação. Trabalho difícil, porque os jovens reagiram, caçando das práticas culturais de um grupo em declínio, onde predominavam os velhos. Foram dados passos e estamos nesta situação. - Faz-se um esforço para que eles transmitam ao grupo já aculturado os elementos próprios de sua cultura, sua língua, suas tradições. A existência de educandários está em estudo e o sistema se transforma. A convivência muito marcada pela preocupação econômica e sanitária - o grupo novo ao chegar aqui vinha sendo dizimado pela tuberculose - cria distâncias e nos coloca em situação de superioridade. - O problema das terras é candente. São terras cedidas à Missão Salesiana. Alguns posseiros entraram porque foram pessoas que prestaram serviços e receberam terra como remuneração. Essas terras foram cedidas à missão no governo de Dom Aquino Corrêa (1918). No governo de Ponce de Arruda (por volta de 1964), foram consideradas devolutas, vieram os títulos de posse que posteriormente foram transferidos e atualmente existe o plano de uma grande fazenda de paulistas. Os Bororo têm-se empenhado na defesa de suas terras, recorreram à FUNAI, mas ainda não houve demarcação e suas terras não foram delimitadas, nem mesmo em relação aos Xavantes a quem eles cederam suas terras anteriormente para as colônias de Sangradouro e S. Marcos. Estão esperando que a FUNAI os ajude a recuperar suas terras e estão dispostos a tudo fazer neste sentido.

Xavante.

Área: Sangradouro e S. Marcos; Batovi, Simões Lopes: 5ª DR. Sendo que Simões Lopes e Batovi: Prelazia de Diamantino

Couto de Magalhães, Areões e Pimentel Barbosa: 4ª DR e Prel. S. Félix.

Situação dos Xavantes. Casas típicas.

- Alimentação: tradicional insuficiente (forte caça e coleta). Acréscimo: arroz, feijão, canjica, batata-doce, macarrão. Subsistência em parte cultivada e em parte adquirida.

- Ecologia: transformada com a formação de fazendas. O gado afasta a caça.

- Expressão cultural. Conservam e valorizam sua cultura. Fazem suas festas, etc., devido à valorização e ensinamento dos missionários, antropólogos e etnólogos. Por eles já teriam já corado as festas, como os cabelos, a exem-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

6

plo de outras aldeias e dos civilizados.

Incremento populacional superior a 5%.

Situação dos missionários:

Casa: de missão como em Meruri. Alimentação: comum a qualquer brasileiro, fruto do trabalho local. Trabalho: material bastante pesado (assistência contínua), mecanizado, só atinge uma parte os meninos e jovens e marginalmente os adultos. Preocupação econômica muito forte.

- Aula: alfabetização bilíngue em casa xavante. Instrução sui-gêneris com programas especiais.

- Assistência sanitária: atendimento diurno e noturno. Análises e imigrações.

Higiene. Assistência dentária. Levantamento e tratamento aos tuberculosos.

Religião: vida religiosa salesiana. Vida sacramental com os índios: batismos prudentemente e outros sacramentos. Conservamos os nossos sinais e a mentalidade romana (língua portuguesa e um pouco xavante, música própria xavante).

Notamos hoje nos mais novos um desinteresse pelo conhecimento e participação religiosa. Estudamos e apresentamos os sinais para nós e não para o povo.

Internato: disciplinamos as práticas religiosas.

Aldeia: atendimento regular com máxima liberdade. Algumas poucas tentativas de valorizar os aspectos positivos naturais já existentes na expressão religiosa.

Relação pacífica Missão-Funai. Terra: Missão em terra da congregação, quase legalmente constituída. Território pequeno para caça e pesca.

- Impulsos que facilitam a aceleração aculturativa:

a) Método educativo dos salesianos: respeito para a pessoa do Xavante (Ver informativo de junho) - colaborar com os pais - tornar autossuficiente na economia, etc.

b) Situação política.

c) Quebra de tradições. Desejo de estudar fora.

d) Eleição dos novos chefes, imitando as eleições dos brancos.

Economia: - aquisição de uma mais ampla propriedade privada, acompanhada da consciência desta novidade.

- Trabalho pessoal como fonte de desenvolvimento da personalidade.

- Educação como trabalho - remuneração.

- Colaboração na educação e na alfabetização.

A FUNAI Não nos deixa vitiar nossas aldeias e ao mesmo tempo autoriza visitas... Problema Turismo e Propaganda... Repórter.

Prelazia de Diamantino

Grupos atendidos pela Prelazia como missão:

Paresí: 420 índios + 80 em Fraternidade Indígena (FUNAI)

Rikbákta - 300 índios

Iránxe - 110 índios + 25 índios Munkü.

Kayabí: 67 índios

Apiaká: 48 índios + índios arredios sendo procurados

Nambikuára - 40 índios + 5 grupos fora da Prelazia

Grupos não atendidos diretamente pela Prelazia: Xavante: 320 + 210; Bakairí

96+230+ + 30 + 50. Umúrina mais Paresí: 120. Parque Nacional do Xingu

Atração de grupos novos: Cinta-Larga, Suruí, Nova aldeia do Juruena, de grupo talvez Aruak (140 índios), Kren-a-karore.

Iránxe. - Aculturados como grupo bastante homogêneo, sem que os índios tenham perdido a consciência de grupo e a vivência comunitária. Também sob ponto de vista religioso a aculturação é bastante harmônica. Desejam continuar com as práticas religiosas que tinham em Utiriti, em anos anteriores.

Munkü. - Grupo arredio de Iránxe, contado em 1972, que tem sido conservado com seus costumes e sua vivência tribal. Recentemente houve o brutal arrasamento da aldeia, em manobra desleal da Fazenda Tenuta. Mas por parte da FUNAI houve ação enérgica e reintegração dos índios no território invadido.

Kayabí. É apenas um fragmento da tribo. A partir do ano passado assumiram a defesa de suas terras. Recomeçam apenas a valorizar seus elementos culturais.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Apiaká. - Destribalizados e desorganizados. A partir de abril (74) há um esforço por reunir os elementos dispersos.

Rikbáktsa (Canoeiro de Mato Grosso). - Situação especial: velhos e homens maduros ainda impregnados de cultura tribal. Os novos que foram educados em Utiariti, fora da tribo. O processo está em andamento. Um problema muito grave é a falta de mulheres para o casamento dos jovens. Os Rikbáktsa estão fortemente passando de coleta para a agricultura.

Paresí. - São 18 aldeias; 4 delas sofrem muito a ação da estrada, principalmente no alcoolismo; diminuiu bastante a prostituição da estrada, que antes havia também. Mantém muito as tradições tribais; exceto a iniciação dos rapazes e o ritual do casamento. A partir da reunião de abril (chefes indígenas) nota-se uma preocupação de se unirem mais, constituindo três grandes aldeias e também a roça comunitária e outros trabalhos comunitários concretos. A parte religiosa não tem interferência nenhuma da Missão. Isto por princípio, enquanto não se termina a pesquisa mais profunda.

Nanbikuára. - Dentro da Prelazia há somente um pequeno grupo. Por muitos anos (desde 1935) sempre resistiu ao influxo "civilizador". De 4 anos para cá começou a assumir mais ordenadamente o trabalho das roças e chegaram mesmo a pedir a introdução do gado. Desde essa mesma época há um movimento entre eles de atrair para o grupo Alotezú, outros Nanbikuára da região mais ocidental. Também suspeitam que há ainda grupos arredios que seria bom atrair. Dois casais inter-tribais tiveram que retirar-se do grupo por desadaptação das mulheres alienígenas. Conservam eles a sua religião primitiva.

Saúde. Em 1963, iniciou-se a medicina preventiva, por ação do Dr. Paulo Machado (hoje Ministro da Saúde). Houve a partir de então, assistência sanitária crescente, primeiro com Irmãs enfermeiras; num segundo tempo com as enfermeiras voluntárias leigas da OED e da OPAN. No ano passado (1973) pela primeira vez tivemos a visita da Equipe Volante de Saúde da 5ª SR da FUNAI, em conjunto com a U.A.E. do Ministério da Saúde, dirigida pelo Dr. Miranda, especialista em tuberculose. Esta atuação foi organizada pela Universidade Federal de Mato Grosso, através de seu corpo médico.

De modo geral, a assistência de saúde é satisfatória. Acidentes de Enfermagem são os próprios índios (eles e elas) sob a supervisão e orientação de Voluntários ou de Irmãs. Tem havido dificuldade no internamento de índios doentes em Cuiabá, pois a seção de indigentes da Santa Casa não oferece o atendimento adequado. Há um convenio com a Universidade Federal de Mato Grosso, que, porém, não está funcionando.

Escola. Há professoras índias para os Paresí, Iráuxe, Kayabi e Apiaká. Nos Kikbáktsa leciona uma Irmã.

Cooperativas e Armazéns (Barracão). Baseia-se este trabalho em 3 pontos de apoio: borracha, artefatos, castanhas. A orientação é dada pela Missão, mas a execução do serviço está toda entregue aos próprios índios. Isto ajuda a fomentar a autonomia das tribos.

O gado está sendo criado pelos próprios índios, a partir de uma conscientização, para se suprir a falta de caça. Apenas os Paresí não aceitaram o gado.

Terras. Há reservas já demarcadas para quase todas as tribos, mas quase todas estão ameaçadas de invasão ou de estradas que as vão cortar. Recentemente se descobriu que dentro da reserva Paresí se processa a instalação de uma grande fazenda da poderosa Companhia Itamaraty S/A. A FUNAI já começou os passos para afastar esses invasores.

Evangelização. - Há, em andamento, uma pesquisa de caráter geral sobre os elementos religiosos das várias tribos da área, no intuito de fornecer as bases de um Diretório para os agentes de Pastoral.

São Félix.

São 4 grupos em diferentes situações em si e em relação à Igreja.

Carajá. - Ilha do Bananal, exceto uma aldeia que corre a margem defronte. São

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Infelizmente

8

gundo a política oficial, já estariam integrados. Felizmente para os Carajá e Javaé, a tal integração significa a desintegração em termos de saúde e muitos aspectos culturais. Imperam o alcoolismo, a tuberculose, a prostituição e o playboismo provocado pelo turismo que contamina a ilha, promovido tanto pelo Estado como pela União. Na ilha, que é parque nacional, existem grandes e pequenos fazendeiros, numa situação indefinida. Calcula-se que haja umas 3.000 famílias, nessas terras que são ou da reserva florestal ou da reserva indígena. Existem uns 1.000 Carajá ou nas mãos da FUNAI ou nas mãos dos Adventistas (aldeia Fontoura). Enquanto a cultura é destruída, a língua é valorizada: de um lado, o literalismo crente leva à exigência da língua, de outro lado o moralismo rejeita os costumes e tradições. A FUNAI desenvolve a pecuária, mas inteiramente estranha ao índio. Promove, com grande propaganda, um plantio de arroz (Javaé) que deu em nada.

Xavante. - Outro grupo importante, no parque do Xingu, sob o patrocínio da FUNAI e entregue aos irmãos Vilas-Boas. Estes são um misto de humanitarismo e aventureirismo. Não se pode simplesmente canonizar sua ação. Tizeram obra boa mas, de um lado, sem sucessão, tanto que o parque pode desmoronar concebido que foi como uma espécie de paraíso "rousseauano". De outro lado, nem sempre foram muito retos os caminhos que trilharam, inclusive para trazer índios para o parque. - Aí reinam o turismo e a pecuária. A parte norte, considerada filé-mignon da pecuária foi cortada por uma estrada e o próprio ministro Andreazza, na partilha das terras, reservou um bom pedaço para si. A parte sul está na mão de fazendeiros. É confusa a situação das terras, vendidas, às vezes, a três donos superpostos. Existem atritos com os fazendeiros e agressões tanto econômicas quanto morais e físicas. Restam os Xavante de S. Domingos, nas mãos da FUNAI. Lá não se pode entrar. Eventualmente, passam pela Prelazia e pedem pouso (preferindo ao alojamento da FUNAI) indo das áreas da Suia-Mitsu para Pata. Estão sendo atendidos na saúde mas sua reserva não foi demarcada e o problema terra continua no ar. Existem posseiros aliados aos Xavante para se defenderem contra os fazendeiros. - Ainda tem o grupo dos Arões, sem atendimento, sem reserva demarcada, violentados pelo alcoolismo e pelas doenças.

Tapirapé. - Estavam em vias de extermínio, quando atravessaram a serra do Roncador, dizimados pelas doenças e também pelos Caiapó. São pacíficos e dados à agricultura. Há 22 começou a presença das Irmãzinhas triplicou sua população e sua situação atual é boa. Muito empenho em conservar a cultura e mesmo revalorizar alguns elementos. Havia um outro grupo disperso do qual sobrou apenas uma família.

No ponto de vista missão, quanto aos Carajá, se, onde a FUNAI interveio, houve a introdução de vícios, houve também algum respeito pela cultura. Os atendidos pelos crentes, se a língua foi cultivada, os elementos culturais se perderam em grande parte, sob pretexto de pecado. Nos grupos da FUNAI existe uma espécie de Mobral bilíngue. Os monitores são despreparados, pouco atentos à realidade, aplicam artificialmente o método.

Em S. Félix, a missão propriamente está presente há 6 anos, nos seus 156.000 Km². Chegamos tarde só havia presença nos Tapirapé. Mas outras áreas a presença esporádica da Igreja, foi em grande parte negativa. Os missionários se ligavam aos fazendeiros. Na Suia-Mitsu os Xavante foram deportados pela FAB e pela Igreja. Batismos de surpresa por missionários de passagem. Com a nova Prelazia, logo se sentiu o problema dos índios marginalizados e a impossibilidade de atingi-los, fora dos Tapirapé, amparados pelas Irmãzinhas, com o risco de virar vitrine internacional. Apoiar a presença das Irmãzinhas, "presença de presença", estar, conviver, encarnar-se, respeito e entrosamento. Era uma experiência válida. - Havia muitos outros problemas a chamada integração (diante do espetáculo dos hotéis flutuantes), a propalada participação acionária do Vaticano na Liguigás, proprietária da Suia-Mitsu. - Na linha Tapirapé, importa o respeito e estímulo a cultura aos ritmos do calendário. Para antecipar-nos ao Mobral, um casal de leigos assumiu uma escola e tem-se preservado do envolvimento da FUNAI e conservam liberdade de ação. Adotam o mesmo método de presença e reciprocidade, mesmo na aprendizagem. - As Irmãzinhas não fazem pastoral direta, mas procuram dar testemunho que de si provoca

CONFIDENCIAL

gundo a política oficial, já estariam integrados. Felizmente para os Carajá e Javaé, a tal integração significa a desintegração em termos de saúde e muitos aspectos culturais. Imperam o alcoolismo, a tuberculose, a prostituição e o playboismo provocado pelo turismo que contamina a ilha, promovido tanto pelo Estado como pela União. Na ilha, que é parque nacional, existem grandes e pequenos fazendeiros, numa situação indefinida. Calcula-se que haja umas 3.000 famílias, nessas terras que são ou da reserva florestal ou da reserva indígena. Existem uns 1.000 Carajá ou nas mãos da FUNAI ou nas mãos dos Adventistas (aldeias Fontoura). Enquanto a cultura é destruída, a língua é valorizada: de um lado, o literalismo crente leva à exigência da língua, de outro lado o moralismo rejeita os costumes e tradições. A FUNAI desenvolve a pecuária, mas inteiramente estranha ao índio. Promoveu, com grande propaganda, um plantio de arroz (Javaé) que deu em nada.

Xavante.- Outro grupo importante, no parque do Xingu, sob o patrocínio da FUNAI e entregue aos irmãos Vilas-Boas. Estes são um misto de humanitarismo e aventureirismo. Não se pode simplesmente canonizar sua ação. Fizeram obra pioneira mas, de um lado, sem sucessão, tanto que o parque pode desmoronar concebido que foi como uma espécie de paraíso "rousseauneano". De outro lado, nem sempre foram muito retos os caminhos que trilharam; inclusive para trazer índios para o parque.- Aí reinam o turismo e a pecuária. A parte norte, considerada filémignon da pecuária foi cortada por uma estrada e o próprio ministro Andreazza, na partilha das terras, reservou um bom naco para si. A parte sul está na mão de fazendeiro. É confusa a situação das terras, vendidas, às vezes, a três donos superpostos. Existem atritos com os fazendeiros e agressões tanto econômicas quanto morais e físicas. Restam os Xavante de S. Domingos, nas mãos da FUNAI. Lá não se pode entrar. Eventualmente passam pela Prelazia e pedem pouso (preferindo ao alojamento da FUNAI) indo das áreas de Suiá-Mitsu para Pati. Estão sendo atendidos na saúde mas sua reserva não foi demarcada e o problema terra continua no ar. Existem posseiros aliados aos Xavante para se defenderem contra os fazendeiros.- Ainda tem o grupo dos Areões, sem atendimento, sem reserva demarcada, violentados pelo alcoolismo e pelas doenças.

Tapirapé. - Estavam em vias de extermínio, quando atravessaram a serra do Roncador, dizimados pelas doenças e também pelos Caiapó. São pacíficos e dados à agricultura. Há 22 começou a presença das Irmãzinhas triplicou sua população e sua situação atual é boa. Muito empenho em conservar a cultura e mesmo revalorizar alguns elementos. Havia um outro grupo disperso do qual sobrou apenas uma família.

No ponto de vista missão, quanto aos Carajá, se, onde a FUNAI interveio, houve a introdução de vícios, houve também algum respeito pela cultura. Os atendidos pelos crentes, se a língua foi cultivada, os elementos culturais se perderam em grande parte, sob pretexto de pecado. Nos grupos da FUNAI existe uma espécie de Mobral bilíngue. Os monitores são despreparados, pouco atentos à realidade, aplicam artificialmente o método.

Em S. Félix, a missão propriamente está presente há 6 anos, nos seus 156.000 Km². Chegamos tarde só havia presença nos Tapirapé. Mas outra área a presença esporádica da Igreja, foi em grande parte negativa. Os missionários se ligavam aos fazendeiros. Na Suiá-Mitsú os Xavante foram deportados pela FAB e pela Igreja. Batismos de surpresa por missionários de passagem. Com a nova Prelazia, logo se sentiu o problema dos índios marginalizados e a impossibilidade de atingi-los, fora dos Tapirapé, amparados pelas Irmãzinhas, com o risco de virar vitrine internacional. Apoiar a presença das Irmãzinhas, "presença de presença", estar, conviver, encarnar-se, respeito e entrosamento. Era uma experiência válida. - Havia muitos outros problemas a chamada integração (diante do espetáculo dos hotéis flutuantes), a propalada participação acionária do Vaticano na Liguigás, proprietária da Suiá-Mitsu. - Na linha Tapirapé, importa o respeito e estímulo a cultura aos ritmos do calendário. Para antecipar-nos ao Mobral, um casal de leigos assumiu uma escola e tem-se preservado do envolvimento da FUNAI e conservam liberdade de ação. Adotam o mesmo método de presença e reciprocidade, mesmo na aprendizagem. - As Irmãzinhas não fazem pastoral direta, mas procuram dar testemunho que de si provoca

CONFIDENCIAL

9

uma interpretação verbal. - Conseguiu-se recentemente que uma Irmã de S. José fosse nomeada enfermeira no Hospital do índio em Sta. Isabel. Gastaram-se milhões nesse hospital que já foi autodepredado várias vezes. Muitos médicos por lá passaram e até sem médico já ficou. A única coisa mais ou menos oficial é que os aviões levem os índios doentes para Brasília. Quanto às terras, os Tapirapé já recorreram 4 vezes à FUNAI e seus pedidos sumiram. Ainda não houve demarcação. Estão presentes na área uns 15 posseiros, pobres. - Atualmente os posseiros estão atravessando seu pior momento. É a agonia.

29 Dia.

1. Levantamento dos valores da cultura indígena.
2. Conflito de culturas.

Esta foi a proposta para os trabalhos de grupos. Antes porém, num debate geral, foram dados alguns esclarecimentos:

Sobre os Kavante, foi relatado a história desde quando moravam em Goiás. Atravessaram o Araguaia e o Cistalino, subiram o Roncador e se deram bem. Eram mais de 400 em S. Domingos. Depois se subdividiram e um dos grupos se deslocou para perto dos Tapirapé (Areões). Até 61, ainda não havia contato. Dividiram-se em duas aldeias, uma das quais se localizou onde hoje está a sede da Suiaá-Missu. No início, os donos da Suiaá-missu exerceram certo paternalismo e provocaram a união do outro grupo, não sem conflitos e mesmo com a eliminação dos que se opunham, mas começaram a sentir o peso. Reslveram transferi-los a uns 60 Km para dentro, em lugares ruins onde inundações e secas se alternavam. Morriam à média de 11 a 15 adultos por ano. Taxa altíssima, considerando-se que em Sangradouro, de 58 até agora, só morreram 7. São vítimas da expansão das fazendas.

O que aconteceu aos Beigo-de-Pau, está acontecendo com os Kren-a-karores. Era preciso ver com coragem como obviar a estes dramas. Por trás está todo o problema das terras.

Foi pedido esclarecimento sobre o internato, especialmente o que significa disciplinar as práticas religiosas.

Também se perguntou se eram suficientes as reservas criadas pela FUNAI, na maioria a resposta foi afirmativa, embora exista o cerco das fazendas. Falou-se também do discompaso cultural em relação ao nível de vida. Falta esforço no sentido de maior aproximação quanto à mentalidade, língua e sinais. Falta diálogo.

Ainda se perguntou sobre o crescimento demográfico. Algumas informações foram dadas e foi lembrado que o CIMI prometeu um levantamento completo dos grupos indígenas.

Depois destes esclarecimentos foi encaminhado o passo seguinte e se esclareceu com exemplos, qual o sentido do levantamento dos valores indígenas. Que não se fizesse um levantamento amplo sem raízes na realidade, mas fosse a realidade e a experiência o critério básico.

Relatórios dos círculos de estudo.

Grupo 5. -

Valores: O grande valor é a religiosidade. O índio espontaneamente embebe toda a sua vida na religião, através de cerimônias referentes à caça coletiva, à plantação, ritos de passagem, culto aos mortos. Vida comunitária no aproveitamento da terra, sem visar ao lucro, mas com sentido de propriedade. Segundo uma fórmula feliz: "isto é meu, enquanto outro não precisar". Abertura para partilha e entre-ajuda. Tem o sentido da retribuição, dá com generosidade, mas espera receber de volta o que deu. Isto vai de encontro a qualquer paternalismo. Educação para a responsabilidade, desde os mais tenros anos. Amadurece para a vida bem antes do que o civilizado. Tudo é educativo: lendas, cerimônias, e tudo em comunidade. O próprio nome do índio é importante. A divisão de trabalho por sexo, valor a ser conhecido e respeitado. Em grandes traços, o exercício da chefia, a organização tribal, etc.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Conflitos: Profundamente religioso, encontra no branco uma religiosidade aparente e superficial restrita a pequenos atos. Muitos ritos indígenas são rotulados de pecado pelos brancos, que não apresentam na sua vida uma religiosidade autêntica e isto lhes causa choque. Nossa vida individualista em classes, as tensões e explorações se chocam contra a harmonia da vida tribal. Tabu sexual, que entre eles quase não existe, choca-os pela nossa malícia. Interferência no governo, porque damos o direito de mudar padrões e pessoas através de elementos que não seriam os chefes de sua escolha. Organização do trabalho, com a idéia de produção, impondo horários, que o índio não tem nem entende. Para ele o importante é ter o necessário para viver. Impondo nosso ritmo. Interferência na educação e organização familiar, pois chegamos a impor casamentos (intertribais).

Grupo 4.

No nome de cada tribo, o índio mostra que se sente gente, povo. Religião profunda. Celebram culto tudo, visita, caça, heroísmo, morte. Variam as festas e celebrações de modo que é preciso tempo para descobrir nelas as funções são distribuídas e todos participam ativamente. Disposição em comum de suas coisas. Trabalho em comum com a ajuda dos parentes ou todo o grupo para tarefas maiores. Divisão dos produtos, da plantação e da caça. Falta de previsão e cálculo, que não deixa de ser um valor para nós que somos calculistas e preocupados com a segurança. Respeito e acato a todas as pessoas, especialmente velhos e crianças. Conhecimento dos meios, que a natureza oferece para responder às suas necessidades (por ex. controlar a natalidade).

Cultura ocidental imposta no coreço do século com traços vindos da Europa e catequese tridentina. Daí eliminação de elementos culturais que não se encaixavam nestas categorias. Afã de ensinar a língua, quase suprimindo a sua língua original. Na liturgia tentativas de criar sinais que satisfaçam ao índio pela distância dos sinais oficiais. O maior choque trava-se no plano da economia. Nosso sistema econômico elimina valores humanos autênticos do seu regime. Outro choque violento é com a população envolvente, que infelizmente não é modelo de civilização e apresenta viciosos tapeação, malícia. Seu contato geralmente se faz com uma área já degradada (o caboclo). Acrescente-se ainda no item dos valores sua sensibilidade artística.

Grupo 3.

Não há espírito competitivo no setor econômico. Vida assistemática, sem rígidas estruturas, sem dicotomia de mundos, pela impregnação do sagrado. Respeito pelas crianças. Educação sexual harmônica, de acordo com a natureza. Sentido de festa como expressão da comunidade. Resistência ao sofrimento. Dificilmente ataca, defende-se. Respeito às pessoas e hospitalidade.

Desconfiança mútua, provinda de nossa atitude de dominação e superioridade, que impede o diálogo. Transferência para eles de necessidades superfúas. Quanto à integração, nunca será total: o índio acaba se desintegrando. Sua vida não está dentro de uma estrutura mecanizante, mas obedece a um ritmo harmônico. É livre sobre o tempo. Sua religião total impregna de sagrado toda sua vida.

Grupo 2.

Consciência de ser um povo, de ser gente. Senso da liberdade, respeito à pessoa, desde criança. Solidariedade grupal. Respeito à autoridade dos velhos. Desapego das coisas materiais. O chefe não é dominador nem remunerado. Religiosidade. Organização comunitária. Capacidade de escutar. Capacidade de sacrificar-se pelos outros. Respeito aos mortos. Regime de grupo-terapia. Cerimônias vinculadas à vida. Conhecimento dos sinais e previsões de acontecimentos.

Falamos línguas diferentes e desconhecemos a psicologia indígena. Vivemos uma religião desencarnada do ambiente. Trazemos o conflito da propriedade particular e do salário. Interferimos em elementos que seriam importantes sob o ponto de vista cultural. Uso da música popular com menosprezo da música indígena. Maneiras diferentes de manifestar afeição e tratamento discriminado em relação a valores ligados para eles à idade. Falta de diálogo interpessoal. Na alimentação e nos costumes trazemos necessidades nossas, que criam desequilíbrio.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

11

Grupo 1.

Atenção para as culturas típicas de cada grupo. No entanto, podemos ressaltar algumas atitudes fundamentais comuns. Quanto à tradição, há valores na vida religiosa que é para eles um dever primordial e acompanha o ritmo da vida. Linguagem própria para as coisas mais importantes. Intensa vida comunitária. Mitos como elemento educativo. Responsabilidade pessoal.

Não se valorizou sua religião e nossos ritos foram introduzidos. Imposição da língua. Quebra do sistema comunitário por um sistema individualista. Interferência na educação. Toda a política é uma fonte de conflitos.

Debate em plenário.

Encaminhamento. É preciso que nos perguntemos realmente: 1º Se os valores enumerados são por nós tidos como valores em si ou somente para os índios. 2º Até que ponto contestam os nossos valores. 3º Se os conflitos ainda existem e são alimentados por nossas atitudes.

Uma simplificação que talvez esclareça: não se trata apenas de dizer que o índio perde o sentido comunitário e entra no nosso sistema individualista. Se a comunidade é um valor, deveríamos perguntar se o contato com o índio nos ajuda a questionar o nosso individualismo.

No texto assinados por bispos sobre o índio parece que existe uma pergunta: que seria do Brasil, se contasse positivamente com os índios. Ou o que seria da Igreja se contasse positivamente com o índio? Será que a gente sente incômodo desta pergunta? Diante do levantamento dos valores, não podemos deixar de sentir uma terrível contestação. Será que existe em nossa sociedade, se o sistema promove o individualismo e a concorrência?

Alguns valores são reconhecidos como valores, outros são considerados anti-valores, como a falta de previsão. Mais globalmente, parei um sarcasmo, quando falamos em integrar o índio no nosso mundo, que um mundo desintegrado.

Quanto aos valores da comunidade, podemos dizer que a vida religiosa oferece um testemunho. No entanto, o índio não deixa de perceber um duplo jogo enquanto olha nossa vida e o sistema que representamos e se deixa levar pela fascinação do conforto.

Sem malícia pode-se observar que a comunidade religiosa parte dos edifícios. Enquanto a comunidade indígena vive em casas separadas.

Para a FUNAI seu objetivo é integrar o índio na "comunidade nacional". Em termos de evangelho e presença de igreja, essa comunidade não será uma comunidade falida? Aceitamos o egoísmo e os índios nos oferecem concretamente vivendo o que seria uma expressão de valores evangélicos. Nossa missão não seria salvar como uma luz, não teria isto sentido de revelação para nós? Talvez fosse preciso investir nesse grupo e a partir dele revelar o evangelho.

Os valores são aceitos como em si, mas não temos coragem de lutar para que se conserve. Achemos utopia e não nos damos ao trabalho de tentar conservá-los.

O único modo é salvar a integridade desses grupos, para que não desapareçam. Quem trabalha, deve estar comprometido a ponto de encarnar-se nas culturas e assumir. Por que Deus permite a presença de povos primitivos? Não será para serem uma luz para nossa sociedade? Devemos lutar para salvar esses grupos na sua totalidade, como sinal de contestação e esperança de um mundo novo.

Toca-se no ponto chave: não nos convertamos ao índio. Se fôssemos leais, reconheceríamos que é infinitamente mais utópico tentar evangelizar os civilizados, sobretudo as classes dominantes. Chamar de utopia evangelizar aos índios, equivaleria renunciar a evangelizar quem quer que fosse. Cristo se encarnou num segundo tempo, porque antes se despojou. Se temos fé no Cristo, não podemos achar que tenha feito um jogo. Seu despojamento foi real e real seu sacrifício. Não podemos aceitar diálogo com a iniquidade. Não podemos aceitar diálogo com o sistema iníquo. Se preciso, temos de despojar-nos de qualquer estrutura que atrapalhe inclusive eclesial. Façamos questão de não aceitar abençoar a agonia do índio. Seria desrespeito e sacrilégio.

Todos sabemos disto. Mas como fazer na prática? Precisamos tornar-nos índio?

É preciso ter essa disposição se quisermos lealmente trabalhar para o índio e com ele. Não adianta ficarmos num contexto diferente e dizer que assim ou assim falou Cristo. Não adianta acharmos que são valores e continuarmos na

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

12

nossa

Fizemos voto, entre os quais, o de pobreza. Fizemos opção pela comunidade. Não deixa de intrigar, por que somos os mais aferrados defensores da propriedade particular? Se o comunitário é valor evangélico, por que não nos apresentamos como sinal e defendemos estes valores? Quando os jovens clamam contra o sistema individualista, nós os acusamos.

É preciso não radicalizar confundindo a parte com o todo. Trabalho com pessoas livres, mas se me organizo, tendo em conta não as pessoas, mas as estruturas, minha finalidade não é destruir o inimigo e sua estrutura, mas anunciar o amor do pai. Se o trabalho com o índio não existe uma estrutura que funciona, procuro usar dela. D. Bosco diz que se o demônio desse um conselho bom, estaria disposto a segui-lo. Ele teve contato com ministros e conseguiu salvar muita coisa. Foi mesmo um ministro que aconselhou a fundar uma congregação. Esta maneira de encarar a realidade abre outra perspectiva.

Trabalhamos com lavradores, companheiros que sobraram em Minas Gerais, por falta de terra. Religiosos, a gente desenvolve um trabalho junto com eles para olhar a vida de Cristo e o evangelho. Descobrimos que todos deviam ser irmãos formar a comunidade, mas não dá para fazer. O duro é o momento da crítica e da mentalidade que se forma. Quando se desperta para o evangelho, o choque de mentalidade é inevitável. No contato com aqueles que trabalham com os índios, a gente sabe que eles vivem o que a gente diz que não pode viver. Este fato não há de significar um evangelho maior maior do que o texto? Estes valores não seriam para nós e nossa sociedade um evangelho, uma mensagem? Quem socialmente é sinal do evangelho? Eles ou nós?

O mal da Igreja é tentar um diálogo impossível. Cabe um tipo de tática que seria o diálogo com pessoas concretas. Mas com o sistema inimigo, não. As pessoas podem ser ótimas. Se a Igreja continua dialogando com o mal, o mal nunca se sente mal. O sistema iníquo se sentirá muito bem, concelebrando com a Igreja. Como posso dialogar com um sistema que está aniquilando índios e posseiros? Não enxergar isso, seria ingenuidade e agir em contrário, seria marxismo no pior sentido. Precisamos sacrificar-nos apostando no futuro. Isto deveria ser muito pensado, paranoia comunizarmos quaisquer meios em função de um fim.

Pensando francamente sobre os valores, se formos sinceros, devíamos dizer sem rodeios, que apenas toleramos esses valores. Se levássemos em conta tais valores, não haveria os conflitos apontados. Os conflitos estão aí, sentimos a dificuldade na pele. Minha pergunta é a seguinte: por quê depois de tanto tempo, ainda não temos aqui uma igreja indígena, com sacerdotes indígenas? Estamos para fazer o quê? Onde está a força do Evangelho. A gente põe tantos elementos culturais com o evangelho, que o abafa. Onde está a demonstração da força do evangelho? O impasse não é de Deus mas nosso. Empregamos métodos que abafam os valores que Deus põe nos índios. São comunidade têm seus chefes, são uma nação, é a melhor comunidade de base que existe. Se hoje a palavra de ordem é a comunidade de base entre os brancos, por que não damos logo aos índios uma plenitude de vida cristã?

Desde o primeiro passo para as missões, encontrei acusações ao trabalho missionário num Congresso de Geografia. Foi uma revelação: dizem que a evangelização destrói a cultura indígena. Que fazer então, para compensar? É certo que nos índios se procurarmos, vamos encontrar as sementes do Verbo. Um outro problema é o da encarnação, que está na base da própria fé. Deve-se tomar o índio como ele é, dentro de uma cultura que varia. Nossa Missão não é manter nem fazer variar, mas respeitar o índio encontrando nele a semente do evangelho.

Já se disse na FUNAI, no começo, que a catequese não seria tolerada: uma catequese de endoutrinação, acarretando uma liturgia era considerada destrutiva. O Evangelho é que vai salvar os valores verdadeiros. Segunda visão que começou com Pio XII e está amadurecendo isto supõe a nossa conversão. Se os valores indígenas são valores em si, corresponde ao desígnio do Pai e à luz da fé, devemos descobrir o plano providencial.

Nos nos rotulamos cristãos e as tribos são cristãs no anonimato. No trabalho com os índios, mais se aprende do que se transmite. Neles está a resposta profunda para nossa sociedade em falência. Cumpre-nos converter e aderir ao cristão anônimo que é o índio, integrando-nos nele, seremos testemunhas e teremos oportunidade de revelar o Cristo.

Entre uma catequese de endoutrinação e uma encarnação identificando-nos com a necessidade do índio, o que será mais contestador, se assumirmos a sua

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

12

causa, estarraramos com vários problemas, como p. ex. o da terra, como elemento importante. Vamos sentir que o choque da população envolvente acarreta questões como o de títulos de posse. Quem os deu? em nome de quem? Nesta hora os organismos que reconhecem reservas que dão títulos, etc. passam a ser problema nosso. Nesta hora vão ser vistos com mais raiva, porque a organização do governo existe para salvaguardar não os interesses de todos, mas de grupos. Assim como Cristo se colocou como um incômodo, seria ingenuidade pensar em encarnar-nos sem levar isto em consideração.

É preciso pensar que nem tudo no índio é bom e que não existe também coisas ruins. Precisamos também ver que o índio não está mais preservado no seu estado original. Muitas vezes com impacto da civilização ele mesmo é levado a por de lado seus valores. Temos que conhecer esses valores, para poder viver e levar em conta que eles querem progredir. Talvez numa outra linha. Entre os Xavantes que ficaram com a FUNAI e os da Missão, foram os da Missão que melhor conservaram os valores.

É sério problema o da mentalidade que abafa os valores de modo estrutural procurando eliminar. Quanto ao índio, a intenção é transformá-lo num marginal.

30 dia.

Inicialmente foi explicada a celebração que teremos hoje com os Bororo, insistindo-se na paciência com que devemos preparar-nos para sua duração, pois é como se os Bororo fossem resumir, em pouco tempo, o interminável poema de suas celebrações.

Fez-se uma leitura bíblica compondo o início da Epístola aos Hebreus com o louvor dos simples em Mateus. Algumas reflexões foram feitas. Deus tomando partido pelos humildes e pequenos e conferindo-lhes uma missão evangelizadora. Talvez eles anunciem mais com a vida e revelem do que nós com livro. A missão nossa é colocar-nos a seu serviço, pois não é o ministro que anuncia, mas a comunidade. E Deus se decidiu pela comunidade dos simples e humildes. Recentemente Jesus Cristo se revela também na atitude de pessoas corajosas capazes de dar sua vida pela causa da libertação. Naqueles que se aniquilam tomando a forma dos humildes. Será que estamos conscientes dos modos como Deus se revela a nós? Temos ocasião de gozar da melhor parte da manifestação de Deus, porque nos aproximamos das situações onde se torna clara sua providência e sua economia de salvação nos humildes e pobres. Como insiste Paulo VI, constitui um novo lugar teológico, lugar onde melhor se vê Deus e onde o Senhor realiza em plenitude sua salvação é no meio dos pobres. Aí se destaca o Deus que fala hoje, aí estão os sinais dos tempos. O Evangelho não mudou e continua a preparação de Deus que se revela mais claramente no pobre e na sua lágrima.

Foi feita a síntese do dia anterior. Leu-se um comunicado da Presidente da FUNAI, que virá com uma comitiva e seguiu-se uma mesa redonda.

Mesa Redonda: Tema: Como você define a missão da Igreja hoje na realidade indígena brasileira?

1) a) O tempo apenas permite colocar em traços rápidos alguns aspectos. 1º O fundamental é levar aos índios o conhecimento de Cristo e seu amor. 2º Preservar o índio da integração assimilativa, que é a destruição da cultura indígena. 3º Inserir a Mensagem Cristã na Cultura indígena, tanto quanto possível. (Pois vai alterá-la) 4º Orientar o processo aculturativo onde é inevitável. - A mensagem cristã sempre trará mudanças, pois não coincide totalmente com a cultura, mas purifica, aperfeiçoa seus valores.

2) A Igreja deve conhecer, penetrar no meio indígena, para conhecer os seus valores. - Deve traçar caminhos para que os agentes tenham uma linha a seguir na aceitação e valorização de modo que o grupo seja capaz de se identificar com a mensagem cristã. Conhecer o modo como o índio possa receber a mensagem.

3) Não conhecemos a Deus, se não a través de Cristo, que se encarnou num povo numa história, numa cultura. Veio para revelar o amor do Pai pelos homens, compelindo os homens, seus filhos ao amor pelo Pai, iniciado no amor aos irmãos. A plataforma de estrutura são as bem-aventuranças, que causaram um impacto muito grande. A mensagem de Cristo não é uma cultura, mas deve inserir-se em todas as culturas. Cristo evitou toda a forma de etnocentrismo, colonialismo ou dominação, a partir de superioridade cultural. Não veio destruir nem apagar a mecha fumegante.

CONFIDENCIAL

O exemplar foram os primeiros cristãos e nosso modelo é S. Paulo, que teve de brigar, inclusive, com os responsáveis da Igreja nascente, na defesa dos costumes pagãos. Se quer evangelizar, tenho de me encarnar no povo, na história e cultura. Na revelação do amor já encontro as sementes como Paulo identificou no areópago o seu Deus com o Deus desconhecido. Cumpra levar em conta, no meio indígena a sua religiosidade. Os índios já vivem as bem-aventuranças de modo intenso. Quem não se despojar de todo etnocentrismo, é melhor não ir trabalhar com aquele povo. Seria falta de responsabilidade enviar missionários despreparados. Muitas vezes o colonialismo vicia a nossa ação, favorecendo o mau sistema, em prejuízo dos pobres, que queremos salvar.

4) A função da Igreja é salvar o índio na sua totalidade. Ninguém salva se a comunidade não aceitar. Por isso, é preciso fazer uma proposta ao índio para que se salve, dentro de sua cultura, com seus valores, no mundo em que vive, a partir de sua experiência histórica. Cumpra conscientizar e criar ambiente propício, aproveitando o que tenha de bom, apresentando valores que ele possa digerir afim de poder crescer, pois crescer é a lei da vida. Nossa função seria descobrir e revelar valores, para inserir a Mensagem que, em parte, eles já vivem.

5) Começo com a definição da Lumen Gentium segundo a qual, a missão nossa, é ser um sinal vivo e concreto, isto é, encarnado. Devemos ser conscientes na Fé e conscientizadores pelo testemunho em favor da dignidade da liberdade e da igualdade de todos os homens enquanto filhos de Deus, indivíduos e povos em Cristo e por Cristo. Conscientizadores da vocação de todos a viverem aqui e agora comunitariamente essa condição de filhos, também ser um sinal libertador pela denúncia crítica, pelo anúncio da esperança, pelo sacrifício da própria vida e pela celebração da Páscoa do Senhor. Ai está o amor do Pai. A Igreja é a consciência na fé e conscientização desse amor que está aí. Amor por todos e cada um dos homens indiferente a qualquer cultura. Mas aí está o pecado que abafa, oprime, etc. Na sua fé em Cristo que morre e ressuscita deve a Igreja proclamar e testemunhar esse amor abrangente e universal.

Debate.

A visão dinâmica da revelação de Deus mostra que a Igreja não é o amor do Pai mas a consciência e conscientização desse amor, levando a pessoa a participar de modo apropriado da própria vida em Deus, elevada pelo amor. Se esta distinção não é teórica, o amor do Pai atua universalmente.

Consciência e conscientização, a Igreja também libertação e cosalvação. O amor do Pai é anterior e muito mais amplo do que a Igreja. Revelou-se no Filho para dar consciência a todos e levá-los a viver comunitariamente esse amor em termos de fraternidade.

Cristo foi preprado e anunciado longamente esta visão situa-se na linha profética, é maravilhosa, mas utópica. Como posso ser índio como os índios? Se o índio, mesmo orgulhando-se de ser índio, deseja os bens da civilização?

Fazemos um esforço de trazer o índio para nós e não de irmos para ele? Querendo trazê-lo para nós, trazemo-lo para uma sociedade falida. O Evangelho será utopia, se não nos convertermos e descermos até lá, para sentir na carne os seus valores e caminhar com eles. Esta coragem é que nos falta.

Como levar conhecimento e amor? Como inserir a mensagem na cultura? Parecem expressões equívocas. Não haveria o risco de um crasso humanismo, se insistirmos que é nos outros que encontramos o amor ao Pai?

Levar o conhecimento e amor, onde Cristo não é conhecido. Insiste sobre a semente do Verbo e parece-nos tranquilo o método das Irmãzinhas através do testemunho. No entanto, existe uma verdade a ser proclamada porque Cristo nos trouxe uma mensagem imperiosa, não só de acréscimo, mas transformadora. Devemos lutar contra os fariseus atuais e dar ao índio o direito de opções como reconhece a Convenção de Genebra.

Nossa atitude será levar ou não será antes identificar os valores? Devemos acrescentar ou corrigir? Existem problemas de distorção como no caso dos gêmeos, em que um é suprimido, ou casos de morticínio onírico.

Sentimos perigo de exagerar o humanismo na descoberta de Deus no homem. No entanto S. João afirma que somos mentirosos, se dissermos que amamos a Deus, sem amarmos o próximo. O próximo é sobretudo o pobre, com quem nos devemos comprometer.

CONFIDENCIAL

- Olhamos as populações indígenas com os nossos olhos, nossa mentalidade, nesse progresso, nesse modo de produção. Nossa idéia de desenvolvimento está ligada ao nosso sistema capitalista, nossa idéia de propriedade, nossa educação individualizada. O grande problema é se devemos trazer o índio. Devíamos perguntar é se ele não devia ser preservado nos seus valores, ser o que são até o fim, descobrindo na sua linha novos caminhos de desenvolvimento. Não estaremos presos ideologicamente, por medo da contestação que deles nos vem?

- Desde que se entra na deles, ali se fica por sentir que é o mais humano, o mais razoável. Não se pode permanecer sempre, porque o índio está morrendo. Se a gente acreditasse sinceramente nos valores do índio, iria longe. Os Irantxe, abrindo suas terras a quem precise, ensinam-nos o verdadeiro sentido da terra e contestam profundamente o sistema.

- Se a Igreja somos nós, como trabalhar no meio dos índios?

- Pessoalmente, devo ser uma consciencia na fé e vive-la agradecidamente. Devo ser consciencia do amor universal, para todos, concretamente para os índios, filhos de Deus, tão amados quanto eu. O critério de Deus é válido para todos: dignidade, liberdade e igualdade. Se sou consciente disto, devo transmitir e terei consciencia dos anti-valores. Na consciencia de filhos de Deus (que todos são) está aquele algo mais, que me leva a ser co-libertador e co-salvador, denunciando criticamente e anunciando a esperança. Não dia em que aceitasse qualquer pessimismo, negaria minha fé. Se nos é pedido o sacrifício da vida, será que não podemos sacrificar nessa cultura, sobretudo se contraria o Evangelho? A mais de tudo isto, cumpro minha missão celebrando a páscoa na luta, na vida e na morte, dando sentido à liturgia. Quanto ao exemplo de S. Paulo, aceitei em 80%, mas recuso em 20%; sua atitude em relação ao escravo e à mulher, por exemplo. Paulo adverte que a letra (da Bíblia e não outra) mata e o espírito vivifica. Aceito seu espírito, nem sempre sua palavra. Falou-se em inserir a mensagem. Como palavra, a mensagem está muito envolvida. Cristo foi um contestador. Se a Igreja se contentar em ser repetidora do passado, trai o Cristo.

- Falou-se em preservar a cultura, preservar do sistema de consumo e expressão. Mas o índio não está isolado e temos que influir de qualquer modo, como vimos ontem, no exemplo da introdução do machado nos Munkũs.

- A introdução do machado, não deixou de levar conflitos, como o desequilíbrio no trabalho dos homens e das mulheres. Muitos valores que achamos necessários não o são de fato e podem perturbar a paz dos grandes aldeamentos. Mas eles têm o direito de crescer e temos obrigação de orientar esse crescimento, se introduzimos novos meios. Contudo, assim como devemos ter cuidado em não levar nossas doenças mas nossos remédios para as doenças deles, devemos cuidar de não levar instrumentos de desagregação mas o que os pode ajudar a crescer, respeitando esse crescimento no diálogo.

- Apareceu pouco nas exposições e no debate o aspecto político.

- Ele está presente quando se fala de consciencia e conscientização da dignidade, liberdade e igualdade. Se isto não é garantido, o problema se torna essencialmente político. Igualmente quando se fala em viver comunitariamente a vocação de filhos de Deus aqui e agora, porque contesta a política que impede isto. Ainda quando se fala de co-libertação e co-salvação, mediante a denuncia critica e o anúncio da esperança.

- O que se fazer com as tribos em processo aculturativo, em relação ao progresso ou elementos desagregadores de nosso progresso?

- Seria preciso tentar uma volta aos valores primitivos. É o caso dos Parecis que estão tentando redescobrir seus valores.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

15

- Estamos desenvolvendo uma política, decorrente da fé, que nos põe em oposição à política oficial. Será que não queremos interferir em outro campo, quando o exemplo de Paule, num mundo bem mais hostil, era contrária?

- Não esquecer que Paule morreu condenado e todos os Apóstolos.

- Falamos de contra-valores nos índios. Parece que não distinguimos o que é valor na nossa cultura e os valores de Verbo semeado. Há valores na nossa cultura? Sim e de modo diversificado. Mas o que é contravalor nunca é de uma cultura, nem do Verbo, mas do pecado. Devo atacar o pecado que pode viciar qualquer sistema. Se me oponho ao sistema e seus objetivos, oponho-me ao pecado que através dele está estragando uma cultura e impede o processo dos valores.

- Não deveríamos conscientizar os índios de certas imoralidades?

- O que será moral ou imoral? Talvez esteja seguindo critério de minha cultura e seus condicionamentos. Devíamos partir do Verbo e ter a paciência do Verbo e do Pai que não se precipitam em julgar.

Foi proposto ao grupo o passo seguinte. Trabalho em grupos para analisar: "Qual nossa posição pastoral, em termos de encarnação, metodologia e estratégia, afim de realizar a missão da Igreja na realidade indígena." Advertiu-se que se colocasse não em termos pessoais. A encarnação no sentido de identificação com os índios, sua vida e sua causa. Metodologia, como aplicação, suscitando atitudes. Estratégia, isto é, como agir em face de tantos elementos que interferem, dentro de uma situação conflitiva.

Relatórios.

2º Gr. - Abertura para o mundo e para o índio, garantindo seus valores, numa política de defesa do índio, mas nada impor. Insistiu-se numa atitude de escutar o índio, despojando-nos de qualquer etnocentrismo, valorizando sua cultura e assumindo sua problemática, tendo em vista a contradição de nossa sociedade. Estabelecer princípios e ser coerente, nunca fazendo concessões ao que os contrarie, como o latifúndio. Ver o que precisamos aprender do índio e o que podemos transmitir-lhe, sem impor. Permanente autocritica diante dos impasses, na busca das causas. Atitude profética.

Gr. 3 - Entre nós estava o Carlos (xavante) cele, interpretando seus companheiros, achou melhor que o padre ou missionário morasse na aldeia, com eles, tivesse a igreja no centro, na casa as reuniões e falasse a língua. Parece que a causa da defazagem que se criou é que, antes de conhecer os índios e sua língua, já impomos coisas que lhes são estranhas. Daí a necessidade de maior escuta. Quanto à metodologia, o missionário devia mergulhar no meio indígena para, num segundo momento, emergir e transmitir, na medida da receptividade. Achamos que não se deve falar em "dar" mas de "reconhecer" os direitos que o índio tem à terra.

Grupo 1 - 2 passos para a encarnação: 1) Despojamento não provisório mas existencial e definitivo. 2) Convivência não ao lado, mas com o índio. Ver na realidade dele um aceno de Deus e, para não trair a mensagem de fé, esperança e redenção, urge atendê-lo. Não misturar sinais mas procurar a identificação dos valores fundamentais. Autocritica para descobrir as aderências culturais e purificar a mensagem. - No planejamento, realismo sobretudo levando em consideração as missões já montadas, com todos o seu lastro de erros e também de valores. Seria bom reunirmo-nos aqui em grupos da mesma missão para um planejamento mais conforme a realidade concreta. Antes de agir e julgar, esforço para conhecer a realidade sem intelectualismo, mas atento às oportunidades. Avaliar interferências, ajuizando de sua validade. Constante autocritica e avaliação do trabalho em comunidade.

CONFIDENCIAL

Sobre o aspecto língua, parece necessário aprender. Neste sentido, o Instituto SAMER não deve ser minimizado. Mas o mais importante é que o missionário conheça a estrutura fundamental, a organização para não ser joguete de influências e interesses alheios ao povo. - Houve um pequeno esclarecimento histórico sobre a distorção da missão no Brasil que se firmou nas teses de Nobrega e ficou como afogada na ação. Precisaria levar em conta esse fenômeno e confrontar com a renovação do Concílio, não em termos de tese teológica, mas em termos de ação missionária. - Outra sugestão foi que o missionário se prepare em termos de psicopedagogia, pois daí depende seu contato com o índio. Essa sugestão provocou no grupo alguma restrição pelo receio de trazer condicionamentos.

Gr. 5 - 1ª. A renovação exige liberdade em relação a estruturas (como Funai ou mesmo eclesásticas). 2ª. As linhas de ação devem ser comuns a todas as missões. O resto do tempo, comentou-se a experiência das Irmazinhas entre os Tapirapé, a necessidade que sentem de suprimir tudo que crie diferença, na moradia, regime alimentar, etc. Viu-se que tem sentido de encarnação e é válido o método de presença de testemunho, suscitando explicações para motivar os gestos.

Gr. 2 - Para encarnar-se é preciso confiar nos valores e nas possibilidades - Desligar-se do moralismo puritano. - Desequipar-se do excessivo peso das coisas materiais que, afinal, são superfluas, enquanto aos índios falta o necessário. - Método grupal de reflexão, levando em conta que não se trata de indivíduos isolados mas de povos. Posição de serviço. Os resultados mostram que não temos sabido educar. Pelo fato de resolver não nos impor, não significa cruzar os braços. Cumpre analisar a idéia que nós e eles temos de uma autoridade diferente da autoridade, o que torna mais grave nossa interferência. Quanto à estratégia, importa ligar-nos com os que são reduzidos à mesma situação de marginalidade, para não ficarem os índios isolados. Ao contrário urge um replanejamento global da missão indígena, não como setor separado, mas dentro de uma estratégia global.

Debate em plenário.

Pediu-se que Carlos, o chefe Xavante, dissesse o que pensava e ele (falando em sua bela língua, num tom de tranquila segurança) disse que seu grupo estaria dividido quanto à presença do padre, embora a tendência mais forte seja para aceitá-la. Foi explicada a situação criada por toda uma astuciosa campanha contra os padres, por parte daqueles que estavam interessados nas terras.

A maioria dos problemas que alegamos são problemas nossos e não dos índios. Devíamos mudar. Quando assumem sua responsabilidade, os índios sabem o que querem e os Xavante, expulsando posseiros de sua terra, deram um exemplo pioneiro. Falou-se do perigo de o índio dar respostas dirigidas. Viu-se que esse fenômeno deve ser analisado porque pode esconder o cerne dos problemas. O que importa são as exigências do Evangelho, lei da liberdade na verdade, mesmo que nos obrigue a mudar de rumo.

Foi lembrada a experiência dos Tapirapé. A localização da casa das Irmazinhas, primeiro ponto de contato para quem chegava, dava a impressão de que eram os estrangeiros que controlavam aquela nação. Para não ser lírica e impositiva, nossa decisão de morar entre os índios deve ser também decisão deles. No entanto há coisas que nos parecem secundárias mas encobrem problemas fundamentais.

Só no contato profundo com os índios podemos deixar-nos questionar por sua realidade e mesmo por suas crenças. Os bororo têm ideias sobre a outra vida que coincidem com a nova teologia da salvação. Na encarnação, existe

CONFIDENCIAL

13

também um aspecto de contestação.

No processo de encarnação, há a passagem pela marginalização. A pessoa se sente solta, ao mesmo tempo desligada do vivificado mas ainda não integrada no mundo indígena. Isto devia ser programado. Se convivendo podemos perceber, p.ex. os valores religiosos. A gente tentou um esquema, em sete pontos, sobre a concepção religiosa dos índios e teve duas surpresas: a aceitação de um professor universitário como modelo básico e a afirmação de chefes e padres astecas de que era válido também para eles.

Atenção para a dimensão de reciprocidade: se devo ir ao índio, ele precisa aceitar-me e em termos grupais, pois entre eles nada se faz individualmente. O fato de eles me aceitarem, já é encarnação. Poder viver no meio deles, já é transmitir a mensagem. Cumpre que não apenas me encarne entre os índios, mas encarne Cristo para eles.

Parece que já nos estamos perdendo nas belas palavras. Devemos ser realistas. O que é verdade é que vamos encontrar-nos diante de estruturas que bloqueiam. Será que nos vamos desligar de nossas seguranças e de nossas categorias?

Talvez tenhamos de analisar nosso instrumental, dar uma olhada para nos mesmos passos e iniciativas e ver de modo mais organizado.

Concretamente, em Uiraiti tivemos de tomar uma decisão dramática, desde que vimos que toda aquela estrutura já não estava a serviço dos índios. Por lá ficou um mundo de coisas, prédios, oficinas, equipamentos, mas tivemos a coragem de nos livrar de tudo. Claro que muito falta a fazer, mas tal decisão nos libertou.

Existe toda uma montagem mas com características especiais em cada lugar. O caso de Uiraiti era muito típico, porque o internato estava distante das aldeias o que não é o caso daqui em que a missão está dentro da aldeia. Claro que há o peso das estruturas não apenas materiais, mas também institucionais. O que parece certo é que nenhuma renovação haverá se ficarmos esperando decisões de cúpula, porque toda transformação vem das bases, onde os problemas fervem e é quase inevitável alguma quebra.

Outro ponto importante é não pensar sempre em substituir estruturas nem ficar numa linha reformista. Deve haver certo radicalismo. Contanto que se salve a justiça. Muitas coisas que hoje não mais aceitamos nos permitiram caminhar. Não se trata de arrasar tudo, mas de modificar numa nova inspiração. Afinal as estruturas materiais dependem do espírito. Talvez o mais urgente seja ver seu melhor aproveitamento a partir de princípios válidos.

Não podemos partir do princípio de que não estamos encarnados. Há vários graus de encarnação. Quanto à estrutura, o critério é saber se estão ou não servindo ao índio. Não esquecer que os edifícios foram levantados com o trabalho deles e talvez eles tenham uma palavra a dizer, antes de decidirmos por nossa conta.

Éis um problema difícil porque vivemos como esmagados pelo peso das estruturas materiais. Conhecendo a situação dos nossos índios, vemos que ainda não temos condição de abrir mão desses prédios sem grave risco para a juventude que sofre o fascínio da "civilização" e dificilmente se conformariam em continuar na aldeia. Ou procuramos definir bem os objetivos de tais estruturas ou talvez deveríamos procurar leigos que assumissem sua direção e nos liberassem para o trabalho missionário.

Se formos radicais em nossos objetivos, sendo eles claros, teremos condições de muita flexibilidade nas mudanças, pois definimos uma meta que impõe seus ritmos. Devemos deixar-nos questionar sobre a validade de nossa presença e o modo de serviço que prestamos. Conhecendo o agenciamento da coisa, vemos que não se trata de jogar fora, mas abrir para uma experien-

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

19

cia mais profunda, englobando a todos, para responder ao apelo presente.

A idéia de entregar aos leigos a direção da estrutura não funciona. Os leigos participam na medida da marcha, sendo também missionários.

Nosso problema Nº1 é o economico. Padres e indios trabalhamos para o material que não pode ser o primeiro para nós. No atual regime, nós é que controlamos o fruto, embora visando redistribuir. Talvez fosse preciso inverter, para dar-lhes oportunidade de assumir maior responsabilidade.

Trata-se de analisar o valor da coisa. Aí temos uma base para tirar conclusões. O ponto de partida, saber se nossa posição está certa ou errada. A forma de internato está certa? Para responder, é preciso analisar diante da contribuição que tenha trazido ou não para a educação de um povo. O povo se afirma como povo ou está se desintegrando? E o internato nisso?

Estamos numa situação confusa e vemos que não é fácil encarnar-se. Vivemos junto aos indios, mas não vivemos como eles. Moramos em casa diferente noutro padrão e noutro estilo.

Ha muitas outras perguntas a fazer se ficarmos em problemas imediatos. Talvez sejam problemas insolúveis se não tivermos uma visão mais ampla, pois esses problemas isolados não têm em si sua própria justificação.

Atardamo-nos em discutir o problema da encarnação. Nos grupos, pouco se viu sobre a estratégia, por falta de tempo, mas é um problema importante que merece atenção. Teríamos ainda de rever um pouco o que saiu sobre metodologia.

Foi lembrado o que os grupos falaram sobre metodologia e houve um debate complementar.

Foi alegado o problema da lingua que entra no nível da encarnação mas realmente tem consequências metodologicas, porque está na esfera da comunicação e da expressão.

Por algumas afirmações anteriores, no sentido de "prevenir" o indios, p. ex. contra os perigos da civilização, parece que se aceita uma metodologia intervencionista e isto se reflete em todo um comportamento metodológico. Parece que o metodo mais adequado seria de provocação do pessoal para que, analisando ele mesmo, chegue a uma decisão.

No trabalho, faltou clareza sobre as palavras. Para muitos, metodologia e estratégia pareceram mais ou menos sinonimos. Daí não motivarem a análise.

A estratégia vem na linha da eficacia do comportamento, tendo em vista o objetivo que se quer atingir. A metodologia entra como parte da estratégia, dependendo do fim que se quer alcançar. Parece que a distinção seria entre uma metodologia libertadora, conscientizadora, e uma metodologia burocrática, impositiva.

Aqui mesmo se falou muito em conscientizar os outros. Ora, a pessoa se conscientiza, porque este verbo, como transitivo, não tem sentido. Ninguém rigorosamente pode conscientizar ninguém. O que se pode fazer é criar condições e oferecer elementos para a pessoa conscientizar-se. É importante o problema do metodo porque se for ineficiente pode frustrar os objetivos. Em termos de missão, devíamos fazer um questionamento rigoroso.

Só se assimila como valor o que se assimila conscientemente. Todo o problema metodológico, em termos de educação, está em saber provocar a consciência, deflagrando um processo de análise, do contrario se projeta a resposta e se abafa a liberdade, condicionando mentalmente as pessoas. É preciso criar condições para o querer ou não querer seja fruto de uma decisão

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

20

que leve em conta a realidade objetiva analisada e eventualmente revisada. Urge que a pessoa mesma descubra as exigências do real e não se deixe levar por outras motivações.

Nos Tapirapé houve vários casos de desidratação. Foram atribuídos a malefícios provocados por parte dos Carajá. Inútil insistir para levar as crianças ao médico, porque os índios não aceitaram, convencidos que estavam da explicação mítica. Assim morreram 3 crianças e nada se pôde fazer, pois era preciso ser radical no respeito à sua liberdade. Este ano, repetiu-se o fenômeno. Cederam à insistência e, acompanhados de uma irmazinha, foram tratar no hospital. Abriam os olhos. Certamente, no próximo ano, se o fato se repetir, eles mesmos tomarão a iniciativa de tratar com o médico.

Todo grupo indígena tem cortinas que os impede de ver a realidade. Deve nos encontrar a maneira de coloca-lo diante dessa realidade para enxergá-la e chegar a uma decisão que venha dele. Se receber decisões de outros, já mais abrirá os olhos.

Parece que a instrução é muito importante para conscientizar.

Contanto que não seja impositiva, mas entre num processo vital. A palavra não deixa de ser uma ferramenta mas sua função é de despertar, deflagrar um processo de consciência. Nunca se pode suprir ou substituir a consciência do outro, numa pedagogia que realmente faça crescer.

Nos Paraci, apareceu a recusa dos remédios dados pela enfermeira e o recurso ao curandeiro. Foi muito difícil no começo. Abrir luta ou impor não resolveria. O que se fez foi entrar em contato com o feiticeiro e conseguir a colaboração, sob pretexto de que seria mais fácil trabalhar em colaboração, ele receitando e enfermeira providenciando o remédio. Caso semelhante se deu nos Xambiquara. Vendo os resultados, aos poucos o pessoal vai se libertando da sua visão mágica.

Mas talvez a instrução seja um instrumento. Os índios tem da natureza os conhecimentos no nível de sua cultura. Quando porem se defrontam com os brancos, falta-lhe a língua, a ferramenta de expressão e, na discussão com o da cidade, acaba se perdendo. Seria preciso equipa-lo do instrumento da linguagem e de conceitos que possa manobrar.

A metodologia fica como preocupação a ser mais aprofundada. Parece que o mais importante é provocar o grupo para que ele mesmo ominhe. Talvez se possa dizer que se situa na linha da revelação. Não se trata de levar conteúdos, mas de criar condições que venham à tona os conteúdos de consciência que já existem em estado latente. Trata-se, portanto, de revelar o que já existe e não de acrescentar coisas.

Deveríamos passar para a estratégia. Quando existe uma realidade que ameaça o grupo, é preciso mobilizar e organizar forças de defesa e de ataque para fazer face às forças de destruição. As coisas se colocam sempre em termos de globalidade.

Qual nossa atitude em face das forças que nos ameaçam ou ameaçam o índio. Cumpre identificar essas forças em todas as instituições, inclusive eclesásticas. Esta problemática está presente e interfere.

Apareceram muitas questões: terras, contratos de trabalho, comércio das controlado, estruturas na missão, etc.

Existem problemas internos, como o fracionamento das Prelazias, em relação aos povos indígenas, o isolamento, o desinteresse, a desconfiança em relação às estruturas mais amplas. Seria preciso criar condições de maior confiança e maior união tendo em vista um processo novo.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

21

No levantamento do começo de nosso encontro, apareceram 3 coordenadas básicas: cultura, presença da Igreja, poderes que impedem o trabalho de evangelização. Este aspecto só foi colocado incidentalmente. Podemos preservar a cultura de quem? Até quando? Com que forças? São problemas graves. Existem todos os contravalores nos organismos oficiais e nas estruturas mesmo eclesiais. Se não tomo consciência global, o povo de Deus que congrega os povos que querem ser livres, diferenciadamente, talvez fique dilacerado e a Igreja se contente em dar sua bênção a povos agonizantes, ficando do lado do poder. Isto é muito sério e incomoda muito. O presidente da Fumai não reconhece o índio como um brasileiro, se continuar índio. Na Europa, houve povos que teimaram em sobreviver como povos e a Igreja nem tomou conhecimento, nem sequer defendeu sua língua. Porque depois de tanto tempo e ainda nos engolfamos no imediato, com nossos problemas pequeninos, reduzindo os índios a fonte de folclore ou de turismo? Seria necessário sentir o problema em profundidade. Temos de enfrentar a injustiça. Temos de tudo fazer para evitar o extermínio desses povos cuja defesa assumimos por vocação e por missão.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

23

30 Dia.

Depois de uma noite linda, convidados pela comunidade Bororo, e ainda pensando nela, vamos retomar os trabalhos.

Antes de entrar no nível das opções, temos que caminhar mais no aprofundamento de alguns assuntos. Vamos fazer hoje uma parada para um apanhado de tipo exposição, para permitir uma definição melhor da ação pastoral.

O problema do índio deve ser visto no contexto nacional: suas implicações na economia, política nacional. Só assim poderemos encaminhar acertadamente uma estratégia comum, ou seja linhas de ação e sair daqui com um verdadeiro instrumento de trabalho.

Inicialmente foi lida uma carta de apoio dirigida ao Sen. Franco Montoro, que vem encaminhando um processo que visa à superação do Veto presidencial ao direito das Missões de prestarem assistência aos índios. Foi lembrado que este Veto prejudica não as Missões, mas ao índio. A carta será assinada por todos os presentes.

Afirma-se: "o índio não tem vez no Brasil; a integração que se pretende é torná-lo não de obra barata, um marginalizado". Será isto correto? Quais as coordenadas da política econômica, com sua ideologia e justificção, que está em prática no atual momento brasileiro? Dentro delas, qual o "lugar" dos povos indígenas? Num esquema, fruto da pesquisa econômico-política, e necessitado de maior explanação, o Brasil funciona assim:

1. Economia.

1.1. Indústria

Particular- pequena e média- produção menos técnica:
Nacional tende a ser "integrada" às multinacionais
Estatual: Forte - estilo capitalista

De capital estrangeiro: tecnologia mais avançada: multinacional.

Dá-se, recentemente, união de interesses entre:

empresa nacional estatual e Capital estrangeiro (multinacionais)

Como veremos depois, há quebra entre "Estado" (Governo) e Nação (povo).

A empresa estatual não pode estritamente ser considerada nacional.

1.2. Agro-pecuária: latifúndio modernizado = empresas agro-pecuárias. Escolha da Região Amazônica para Pecuária.

1.3. Economia capitalista Donos do capital: lucro-renda mais concentrada

Empregados: operários-salário-pauperização absoluta e relativa

As relações sociais de produção (trabalho) são de exploração.

Nota: não incluímos, para simplificar, o funcionamento da comercialização. Mas segue sendo na direção capitalista.

2. Política

2.1. Governo (Executivo) = é executivo sem a base de sustentação que viria de um legislativo forte, mas sujeito às pressões dos tecnocratas (Militar) ligados às pressões do capital estrangeiro. Essa correlação de forças determina o exercício da "política de desenvolvimento", e constituem o verdadeiro sistema político donde emanam as decisões, as estratégias e as táticas. Isto é demonstrado na implantação dos AI 2 e AI 5, e no fato de nenhum governo da "revolução" ter feito seu sucessor.

2.2. Legislativo

Inexpressivo, tanto como representação da nação, quanto na elaboração e controle da política nacional. Cerceado, sua tarefa é aprovar os projetos "governamentais" e, por meio de discussão e elaboração de legislação em setores secundários e pouco relevantes, dar uma "imagem" de "democracia representativa".

2.3. Judiciário

Civil - limitado à criminalidade

Militar - segurança nacional - ligado às forças de repressão, que já nem consegue controlar.

ANEXO 3. Ideologia

O sistema se justifica e procura de todos os modos sustentar-se

Pontos principais:

- Precisa concentrar a renda para desenvolver. Depois se fará a distribuição. Com isto se leva ao máximo a tendência estrutural do sistema capitalista: a concentração. Mas a gente vai vendo o resultado enganador de tal afirmação.
- O povo não está preparado... Evidente, não é? Com isso, há os escolhidos e

servidores do sistema. Utilização e controle dos meios de comunicação... Utilização justificadora da religião, das igrejas...

4. - Onde fica o índio para o sistema?

O voto presidencial, que nega às Missões o direito de prestar serviços assistenciais às populações indígenas, deve ser visto neste contexto todo. P. ex. Célio Borja, líder do atual governo e que foi o defensor da proposição do CINI no Estatuto do Índio, foi quem por certo, contra sua consciência pessoal; introduzir a proposta de ratificação do Veto presidencial no Legislativo.

Assim também devemos ficar atentos às forças que estarão atualmente influenciando na anunciada revogação do Veto, assim como o propalado entendimento entre Igreja-Estado. A Igreja ou se define em favor do sistema, ou conscientiza o povo do contrário. Onde se situa o Índio?

A FUNAI é o órgão do Ministério do Interior, ministério do "desenvolvimento" e da "integração". Daí que o Estatuto do Índio insistir tanto na "integração". O Executivo, através da FUNAI, influi a política no sentido de submeter o Índio aos seus interesses. O Índio é conduzido a alimento da organização das fazendas, ou empresa agrícola; isto é, a ser peão.

A "integração" do Índio é transformá-lo em mão-de-obra barata das empresas pecuaristas; assim ele "ajuda" o desenvolvimento. Assim o Índio viverá em paz com os fazendeiros; deixa de ser tropeço para o progresso. O objetivo da Igreja é promover o Índio com tudo o que isto implica. Para isto precisamos definir uma linha de ação (estratégica): (p.ex.) - ligação do trabalho com organizações internacionais que se interessem pelo Índio; com outras populações marginalizadas: operários, colonos, posseiros...; com o órgão oficial: presença junto ao mesmo, eventual ação dentro dele; com o Legislativo.

Precisaremos além do mais, definir algumas táticas: p. ex: Quem vai executar esta linha de ação? Que necessitamos? De quem necessitamos?

Num seminário de estudos promovido em 1970 em Campo Grande pelas Missões Católicas para seus missionários, funcionários da FUNAI trouxeram por escrito, a linha do órgão, cujo 1º item rezava assim: "O Índio não pode ser entrave para o desenvolvimento nacional".

O atual Ministro da Agricultura definiu claramente sua política agrária amazônica, em favor da grande empresa agro-pecuária. Isto em vista do comércio internacional, ao qual interessa a carne. Até as grandes e médias empresas estão se tornando macro-empresa. Assim que estamos no momento mais crucial para o Índio, o posseiro e o pequeno agricultor.

As multi-nacionais controlam uma rede de empreendimentos no comércio, indústria, agro-pecuária, bancos, etc. Através desta rede de empreendimentos controlam a circulação da produção.

A absoluta maioria das financeiras são internacionais e consequentemente fazem o jogo que querem. Como é que a Igreja se situa dentro disso?

Os únicos poderes que pesam contra este sistema são: a Igreja, a imprensa e os Índios (o mundo dos pobres). Trata-se de fazer calar a voz destas forças. A neutralização das mesmas através dum diálogo, controle censura, etc., são empenho tático do governo.

A Comissão da Cruz Vermelha Internacional, referiu que não podia falar o que viram sobre a situação dos Índios, pois isto cortaria todas as ajudas que poderiam fornecer ao Índio. Quando o Cardeal Sales diz que o diálogo da Igreja com o Governo está ótimo "porque não há padre preso", incorre num lamentável equívoco sobre a Igreja, pensando "ingenua" ou "astutamente", que quando a Igreja cúpula está livre, está tudo bem.

Referiu-se ainda que a OEA está em crise por sua dependência e controle pelo capitalismo internacional. Mesmo que taticamente mude a linguagem do Governo não devemos iludir-nos pensando que a política do sistema está mudando.

(cont.verso)

A Igreja, como única força interna organizada deve estar alerta para não ser manipulada por todas estas forças ocultas do sistema.

LINHAS DE AÇÃO

Que linhas de ação vemos necessário definir, diante das estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas?

Respostas dos grupos de trabalho

1) Para a formação dos missionários

Conhecer o "gigante" para tomar uma atitude moral frente a ele. -

- Ter a cons-

servidores do sistema. Utilização e controle dos meios de comunicação... Utilização justificadora da religião, das igrejas...

4. - Onde fica o índio para o sistema?

O veto presidencial, que nega às Missões o direito de prestar serviços assistenciais às populações indígenas, deve ser visto neste contexto todo. P. ex. Célio Borja, líder da atual governo e que foi o defensor da proposição do CDM no Estatuto do Índio, foi quem por certo, contra sua consciência pessoal, introduziu a proposta de ratificação do Veto presidencial no Legislativo.

Assim também devemos ficar atentos às forças que estarão atualmente influenciando na eventual revogação do Veto, assim como no propalado entendimento entre Igreja-Estado. A Igreja, ou se define em favor do sistema, ou conscientiza o povo da contradição. Onde se situa o índio?

A FUNAI é o órgão do Ministro do Interior, ministério do "desenvolvimento" e da "integração". Daí que o Estatuto do Índio insistir tanto na "integração". O Executivo, através da FUNAI, influi a política no sentido de submeter o índio aos seus interesses. O índio é condenado a ser alimento da organização das fazendas, ou empresa agrícola; isto é, a ser peão.

A "integração" do índio é transformá-lo em mão-de-obra barata das empresas pecuaristas; assim ele "ajuda" o desenvolvimento. Assim o índio viverá em paz com os fazendeiros; deixa de ser tropeço para o progresso. O objetivo da Igreja é preservar o índio com tudo o que isto implica. Para isto precisamos definir uma linha de ação (estratégia): (p.ex.) - ligação do trabalho com organizações internacionais que se interessam pelo índio; com outras populações marginalizadas: operários, colonos, posseiros...; com o órgão oficial: presença junto ao mesmo, eventual ação dentro dele; com o Legislativo.

Preveremos além do mais, definir algumas táticas: p. ex: Quem vai executar esta linha de ação? Que necessitamos? De quem necessitamos?

Num seminário de estudos promovido em 1970 em Campo Grande pelas Missões Católicas para seus missionários, funcionários da FUNAI trouxeram por escrito, a linha do órgão, cujo 12º item rezava assim: "O índio não pode ser entrave para o desenvolvimento nacional".

O atual Ministro da Agricultura definiu claramente sua política agrária amazônica, em favor da grande empresa agro-pecuária. Isto em vista do comércio internacional, ao qual interessa a carne. Até as grandes e médias empresas estão se tornando macro-empresas. Assim que estamos no momento mais crucial para o índio, o posseiro e o pequeno agricultor.

As multi-nacionais controlam uma rede de empreendimentos no comércio, indústria, agro-pecuária, bancos, etc. Através desta rede de empreendimentos controlam a circulação da produção.

A absoluta maioria das financeiras são internacionais e consequentemente fazem o jogo que querem. Como é que a Igreja se situa dentro disso?

Os únicos poderes que pesam contra este sistema são: a Igreja, a imprensa e os índios (o mundo dos pobres). Trata-se de fazer calar a voz destas forças. A neutralização das mesmas através dum diálogo, controle censura, etc., são aspectos táticos do governo.

A Comissão da Cruz Vermelha Internacional, referiu que não podia falar o que viram sobre a situação dos índios, pois isto cortaria todas as ajudas que poderiam fornecer ao índio. Quando o Cardeal Sales disse que o diálogo da Igreja com o Governo está ótimo "porque não há padre preso", incorre num lamentável equívoco sobre a Igreja, pensando "ingenua" ou "astutamente", que quando a Igreja cuspula está livre, está tudo bem.

Referiu-se ainda que a OEA está em crise por sua dependência e controle pelo capitalismo internacional. Mesmo que taticamente mude a linguagem do Governo não devemos iludir-nos pensando que a política do sistema está mudando.

A Igreja, como única força força interna organizada deve estar alerta para não ser manipulada por todas estas forças ocultas do sistema.

LINHAS DE AÇÃO

Que linhas de ação vemos necessário definir, diante das estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas?

Respostas dos grupos de trabalho

1) Para a formação dos missionários

Conhecer o "gigante" para tomar uma atitude moral frente a ele. -Ter a cons-

CONFIDENCIAL

25

ciência que estamos diante de um povo que se defronta com outro. Isto exige que procuremos cada vez mais profundamente os dois povos. - Conhecer os direitos dos índios. - Aprender a confiar na capacidade do índio de solucionar os seus problemas (Veja reunião dos Chefes em Diamantino) - Aprender a correr o risco com o índio. Não temer os fracassos. Não predeterminar soluções. - Conhecer e lutar pela Teologia da Libertação. Atualizar-se continuamente nela. - Chamar o índio às nossas reuniões nas quais tratamos de sua promoção. - Incentivo à formação política. Equipar-se para fazer frentes ao sistema. Sugeriu-se o jornal "Opinião". - Organizar encontros de estudos para aprofundar temas básicos. Isto com participação dos índios. - Despojamento das próprias idéias de superioridade frente ao índio. - Conhecer a doutrina social da Igreja. Explicar aos índios a situação política que nos envolve.

2) Auto-promoção do índio.

- Conscientizar o índio, frente ao sistema que o marginaliza, para que não entre na jogada. Coloca-lo no contexto nacional. Propiciar o contato com outros povos. - Que aproveite a área para sua subsistência. - Incentivar a comunidade indígena, no trabalho, etc., a reuniões de chefes indígenas em âmbito nacional. Apoiem-se mutuamente. Unam-se. - Estar do lado do índio na sua caminhada, ppções, etc. - Apoiá-lo na luta pela terra. - Incentivá-lo a que organize o seu progresso. Apontar para os perigos da sua ida às fazendas para trabalhos. - Ficar de alerta para não acelerar a entrada na sociedade capitalista, fazendas, tecnologia, etc., ao invés de auto-promovê-lo. - Conseguir reserva suficiente e incentivar o índio a conseguir ali a sua sobrevivência, a fim de evitar que se transforme em esmoler.

3) Organização mais ampla da Pastoral Indígena.

- Questionar a posição da Igreja para se colocar do lado do índio de fato. - Definir linhas de ação comuns em âmbito local, regional, nacional e internacional. Unir a ação das Prelazias. - Avisar o Prelado de nossas resoluções. - Unir-se. - Incentivar o CIMI. Evitar que nele entrem pessoas inescrupulosas, subservientes. - Inserir-se no povo a denunciar a partir dele como povo. É o povo que vai estourar as estruturas da opressão. - Denunciar as situações de injustiça. - Romper as situações de injustiça dentro da Igreja., latifúndio, situação de patrão que tem posseiros, etc.

4) Ligação com organizações de apoio.

- A Igreja não comprometida com as estruturas que oprimem o índio. - Com antropólogos. - Ter talvez representante no Congresso Interamericano de americanistas. - Evitar de pedir recursos das organizações que condenamos, a fim de que não ficarmos com as mãos amarradas. É preferível recorrer a organizações internacionais de ajuda, em vista da independência da Igreja. - Usar da imprensa. - Ligar-se a organismos internacionais, para armar-nos contra a "onça". - Ligação com o mundo operário e rural. - Com a FUNAI. - Com povo envolvente. - Turismo. - Com fazendas.

O grupo foi novamente dividido, desta vez para Prelazia e buscou responder à seguinte questão: O que vamos fazer concretamente no grupo indígena e na área prelatia em que nos achamos.

Respostas:

Merúri - Algumas linhas pastorais à guisa de conclusões.

- 1) Desenvolver sempre mais a atitude de consulta ao grupo para ver a que podemos fazer na nossa missão de encarnarmos.
- 2) Dar importância à consulta no problema econômico.
- 3) Impedir a caminhada dos Bororo para o sistema econômico existente na comarca.
- 4) Favorecer o desenvolvimento do grupo do Buqueirão. Evitar no entanto interferência na organização dos mesmos.
- 5) Estudarmos a língua Bororo através de aulas. Faremos matrícula no curso linguístico de Verão.
- 6) Confirmamos para o próximo ano a não aceitação de alunos das cidades na escola de Merúri.
- 7) Estabelecer contatos com os outros grupos Bororos, especialmente do córrego Grande (Rondonópolis) e Berigaça (Pantanal)
- 8) Apoiar o mais possível as ações dos Bororos na retomada de posse da terra.

Guiratinga - Xavante.

- 1) Lamentamos a ausência dos "cabeças"; em vista disso será enviada uma carta ao prelado, ao inspetor e à inspetora ressaltando a importância da reunião. Isso será enviado juntamente como o relatório.
- 2) A missão entre os ín-

dios está sendo vista com desinteresse prático da parte da prelazia e também da maioria dos membros da missão salesiana de Mato Grosso. A carta está sendo enviada também neste sentido. 3) Conscientizar a comunidade, com reuniões e aprofundamentos do que vimos aqui, para que todas assumam as decisões.

4) Organização e entrosamento, para que todos saibam o que esta acontecendo. Trabalhar abertamente, sabendo aceitar oposições e conflitos, à procura angustiosa de objetivos, e assim chegar a resultados positivos. 5) Necessidade primária - conhecimento dos costumes, estruturas sociais religião, e isso é do dever de cada um. 6) Respeito e mínimo de interferência nas danças e festas, como tradições e costumes. 7) Levar avante as conclusões de nossas reuniões regionais e locais. 8) Estudar as lendas e mitos para a criação urgente de uma liturgia. 9) Interferência não é não interesse. Junto com eles resolvemos as dificuldades e procuramos as prioridades. 10) Está sendo estudado o modo de atingir os índios de outras aldeias com os mesmos índios. 11) Formação-base para o nosso trabalho pastoral. 12) Os relatórios e conclusões deste encontro sejam levados aos outros encontros similares; os relatórios de outros sejam devidamente levados pelos coordenadores (CIMI), a todos os missionários do Brasil.

-Qual o projeto concreto de cada grupo?

-Ter um encontro anual da Prelazia de levantamento e pastoral indígena.

-Transmitir a toda a equipe pastoral da prelazia as conclusões dos vários encontros indigenistas. -Fazer da escola um instrumento de auto-conscientização sobre a problemática própria dos indígenas. -Facilitar o contato com outros índios. -Curso de linguística. -Casas:

torná-las mais semelhantes às dos índios. -Troca de músicas gravadas para incentivar maior conhecimento das diferentes culturas indígenas (em contraposição ao rádio). D. Pedro procurará participar da maior festa dos Tapirapé (como a Assembléia da CNBB). -Levantamento geral pelo Pe. Iáse das áreas indígenas não atingidas pela Prelazia.

-Insistir com a equipe de pastoral da Prelazia na conscientização permanente da população envolvente a respeito da problemática indígena.

Diamantino

Total diálogo com o índio para encontrar qualquer solução, acreditando na capacidade dele. -Nossa principal tarefa será a de defender e garantir a posse e o uso-fruto da terra.

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL
PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DES-
TE DOCUMENTO (ART. 62 - DEC.
N.º 60.417/67) REGULAMENTO PARA
SALVAGUARDA DE ASSUNTOS SIGI-
LOSOS.

CONFIDENCIAL

26

está sendo vista com desinteresse prático da parte da prelazia e da maioria dos membros da missão salesiana de Mato Grosso. A carta está sendo enviada também neste sentido. 3) Conscientizar a comunidade, com reuniões e aprofundamentos do que vimos aqui, para que todos assumam as decisões. 4) Organização e entrosamento, para que todos saibam o que está acontecendo. Trabalhar abertamente, sabendo aceitar oposições e conflitos, à procura angustiosa de objetivos, e assim chegar a resultados positivos. 5) Necessidade primária - conhecimento dos costumes, estruturas sociais, religião, e isso é do dever de cada um. 6) Respeito e mínimo de interferência nas danças e festas, como tradições e costumes. 7) Levar avante as conclusões de nossas reuniões regionais e locais. 8) Estudar as lendas e mitos para a criação urgente de uma liturgia. 9) Interferência não é não interesse. Junto com elas resolvamos as dificuldades e procuremos as prioridades. 10) Está sendo estudado o modo de atingir os índios de outras aldeias com os mesmos índios. 11) Formação-base para o nosso trabalho pastoral. 12) Os relatórios e conclusões deste encontro sejam levados aos outros encontros similares; os relatórios de outros sejam devidamente levados pelos coordenadores (CINI), a todos os missionários do Brasil.

Qual o projeto concreto de cada grupo?

-Fazer um encontro anual da Prelazia de levantamento e pastoral indígena. -Apresentar a toda a equipe pastoral da prelazia as conclusões dos vários encontros indigenistas. -Fazer da escola um instrumento de auto-conscientização sobre a problemática própria dos indígenas. -Facilitar o contato com outros índios. -Curso de linguística. -Casas: torná-las mais semelhantes às dos índios. -Troca de músicas gravadas para incentivar maior conhecimento das diferentes culturas indígenas (em contraposição ao rádio). D. Pedro procurará participar da maior festa dos Tapirapé (como a Assembléia da CNBB). -Levantamento geral pelo Pe. Iási das áreas indígenas não atingidas pela Prelazia. -Insistir com a equipe de pastoral da Prelazia na conscientização permanente da população envolvente a respeito da problemática indígena.

Pianissimo

Total diálogo com o índio para encontrar qualquer solução, acreditando na capacidade dele. - Nossa principal tarefa será a de defender e garantir a posse e o uso-fruto da terra.

O Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 - Loc. Nº 60 417/67. - Regulamento para Salvaguarda de Santos Sigilosos).

OF. Nº 512/PRES

~~CONFIDENCIAL~~

CIMI /
MRL. 8, p. 182/250

Brasília, 29 de outubro de 1976

Senhor Ministro,

Esta Fundação vem, de há muito tempo, acompanhando as atividades desenvolvidas por alguns Bispos e Padres junto às comunidades indígenas no interior do Brasil.

Agem, os referidos sacerdotes, especialmente em áreas dos Estados de Mato Grosso e Goiás e, vez por outra em alguns Estados do Norte (Amazonas, Pará, Territórios de Rondônia e Roraima) e Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina), do País.

A Assessoria de Segurança e Informações desta Fundação vem analisando e mantendo a Divisão de Segurança e Informações desse Ministério sempre a par de todos os fatos relacionados com tais atividades.

No entanto, Senhor Ministro, a proximidade - que, por força de nossas obrigações, mantemos com o problema, nos leva a informar, diretamente, a V. Exa. o seguinte:

Exmo. Senhor

Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS

DD. Ministro de Estado do Interior

N e s t a

a) Em agosto de 1974, o mesmo grupo de Bispos e Padres realizou o 1º Encontro de Pastoral Indígena do Norte de Mato Grosso (Docº nº 1), com o objetivo de estabelecer suas linhas de ação;

b) após esse Encontro foram organizados pequenos grupos para visitas a aldeias e postos indígenas;

c) em agosto de 1975, reunião em Diamantino-MT, conforme documento nº 2;

d) no início de setembro do corrente ano, nova reunião foi realizada na Colônia Indígena de Meruri (MT), cujos objetivos e participantes estão relacionados no documento nº 3;

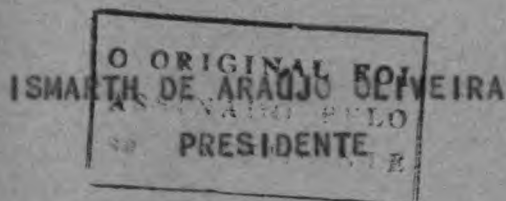
e) jornal "O Estado de São Paulo", edição de 25 último dá notícia da Reunião de Pastoral promovida pela regional sul do CIMI (recorte anexo);

Pelas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos sacerdotes, Senhor Ministro, não resta a menor dúvida que estão sendo postas em prática as diretrizes estabelecidas no 1º Encontro de Pastoral (Docº nº 1). Reuniões, encontros e palestras efetuadas com certa regularidade em áreas indígenas, evidenciam que a atuação dos membros do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, e alguns outros padres e bispos, têm um objetivo específico, qual seja o de criar áreas de atrito entre índios e FUNAI.

A tônica em qualquer ação desses elementos, tem sido, como poderá ser verificado da leitura dos documentos anexos, a de enfatizar, como acomodada e omissa, a atitude do Governo no que se refere à terra e às frentes desenvolvimentistas.

Assim, Senhor Ministro, ao tecer estas considerações, sobejamente documentadas pelo material anexo, permito-me sugerir a V. Exa., data venia, o encaminhamento do problema ao Ministério da Justiça, para conhecimento e providências que julgar convenientes.

Nesta oportunidade, renovo a V. Exa. os meus protestos de estima e real apreço.



Pasta CIMI

MRL. 8, p. 185/250
CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Proc. FUNAI/USO/063496/77

FLS 02

Rubrica

ASI/FUNAI
Nº 712 177
EM 30/08/77

CÓPIA

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE LÍDERES INDÍGENAS

P.I. TAPIRAPÉ - MT

24/8/77

E S Q U E M A

1. Introdução

1.1. Designação da Comissão

1.2. Meios de Transporte

- a) da Comissão da FUNAI
- b) dos Líderes Indígenas e do CIMI

1.3. Participantes

- a) Líderes Indígenas ✓
- b) CIMI ✓
- c) Jornalistas ✓
- d) FUNAI

2. Objetivos e Tema Central

3. Quanto à Participação

4. Pontos de Vista Defendidos

5. Participação do CIMI e da FUNAI

6. Conclusão

7. Sugestões

7.1. Postos Indígenas

7.2. Reunião de Líderes Indígenas

Cinto. Aug. (PARA)
por. 13/9/77.

L

MRL-8, p. 186/250
Proc. Funai/000/0001
HS 03
- Publica 9

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

1. INTRODUÇÃO

1.1. Designação da Comissão

Tomamos conhecimento oficial da reunião no dia 03 de agosto do corrente ano, através de contato verbal com o Diretor do DGO, sendo que, posteriormente, entramos em atendimento com o Sr. Presidente, a fim de explicitarmos os objetivos da reunião e quais as posições que deveríamos tomar como representantes da FUNAI.

A nomeação oficial, "Designação Técnica de Pessoal" nº 004/DGO/77, datada de 03 de agosto, e recebemos no dia seguinte, sendo que deveríamos viajar para o P.I. Tapirapé no dia 05 de agosto. Tal designação, ditava que comporíamos uma comissão, da qual faziam parte: Cláudio dos Santos Romero, Odenir Pinto de Oliveira e José Claudinei Lombardi, sob a Presidência do primeiro.


1.2. Meios de Transporte

a) da Comissão da FUNAI

A Comissão da FUNAI deslocou-se para a área, no dia 05 de agosto, de táxi-aéreo, fazendo a seguinte escala: Brasília-Barra do Garças-Pimentel Barbosa-Tapirapé.

De Brasília a Barra do Garças e, posteriormente, até Pimentel Barbosa o táxi-aéreo conduzindo dois dos membros da Comissão foi lotado, em virtude de ter conduzido o Capitão Apoená. Tal fato obrigou-nos a alugar um outro avião mono-motor, para levar o Sr. Odenir Pinto de Oliveira de Barra do Garças a Pimentel Barbosa.

A reunião foi realizada nos dias 07 e 08 e durante nossa permanência, nos alojamos na sede do PI Tapirapé, Aldeia Karajá, sendo que a reunião foi realizada na Aldeia Tapirapé. O principal meio de transporte é o fluvial, o que levou-nos a pedir a "Voadeira" do PI Macaúba, pagando o combustível para nossa locomoção. Ainda, para nossa alimentação e a de alguns Xavante, compramos suprimento em Santa Terezinha.



Na viagem de volta, fomos de barcos até São Félix do Araguaia e daí seguimos viagem de ônibus (São Félix do Araguaia Barra do Garças-Goiânia-Brasília).

b) dos líderes indígenas e do CIMI

Até Santa Terezinha, localidade mais próxima de Tapirapé, os participantes se locomoveram de caminhão. Daí até a Aldeia Tapirapé foram conduzidos por barco.

O CIMI proporcionou o transporte para os índios de outras áreas, bem como para os seus representantes, que acompanharam os índios durante todo o percurso. O mesmo fato ocorreu com os jornalistas do periódico "Movimento".

1.3. Participantes

a) Líderes Indígenas

O total de líderes indígenas, de outras áreas, que participaram da reunião foi de 17 (dezessete), além da liderança dos Tapirapé.

Foram estas as tribos representadas: Tapirapé, Xavante, Borôro, Pareci, Nambikwara, Kaingang e, de modo esporádico, dos Karajá residentes neste PI.

Dos Xavante, pela quantidade de participantes e pela presença ativa, contamos com: 05 da R.I. São Marcos: Eduardo, Franco, Tarcísio, Fortunato e Paulo; 04 da R.I. de Sangradouro: Cirilo, Celestino, João Evangelista e Augusto.

b) CIMI - Conselho Indigenista Missionário

Dos missionários, participaram em tempo integral o Pe. Tomás de Aquino e as Irmãzinhas residentes na área. Participou, ainda, Pe. Canuto no domingo à tarde e na segunda pela manhã.

Segundo informações, os jornalistas do periódico "Movimento" acompanham o CIMI, sendo seu porta-voz. O mesmo ocorreu

com o professor, designado pela missão para a Aldeia Tapirapé, que participou e filmou toda a reunião.

c) Jornalistas

Acompanharam o transporte de barco e a chegada ao local de reunião os jornalistas e fotógrafos da Rede Globo. Estes, não possuíam Autorização escrita da FUNAI para entrar na área e fazer cobertura jornalística. Declararam que o Sr. Presidente os havia autorizado verbalmente, o que colocou o Chefe do PI em situação difícil, por não saber que atitude tomar. Nem mesmo a oficialização da reunião foi comunicada ao Chefe do PI.

Por tempo integral participaram os jornalistas do periódico "Movimento", Moura e Marlene, que fizeram cobertura magnética e fotográfica de toda a reunião.

d) FUNAI

Além da Comissão nomeada, participaram os chefes do PI Tapirapé e do PI Macaúba, sendo que este último apresentou grande disponibilidade e serviço no transcorrer da reunião.

2. OBJETIVOS E TEMA CENTRAL

Tanto o objetivo, quanto o tema central, não foram explicitados no decorrer da reunião.

De modo implícito, o tema debatido foi a Posse da Terra e, particularmente, a demarcação do PI Tapirapé.

Sem dúvida, os índios vieram preparados para debater estas questões, sendo que a não demarcação foi considerada como culpa da FUNAI. Disto concluímos que a reunião apresentou duplo papel: de um lado, debate sobre o problema terra, levando os próprios índios a assumirem a luta pela sua posse; de outro, culpar a FUNAI pela não demarcação e defesa da reserva e áreas indígenas, fazendo com que os índios desacreditassem da mesma.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

A linguagem utilizada foi de colocação de problemas concretos - não demarcação da Reserva Tapirapé, problemas na demarcação dos Pareci, etc., entre os quais outros de ordem secundária, face ao tema pré-estabelecido, entraram: Arrendamento de áreas indígenas, venda de madeira e mesmo terra, funcionários da FUNAI subornados, a expulsão de D. Pedro Casaldáliga, etc.

3. QUANTO A PARTICIPAÇÃO

No decorrer da reunião nenhum civilizado teve participação ativa. Da parte dos elementos da FUNAI, em nenhum momento houve tentativa de influenciar a opinião dos índios. Temos, porém, motivos para colocar que o CIMI influenciou indiretamente a opinião dos participantes: eles planejaram a reunião, escolheram os participantes, "dirigiram" alguns dos discursos, e planejavam no decorrer dos trabalhos os passos seguintes.

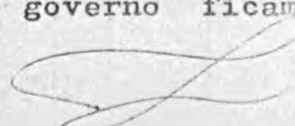
Somente os índios tiveram participação ativa e direta. Todos os representantes apresentaram seus pontos de vista e debateram as questões, com exceção dos Karajá que não quiseram expor seus pontos de vista e opinar sobre as questões em debate.

4. PONTOS DE VISTA DEFENDIDOS

A opinião dos representantes não era unânime, quanto aos temas debatidos. De modo geral, podemos dizer que os participantes defenderam a atuação das missões (não do CIMI) nos trabalhos que desenvolvem nos setores de educação, saúde e assistência às comunidades indígenas.

Quanto à FUNAI, todos os representantes, com exceção dos Xavante, a atacaram em todos os sentidos. O principal ponto de ataque é quanto a demora em resolver os problemas de terra. Também, desacreditam da FUNAI por ela "não fazer nada pelo índio". Os Tapirapé, por exemplo, reclamaram o fato de: "há muitos anos estamos pelejando pela demarcação de nossas terras.

A FUNAI promete a demarcação todas as vezes que vamos a Brasília, mas até agora não resolveram nada. Os do governo ficam



na cidade e não sabem nada dos problemas dos índios e de suas terras". O Nambikuára foi mais radical e afirmou que "se esperar a FUNAI, não sai nunca; espera anos e anos e não resolve nada".

Criticaram, também, o fato da FUNAI tomar decisões em nome dos índios, mas sem nunca consultá-los. A exemplo disto, citaram a remoção de chefes de PIs. sem procurar averiguar junto às comunidades indígenas como é o trabalho destes funcionários.

Todos os líderes indígenas mostraram-se contrários a uma possível expulsão de D. Pedro Casaldáliga do país, por considerarem justo e bom o trabalho desenvolvido por ele na defesa dos índios e posseiros pobres. Os índios indagavam "qual o crime cometido por D. Pedro para que o mandem embora?" e completavam: "é um Bispo tão bom, que defende tanto os índios e defender pobre não é crime".

Durante toda a reunião os Xavante tomaram a defesa da FUNAI, argumentando contra os ataques desferidos pelos outros índios. Explicaram que os problemas de terra devem ser tratados com as autoridades competentes, junto à FUNAI, fazendo-os ver que trata-se de um assunto delicado e demorado, não sendo possível solucioná-lo "de um dia para o outro", como queriam os Tapirapé.

Aos ataques de que a FUNAI não possuía elementos interessados em resolver os problemas e ajudar os índios, os Xavante se referiam aos elementos da equipe do Projeto Xavante, por eles denominados de "Comissão" ou "Grupo de Visitação das Aldeias", e às atividades por eles desenvolvidas em apoio a causa indígena. Como exemplo, citavam a permanência na área, o diálogo com as aldeias, e a procura em suprir as necessidades das diferentes comunidades. Quanto ao problema da terra, além de citarem as lutas e dificuldades que tiveram na demarcação, explicaram como os Xavante agem nos casos de invasão e do apoio que recebem do "grupo de visitação" (casos de invasão em Sangradouro e em Kuluene).

5. PARTICIPAÇÃO DO CIMI E DA FUNAI

Embora nem CIMI, nem FUNAI, tenham tido uma participação ativa e direta durante a reunião de líderes indígenas, é im



portante considerarmos a influência indireta que o CIMI teve durante a reunião, conforme já escrevemos anteriormente.

Antes de mais nada, seria interessante ponderarmos sobre a influência que qualquer instituição exerce, quando sua presença é ativa e constante junto às comunidades indígenas. No caso das missões, de modo geral, a influência exercida é constante devido a presença de religiosos e religiosas, e, também, é ativa pela manutenção de enfermaria, escola e orientação profissional. Não nos cabe avaliar tal presença, somente assinalar que ela existe e exerce influência.

Este fato, unido ao trabalho de "conscientização" pré e durante a reunião, são suficientes para a defesa da instituição a qual os líderes estão ligados - missões - e ataque à instituição considerada inútil e mesmo inimiga de seus interesses.

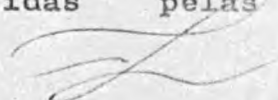
É a partir destes mesmos pressupostos, que podemos considerar a atuação dos Xavante. Estão em contato com a Missão Salesiana a, mais ou menos, duas décadas, sendo muitos os benefícios que esta lhes proporcionou, o que não permite atacá-la. De outro lado, a FUNAI está tendo uma presença ativa e constante junto às suas comunidades, o que levou-os a tomar a defesa da Fundação.

6. CONCLUSÕES

Consideramos que a reunião não atingiu os objetivos que o CIMI esperava, ou seja, culpabilizar a FUNAI por todos os problemas existentes nas áreas indígenas, colocando os índios contra a Fundação, devido à participação ativa dos Xavante que a defendem, baseados nos trabalhos que estão sendo desenvolvidos junto às suas comunidades.

A título de avaliação sistemática, podemos considerar que a reunião passou por várias etapas:

- a preparação e escolha dos temas, feita pelos membros do CIMI;
- a escolha dos representantes que participariam da reunião, selecionados somente nas áreas assistidas pelas



missões, ignorando as centenas de outras comunidades que muitas vezes têm problemas mais graves;


- o transporte até a área, patrocinado pelo CIMI, e que permitiu um contato direto entre o CIMI, os líderes indígenas e D. Pedro Casaldáliga. Isto permitiu esboçar, em linhas gerais, a conduta a ser seguida pelos índios no transcorrer da reunião;
- o início da reunião, propriamente dito, caracterizado pelos ataques à FUNAI, por parte dos diversos grupos indígenas, tendo os Xavante assumido posição contrária;
- a partir daí, os Xavante praticamente assumiram a liderança da reunião o que provocou a perda de controle por parte do CIMI e deixou os outros representantes confusos quanto a verdadeira atuação da FUNAI;
- isto levou, finalmente, os demais líderes indígenas, sem dúvida a contragosto do CIMI, a depositarem um voto de confiança na FUNAI para resolverem seus problemas. Escolheram dois representantes TAPIRAPÉ para virem à Brasília e tratar de demarcação da Reserva com o Presidente da FUNAI.

7. SUGESTÕES

Pela nossa experiência nesta reunião, surgiu-nos uma série de sugestões que gostaríamos que fossem avaliados pelo DGO e pelo Sr. Presidente.

7.1. Postos Indígenas

Creemos que os Chefes de PIs. deveriam ser melhor escolhidos e preparados, a fim de reunirem condições para um melhor atendimento das comunidades e, portanto, a atuação da FUNAI ser mais eficaz e conscientizadora. A FUNAI tendo uma presença positiva nas áreas, não criaria motivos de crítica, quer por parte das Missões Religiosas, que por parte de outras instituições.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- 9 -

Para tanto, deveriam ser realizados novos cursos de chefes de Posto: 1) cursos para novos chefes, respeitando mais a realidade indígena do país e dando condições reais para que os mesmos desenvolvam seu trabalho; 2) novos cursos para os atuais chefes, possibilitando que os mesmos debatam seu trabalho e possam juntos reformulá-lo e planejá-lo. Neste segundo caso, novo processo de reciclagem seria necessário.

É importante que os chefes dos Postos tenham uma participação mais ativa nos assuntos que concernem às comunidades por eles assistidas, não ficando os mesmos alheios aos problemas da Fundação e tendo capacidade, dentro dos recursos disponíveis, de atender às necessidades, de comum acordo com a liderança indígena.

O mesmo se aplica para os Atendentes de Enfermagem e Auxiliares de Ensino, que desempenham função direta e essencial junto às comunidades.

7.2. Das Reuniões de Líderes Indígenas

Achamos interessante que a própria FUNAI promova reuniões de líderes indígenas, por setores regionais, estaduais e mesmo caráter nacional, a fim de debater com estes os diversos problemas de suas comunidades procurando juntos (FUNAI-Índios) encontrar soluções para os referidos problemas.

Com isto a FUNAI poderá alcançar dois pontos positivos:

1. a participação direta dos índios no debate da problemática indígena e suas soluções, fazendo-os ver que a FUNAI enfrenta inúmeras dificuldades que precisam ser compartilhadas pelos índios, colocando um fim à marginalização que os mesmos ora enfrentam;
2. o CIMI perderia, pelo menos parcialmente, seu principal instrumento de crítica a esta Fundação e a mesma teria um maior contato com todas as comunidades, assim como os problemas e necessidades apontados diretamente



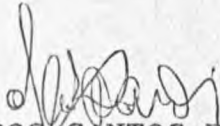
MINISTÉRIO DO INTERIOR

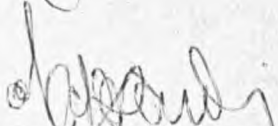
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

- 10 -

à FUNAI, teria, uma solução prática e por vias legais, não sendo mero instrumento de crítica nas mãos do CIMI.


Brasília, 24 de agosto de 1977.

p/ 
CLÁUDIO DOS SANTOS ROMERO
Presidente da Comissão


JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI
Membro da Comissão

OBS: O Sr. Odenir Pinto de Oliveira se encontra em área indígena, estando impossibilitado de assinar o presente relatório.

JCL/dcs.





MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

MRL. 8, p-195/250

FLS. 12
Rubrica

REF. PROC. Nº FUNAI/BSB/003496/77.

Ao Exmº. Sr. Presidente da FUNAI,

Encaminhando a V.Exª., o presente processo, esclareço que só se encontra em fase final de elaboração por este DGO, minuta de seu Regimento Interno, que será submetido oportunamente a essa Presidência, no qual se verificará uma série de normas a serem seguidas pelos detentores das diversas funções existentes no quadro da FUNAI, particularmente no que concerne ao melhor relacionamento entre índios, Chefias de Postos Indígenas e Delegacias Regionais.

2- Quanto as condições de Chefes de Postos Indígenas, já é pensamento dessa Presidência, de que os cursos a serem ministrados, futuramente, para seleção de Aux. Téc. de Indigenismo, tenham suas condições aprimoradas, para que se obtenha o melhor resultado.

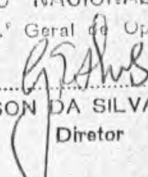
3- Encareço ainda a V.Exª., a devolução do presente processo a este DGO, para tomada de outras providências que se fazem necessárias.

Brasília-DF, 25 de agosto de 1977.

TXP/Car

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Dept.º Geral de Operações


GERSON DA SILVA ALVES
Diretor

Sangradouro 9 de Setembro de 1975

Exmo senhor Gerson,

atenciosas saudações.


Venho por meio desta esclarecer a ida dos dois xavantes, Renato e o Filipe, que impacientes não quiseram mais esperar, pois a resposta que aguardavam do senhor ãles a supñham seguramente afirmativa.

O senhor bem sabe qual o meu pensamento com relação à saída de índios, quanto menos, melhor; se porém o senhor julgar que os dois podem servir à polícia, ou exército, como é desejo dêles, eu me atenho, de boa mente à sua decisão.

Recebi com grande atrazo, um rádio, solicitando a volta do Otávio, como êste porém se encontra na caçada, só na próxima semana é que poderá regressar a Cuiabá.

Os dois índios Paulo e Nicolau que estiveram presentes a reunião de chefes indígenas no Neruri, como é de seu conhecimento, para lá foram sem minha licença e de lá viram com uma missão secreta a cumprir, uma missão de paz, que ainda não consegui entender.

Sem mais, um grande abraço de amigo:


De Mario Panziera

M. I. - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RADIOTELEGRAMA RECEBIDO

MRL. 8, p. 197/259

DE MANAUS NR 162 PLS 140 DT 24.06 HS 0935

RECEBIDO DE PPI29 24.06 ÀS 0958 POR AF/SAH

ENDEREÇO

DGO/ASI/BSB

CONTROLE Nº

74391

TEXTO E ASSINATURA

NR 859/1A/DR DE 24.06.77 - INFO VSA QUE ASSINADO POR SEUS EDITORES O JORNAL - A NOTICIA - DESTA DATA VG SOB TITULO - PEDRO ET TOMAS/ BIPS OS PALADINOS DA NOVA IGREJA F FOCALIZA ENCONTRO DOS BISPOS PEDRO CASALDALIGA ET TOMAS BALDUINO COM ALUNOS DO CENESC DIZENDO BIPT CONHECIDOS EM TODO O MUNDO CATOLICO PELO ARDOR COM QUE ESTAO ENFRENTANDO O PROBLEMA DO INDIO NO BRASIL ET NO CONTINENTE VG DENUNCIANDO - EXPLORACOES INIQUAS - ET DESAFIANDO O GOVERNO A RESTAURAR A POLITICA DESENVOLVIMENTISTA ET ESSENCIALMENTE MATERIALISTA DA FUNCAO NACIONAL DO INDIO A FIM DE QUE AS POPULACOES INDIGENAS NAO MORRAM ASPAS SETE VEZES ATEH QUE A FUNAI ALI CHEGUE COM EFICIENCIA FECHASPAS PT SDS DR MAO

Ante. sig.
15-25-6-77.

ASI/FUNAI
Nº 522 147
EM 37106 147

CONFIDENCIAL



Ministério do Interior
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
5ª DELEGACIA REGIONAL

Cuiabá, MT ___/___/77.

INFORMAÇÃO Nº 017/77.

1. DATA - 08.06.77
2. ASSUNTO - Curso Bilingue do Cimi
3. ORIGEM - 5ª DR.
4. REFERÊNCIA - Notícia do Estado de SP. de 01.02.77, Cimi afirma que Funai constitui ameaça ao índio.
5. ÁREA - Centro-Oeste.
6. DIFUSÃO ANTERIOR - Não Houve.
7. DIFUSÃO - 5ª DR.
8. ANEXO - Programa do Curso de Introdução a Linguística Aplicada a Idiomas Indígenas.

O Cimi que na notícia acima referenciada / "questionou a escola bilingue com a afirmação de que ela aliena e transforma as pessoas da comunidade indígena em verdadeiros instrumentos de destruição de seu último reduto de cultura" vai promover um curso de Introdução a Linguística Aplicada a Idiomas Indígenas/ em Cuiabá de Conformidade com a programação anexa.

Leandra,
14-6-77.

O Destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 - Doc. Nº. 60.417/67. — Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

14-6-77.

CONFIDENCIAL

CURSO DE INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA APLICADA A IDIOMAS INDÍGENAS

Promovido pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI,
em convênio com o Museu Rondon, da Universidade Federal de
Mato Grosso.

Data: 12 a 28 de julho de 1977.

Local: Cuiabá, MT. -Seminário arquidiocesano.

Regime: Internato. Tempo integral.

Destinatários: Pessoas que atuam junto a populações indígenas.

Vagas: 40 para Missionários e 5 para a UFMT.

Objetivos: Conhecimento da terminologia e metodologia científicas
no campo da Linguística.

Aplicação destes conhecimentos ao estudo das línguas indígenas

Análise de situações e problemática encontradas no contato com
populações indígenas.

Programa:

1. Introdução à Morfologia e à Sintaxe;
2. Introdução à fonética Articulatória;
3. Introdução à Fonologia;
4. O Missionário em contato com grupos tribais.

Coordenação: A cargo de um grupo de Missionários CIMI.

Professores e Conferencistas:

Os dois primeiros itens do programa estarão a cargo de Lin -
guístas do Museu Nacional de Rio de Janeiro.

O item 3 será ministrado pelo Summer Institute of Linguistics
de Brasília.

O item 4 será conduzido pelo Pe. Bartoloméu Meliá e outros es-
pecialistas que abordarão temas de Antropologia, Pastoral, Edu-
cação, Legislação Indigenista, Realidade Indígena Brasileira,
Problemas de Socio-Linguística, Formação de autores Indígenas.

Inscrições e reservas:

A coordenação pensa reservar as vagas para os diversos regio-
nais, com a seguinte distribuição: Amazonas, Acre, Pará, Leste
Sul e Paraguai: 3 (três) vagas para cada um; OPAN e UFMT: 5
(cinco) vagas para cada; Centro-Oeste: 17 vagas, distribuídas
por Diamantino, Guiratinga, São Félix, Rondonópolis, Corumbá,
Sul de Mato Grosso e Goiás.

Sendo reduzido o nº de vagas, pedimos aos interessados em par-
ticipar que façam com tempo sua Reserva, escrevendo ao Secre-
tariado do CIMI (Cx. Postal 10-2382 - 70000 Brasília)

A confirmação deve ser feita até o fim de Abril.

Enviar os seguintes dados: nome completo, idade, organização
missionária a que pertence e seu endereço bem claro, para re-
ceber de volta o comunicado de sua inscrição e maiores deta-
lhes sobre o curso.

Gastos: Cada participante custeará suas próprias viagens e colaborará
com R\$ 1.000,00 para despesas de hospedagem.

Observação: Os regionais que terão em breve suas Assembléias poderão
já escolher os elementos que vão frequentar o Curso, comuni-
cando-se em seguida com o Secretariado do CIMI.

Brasília, 6 de Março de 1977.

POSTO: EMBAIXADA EM LA PAZ

PUBLICAÇÃO:

hoj
La Paz

CIDADE:

DATA:

19-III-77

DISTRIBUIÇÃO:

AIG

FUNAI

Brasil: Denuncian que indígenas viven como presos en campos de concentración

-CURITIBA, BRASIL. 18 (Latin).—Los representantes de tres tribus indígenas que viven en el sur de Brasil divulgaron aquí un documento, afirmando que los selvícolas "se los ven en este país como muchos presos dentro de un campo de concentración".

El documento fue difundido en protesta contra la orden de la estatal Fundación Nacional del Indio (FUNAI), que impidió la participación de los indios en la segunda asamblea de la pastoral indigenista del sector sur del Consejo Indigenista Misionario (CIMI).

El manifiesto, titulado

"decisiones de los indios" protesta contra la falta de libertad de los selvícolas en este país.

"En el estatuto del indio se afirma que somos libres. Pero no nos permiten visitar a nuestros hermanos. No visitamos a los blancos. El indio es un intruso en su propia tierra", afirmó el documento.

Por su parte, el cardinal —arzobispo de Porto Alegre, Vicente Scherer, volvió a criticar los pronunciamientos del CIMI, señalando que el organismo aún no puede hablar en nombre de la Iglesia brasileña.

Según monseñor Scher

er, representante del sector "moderado" de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), el CIMI no tiene autoridad de hablar en nombre del episcopado mientras no se modifique sus estatutos para vincularse definitivamente a la máxima entidad eclesíastica del país.

Monseñor Scherer calificó el lunes último de "panfletario" un documento distribuido por el CIMI sobre la situación de los indios en el sur de Brasil.

Por su parte, el presidente de la entidad indigenista monseñor Tomas Balduino, consideró las críticas del arzobispo "infortunadas, principalmente después de la asamblea de Itaiaci, cuando el CIMI obtuvo el apoyo de la gran mayoría del episcopado".

Monseñor Scherer, en respuesta, manifestó sus esperanzas de que "reformados los estatutos del CIMI, cambiará también el tipo de pronunciamientos".

CIMI

POSTO: EMBAIXADA EM LA PAZ

PUBLICAÇÃO: *Presencia*

CIDADE: *La Paz*

DATA: *21-III-77*

DISTRIBUIÇÃO: AIG/

MRL-8, p. 201/250

FUNAI

Selvícolas brasileños viven en un campo de concentración

CURITIBA, BRASIL, 20 (LATIN)— Los representantes de tres tribus indígenas que viven en el sur de Brasil divulgaron aquí un documento, afirmando que los selvícolas brasileños viven en este país "como muchos presos dentro de un campo de concentración".

El documento fue difundido en protesta contra la orden de la estatal Fundación Nacional del Indio (FUNAI), que impidió la participación de los indios en la segunda asamblea de la pastoral indigenista del sector sur del Consejo Indigenista Misionario (CIMI).

El manifiesto, titulado "decisiones de los indios", protestó contra la falta de libertad de los selvícolas en este país.

"En el estatuto del indio se afirma que somos libres. Pero no nos permiten visitar a nuestros hermanos. No visitamos a los blancos. El indio es un intruso en su propia tierra". Afirmó el documento.

Por su parte, el Cardenal —Arzobispo de Porto Alegre, Vicente Scherer, volvió a

criticar los pronunciamientos del CIMI, señalando que el organismo aún no puede hablar en nombre de la Iglesia brasileña.

Según Monseñor Scherer, representante del sector "moderado" de la Conferencia Nacional de Obispos del Brasil (CNBB), el CIMI no tiene autoridad de hablar en nombre del Episcopado mientras no modifique sus estatutos para vincularse definitivamente a la máxima entidad eclesiástica del país.

Monseñor Scherer calificó el lunes último de "panfletario" un documento distribuido por el CIMI sobre la situación de los indios en el sur de Brasil.

Por su parte, el presidente de la entidad indigenista Monseñor Tomás Balduino, consideró las críticas del Arzobispo "inoperuntunas, principalmente después de la Asamblea de Itaipu, cuando el CIMI obtuvo el apoyo de la gran mayoría del Episcopado".

Monseñor Scherer, en respuesta, manifestó sus esperanzas de que "reformados los estatutos del CIMI, cambiará también el tipo de pronunciamientos".

CIMI

POSTO: EMBAIXADA EM LA PAZ
 PUBLICAÇÃO: *Hoy*
 CIDADE: *La Paz*
 DATA: *26 - 3 - 77*
 DISTRIBUIÇÃO: AIG/

FUNAI

Gobierno brasileño responsable de la discriminación de indios

BRASILIA, 25, (LATIN).— El presidente del Consejo Indigenista Misionero (CI-MI), Tomás Balduino, responsabilizó al modelo de desarrollo adoptado por el gobierno brasileño, por marginación de las comunidades indígenas y de cerca de 10 millones de agricultores sin tierras.

La acusación fue hecha durante la reunión de la Comisión Parlamentaria de Investigación sobre el sistema agrario realizado bajo intensa presión de los representantes oficialistas sobre Monseñor Balduino, intentando conseguir del obispo una definición político-ideológico.

La tentativa resultó inútil, luego que el diputado oficialista Siqueira Campos dijo que consideraba a Monseñor Balduino como "un hombre de centro", el obispo respondió: "Soy un hombre de centro como usted, diputado, quien también nació en el estado de Goiás" (en la región central de Brasil).

El prelado prosiguió sus declaraciones criticando enérgicamente a la política de in-

centivas fiscales para ocupación de la Amazonia, que estimula el surgimiento del latifundista, que se apodera de las tierras indígenas, para lo que todos los medios son válidos".

Monseñor Balduino criticó también a la Fundación Nacional del indio (FUNAI), a la cual acusó de "omisión y complicidad" en el exterminio de las poblaciones indígenas.

Según Monseñor Balduino, la Carretera Transamazónica, construida durante la gestión del general Emilio Garrastazu Médici, no cumplió sus objetivos iniciales, que, según la versión gubernamental, eran "conducir hombres sin tierra a una tierra sin hombres".

El obispo destacó que las poblaciones llevadas para la Transamazónica "no tuvieron tan buena suerte como los toros de los empresarios de sur y extranjeros, que hoy engordan en los pastos crecidos donde debían estar los cultivos de los hombres sin tierra".

C 1 m 1

EMBAIXADA DO BRASIL EM MONTEVIDÉU

DIÁRIOS	MENSÁRIOS E SEMANÁRIOS	ORIENTAÇÃO	EMISSORAS DE RÁDIO	EMISSORAS DE TV
<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div>X</div></div> <div>EL PAIS LA MAÑANA EL DIA EL DIARIO</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>MARCHA PATRIA 9 de FEBRERO BUSQUEDA</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>BLANCO COLORADO DIREITISTA ESQUERDISTA</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>SODRE SARANDI MONTECARLO PANAMERICANA</div>	<div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div></div> <div>CANAL 4 CANAL 5 CANAL 10 CANAL 12</div>

CIDADE Montevideu
DATA: 5/4/1977
DISTRIBUÇÃO: AIG

FUNAI
AR

Brasil: guerra abierta entre se encargan de proteccion d

BRASILIA. (A.F.P.) — Los dos organismos responsables de la protección de los 180.000 indios del Brasil, la Fundación del Indio (FUNAI, gubernamental), y el Consejo Indígena de los Misioneros (CIMI), entraron en conflicto.

Este último acusó a la FUNAI de "devorar las tierras de los indios en vez de cumplir su verdadera misión, que es integrar a los indígenas preservando al mismo tiempo sus territorios".

La FUNAI contraatacó acusando a su vez al CIMI de endocrinizar a los indios y de mezclarse en asuntos que no son de su incumbencia.

En un reciente documento, misioneros, antropólogos e indios miembros del CIMI sostuvieron que el organismo gubernamental "atentaba contra la autodeterminación de los indios".

Paralelamente, el presidente del Consejo Indígena de los Misioneros, Thomas Balduino, denunció las intervenciones de la FUNAI —y de la policía— para impedir la celebración de asambleas de caciques (jefes indios) organizadas por misioneros en Surunu, territorio de Roraima, en el norte del país.

ACUSACIONES VIRULENTAS

A estas acusaciones virulentas, el presidente de la FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, respondió que los misioneros debían someterse a la política de la Fundación del Indio y del gobierno.

"Son los misioneros quienes han declarado la guerra, y la guerra es la guerra", declaró el General, dando a entender que las autoridades podrían incluso poner fin a las actividades del CIMI.

Esta amenaza, sin embargo, tiene pocas probabilidades de concretarse en un porvenir próximo, pues el CIMI aporta una ayuda preciosa a la FUNAI contribuyendo ampliamente al programa sanitario aplicado a cerca de doscientos mil indios del Brasil.

La FUNAI, que va a cumplir diez años de existencia, fue creada por el gobierno para realizar una "integración progresiva" de los indios en la sociedad brasileña.

Esta integración, estiman las autoridades, se ha vuelto necesaria a causa de la conquista de la Amazonia y los grandes proyectos de carreteras que se van ya abriendo paso a través de la inmensa selva virgen amazónica.

RESERVAS INDIAS

La FUNAI, que reemplaza al antiguo "Servicio de Protección del Indio", persigue como objetivo hacer respetar la persona, las tierras y la cultura de los indios, al mismo tiempo que los van integrando en la sociedad brasileña.

El estatuto del Indio de 1973 estipula, en efecto, que los indios serán ciudadanos completos, con los mismos derechos y

los mismos deberes que los demás brasileños. Garantiza además a los indígenas la "posesión permanente" de sus tierras.

Actuando en esta dirección, la FUNAI delimitó ya las reservas indias cuya superficie rebasa los 160.000 kilómetros cuadrados, o sea casi la extensión de un país como el Uruguay.

Ningún colono, ningún granjero puede reivindicar la menor parcela de estas tierras.

Sin embargo, los indios de la tribu de los tuxauas preguntaron al General Ismarth "si, finalmente, la FUNAI actuaba a favor de los indios o de los fazendeiros (terratenientes)".

Ya el etnólogo brasileño Apoema Merelles, funcionario de la FUNAI, había estimado hace unos meses en un simposio en Cuiabá que la fundación del Indio "se equivocaba intentando conciliar dos clases de intereses: los de los indígenas y los de los grupos económicos que quisieran explotar sus tierras.

UN PAPEL INGRATO

Los sangrientos choques que se multiplicaron estos últimos años entre los indios y los co-

lonos blancos han hecho más de una vez a la FUNAI efecto, un "mal bastante Inui".

La demarcación de las tierras por la FUNAI acarrió inevitables expropiaciones de colonos blancos. Así acabaron siendo expulsadas 200 familias instaladas en las tierras de los xerentes, a 300 kilómetros al norte de Brasilia. Como represalias, los blancos atacaron a los xerentes.

Las grandes obras rutoras de la Amazonia, con su inexorable cortejo de aventureros sin escrúpulos sobre las tierras indias, dieron lugar también a disputas y enfrentamientos. Ejemplo fe-roz: los bravos y altivos waimiris atrozaron "liquidaron" a decenas de blancos que intentaban apropiarse de sus tierras.

Otras tribus, como los macurunas, acorralados cerca de la frontera peruana ante el avance de la civilización, prefirieron autodestruirse matando a sus propios recién nacidos.

Algunos reprochan asimismo a la FUNAI el transportar tribus de indios gigantes, los kralnakores. Pero era una medida indispensable para salvar a los 160 supervivientes de esta tribu amazónica.

CIMI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
MEMO Nº 063/76 - AJACRE

CONFIDENCIAL

Rio Branco,
25 de outubro de 1976.

Senhor Chefe da A.S.I.



Para conhecimento de V.Sa., encaminhamos em anexo, fotocópia do boletim TERRA, publicado pela Comissão REgional da Pastoral da Terra e Regional Norte - I do CIMI, referente a Assembléia Pastoral realizada no mês de agosto p.passado nesta capital.

Sem outro particular para o presente, apresentamos nossos protestos de alta consideração e respeito.

Atenciosamente.

José Porfirio Fentenele de Carvalho
Ajudância do Acq. - FUNAI
Chefe

AO

ILMO. SR.

JOÃO BEZERRA DE MELO

M.D. Chefe da Assessoria de Segurança e Informações da FUNAI
BRASILIA - DF

Analista Aug.
Ins. 03/11/76.
Ins. 243-A/76.
Aug. Ins.
09/11/76.

P E R M A N Ê N C I A

Boletim

Ano I

1977

Nº 1

Prezado assinante e amigo

Afinal começamos a enviar-lhe o nosso tão almejado Boletim da PERMANÊNCIA, antiga aspiração visando a oferecer não só os trabalhos que publicamos na nossa Revista (sem compromissos com a atualidade dos temas) mas também outros sobre assuntos em discussão ou que mereçam ponderações por seus aspectos relacionados com nosso permanente combate, combate a que somos obrigados pela angústia de cada dia com o que se passa "intra muros Ecclesia".

A direção de PERMANÊNCIA

FUNAI - SEC/GAB	
N.º	08/03/77
EM	W. B. B. B.
ASSINATURA	

O GOVERNO BRASILEIRO, OS BISPOS BRASILEIROS E OS INDIOS BRASILEIROS

Júlio Fleischman

Em toda essa atoarda a respeito de "índios" o que mais desanima é que o Governo Brasileiro, isto é, o órgão incumbido de zelar pelos índios chamado "Funai", o Ministro a que este órgão está subordinado, Rangel Reis e o próprio Presidente da República e seu ministério, todos parecem esquecidos de certos fatos e como não têm critérios adequados, não sabem combater seus mais ferozes e perversos inimigos que são os bispos da C.N.B.B., especialmente os bispos comunistas arregimentados em uma organização subversiva chamada C.I.M.I. cujo "front de combate" é justamente "o índio", pobre diabo tão massa de manobra de padres e bispos de esquerda quanto "o jovem" de outras eras. Vamos refrescar a memória com fatos recentes.

Lembremos, em primeiro lugar, que pouco após a vitória do Movimento que salvou nosso país em 1964 (movimento combatido por Dom Helder Câmara, por exemplo, desde antes de sua eclosão como se constatou pela visita que este bispo fez a João Goulart, todo enfarpelado com suas roupas vermelhas de bispo que nunca mais usou), pouco depois disso começamos a ouvir os boatos que se espalhavam na Europa e na América do Norte contra nosso país, falando em "torturas", "perseguições a estudantes" e "massacres de seis milhões de índios". Recordo-me da surpresa que a impudência desse último boato me provocou. Sendo, desde a mais tenra juventude, muito interessado em todos os aspectos da vida pública e sabendo, como sei, que as disputas de terras entre índios e "posseiros" remontam à descoberta do Brasil, chocou-me a ousadia com que um boato dessa ordem, sem qualquer fundamento em boatos semelhantes no passado ou sem qualquer relação com nada que se lhe pareça na História do Brasil, tinha podido ser lançado.

Essa afirmação difamatória foi mais tarde reproduzida em catecismos fabricados por uma editora vinculada à C.N.B.B. chamada SONO-VISO, catecismos que, como se pode então observar, tratavam de tudo menos de religião: guerra do Vietnam (que era, segundo este catecismo, uma guerra dos Estados Unidos contra o Vietnam, em que os americanos nada mais queriam senão ganhar dinheiro) ou "perseguição a estudantes nas ruas do Rio" ou "massacre de 6.000.000 de índios no Brasil". Estes catecismos foram, depois de uma luta de mais de um ano, proibidos pelo Vaticano mas, enquanto durou esta luta, foram adotados em quase todos os colégios católicos do Rio.

Por razões que não são muitos fáceis de estabelecer, a campanha difamatória a respeito do massacre de índios foi, desde o início, dirigida espe-

cialmente para organizações "católicas" da Alemanha. Será que o número inventado, 6.000.000 de índios mortos, visava aproximar este massacre do número de judeus mortos pelos nazistas?

Vejamos agora outra ordem de fatos a relembrar.

Toda essa mesma gente que está até hoje organizada em quadrilha subversiva, a saber, o bispo Tomás Balduino, presidente do C.I.M.I., o bispo Henrique Troeblich, os padres José Vicente Cesar, Egydio Schwade, Antonio Iasi e outros, deitam falação a respeito de "O índio" há muito tempo e causa-nos espanto que as autoridades não pareçam se lembrar do que eles diziam, Por exemplo:

Em 8 de março de 1973, o jornal "O Globo" publicava declarações do bispo Henrique Troeblich, "Deixar o índio com sua cultura, o novo método missionário" dizia o título. E o texto acrescentava:

"Instalados na selva, durante 38 anos, os padres tinham como missão ensinar religião e prestar assistência a 11 grupos indígenas, num total de mais de 2.000 índios. Rezavam missa, promoviam comunhões coletivas, casamentos, batizados e apenas tinham um certo cuidado para não destruir a cultura dos silvícolas.

.....
Os missionários da Missão Anchieta (município de Diamantino, sede do Arcebispado do bispo Henrique Troeblich - nota nossa) compreenderam que algo não estava certo na orientação que vinham dando (sic) e durante dois anos reuniram-se com antropólogos e eles próprios estudaram antropologia. O resultado deu-se há 3 anos quando o bispo, D. Henrique Troeblich, deu ordem para fechar o orfanato indígena.

Por esta época já haviam cessado as comunhões, os trabalhos de doutrinação, as missas coletivas no meio das tribus. O trabalho religioso foi deixado de lado e os índios passaram a ser tratados cientificamente.

- Nós descobrimos que os princípios religiosos dos próprios índios eram naturais e o que é natural é de Deus. Portanto, do modo deles, como suas ideias, suas cerimônias, eles amavam a Deus e não havia razão para nós mudarmos tudo em suas cabeças só para que eles passassem a amar a Deus pelo nosso modo".

Até aqui a transcrição do Jornal. Vejam os senhores que porventura me leem que se trata de um BISPO. Um bispo, tido por CATÓLICO, fala assim.

Em 28 de março de 1973, o mesmo jornal publica extensa reportagem sobre índios em que outro padre da mesma Missão Anchieta (fôco de tratamento científico de índios, não esqueçamos) repete o bispo dizendo: "Descobrimos que os índios tinham uma religião apoiada no que é natural, espontâneo e o que é natural vem de Deus. Não adiantava nada darmos a eles uma forma civilizada de amar a Deus se a deles era mais pura". Seria o caso de perguntarmos a esses padres e bispos porque não aprendem eles com os índios uma forma mais pura de amar a Deus. Mas voltemos ao tema. Nessa mesma reportagem, dois padres da mesma Missão Anchieta já deitam falação "científica" e se referem a "estudos de viabilidade técnico-econômica" que, segundo eles, condenavam uma estrada qualquer que estava sendo aberta e que, segundo eles ainda, significaria "o fim de um grupo de Cintas Largas".

Em 12 de abril de 1973, lemos no mesmo jornal: "Igreja não quer mais impor religião aos indígenas, diz o C.I.M.I.". No texto lemos declarações do padre José Vicente Cesar: "Já não se tenta mais impor (sic) aos índios, no Brasil, a religião católica. A Igreja Católica reconhece seus erros (sic) do passado, afirmou o sacerdote, mas hoje ninguém mais pode acusar nossos missionários de tratarem indignamente (sic) os índios procurando catequizá-los a todo custo". Diz ainda o mesmo padre(?), mais adiante: "Todos os missionários que trabalham junto aos índios têm formação antropológica e a intenção da Sociedade Anthropos (da qual, dizemos nós, este indivíduo é o presidente) é dar-lhes, com o tempo, um verdadeiro banho de ciência".

Em 15 de junho de 1973, os jornais publicaram a notícia da visita que fizeram às regiões selvagens do norte do país (talvez inspecionando seus domínios) o Presidente e o Secretário da C.N.B.B., ambos da família Lorscheider que, na volta deitaram falação também: "todo o problema diz D. Aloisio Lorscheider é que as terras que deviam ser aproveitadas para a plantação de seringais estão sendo devastadas para a criação de gado". E, em outro jornal: "a terra está sendo tomada pela pecuária deixando de lado a agricultura que poderia ser uma fonte de melhores lucros".

Vemos pois que as opiniões da C.N.B.B. sobre agricultura, pecuária, estudos de viabilidade econômico-social de estradas, antropologia, etc. é que nos devem interessar e a elas é que as autoridades devem prestar o máximo de acatamento segundo parece. Quanto à alma dos índios e sua religião, isso "deixa-se de lado". Sejamos "científicos".

Em 4 de julho de 1973, o padre Egydio Schwade informa que, segundo parece, já se celebram missas na Missão Anchieta mas "os índios não são chamados para o culto. Vão se quizerem".

Em 12 de novembro de 1973, lemos nos jornais: "os bons resultados alcançados pela Missão Anchieta, cuja atuação mereceu a aprovação da cúpula da Igreja (sic) acabaram por convencer as outras missões religiosas. O primeiro passo para adesão das demais àquela diretriz é o curso de antropologia, etnologia, educação e saúde ministrado por sacerdotes da Missão Anchieta".

Desse modo, senhores dirigentes do país, senhor Ministro do Interior, senhor Presidente da República, o primeiro equívoco grave que os senhores cometem é o de pensar que combatem, ou melhor, estão sendo combatidos, por padres e bispos que lidam com índios. Eles já não são mais padres e bispos e nem sequer agem ou falam como católicos há muito tempo. São antropólogos, etnólogos, "científicos", etc. Ou antes, eles se dizem antropólogos. Ora, a julgar pelo que sabemos da falta de idoneidade e de seriedade desse tipo de gente, o primeiro cuidado que as autoridades públicas deveriam tomar é, como ocorre no exercício de qualquer profissão, averiguar até que ponto é idôneo o curso de antropologia que eles pretendem ter feito e mais ainda fixar as condições para o exercício dessa profissão.

Qualquer médico ou advogado tem que se submeter a exigências formuladas pelas autoridades públicas quer para seus estudos, quer para exercer suas profissões, tirar alvará, pagar impostos, etc. Justamente aqueles que se acham com o direito de se arrogar tarefas antropológicas e ainda por cima com pobres seres destituídos de um mínimo de recursos civilizacionais que lhes permitam defenderem-se de escroques "científicos", esses é que serão privilegiados e deixados livres de qualquer fiscalização? Parece-nos claro que até agora os governantes se deixavam inibir por tolher porque acreditavam estar lidando com padres e bispos, aliás fortemente apoiados pela cúpula da C.N.B.B. e que, portanto, teriam conseguido todo o prestígio da Igreja Católica. Ora, eles mesmos, como mostram os textos acima, fizeram questão de marcar sua ruptura com a Igreja Católica, com a sua tradição e com seu ensinamento perene. Porque não tratá-los pois como merecem?

Mas, na verdade, sofreríamos em nossa consciência se parassemos aqui. Se as autoridades pura e simplesmente dessem licença àqueles corruptos e corruptores para usar sua "antropologia" em cima dos pobres índios estariam também cometendo uma gravíssima falta abandonando os selvagens às mãos de quem, além de trair sua fé e sua Igreja, nada mais quer senão utilizar os índios como instrumento de atividade subversiva, aliciá-los e agulá-los como se pode mostrar e se procurará fazê-lo a seguir. Além de trair sua condição sacerdotal, traem os índios e traem a pátria. Vamos outra vez aos fatos.

Disse recentemente o acima referido Tomás Balduino: "Não há conflito entre as duas entidades (a Funai e o C.I.M.I.) para saber quem ampara ou

deve amparar os índios. O que acontece é que o C.I.M.I. é um órgão inteiramente voltado para o índio e seus interesses. De seu lado a Funai é uma repartição do Ministério do Interior cuja finalidade é amparar o desenvolvimento das grandes empresas agropecuárias na Amazônia, tanto as nacionais como multi-nacionais." Vê-se logo quais os valores que ele põe em jogo com suas "grandes empresas" e suas "multi-nacionais".

Esses padres e bispos que se arvoram em "defensores" dos índios contra o Governo já deram mostras também daquilo que pretendem e de como se voltam para os interesses dos índios. Além de agular os índios contra as autoridades e incentivar xavantes contra "posseiros" e, especialmente, contra as empresas agrícolas ou pecuárias da região, eles querem "concientizar" os índios como fizeram com os "jovens" que transformaram em terroristas e assassinos através dos "T.L.Cs." ou dos "Encontros". Assim promoveram recentemente um encontro clandestino e ilegal de "chefes" indígenas, encontro do qual os jornalistas e representantes do governo foram excluídos e proibidos de participar. Dir-se-ia se tratava de um encontro só de índios como outrora, em certas missas e em certas reuniões, diziam que só os "jovens" e nunca seus pais ou mesmo qualquer pessoa mais idosa podiam entrar. Mas, tanto nos encontros de "jovens" como nesses de "índios" há sempre alguém que não é nem jovem nem índio. É o padre de esquerda, é o bispo transtornado, obstinado, furioso. Esses ficam. Esses não saem. Esses promovem as reuniões de "concientização" e não querem competição com jornalistas, ou funcionários ou pais de família. No encontro recente Tomás Balduino lá estava. Antonio Iasi e José Vicente Cesar idem. Todos são antropólogos quando convém e, quando convém, bispos e padres da Igreja Católica em cujo nome ousam falar. Quando o delegado da Funai, afirmando que a reunião era clandestina e não autorizada, exigiu a saída também dos Balduinos este, tentando imitar o inefável Dom Valdir Calheiros, declarou logo que só sairia "preso". Dissolvida a reunião pelas autoridades, clamou que se tratava de um ato de prepotência, etc. O resultado das atividades desses "defensores" do índio já começa a se fazer sentir na linguagem de uns pobres índios "concientizados". Um deles, chamado Aniceto Xavante, "grande chefe", segundo o jornal de 28 de dezembro que leio, declara que eles, xavantes e não a polícia é que irão prender os "posseiros" que mataram o Padre Rudolf Lükensbein, afirmando ainda que "a Polícia não tem competência ou não quer prender ninguém". Outros índios presentes à reunião, estes falando pela boca de Padre Antonio Iasi, manifestaram já atitude de ressentimento contra a Funai como se lê no "O Estado de São Paulo" de 4 de janeiro e de arrogância perante o Governo, dizendo que "levar índio não pode ser. Tem que ser onde índio quer". E os xavantes presentes, ainda falando pela boca do Padre Iasi, declararam aos outros "Vocês não ficar na moleza, não. Fazendeiro entrar? Manda para trás" ao que outro xavante, sempre pelo mesmo padre, aditou: "Eu não querer brigar."

Quando branco atacar primeiro, nós guerra para civilizado". Ora, isso de "atacar primeiro", como sabemos, se fabrica.

Cabe ao Governo assinalar aos "antropólogos" os limites e condições de atuação dentro das diretrizes do Estatuto do Índio, lei brasileira em vigor. Por outro lado os indivíduos que já deram mostras suficientes de que trabalham sem cessar por instigar os índios contra o Governo, utilizando indígenas que a lei brasileira protege contra exploradores de diversos tipos, esses deveriam ser proibidos de agir no interior. Deveriam, em particular ser processados como corruptores de incapazes e exploradores ideológicos de pessoas legalmente equiparadas a menores de idade. Se afinal o Governo brasileiro já se convenceu de que está lidando com indivíduos de extrema perfídia e grande periculosidade (por causa de suas remificações na Europa e nos Estados Unidos) e ainda se já reconheceu que tem sido ludibriado pelos Avelar Brandão que fingem ser moderados e fingem ter influencia para "moderar" os bispos, se tudo isso já ocorreu (e não é sem tempo) é imperativo que o Governo brasileiro faça uso das leis do país e promova na Justiça a dissolução dessa organização espúria que nada tem de católica chamada C.I.M.I., agente de corrupção pública e de instigação subversiva incessante, instituição que mente, agita, intriga no exterior e conspira, no país, com os inimigos da Pátria. A agencia de notícias católica alemã KNA transmite para Roma noticiário difamatório contra o Brasil e a organização católica alemã "Adveniat" corre a importar o bispo esquerdista brasileiro de Nova Iguaçu, Adriano, para que este conte o que lhe convém contra sua pátria no estrangeiro. Tudo isso, é espalhado pela Europa inteira pela Rádio Vaticano (vide "O Estado de São Paulo" de 15/1/77), incessantemente jogando lama contra nosso país e outros países onde os comunistas são combatidos e especialmente aqueles em que foram vencidos. Ora, é para alimentar aquela agencia de noticia dita católica, KNA e a Rádio Vaticano, é para confirmar os boatos sobre massacre de 6.000.000 de índios que essa gente anseia por uma hecatombe. Por enquanto, além da morte de dois padres em incidentes da cronica policial, poucos sabem que morreram bem mais do que dois soldados da Policia Militar em incidentes recentes em cuja morte aqueles que açulam ódios entre índios e posseiros e entre estes e o governo têm talvez mais responsabilidade do que parece.



CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10-2382

70.000 - Brasília - DF - Brasil

À ASF

MRL. 8, p. 212/250

*Arquivado
por 17-9-76*

- 1) - Para encaminhamento.
- 2) - Já foi acionado o governo do Estado e o Delegado do 43º R para apuração da veracidade da denúncia.

Em, 14.09.76

Ismael de Araújo Almeida
Presidente da FUNAI

CIMI DENUNCIA VIOLÊNCIAS E ESPANCAMENTOS DE ÍNDIOS DO SUL

A coordenação do CIMI-SUL, reunida em Xanxerê nos dias 1 e 2 de setembro, contando com a presença do Bispo diocesano de Chapecó, constatou mais uma vez os abusos, as violências e as arbitrariedades que estão acontecendo contra um grupo de índios Kaingang, no Rio da Várzea, próximo à cidade de Rodeio Bonito (RS).

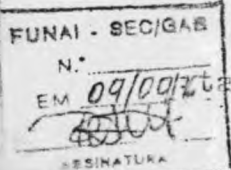
Conforme denúncias feitas pelos próprios indígenas em questão e constatadas posteriormente, pela imprensa local, e por membros do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), são estes os fatos!:-

1. No dia 12 de agosto, p.p., a menor Belmiria Vitorino Caneró, enquanto se dirigia para a escola, foi agredida por um guarda florestal, que tentou agarrá-la à força e possivelmente, seduzi-la. Neste dia, os guardas da área florestal estiveram na casa ^{do índio} de Antonio Domingos, tirando-o, violentamente, de seu rancho e batendo-lhe bárbara e gratuitamente. Sua mulher, apavorada, fugiu para o mato, com seus filhos, quando pôde ainda presenciar os guardas matando a tiros, os cachorros da casa, enquanto outros, agrediam o seu marido. Quando retornou, não encontrando o marido temeu que ele estivesse morto, jogado no mato e apodrecendo no tempo. Foi constatado por pessoa ligada ao CIMI, que este índio, depois de espancado, força amarrado, ficando atado três dias.

2. O índio Antonio Caneró foi pressionado a sair de sua casa, dando-lhe os guardas, um prazo, ameaçando-o de espancamento, caso não cumprisse a ordem. Derrubaram também, sua casa, colocando seus pertences na rua. O mesmo aconteceu com Elias e João Cego. Semelhante ameaça paira sobre a casa de Chico Caneró. Ainda na mesma ocasião, tentaram a compra da filha menor de uma índia.

3. Outra feita, procuraram Antonio Caneró e exigiram, sob ameaça de espancamento e de morte, que o índio lhes arrumasse 4 (quatro) mulheres índias, inclusive sua esposa. Diziam:- "os índios não têm vez" em nada e os guardas têm o poder de espancar à vontade e, se quisessem até matar os índios que acharem necessários". (O Regional, 25/8/76).

4. Há dois anos atrás, a índia Cema Caneró foi brutalmente violentada por 7 guardas florestais, que segundo depoimentos, "fizeram tudo"



CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10-2382

70.000 - Brasília - DF - Brasil

com ela.

5. Envolvimento da guarda florestal e brancos de Rodeio Bonito, a data de riquezas existentes no parque Florestal de Rio da Várzea, com interesses comerciais.

6. Como agravante aparece o fato de que, segundo depoimento dos índios, muitas vezes alguns guardas estarem bêbados.

Sob alegação de reserva florestal, os guardas proibiram aos índios todos os trabalhos de roça e de construção de casas, ameaçando incendiá-las e derrubá-las. E, caso não parassem de incomodar, haveriam de usar as armas de fogo para expulsá-los.

É interessante observar que tudo isto aconteceu uma semana após a visita do chefe do Posto Indígena de Nonoai, sr. Lídio Dalla Betta, da Funai, acompanhado pelo Cacique Alcino Nascimento e dois guardas florestais. Na oportunidade o sr. Lídio animou os índios a prosseguirem com suas roças, achando necessário a arrumar-lhes uma junta de bois e a abrir uma estrada para o acesso de trilhadeira e escoamento de seus produtos, que no momento, são transportados de canoa.

O clima de violência contra esse grupo indígena, data de 1949, quando o Estado do Rio Grande do Sul, iludindo a Assembléia Legislativa, grilou a área de 19998 ha. pertencentes ao tolido de Nonoai, tentando, sempre, pressionar os índios a abandonarem suas terras.

Em junho último, o Pe. Egon Dionísio Heck, do Conselho Indigenista Missionário, tentou inutilmente um diálogo, sobre o futuro daqueles índios, com técnicos e autoridades da Unidade de Preservação, Controle e Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, sob cuja responsabilidade, em última análise, acontecem todas as arbitrariedades citadas.

1. Nessa ocasião, foram feitos as ameaças costumeiras usando a velha tática tachando-o de subversivo e de que as acusações seriam levadas ao Serviço Nacional de Informação, para coagir, intimidar e silenciar a realidade dos fatos. Dessa forma concluíram que só aceitavam a ação dos missionários caso se aliassem aos intentos, que eram: a expulsão dos índios, ou, na melhor das hipóteses, a transferência dos mesmos para outra área (a de Guarita).

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10-2382

70.000 - Brasília - DF - Brasil

- 3 -

2. Neste sentido queremos alertar para a grave situação de vida infra humana em que vivem tantos índios do sul do país, fora de suas área, pela má situação das mesmas, especialmente por causa dos intrusos. É o caso do Toldo de Iruí (RS), em que os índios vivem de artesanato, e atração turística; índios da Barragem, em Santo Amaro (DF), vivendo do corte de madeira, além de atração turística, com seu artesanato. É ainda o caso dos índios de Mariópolis (PR), explorados pelos fazendeiros, como mão de obra barata; e, finalmente, os do Toldo de Irani (SC), que vivem como peões, na própria terra que lhes foi tirada.

Diante do covarde recrudescimento da violência contra este grupo indígena, o CIMI sente-se na obrigação de :

a) Repudiar e denunciar as arbitrariedades que vêm sendo cometidas, neste momento, contra estes índios.

b) Reforçar o seu apelo ao Estado do Rio Grande do Sul, para que aplique o que foi aprovado pela Assembléia Legislativa, a propósito da Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 1968, apurou a situação dos índios da reserva de Nonoai e dos chamados "agricultores sem terras", e do constante da Resolução 3 de reincorporar desde logo, as áreas destinadas à Reserva Florestal.

c) Afastamento imediato dos guardas florestais, autores das violências contra os índios do Rio da Várzea, e demissão dos mandantes destes crimes.

d) O CIMI quer demonstrar seu apoio ao esforço sério e objetivo que vem sendo feito pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tapejara, Santo Augusto, Tenente Portela, Nonoai, Redentora, Cacique Doble, Miraguaí, e Rodeio Bonito, no sentido de superar, de uma maneira justa, toda a lamentável situação em que caíram os índios e pequenos lavradores, através da irresponsável de órgãos públicos e de outros interesses escusos. Neste sentido subscrevemos a sugestão dos referidos sindicatos, enviada ao Ministro do Interior Rangel Reis com data de 15 de julho, com sentido do assentamento das famílias dos colonos em outras terras (propomos que estas se localizem na mesma região e que os colonos não sejam atemorizados com tr'

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10-2382

70.000 - Brasília - DF - Brasil

- 4 -

transferência para a Amazônia), a fim de não vê-los vagarem em situação de penúria, sem condições de trabalho.

Voltamos a apelar às autoridades do INCRA e da Funai, no sentido de cumprirem imediatamente as suas promessas aos colonos e índios que vivem angustiados e desejosos de sair dessa situação. Aos colonos, no sentido de reassentamento definitivo em outras áreas. Aos índios, no sentido de reintegração e de posse plena das terras que, tradicionalmente, lhes pertencem.

Isto fazemos na certeza de que a sobrevivência física e moral desses povos indígenas no sul do país, será um sinal e uma esperança de transformação da nossa sociedade e uma conversão da mesma, para os verdadeiros valores do Evangelho, tão vivamente presentes nessas sociedades indígenas.

Karxerê, 02 de setembro de 1976 //

+ Yosi Gomes Bispo de Chapecó
D. José Gomes - Bispo de Chapecó

Pe. Natalício José Weschenfelder
Pe. Natalício José Weschenfelder - PR.

Pe. Egon Dionísio Heck
Pe. Egon Dionísio Heck - SC

Pe. Geraldo Eugênio Salame
Pe. Geraldo Eugênio Salame - SP

Pe. Hélio Luiz Welker
Pe. Hélio Welker - RS

O Globo, de 16-9-76
**Funai quer apurar denúncia
 de tortura de índios no Sul**

BRASÍLIA (O GLOBO) — A Fundação Nacional do Índio pediu ao Governador do Rio Grande do Sul, Synval Guazzelli, que mande apurar as violências praticadas por guardas florestais contra mulheres e crianças da Reserva Indígena de Nonoai, perto dos municípios de Rodeio Bonito e Nonoai.

A informação foi dada pelo Presidente da Funai, General Ismarth de Oliveira, que disse que o Governador "já determinou que os fatos sejam apurados". A denúncia foi formulada na semana passada pelo Secretário do Conselho Indigenista Missionário-Cimi, Padre Egydio Schwade. Segundo o missionário, os guardas "torturaram, espancaram, seduziram e violentaram mulheres e até mesmo crianças indígenas".

A denúncia do Secretário do Cimi foi confirmada anteontem pela freira Elizabeth Dalla, que mora na cidade de Rodeio Bonito e estava proibida de entrar na Reserva pelos próprios guardas. Em seu relato, a freira disse que os maus tratos sofridos pelos índios foram comunicados pelos caciques da Reserva Indígena, que "chegaram chorando ao hospital da cidade para serem atendidos".

Arenista e Cimi

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — O Deputado Adolfo Puggina (Arena-RS) defendeu ontem a posição do Cimi em denunciar sevícias contra indígenas e criticou o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, que acusou o clero brasileiro de "insegurança, desordem social, tumulto no meio rural, e infiltração comunista".

Ele citou irregularidades que vêm sendo cometidas nas reservas indígenas do País, principalmente na de Nonoai, onde "assassinos profissionais e homens fardados expulsam os trabalhadores rurais, que ali vivem há

vários anos, em número de centenas de milhares, em terras que inclusive foram vendidas pelo próprio Governo".

O parlamentar contou o caso de um índio que os guardas florestais deixaram amarrado por três dias a uma árvore e uma índia que foi violentada por sete homens". E disse que estabeleceu-se na reserva o câmbio de mulheres.

Para Adolfo Puggina, o Cimi nada mais faz do que pedir às autoridades providências contra esses crimes e é acusado de levar agitação ao meio rural".

Antropólogos

PORTO VELHO (O GLOBO) — A Funai vem tentando evitar a verdadeira "corrida de antropólogos estrangeiros" em direção às reservas indígenas, especialmente as situadas em Mato Grosso e em Rondonia.

A informação foi prestada ao GLOBO em Porto Velho pelo Diretor do Departamento de Operações da Funai, Francelisio Van Der Broocke. Segundo ele, além de dois antropólogos franceses, dois ingleses procuraram o órgão em Brasília pedindo permissão para penetrar no Parque Indígena do Aripuanã, especialmente na Reserva Indígena Sete de Setembro.

— Alguns desses antropólogos — disse o funcionário — causam-nos problemas graves, porque nada fazem a não ser explorar a imagem do índio fora do nosso país. Deslocam-se para o Brasil só na ansia de elaborar suas teses e acabam até editando seus livretos, que são vendidos e proporcionam lucros. Uma das metas da Funai é terminar com certos abusos, resolvendo os problemas indígenas internamente, com o apoio de gente nossa, que realmente se interesse por suas condições humanas.

*Cont. - n.
 m. 16/9/76.*



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNAI

Brasília - DF.

Em

.....

Do

Ao

Assunto

JB - 15/9/76

Funai e Polícia procuram torturadores de índios da reserva sulista de Nonoai

Porto Alegre — A Funai abriu sindicância para identificar os guardas florestais que torturaram, espancaram, seduziram e violentaram mulheres e até mesmo crianças indígenas na Reserva Florestal de Nonoai, uma área de 20 mil hectares distribuída entre os Municípios de Rodeio Bonito, Nonoai, Planalto e Liberato Salzano. A Funai já comprovou a veracidade de uma denúncia: a destruição das casas dos índios Elias e João Cego.

A Delegacia de Polícia de Rodeio Bonito abriu inquérito, e o delegado Julio Porto declarou que os índios ratificaram todas as acusações. A freira Elizabeth Dalla, proibida há dois anos pelos guardas florestais de entrar na reserva, disse que os chefes do grupo indígena chegaram chorando no Hospital São José, onde ela trabalha, denunciando uma série de maus tratos.

VIOLÊNCIAS

O índio Antônio Domingos ficou três dias amarrado numa árvore e foi espancado pelos guardas florestais. A índia Cema Canerá foi violentada, e seu pai, Antonio Canerá, ameaçado de morte, caso reagisse à tentativa de sequestro de quatro índias, fato que não se consumou porque elas fugiram. A menina Belmiria Canerá, de 12 anos, foi ameaçada de sedução pelos guardas florestais que estavam bêbados, quando se dirigia ao Colégio São Pedro, em Rodeio Bonito. A menina conseguiu fugir, e seus pais a impedem agora de voltar às aulas, com medo de que ela sofra alguma violência. Todas essas denúncias foram confirmadas pela freira Elizabeth Dalla.

Já foram intimados a comparecer à Delegacia de Polícia de Rodeio Bonito (a 420 km da Capital), os responsáveis pela Reserva Florestal, o engenheiro-agrônomo Alexandre Tergolina e o engenheiro-florestal Juvenal Pavone. Deverão ser ouvidos os seis guardas florestais da Reserva de Nonoai no processo por danos materiais, lesões corporais e sedução, aberto pela polícia. Em Porto Alegre, o coordenador da Unidade de Preservação e Controle de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura, Sr Alberto Maixner, reafirmou que as acusações dos índios são inverídicas, já que falou semana passada com o responsável pela reserva, Sr Alexandre Tergolina, e ele lhe disse que estava tudo normal na área.

Quanto as cópias do Relatório
Locado entre a Pres. e gov.
Pes. 15/9/76

TELEGRAMA

Nome e cargo do Expedidor fechando o texto. Escrever separando as palavras com 2 espaços.

MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO				MRL 8, p. 219/250 CARIMBO DA ESTAÇÃO	
Prêmbulo	Espécie: OFICIAL		Número _____	Data _____	Hora _____
	Origem _____		Palavras _____		Via a seguir _____
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS			HORA DA TRANSMISSÃO		
Endereço	DR SINVAL GUAZELLI DD GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PORTO ALEGRE RS				
	INICIAIS DO OPERADOR				
N.º557/PRE DE 08 — 09 — 76 — SOLICITO COOPERAÇÃO VOSSENCIA SENTIDO DETERMINAR APURAÇÃO RIGOROSA DENUNCIAS FORMULADAS / CIMI RESPEITO MAUS TRATOS ET ESPANCAMENTOS INDIOS NONOAI / VG POR PARTE GUARDAS FLORESTAIS ESTADO PT FACE GRAVIDADE DENUNCIAS OCORRIDAS AREA GOVERNO ESTADUAL VG TENHO CERTEZA QUE MEDIDAS CORRETIVAS SERÃO APLICADAS AOS RESPONSÁVEIS PT CORDIAIS SAUDAÇÕES PT ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA PRESIDENTE FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO // // // // //					
Assinatura ou rubrica do expedidor <div style="text-align: right;"> <i>Jurandir Marcos da Silva</i> Chefe do Gabinete/Im. Port. 387/P/76 </div>					

Para S.P.A.

MR-8, p. 220/250

3908.1730

51112360RS BR

HAL GOV - CASA MILITAR - OTEL
DE FALEBRE RS 48-005

08-09-76 15,00RS

PRESIDENTE ISMAR DE ARAUJO OLIVEIRA

FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI
GRASILIA - DF

INFORMO ILUSTRE PRESIDENTE RECOMENDEI JUNTO SECRETARIO AGRICULTURA
ESTADO SEJAM TOMADAS TODAS MEDIDAS ACONSELHAVEIS PARA ESCLARECER -
FATOS DENUNCIADOS RESERVA INDIGINA **NONCAI** NESTE ESTADO BEM COMO ME-
DIDAS CORRETIVAS CASO DENUNCIAS SEJAM PROCEDENTES PT - CORDIAIS --
SAUDACOES - SIGIVAL GUAZZELLI - GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE-
DO SUL PT

TRANSM POR 2. SGTEN. CLECIO EM 08-09-76 AAS 18,00RS

51112360RS BR

Jul 220/26/AS1
Aug. 13.5.26

Aug. 7. 9/5/26

EMBRATEL

EMBRATEL



EME

EMBRATEL

EMBRATEL



FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
10.a DELEGACIA REGIONAL

Arquivado na
ASI.

Em, 17.01.77

Ismarim de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI



RELATÓRIO QUE FAZ JOSÉ CARLOS ALVES
- DELEG. REG. DA 10.a. DR/RR SÔBRE
REUNIÃO DE TUCHÁUAS NA VILA SURUMU,
REALIZADA PELA PRELAZIA DE RORAIMA.

Senhor Presidente:

Durante a semana passada a Prelazia
de Roraima convocou uma reunião de Tucháuas e índios catequistas das Malocas do
Território, para os dias 7, 8 e 9 do corrente, na Vila Surumu, situada a margem es-
querda do rio Surumu, um pouco abaixo da voz do rio Miang no citado rio e fora
dos limites da Faz. São Marcos.

Da citada reunião, nossa Delegacia
não foi avisada, nem solicitada a participar, sendo feita portanto à revelia de
nosso órgão, ferindo a Lei 6.001/73-ESTATUTO DO INDIO e nossos Estatutos.

Na manhã do dia 7 pp, recebemos um
informe verbal, dando conta da realização da reunião e da presença de um Bispo de
Mato Grosso, participando da mesma. Mais tarde, mantivemos reunião com o Sr. Ome-
ro Cruz, Chefe da ASI do Território, que confirmou a presença do citado Bispo,
sem sabermos o nome. Entrei em contato telefônico com a Prelazia, sendo informado,
da presença do Pe. MÁRIO BIANCHI, superior da Ordem da Consolata, que se encon-
trava com Dom ALDO MONGIANO, Prelado local, na região de Caracarái.

Na parte da tarde, fomos convocados
para reunião com o Comandante da PM/RR - Cel Paulo de Tarso, quando já existia
a informe da presença de um Padre Egidio do CIMI, naquela reunião. Seguimos in-
continentemente para a Sede da Prelazia, onde mantivemos contato com o Pe. GIUSEPPE FU-
MAGALLI - Administrador da Prelazia, que ao ser interpelado sôbre a reunião e pre-
sença de Membros do CIMI, demonstrou admiração em não sabermos da mesma, pois fi-
cou combinado entre eles, que seríamos convidados. Confirmou então a presença de
Dom TOMÁS BALDUINO - Presidente do CIMI e do Pe. EGIDIO SCHWADE - Secretário
Executivo do mesmo órgão e Dom ALDO - Bispo de Boa Vista, na citada reunião.

Advertido da ilegalidade da reunião
e da proibição da presença dos membros do CIMI em áreas indígenas, informou que a
Prelazia foi pressionada pelo CIMI a não nos convidar, nem tornar pública suas
presenças. Informou ainda, que todos os anos, em janeiro, a Prelazia faz esse ti-
po de reunião, fim despertar o índio para a religião e avaliar a penetração da
mesma no seio das Comunidades e que, em outubro pp. o Pe. Egidio, esteve no Terri-
tório e ao saber da reunião, falou que o CIMI viria participar da mesma, contra-
riando assim a programação da Prelazia. Disse ainda, não saber o que estaria ocor-
rendo na reunião com a presença dos citados religiosos.

Logo após sairmos da Prelazia, infor-
mamos verbalmente do teor da conversa à Polícia Federal, PM/RR, ASI/TFR e ao
Oficial de Dia do BEF, Telefonamos também para o Melo da ASI/FUNAI em Brasília, co-
locando-o ao par das ocorrências.

Resolvemos então, dirigirmo-nos pela
manhã ao local para tomar as providências exigidas, convidando um elemento da

CONFIDENCIAL

Cont.

Polícia Federal para acompanhar-mos, no que fomos prontamente atendidos.

À noite, fomos convocados pelo Exmo.Sr. Governador do Território a seu gabinete e fomos informados que já tinha dado a conhecer da reunião, ao Ministro do Interior e a V. Excia, que determinou nossa ida ao local. Estavam também presentes, no gabinete, o Cmt. da PM/RR, o Chefe da ASI/TFR. Mantivemos contato telefônico com V. Excia., informando-o de todos os fatos e marcamos a viagem para a manhã seguinte, dia 8.

Logo depois fomos a Polícia Federal, onde pedimos oficialmente a colaboração da mesma, ficando acertado que nos acompanhariam 04 Agentes Federais fim nos apoiar e auxiliar no cumprimento da missão.

Chegamos ao local, às 10:30 hs da manhã, acompanhados do Sert. Sebastião Amâncio da Costa e do Agente Federal Linares' Barbosa, ficando os outros Agentes na vila, pois o Colégio, onde se realizava a reunião fica a uns 800 mts da vila e, queríamos inicialmente resolver a questão com calma. Somente em caso de Tumulto, acionaríamos os outros Agentes.

Inicialmente mantivemos contato com D. ALDO - Bispo de Roraima, que ao chegar até nós, estava livido e preocupado, pedindo uma série de desculpas por não ter nos convidado. Fomos conversar numa sala do hospital da Prelazia reservadamente. Explicamos então a êle que a convocação de reunião de índios era atribuição da FUNAI e que D. Tomás e Pe. Egidio, estavam proibidos de entrar em áreas indígenas, conforme ato baixado pela direção da Fundação e que nós estávamos ali para terminar a reunião e pedir a saída dos dois. Explicou não saber da proibição de entrada dos dois e que a reunião foi programada para ser somente sobre religião como das outras vezes e que a presença de membros do CIMI, órgão que êle não conhece seus objetivos e é contra, foi discutida durante dois dias na Prelazia, dizendo que ficou bastante preocupado com a presença dos mesmos e de várias jornalistas, trazidos por êles, mas que não poderia proibir a presença de D. Tomás, o qual não conhecia, por ser um colega seu. Informou também, que os citados religiosos haviam participado da reunião do dia 7 e manhã do dia 8, sem contudo ser tratado ou conversado nenhum assunto explosivo ou inconveniente.

Saiu então, para falar com D. Tomás e Pe. Egidio, voltando após uns 20 minutos com D. Tomás, o qual nos apresentou e o mesmo pediu que explicássemos nossos objetivos, com semblante de deboche e cinismo. Após as explicações, disse que: haviam participado da reunião, porém não haviam tratado de assuntos "subversivos", que podíamos ficar tranquilos; que era inconstitucional querer privá-los de estar numa casa de Deus, pois existe a liberdade de culto em nossa Carta Magna; que queria ver o documento que proibia êle, Dom Tomás Balduino, de entrar em áreas indígenas ou se era nós que queríamos proibi-los. Perguntado se desconhecia a proibição, calou-se admitindo conhecê-la. Continuou a falar, dizendo que a Igreja apesar de proibições não abdicaria de trabalhar e ouvir o anseio das Comunidades Indígenas, quisesse o "Sistema" ou não; que era um missionário e não um agitador qualquer; que não aceitaria injunção junto a seu trabalho, pois se abandonasse o local, como ficaria junto à CNBB, que o veriam como um covarde e para

~~CONFIDENCIAL~~

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

10.a DELEGACIA REGIONAL

culminar disse que: só sairia algemado e prêso e estava pronto para tal, estendendo então os braços em direção ao Agente Federal.

Advertido que tal fato não iria ocorrer como êle esperava, perguntamos o porque de duas estadas incógnitos e escondidos, em Roraima e trazendo vários jornalistas, tendo declarado que o CIMI, trabalhava aberto e comunicou a todos que êles viriam para aqui participar da reunião, que se suas presenças ficaram escondidas, não era problema seu e sim do Bispo de Boa Vista, pois não era Bispo de Roraima. Que de jeito nenhum, aceitaria nossas injunções, que já haviam cumprido a parte dêles na reunião e que de agora em diante, só desenvolveria seu trabalho junto aos religiosos presentes, podendo ficarmos tranquilos que não iria mais aos índios, pois já havia encerrado com os mesmos. Que a única coisa que aceitava, mas sob "veementes protestos" pois era atribuição da FUNAI, era que nos dispensassemos os índios, pois isso não poderia impedir. Durante todo esse tempo que falou, o Sertanista Amâncio, notou a desaprovação de Dom Aldo à suas palavras, pois balançava a cabeça negativamente.

Ficou então combinado, que seria adotado a segunda alternativa ou seja, dispensar os índios após o almoço, tendo D. ALDO tentado uma mediação, no sentido de que nós participassemos da reunião, pois seria somente a parte religiosa e com isso evitaria um grande transtorno a Prelazia, pois os Padres e Freiras que organizaram a reunião, se sentiriam bastante frustrados e a mesma terminaria, no domingo à noite, conforme previsto. Essa proposta, foi feita na presença de Dom Tomás, tendo o mesmo falado novamente, que poderia ir embora, em virtude de já ter encerrado seu trabalho, mas que não iria por não aceitar a injunção de tirá-lo de uma casa religiosa, ficaria como o previsto até domingo às 12:00 hs, quando voltaria a Boa Vista e daqui seguiria para Belém, onde participaria de um curso com índios e depois, para o Rio grande do Sul, onde participaria de outro curso com índios e depois para Mato Grosso com o mesmo objetivo, retirando-se então da sala.

Não aceitamos a proposta de D. Aldo e o mesmo pediu para antes de encerrarmos, falar com seu pessoal e comunicar o ocorrido, tendo nós aceitado.

Nêsse intervalo, mantivemos contato com alguns tucháuas, que disseram terem tratados de assuntos ligado a terras, tendo os membros do CIMI somente ouvido suas pretensões e ansiedades, não os aconselhando a outras medidas, a não ser se unirem para a resolução dos problemas.

Descobrimos estarem presentes ao local, jornalistas das seguintes publicações: Estado de São Paulo, jornal de Brasília Jornal do Brasil, Veja e o Globo. Pelo Estado de São Paulo estava Eliane Catanhede, a única conhecida.

Podemos notar que D. Tomás, durante toda conversa, tentou inculpar o Prelado de Roraima - D. Aldo, pessoa com que temos mantido ótima convivência e diálogo e voltado pelo que nos parece, somente para a Igreja espiritual e não material, como outras correntes da mesma.

Às 14:00 hs, reunidos os índios com a presença de Dom ALDO e religiosos locais, bem como os jornalistas, fomos enca-

~~CONFIDENCIAL~~

encaminhados até ao local da reunião, onde encontramos uma média de 130 índios, sendo uns 50 tucháuas. Explicamos aos mesmos, nossa missão, as atribuições de nosso órgão, a ilegalidade da reunião e demos por encerrada naquele momento, a citada reunião. Os índios compreenderam perfeitamente nossos objetivos e ao término de nossas palavras, nos aplaudiram de pé, durante minutos.

Imediatamente, a Prelazia começou a evacuação dos mesmos para suas Malocas.

Após o encerramento, D. ALDO falou de sua preocupação no nosso relacionamento local - Prelazia / 10a. DR e confirmou mais uma vez, sua contrariedade com a presença do CIMI e jornalistas, órgão que não apoia e que foi pressionado a aceitar a presença dos mesmos e não divulgar suas presenças. Devido seu comportamento anterior acreditamos serem verdadeiras suas palavras.

Voltamos a Boa Vista à noite, quando comunicamos a V. Excia., e ao Sr. Governador, das providências e decisões tomadas.

Esses são os fatos que tínhamos a informar.

Boa Vista-RR, 10 de janeiro de 1977.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

Jose Carlos Alves
José Carlos Alves

DEL. 10.a DR
PORT. 182/P - 08/03/76

MRL-8, p. 225/250
Of. 251/1750R
PS 844/76

segundo o DFM. Os proprietários de outros instrumentos meteorológicos.

Cerco obriga Funai a alimentar os Xerentes

A Sétima Delegacia Regional da Funai, em Goiânia, despacha hoje dois caminhões, transportando gêneros de primeira necessidade para os Xerentes de Tocantnia, numa tentativa de suprir as dificuldades de abastecimento que os indígenas estão encontrando junto ao comércio de Tocantnia e Miracema do Norte.

O delegado regional, Ivan Baiocchi, disse que após o recente conflito entre brancos e índios, em represália, os comerciantes passaram a manter um relacionamento a distância com os índios e a maioria se nega a vender-lhes mesmo gêneros de primeira necessidade.

Boicotados — A Funai não mandará para Tocantnia apenas arroz, pois este é encontrado em

abundância no Médio Norte e é produzido pelos próprios índios. Os dois caminhões levarão feijão, óleo, sal, café, açúcar, querosene, pilhas para lanterna e outros artigos. Segundo Ivan Baiocchi, "a situação em Tocantnia está praticamente normalizada". O policiamento foi relaxado e os índios já estão voltando a cultivar a área que serviu de palco ao conflito e onde se executa um projeto agrário, sob a coordenação da própria Funai. O Delegado da Funai lamenta apenas que os índios não possam fazer suas compras no comércio de Tocantnia, pois considera que, se isso fosse possível, seriam bem melhores as perspectivas de pacificação para conseguir-se uma solução capaz de satisfazer os índios e os fazendeiros ao mesmo tempo.

→ D. Pedro fala de Merure

"O incidente de Merure sintetiza toda uma situação nacional, ou mesmo continental, e deve servir para que todos tomem consciência da situação em que se encontra a população indígena do País", segundo o bispo Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e participante das reuniões do Conselho Indigenista Missionário.

Ontem, em entrevista à imprensa, Dom Pedro — que chegara do Mato Grosso, aonde fora se inteirar dos fatos que resultaram na morte do padre Rudolf Lukenbein e do bororo Simão — afirmou que "Merure, para mim, é um sinal de sangue de um conflito pelo menos nacional".

Testemunho — "Com a mesma força com que digo nacional, poderia dizer continental", frisou Dom Pedro. "O conflito resulta do confronto entre os povos indígenas com a sociedade capitalista invasora. Estas duas últimas palavras, aliás, que para alguns poderá parecer ideológica, para mim é simplesmente realista. Eu disse que é um sinal de sangue do conflito, e digo também que é um sinal de sangue de um testemunho da Nova Igreja Missionária. Um testemunho no sangue que, inclusive, quer dizer: um verdadeiro martírio. Também este testemunho é de valor pelo menos nacional. Na celebração da Eucaristia, que fizemos no último dia 18, eu colocava isso, sublinhando uma maravilhosa coincidência: o missionário Rudolf morreu pelo índio, mas o índio Simão morreu pelo missionário, e por defenderem o missionário foram feridos vários índios. Uns e outros foram feridos ou mortos por defender a terra do índio."

"Essa defesa por parte da Igreja Missionária traduz em concreto a opção da Nova Igreja Missionária, que no Brasil se expressa organicamente pelo Cimi. A Nova

Igreja Missionária opta pelo índio total, como pessoa e filho de Deus, mas também como povo. Quem opta pelo índio tem que defender a terra do índio, assim como defende a sua cultura. Quero sublinhar também como Merure se tornou um compromisso nacional para a Igreja Missionária e para toda a consciência do País que ainda for sensível à causa indígena. Impressionou-me também, nessa visita e celebração em Merure, a agressão de uns vizinhos considerados até amigos pela própria Missão salesiana, e por ela atendidos em tantas circunstâncias. Eles vêm sendo indiscriminadamente qualificados de posseiros, por algum setor da imprensa nacional. Este é um problema histórico de longa data, que deve ser resolvido com visão total e com bastante coragem política: uma "decisão política" que vem faltando no País, segundo declaração do próprio ministro Rangel Reis."

Pronunciamento — No final de sua entrevista, acrescentou o bispo Dom Pedro Casaldáliga que "um pronunciamento mais autorizado, porque mais global, mais oficial, será feito pelo Cimi, no dia 25 próximo. Evidentemente, este pronunciamento significará uma conejamação à opinião pública nacional e a todas as forças indigenistas a se unirem numa ação concreta, para que se resolva de uma vez o problema das terras indígenas, e para que de uma vez se assumam, sem hipocrisia, a questão indígena como causa nacional e como causa continental. Será particularmente uma conelamação, um compromisso para a Igreja Missionária e para todos os cristãos. O padre Rudolf e o bororo Simão deram aquela prova maior do que o Senhor fala no Evangelho. Devemos recolher seu testemunho, seu sangue tem que frutificar".

"O POPULAR" 21-07-76

MIN

Cimi denuncia os responsáveis pelo genocídio indígena

"Os índios brasileiros já foram milhões, mas a invasão de suas terras, o assassinato, a sevícia e o paternalismo de órgãos oficiais os reduziram a 150 mil. É iminente uma nova briga entre os índios e os colonos. Por trás disso estão os latifundiários, e os grandes responsáveis são o INCRA e a Funai." Esta é a opinião do padre jesuíta Egydio Schawde, secretário do Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, quando de sua participação na 2ª. Semana de Atualidades, promovida pelo Diretório Central dos Estudantes, da Universidade de Londrina, que ora se realiza.

Procurando mostrar um quadro real da situação do indígena no Brasil, o sacerdote afirmou "que estão matando o índio brasileiro quando lhe tiram a terra". Para ele, "esta é uma forma de genocídio que começou desde quando o branco veio, e por meio de agressões invadiu seu território".

Para o sacerdote, é tarefa de todos apoiar decidida e eficazmente, em todos os níveis, o direito que têm os povos indígenas de recuperar e garantir o domínio de sua terra, uma vez que eles são os proprietários e parte integrante da mesma terra. Terra apta e suficiente para um crescimento demográfico adequado à sua realidade ecológica e sócio-econômica. "Devemos também reconhecer, respeitar e apoiar abertamente o direito que têm os povos indígenas de viver

segundo sua cultura e, de modo especial, animar os grupos em processo de desintegração para que revitalizem sua cultura."

Constitui-se, ainda, tarefa de todos — ressaltou — procurar por todos os meios devolver aos povos indígenas o direito a serem sujeitos, autores e destinatários de seu crescimento. Para o sacerdote, é importante que se reconheçam os índios como pessoas e como povo; eles devem ser aceitos como adultos, com voz e responsabilidade, sem tutela nem paternalismos, capazes de construir sua própria história. "Qualquer organismo religioso ou civil que considere o índio ou grupo indígena como propriedade ou objeto de manipulação, atenta contra os direitos fundamentais da população indígena" disse.

Para o sacerdote, o Cimi deve conduzir a pastoral indigenista em nosso país dentro da missão que a igreja latino-americana se sente chamada a cumprir no mundo de hoje, de exprimir e encarnar o apelo dos oprimidos e marginalizados, superando nossos individualismos de igrejas e congregações, e buscando, conjuntamente, a união e coordenação de todos os esforços.

"Ao aprovar estas linhas de ação — disse ele — cremos proporcionar alternativa ao único modelo sócio-econômico e religioso da sociedade nacional, garantindo assim um Brasil mais justo e pluralista."

Deputado acusa o INCRA

Ao fazer uma análise da recente decisão tomada pelo ministro Rangel Reis, com relação à situação da Cocal, onde os índios suruí vão ser deslocados para mais cinco quilômetros ao Norte, o deputado federal Jerônimo Garcia de Santana, do MDB rondoniense criticou o fato de "os que armaram os índios e os incitaram contra os colonos permanecerem na área do Parque Aripuanã".

"Naquela região a área indígena foi dividida em quatro setores, que estão com os Lunardelli, Garão Maia, José Luiz e Miguel Forte, este último da cidade de Tupi Paulista. Nestas fazendas, os donos têm grupos de jagunços armados, prontos para defenderem as terras que senhores feudais se dizem proprietários, mas que estão na área da Funai e ela não tem coragem de tirar, porque prefere dizer que desconhece a invasão."

A respeito do INCRA e sua atuação, disse Jerônimo Santana: "Ele é o anticolono, porque defende os interesses dos grandes grileiros. Estou colhendo dados para denunciar um funcionário do INCRA que, a troco de um carro Opala, assinou um documento favorável ao Lunardelli."

Outro escândalo apontado por Jerônimo Santana, envolve

até o Curso Objetivo. Refere-se às licitações para as terras do Projeto Corumbiara, na região de Pimenta Bueno e sob responsabilidade do INCRA. "Na primeira licitação, muitos dos que ganharam, não vieram tomar posse dos lotes porque compraram do INCRA no escuro e depois quando souberam das reais situações, preferiram não voltar."

"Em vez de realizar a segunda licitação, como expõe a lei, o INCRA, através do Departamento Fundiário, que tem como chefe Cristiano Machado Neto, começou a passar lotes para terceiros, através de expedientes internos, sem atentar para a lei que limita em três mil hectares o lote."

Jerônimo aponta alguns dos compradores e os lotes que adquiriram: "O fazendeiro Moisés de Freitas, do Paraná, que está em Vilhena (na beira da BR-364, fronteira de Mato Grosso), adquiriu 52 lotes de dois mil hectares cada um, totalizando 104 mil enquanto Lunardelli ficou com mais 30 mil e o Curso Objetivo com mais 40 mil hectares. Tenho condições de provar que Moisés de Freitas gastou dois bilhões de cruzeiros para ficar com aquelas terras."

Missionário diz que Funai é órgão incapaz de evitar a prostituição dos índios

Cuiabá — O secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Padre Iasi, afirmou que a Funai é "um órgão omissivo, moroso e ineficiente, cujas medidas burocráticas revelam a incapacidade de atalhar os males decorrentes de outros órgãos oficiais", citando como exemplo a construção de estradas, "responsáveis pelo alcoolismo e a prostituição de índias, coisas comuns hoje em dia entre algumas tribos".

O missionário acompanhou os grandes chefes de quase todas as tribos do Norte de Mato Grosso, na Aldeia Tira-Catinga, e disse que a Funai não tem força nem para fazer cumprir uma lei, como a Estadual de nº 941, que criava uma reserva "para domicílio e aproveitamento dos índios mukuxis-jaricuna", cujas terras "desapareceram dominadas por fazendeiros, e os índios estão morrendo de fome".

DIZIMAÇÃO

Depois de lembrar que o Prefeito de Boa Vista, Capital de Roraima, já admitiu que os índios não vão durar mais de cinco anos, Iasi ressaltou que a construção das estradas Perimetral Norte e Manaus—Caracarái, forçando o contato sem nenhum critério dos indígenas com os civilizados, a invasão de fazendeiros, o descontrolado desenvolvimento "são causas determinantes na desagregação familiar e grupal e no abandono das próprias hostes".

Afirma ainda o Secretário-Geral do Cimi que, "em termos de ação indigenista oficial, Roraima é um exemplo daquilo que o chefe bororó Eugênio disse na assembléia de chefes indígenas realizada em Diamantino, em abril de 1974: "Se nós vamos esperar pelas autoridades, nós já morreremos três ou quatro vezes".

CONTÁGIOS

Segundo o Padre Iasi Jr., a abertura de estradas na região dos rios Apiaú, Catriani, Ajarani e Jauaperi, aliada à ação de fazendeiros nas regiões de Tajana, Surumu, Cotingo, Normandia, Mau e Serra Azul, totalizando 27 aldeias, provocaram o desvirtuamento dos valores morais dos índios ao mesmo tempo em que o contágio causou o surgimento de surtos de gripes, sarampo, tuberculose e até doenças venéreas. "Essa aproximação apressada e sem qualquer cuidado degenerou os costumes e a moral dos índios a tal ponto que o alcoolismo e a prostituição são fatos comuns entre as tribos."

Padre Iasi afirma que as estruturas da Funai naquela área são precaríssimas, pois, apesar da insistência de missionários e dos próprios índios para que sejam tomadas providências para se minorar pelo menos a desagregação familiar e grupal, "até agora esse órgão que se diz de proteção ao índio nada fez". Segundo o secretário-geral do Cimi, essa luta vem desde 1971 e lembra o apelo dramático feito por um missionário em ofício enviado em 1973 ao então presidente da Funai, General Bandeira de Melo — "de triste memória."

Sobre o desamparo em que se encontram milhares de índios: "Tem-se a impressão que a Funai ou não quer ou não pode resolver esses problemas e as pessoas envolvidas nas irregularidades estão sempre mais se aproveitando da situação".

Ele afirma também que o afastamento de alguns antropólogos que atuavam na área e que a Funai não conseguiu impedir, vai contribuir um pouco mais para aumentar os problemas que os índios de Roraima já estão enfrentando "por causa da ineficiência desse órgão".

Recordou o padre Iasi que uma enfermeira do posto indígena que funciona na localidade chamada Boca da Mata, na BR-174, desesperada com a situação dos indígenas dizia que "só Deus faz milagres e eu não tenho esses poderes". Ela chegou a pensar em abandonar o emprego, seguindo o exemplo do sertanista Antonio Cotrim que, ao deixar a Funai, disse: "Estou cansado de ser coveiro de índios".

Lauro

XEROX DO BRASIL S.A.

CARTÃO DE LEITURA

8220 Nº DE ORDEM	30/08/76 EMIÇÃO	OPERACAO
---------------------	--------------------	----------

FUNDACAO NACIONAL INDIO FUNAI
CLIENTE

SGS ED ALVORADA 04
ENDERECO

P POLOTO ASA SUL BAIRRO	BRASILIA CIDADE	DF ESTADO
----------------------------	--------------------	--------------

ISENTO C.G.C.	ISENTO INSCRICAO ESTADUAL OU C.P.F.	ASS SEG E INF LOCALIZACAO DA MAQUINA
------------------	--	---

C1745 Nº DO CONTRATO	0430 DATA UNIT.	OUTUBRO MÉS DE LETURA
-------------------------	--------------------	--------------------------

730 FILIAL	03583 CLIENTE	0660 MODELO	269.401.484 SÉRIE	A311 P. PRECO	VISITAS	TOTAL CREDITO
---------------	------------------	----------------	----------------------	------------------	---------	---------------

LEITURAS			MEDIDOR 1	MEDIDOR 2	MEDIDOR 3
ATUAL	DIA	MÉS			
ANTERIOR	20 DIA	9 MÉS			3150

NOTA
ESTE CARTÃO DEVERÁ SER MANTIDO NA
MÁQUINA PARA CONTROLE DE ATENDIMENTO.

PERÍODO DE LEITURAS
SOLICITAMOS PERMITIR AS LEITURAS DOS MEDIDORES
DA MÁQUINA ENTRE OS 20 E 25 DIAS DE CADA MÉS.

ASSINATURA DO LEITOR	ASSINATURA DO CLIENTE
----------------------	-----------------------

MA-8, p. 228/250

Padre teme radicalização

ESTADÃO, DE 22-10-76

O presidente do Instituto Anthropol do Brasil e ex-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre José Vicente César, afirmou, ontem, em Brasília, que as acusações que vêm sendo feitas "por alguns elementos mais avançados e insatisfeitos da Igreja contra o governo não deixam dúvidas de que o alvo de tudo é o próprio sistema vigente". Alguns religiosos católicos, segundo o padre, "estão avançando o sinal", o que pode levar as autoridades "ao paroxismo de soluções radicais".

Manifestando a esperança de um diálogo capaz de conciliar "os direitos das minorias índias ou marginalizadas com as justas aspirações do desenvolvimento econômico nacional", o padre César historiou as relações da Igreja com a Funai, agravadas, segundo disse, desde 1970 e sobretudo após a fundação do Cimi, em 1972. Só num "curto período", em 1974, quando ele próprio era presidente do órgão e procurou "dialogar com o presidente da Funai", essas relações teriam melhorado.

"Há um ano, no entanto — prosseguiu o presidente do Instituto Anthropol —, quando uma ala jovem se apoderou das rédeas do Cimi, as divergências entre a Igreja e o governo, no campo da pastoral indígena, aprofundaram-se visivelmente, agravando-se o clima de denúncias e ataques, em escalada perigosa, e tornando-se praticamente impossível qualquer saída para um diálogo honroso e frutífero."

NOTA

O presidente da Funai, general Ismarth Araújo Oliveira, distribuiu nota, ontem, refutando declarações do padre Egydio Schwaden, do Cimi, segundo as quais o órgão responsável pela proteção aos índios "tem sua atuação limitada pela política econômica oficial".

"Ao contrário do que afirma o padre — diz a nota —, o governo tem fornecido à Funai todos os meios para que ela possa, efetivamente, solucionar os problemas de terras das comunidades indígenas. Além do Estatuto

do Índio, o governo regulamentou nos últimos tempos o mecanismo da demarcação administrativa, ato que veio facilitar a tarefa da Funai. O padre não deve ignorar que, no caso da reserva São Marcos, em Mato Grosso, o governo desapropriou várias fazendas em benefício dos índios, não tomando, absolutamente, o partido dos fazendeiros e demonstrando sensibilidade para o problema indígena".

E a nota conclui: "A atitude do padre deixa clara a impossibilidade de diálogo com o Cimi e o acerto da medida tomada pela Funai, proibindo o ingresso desses missionários em nossas áreas indígenas".

Ao tomar conhecimento da nota, o padre Egydio Schwaden mostrou-se surpreso com a tese do general de que a política econômica oficial não tem prejudicado a ação da Funai. "Os próprios funcionários da Funai, sertanistas e técnicos indigenistas — disse o padre —, têm denunciado sistematicamente as pressões que a Funai vem sofrendo

France podem perder tempo.

Henry Marking, diretor administrativo da British Airways, disse não o intimidar a perspectiva de uma prolongada disputa ante novas tentativas para impedir o pouso do Concorde no Aeroporto Kennedy e que sua companhia solicitaria imediatamente autorização para pousos em Nova Iorque e Washington, e o serviço poderá ter início em abril próximo.

A reação um tanto moderada à decisão de Coleman denota desapontamento com o veredicto provisório americano e o receio de que outras tentativas para revogá-la, através de protesto público e de uma ação legal dispendiosa, adiarem os planos para estender os serviços do Concorde a outras rotas internacionais.

Discursando na Câmara dos Comuns, 24 horas depois do anúncio feito por Coleman em Washington, Peter Shore, Ministro da Indústria, elogiou a decisão americana e esclareceu que a British Airways já solicitara autorização de pouso nos aeroportos de Nova Iorque e Washington.

O Ministro disse ainda que não agiria com parcialidade se numa data futura lhe pedissem que autorizasse o voo de aviões supersônicos sobre a Grã-Bretanha, uma clara indicação de que para o Governo britânico eles não representam o mesmo perigo que para os Estados Unidos e outros países.

Padre: Cimi prejudica diálogo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do Anthropol do Brasil, padre José Vicente César, condenou ontem as críticas feitas ao Governo pelos missionários do Cimi, afirmando que, "depois dos trágicos acontecimentos de julho e outubro deste ano, que culminaram com a morte violenta dos padres Rodolfo Lukenbein e João Bosco Penido Burnier, o que mais se teme no momento é o agravamento da crise".

Ele considerou que, a partir de 1970, sobretudo com a criação do Conselho Indigenista Missionário, o clima de relações entre o Governo e a Igreja vem se agravando dia a dia.

— As divergências no campo da Pastoral Indígena se aprofundaram visivelmente há um ano, quando a ala jovem se apoderou das rédeas do Cimi, tornando-se praticamente impossível qualquer saída para um diálogo honroso e frutífero. Em tudo isso, o maior prejudicado é o índio — concluiu o padre.

Tinham fortificações
e um exército bem treinado para defender-se.
Foi governado primeiro pelo rei Ganga Zumba
e depois pelo rei Zumbi.

As tropas portuguesas,
holandesas,
e os bandeirantes paulistas
levaram mais de 90 anos
para conseguirem destruir o Quilombo dos
Palmares.

Houve grande quantidade de quilombos
durante toda a história da escravidão
no Brasil.

7 — OS RICOS FICAM MAIS RICOS

Com o trabalho dos escravos,
a terra produzia, principalmente açúcar,
que enriquecia cada vez mais
os grandes proprietários da terra
e os comerciantes portugueses,
os donos dos navios,
que comerciavam esse açúcar com o resto do mundo.

— OS POBRES PERDEM O QUE TÊM

Com o aumento do comércio do açúcar,
os grandes proprietários
queriam expandir seus grandes engenhos,
mais terra para plantar mais cana.
Os pequenos proprietários não podiam
concorrer com eles.
Acabavam quase sempre por perder
suas pequenas propriedades
para os grandes senhores de terra.
Tinham então que se sujeitar
a trabalhar para os grandes fazendeiros
ou ir para as cidades
procurar outro tipo de trabalho.

As cidades iam se formando e crescendo,
com uma população que era feita

de comerciantes grandes e pequenos,
de funcionários do governo colonial,
e de trabalhadores livres, pobres.

9 — OS TRABALHADORES LIVRES

Esses trabalhadores livres,
pobres, mas não escravos,
eram pouco numerosos até 1850.

Esse grupo era formado por portugueses
e outros europeus pobres
que vinham tentar a vida no Brasil,
ou por seus descendentes,
brancos ou mestiços, já brasileiros,
e alguns índios que viviam nas cidades.
Podiam ser empregados dos comerciantes,
empregados dos funcionários,
ou então viver sem trabalho fixo,
numa vida quase miserável.

Podiam ser também os chamados
"oficiais mecânicos",
isto é, artesãos que tinham um ofício:
sapateiros, tecelões, alfaiates,
ferreiros, carpinteiros, marceneiros,
pedreiros, ourives, fabricantes de barris,
escultores, entalhadores, seleiros, etc.

10 — OS OFICIAIS MECÂNICOS

Eram livres, não tinham patrões,
eram proprietários de suas pequenas oficinas,
de suas ferramentas e de seu produto.
Estabeleciam-se por conta própria.
Não possuíam máquinas,
sua produção era feita à mão,
em pequena quantidade.
Mas alguns deles,
bons conhecedores de seu ofício,
produziam artigos muito perfeitos.
Conseguiram bons preços para seus produtos
que eram comprados pelos poucos portugueses ricos.
Os "oficiais-mecânicos"

ESTADÃO, DE 19-10-76

Bispo depõe e promotor vai pedir a pena máxima

Do correspondente
em Cuiabá

Como testemunha mais importante do inquérito que apura a morte do padre João Bosco Penido Burnier, o bispo dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, prestou, ontem, um depoimento de uma hora e 45 minutos, em local não revelado e na presença de agentes do Ministério da Justiça enviados de Brasília.

Mais tarde, durante um rápido contato com a imprensa, antes de viajar para Goiânia, o prelado explicou que "não havia mesmo necessidade de se alongar no depoimento, pois tudo está tão claro". E acrescentou: "Agora é esperar pela Justiça".

Na segunda-feira da semana passada, dom Pedro Casaldáliga havia comparecido à delegacia de polícia de Ribeirão Bonito, em companhia do padre Burnier, com o objetivo de interceder em favor de três mulheres — Santana Rodrigues dos Santos, Eloísa Penalva e Margarida Barbosa da Silva —, que estavam sendo torturadas para que revelassem o paradeiro do posseiro Jovino Barbosa da Silva, que dias antes assassinara o soldado da PM Felix de Oliveira. Os dois religiosos foram recebidos agressivamente pelos policiais e o soldado Ezy Feitosa Ramalho atirou na cabeça do padre jesuíta, que morreu no dia seguinte, em Goiânia.

PENA

Após acompanhar os depoimentos do assassino, de sete outros policiais implicados, das três mulheres serviciadas e de duas testemunhas do crime, o promotor de Justiça de Barra do Garças, João Filgueiras Neto, afirmou que o ex-soldado Ezy Feitosa Ramalho poderá ser condenado à pena de 30 anos. E garantiu que pedirá a mesma pena para todos os responsáveis pela morte do padre João Bosco.

Expulsos na quinta-feira passada da Polícia Militar de Mato Grosso, Ezy Feitosa Ramalho e seis ex-policiais envolvidos no caso encontraram-se presos no 58º Ba-

talhão de Infantaria, em Aragarças, na divisa de Goiás com Mato Grosso.

Na sexta, perante o coronel José Diniz, delegado que preside o inquérito, Ezy Feitosa confirmou ter atirado no jesuíta, mas disse que o tipo de revólver calibre 38 foi disparado acidentalmente, quando ele pretendia apenas dar uma coronhada na cabeça do padre, que estaria, segundo suas declarações, agredindo o sargento Juracy Pedro Martins.

"O sargento Juracy — declarou o assassino do padre — estava trocando socos com os homens, quando entrei para ajudá-lo. Também levei um soco na boca, quebrando a dentadura. Saquei a arma e, ao tentar dar uma coronhada no padre, o tiro saiu acidentalmente".

Em seu longo depoimento, o ex-soldado da PM afirmou que só então ficou sabendo que "os dois homens eram religiosos" e procurou socorrer a vítima.

Ainda segundo Ezy Feitosa, o sargento Juracy aconselhou-o a desaparecer após o incidente, mas ele teria se recusado a fugir, alegando que, "acontecesse o que acontecesse iria se apresentar aos superiores em Barra do Garças". No entanto, continuou, embora tenha chegado a essa cidade às 10 horas da manhã do dia seguinte, foi preso só às 21 horas, pelo próprio comandante da polícia local, major João Monteiro da Costa Filho.

O advogado da Missão Salesiana de Mato Grosso e da família do padre Rodolfo Lunkenbein, José Vidal, enviou um ofício ao ministro

da Justiça, qualificando de "acinte à Justiça" e "incentivo a outros criminosos em potencial" o fato de, até agora, as autoridades policiais não terem tomado providências para prender os líderes dos posseiros e jagunços que invadiram a reserva de Merure, há pouco mais de três meses, matando o religioso e o índio Simão. Isso apesar de, no mês passado, o presidente da Federação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, ter se reunido, em Barra do Garças, com o fazendeiro João Marques de Oliveira, o "João Mineiro", acusado de liderar o ataque.

23/7/76 - EST. SÃO PAULO

Cimi exime posseiros e responsabiliza o governo

Do enviado especial e do Correspondente

"Queremos denunciar a cortina de fumaça que a Funai e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terras estão lançando contra a opinião pública, mostrando toda a invasão de área indígena como obra de posseiros. Na verdade, os choques entre posseiros e índios são relativamente pequenos. Os maiores problemas, muitas vezes promovidos ou, pelo menos, acobertados por órgãos do governo, são causados pela invasão das terras indígenas pelas grandes companhias pecuárias, madeiras e mineradoras, nacionais e multinacionais."

Essa declaração foi feita pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ao final de uma missa solene celebrada domingo à noite, em Goiânia em memória do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio bororó Simão, mortos no ataque de fazendeiros à colônia indígena de Merure, em Mato Grosso. A missa transcorreu em clima de grande emoção, principalmente quando os altofalantes da catedral transmitiram a gravação feita durante o funeral indígena.

O presidente do Cimi, Dom Thomás Balduino, disse que "existem, no Brasil, mais de 700 mil posseiros

ameaçados, como os índios, em seu direito à terra. Eles se situam entre as 10 milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra. Por isso, vemos o problema das áreas indígenas situado no contexto mais amplo da distribuição irracional da terra em nosso País. Só com uma radical e profunda transformação da estrutura agrária brasileira, que beneficie a todos os trabalhadores rurais, sem terra, será possível abrir o caminho para o reconhecimento pacífico do direito dos povos indígenas à terra".

No documento, o Cimi fez graves denúncias contra a omissão dos órgãos públicos: "Para a Funai, o problema dos posseiros em terra indígena deve ser resolvido pelo Incra. Este órgão, no entanto, tem se excusado de intervir nos conflitos, alegando que, em área indígena, a responsabilidade é da Funai. Quem, então, nesse jogo de empurra, soluciona o problema que existe e para o qual o governo só se volta quando ocorrem mortes, como neste caso?"

O Cimi observa que os conflitos de terras entre indígenas e colonizadores têm se agravado nos últimos anos, e atribui o problema à concentração da posse da terra e sua utilização como objetivo de especulação. Afirma também que "por

trás de eventuais invasões de pequenos trabalhadores contra as áreas indígenas está a agressão do latifúndio capitalista que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios".

Durante a missa, foi lida ainda uma mensagem do índio bororo Lourenço Rondon. "Nós queremos ser tratados como seres humanos e não como coisa. E como vamos mudar os caminhos da nossa história? Vamos tomar armas? Vamos enfrentar os brancos como eles nos enfrentaram? As armas são os argumentos dos covardes. Nós não queremos imitar os brancos naquilo de que eles mais teriam que se envergonhar: o uso de armas para matar os seus semelhantes".

Em Barra do Garças, foi preso José Antônio Miguez, apontado como um dos três líderes do ataque à aldeia de Merure, mas seu depoimento quase nada esclareceu sobre o episódio. Miguez disse que não sabia do ataque e que recebera um bilhete no dia anterior, enviado pelo fazendeiro Antônio Donato, convidando-o para participar de uma reunião com outros posseiros nas imediações da aldeia. Ontem ele foi transferido para Cuiabá e hoje deverá ser ouvido pela Polícia Federal.

A prisão de Miguez fez com que os bororos readquirissem confiança na Polícia Militar, mas ontem o padre Paulo Mohr afirmou que eles esperam a prisão dos demais, como João Mineiro, porque "os índios já ameaçaram fazer justiça".

História revista

Construída e sedimentada ao longo de cinco séculos de dogmatismo e conformismo, a história oficial da Igreja Católica na América Latina começa, finalmente, a conhecer os ruídos de uma séria contestação — contestação partida do interior, de setores leigos e religiosos cada vez mais ponderáveis. Os primeiros resultados de uma radical operação de autocritica — previsivelmente, carregada de ideologia pós-conciliar — já puderam ser apresentados, este mês, dentro do programa comemorativo do tricentenário da diocese de Olinda e Recife.

O desejo de revisão histórica está organizado, desde 1973, em torno de uma CEHILA (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina), entidade nascida no seio do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), mas dele desvinculado. Os objetivos da Comissão, segundo seus animadores, se acham condensados na fórmula "compreender a história da Igreja a partir do povo, a partir do pobre". Dividida em nove coordenadorias, a CEHILA cobre todo o continente latino-americano e, ainda, os Estados Unidos e o Canadá.

No Brasil, a Comissão é representada por um grupo composto de dez membros, entre os quais alguns leigos e protestantes. O coordenador nacional é um padre belga, há dezoito anos no país, frei Eduardo Hoornaert, professor de História da Igreja no Instituto Teológico do Recife e de História da Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco. Juntamente com dois outros membros da coordenadoria, frei Hoornaert é autor do trabalho de revisão histórica apresentado agora, em Olinda, à cúpula da Igreja no Brasil.

"Imagem errônea" — "O que a CEHILA pretende", explica ele, "é dar, às forças de libertação atualmente vivas no país, um instrumento de interpretação e, ao povo, uma consciência de sua história." História que, segundo frei Hoornaert, é diferente e mesmo oposta à tradicionalmente aceita pelos cristãos. "Elaborada exclusivamente pelos brancos, pelos europeus", diz frei Hoornaert, "toda a documentação existente acabou transmitindo uma imagem errônea do brasileiro, sempre mostrado como não-violento, cordial. A nova documentação, por isso, deve partir da perspectiva do índio, do negro e de seus descendentes."

Reescrita de maneira tão radical, a história da Igreja no país vai dando contorno mais modesto a diversas personagens, como dom Vital, antigo bispo de Olinda e Recife e patrono de uma corrente conservadora do pensamento católico no Brasil, ao mesmo tempo que faz

emergir figuras como um remoto padre Martinho de Nantes, cujo trabalho missionário em aldeamentos indígenas do baixo São Francisco, de 1672 a 1700, foi ignorado pela história oficial. Hostilizado pelos fazendeiros, que não admitiam sequer a vizinhança dos índios, padre Martinho se viu removido por Roma — e só agora ressurgiu, por obra da CEHILA.

De fato, ele marca um dos quatro "ciclos missionários" em que a CEHILA divide a primeira parte da história da Igreja no país. O "litorâneo", com Nóbrega e Anchieta; o "sertanejo", com Martinho Nantes; o "maranhense", com Antônio Vieira e Luís Figueira; e o "mineiro", onde o negro, mais numeroso, ganha importância sobre o índio. "Já no primeiro ciclo", diz frei Hoornaert, "os



Pe. Hoornaert: outra perspectiva

missionários se convenceram de que o projeto colonial português não aceitava a convivência com o indígena, e foi tentando evitar o genocídio que decidiram se implantar longe dos centros brancos."

Experiências iguais, segundo ele, se verificaram em muitos outros países do continente — Paraguai, México, no Caribe. "Desde então, uma larga maioria da população latino-americana foi sendo progressivamente expulsa da história", diz frei Hoornaert. É com esse argumento que o coordenador nacional da CEHILA sustenta a necessidade da revisão em curso: "Esta história não servirá apenas aos eruditos: contribuirá para uma ação lúcida e responsável em busca de um futuro mais digno e mais humano para o continente. Será um instrumento de solidariedade entre os cristãos da América Latina".

COMUNICADO

⑧

Nestes últimos dias, dois acontecimentos atingiram duramente a Igreja do Acre e Purus no seu direito inalienável de anunciar livremente o Evangelho de Jesus Cristo. Sobre esses fatos não podemos **silenciar**; se o fizéssemos, estaríamos traindo a nossa missão.

Vimos, pois, através deste comunicado, informar e esclarecer sobre tudo os cristãos e a opinião pública que:

1º Fato: no último dia 6, a presidência da Funai expulsou sumariamente três agentes pastorais que se encontram, a serviço da Erelazia, atuando junto à tribo Kulina, na região do Alto Purus e do rio do Uhandles.

A Funai poderá justificar esta medida como bem entender e como melhor lhe convier. Queremos, porém, deixar claro que fomos impedidos de atuar junto às populações indígenas porque defendemos os direitos que têm os povos indígenas de garantir e recuperar suas terras; de viver sua cultura; de exigir sua autodeterminação... Fomos expulsos por que não convém à Funai e menos ainda às grandes empresas agropecuárias, grileiros e outros interessados que denunciemos as graves injustiças que se cometem contra índios e posseiros, em nome de um pretenso desenvolvimento que beneficia a uns poucos privilegiados.

A expulsão dos três agentes pastorais não é um fato isolado. Convinha lembrar que, em agosto passado, por ocasião da 2ª Assembleia da Pastoral Indigenista, realizada nesta Capital, grupos de repressão / ocuparam ao ponto de colocar um microfone na sala de reunião, do que se pode dizer a concretar em nossas mãos. Em seguida, a atuação dos três agentes pastorais foi sistematicamente dificultada pelo chefe da Ajuda da Funai, no Acre, que nunca escondeu seus preconceitos e rancores contra os missionários da Erelazia.

É lamentável e, ao mesmo tempo revoltante, que a Funai não se ocupe em resolver os graves problemas que afligem os índios desta região, mas esteja, antes, preocupada em perseguir e expulsar agentes pastorais, confundindo-os com grileiros e outros agentes de exploração do índios e seringueiros.

Esta atitude da Funai não nos amedronta ou desanima. Ao contrário, iluminados pelo Evangelho de Jesus Cristo, mais ainda estamos decididos a colocar-nos ao lado dos povos indígenas, seringueiros, posseiros, assumindo e defendendo sua causa.

2º Fato: no último dia 17, o sr. Governador do Estado do Acre, Geraldo Gurgel de Mesquita, através de sua Assessoria de Comunicação, cancelou definitivamente o programa religioso "Somos Todos Irmãos"

(4)

esta Prelazia, que era levado ao ar todos os sábados, às 6 e 19 horas. Num primeiro momento, o bispo Dom Moacyr Grechi solicitou que, pelo menos, continuasse a transmissão da Missa Dominical. O sr. Governador atendeu o pedido, fazendo, porém, algumas exigências. A mesma permissão foi estendida ao programa diário da Ave-Maria, "mediante texto escrito" (CF./RDA/Nº68).

Após consultar os padres da Prelazia e líderes cristãos, Dom Moacyr Grechi resolveu renunciar inclusive aos dois últimos programas, fazendo ver ao sr. Governador que também nesses programas a Palavra de Deus é sempre a mesma e não poderia ficar sob qualquer espécie de controle por parte do poder civil.

Segundo argumentos apresentados pelos assessores do sr. Governador e por ele próprio, o programa "Comos Todos Irmãos" foi suspenso porque vinha desrespeitando a cláusula do contrato firmado entre a Prelazia e a Rádio Difusora Acreana, quando se diz que "O contratado poderá rescindir, a qualquer tempo, este contrato de transmissão de programa, desde que o mesmo inclua ostensiva ou subliminamente, matéria de cunho doutrinario ou político ideológico que não se coadune com os princípios que norteiam a emissora contratada, que é de caráter oficial".

Mas o que teria provocado a imediata suspensão foi o fato de, no último dia 11, Dom Moacyr Grechi, em sua alocução, ter respondido ao pronunciamento de um Juiz do Supremo Tribunal Militar, esclarecendo aos ouvintes que a Igreja não é subversiva e comunista, como aquele sr. pretendeu afirmar. Além disso, no mesmo dia, na parte do noticiário, foram lidos trechos do Comunicado da Comissão Pastoral da Terra em que se afirmava que o Padre Maboni fora torturado.

Como se vê, o significado desta atitude do sr. Governador ou do quem representa é muito claro: a certos setores do sistema político vigente não interessa a verdade e nem permitem que a Igreja se defenda de acusações absurdas e mesquinhas. Como bem diz o "Comunicado Pastoral ao povo de Deus", da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, divulgado recentemente, a "ideologia da Segurança Nacional, colocada acima da Segurança Pessoal" tem provocado "o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, a supressão da liberdade de pensamento".

Além disso, desejamos ressaltar que esta atitude é profundamente contraditória pois, ainda recentemente, durante a campanha política das eleições do dia 15 de novembro, aqueles que, hoje, estão cerceando a liberdade da Igreja de pregar o Evangelho da Justiça e da Verdade, declaravam-se abertamente, em praça pública, admiradores da nossa Igreja e do nosso bispo.

Não nutrimos ódios nem ressentimentos. Deixamos claro, porém, que enganam redondamente aqueles que querem calar a Igreja. "A Palavra de Deus não pode ser algemada", diz o apóstolo Paulo. A nós cristãos, bispo, padres e leigos, permanecerá para sempre o mandamento do Senhor Jesus: "ide evangelizar a todos os povos".

Pio Branco, 23 de dezembro de 1976

Prelazia do Acre e Purus

A Coordenação do Regional Norte-I do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vem a público manifestar veemente protesto contra a atitude da presidência da FUNAI de expulsar três agentes pastorais que se encontram, a serviço da Prelazia do Acre e Purus, atuando na área indígena da tribo Kulina, na região do Alto Purus e Boca do Chandless. É curioso e, ao mesmo tempo, revoltante que um telegrama de meia dúzia de palavras tenha a força de anular o compromisso firmado, em outubro passado, entre o general Ismarth de Araujo Oliveira e o bispo da Prelazia do Acre e Purus, quando, naquela ocasião, o presidente da FUNAI, além de conceder autorização expressa para os três agentes desenvolver suas atividades missionárias junto aquela tribo, solicitou inclusive a proposta de um convênio entre a FUNAI e a referida Prelazia.

Que forças "estranhas e paralelas" teriam, então, levado o presidente da FUNAI a mudar de ideia e propósitos, assim tão de repente? Será mesmo que devemos acreditar que o general Ismarth de Oliveira já esteja dividindo suas atribuições da presidência da FUNAI com tecnocratas interessados em transformar esta Fundação em mais uma "empresa desenvolvimentista"? Ou, então, que "crime" tão horrendo teriam cometido os três agentes pastorais para serem sumariamente expulsos?

Talvez, porque os agentes pastorais defendem os direitos que têm os povos indígenas de recuperar e garantir suas terras; de viver sua cultura; de exigir sua autodeterminação... Ou, talvez, porque a presidência da FUNAI não esteja gostando das denúncias que a Prelazia faz a respeito das injustiças que se cometem contra as populações indígenas do Acre e, como Igreja, a exemplo de Jesus Cristo, tenha optado por uma encarnação realista com a vida dos oprimidos... Realmente, quem defende e procura agir segundo esses princípios não pode colaborar com a FUNAI, no entender do chefe da Ajudança da FUNAI no Acre, o sr. José Porfírio de Carvalho, que nunca escondeu sua ojeriza pelos missionários da Prelazia.

Ou, quem sabe, a expulsão foi motivada porque os três agentes / pastorais não conseguiram "provar" as restrições que fizeram às atitudes do indigenista Célio Horst? Neste caso, recomendamos que o general Ismarth percorresse o Alto Purus e verificasse 'in loco' a edificante imagem que o sr. Horst deixou junto à população ribeirinha e aos índios Kulina. Ai, então, teria as provas necessárias para, pelo menos, advertir o indigenista Célio Horst a fim de que seja mais comedido em usar suas ameaças e seu revólver e não seja tão facilmente confundido com um pistoleiro qualquer.

Estamos sendo expulsos e tolhidos em nosso direito de evangelizar, mas a FUNAI e quem quer que seja não nos tirará o direito de denunciar as injustiças que se cometem contra os povos indígenas desta região. Aliás, já nesta oportunidade, temos algumas perguntas a fazer à presidência da FUNAI: 1) por que expulsar pessoas qualificadas para atuar junto às tribos indígenas e permitir, ao mesmo tempo, que certos elementos autodenominados de "donos", "pais", "protetores de caboclos" continuem com livre acesso às áreas indígenas para satisfazerem interesses inqualificáveis? 2) como justificar a existência de alambiques de cachaça em áreas onde vivem centenas de índios? 3) por que aos missionários de outras confissões religiosas, como "Novas Tribos", é dada a permissão para desenvolverem suas atividades em áreas indígenas, sem nunca serem molestados, e aos missionários do CIMI é negado o mesmo direito? 4) como explicar a prática generalizada de utilização de mão-de-obra indígena por administradores de fazendas, projetos agropecuários e seringais? É difícil acreditar que esses senhores estejam cumprindo fielmente as disposições do Estatuto do In-

do, 5) por fim, poderíamos pedir ainda satisfação sobre algumas cer
vidades negativas que misteriosamente vieram parar em mãos de proprie-
tários de empresas agropecuárias, possibilitando que esses senhores
invadissem áreas secularmente pertencentes aos índios.

E, assim, poderíamos enumerar uma série de situações que estão a
exigir os devidos reparos e esclarecimentos. É lamentável que os in-
digenistas da FUNAI, no Acre, não se ocupem em resolver estes proble-
mas prioritários, preocupando-se, antes, em perseguir e expulsar apên-
tes pastorais da Prelazia. Lamentaríamos também que se tivesse pres-
sa em desmentir as denúncias que a Prelazia vem fazendo sobre a situ-
ação das populações indígenas neste Estado. Aliás, a essas alturas,
isso não ficaria bem ao general Ismarth que ainda recentemente endos-
sou a descrição feita a respeito da situação dos índios no "Comunica-
do Pastoral ao Povo do Deus", da CNBB, aplicando aquela descrição só
pretendo aos índios do Acre.

O fato da expulsão dos três agentes pastorais não nos amedronta
e nem desanima. Ao contrário, iluminados pelo Evangelho de Jesus Cris-
to, mais ainda estamos decididos a colocar-nos ao lado dos povos in-
digenas, assumindo e defendendo sua causa.

Rio Branco, 20 de dezembro de 1976

A Coordenação do
Regional Norte-1 do CIMI

OF. Nº 512/PRES

Brasília, 29 de outubro de 1975

Senhor Ministro,

Esta Fundação vem, de há muito tempo, acompanhando as atividades desenvolvidas por alguns Bispos e Padres junto às comunidades indígenas no interior do Brasil.

Agem, os referidos sacerdotes, especialmente em áreas dos Estados de Mato Grosso e Goiás e, vez por outra em alguns Estados do Norte (Amazonas, Pará, Territórios de Rondônia e Roraima) e Sul (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina), do País.

A Assessoria de Segurança e Informações desta Fundação vem analisando e mantendo a Divisão de Segurança e Informações desse Ministério sempre a par de todos os fatos relacionados com tais atividades.

No entanto, Senhor Ministro, a proximidade — que, por força de nossas obrigações, mantemos com o problema, nos leva a informar, diretamente, a V. Exa. o seguinte:

Exmo. Senhor
Doutor MAURÍCIO RANGEL REIS
DD. Ministro de Estado do Interior

N e s t a

O Sr. Presidente vem
em nome. Af.

a) Em agosto de 1974, o mesmo grupo de Bispos e Padres realizou o 1º Encontro de Pastoral Indígena do Norte de Mato Grosso (Docº nº 1), com o objetivo de estabelecer suas linhas de ação;

b) após esse Encontro foram organizados pequenos grupos para visitas a aldeias e postos indígenas;

c) em agosto de 1975, reunião em Diamantino-MT, conforme documento nº 2;

d) no início de setembro do corrente ano, nova reunião foi realizada na Colônia Indígena de Meruri (MT), cujos objetivos e participantes estão relacionados no documento nº 3;

e) jornal "O Estado de São Paulo", edição de 25 último dá notícia da Reunião de Pastoral promovida pela regional sul do CIMI (recorte anexo);

Pelas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos sacerdotes, Senhor Ministro, não resta a menor dúvida que estão sendo postas em prática as diretrizes estabelecidas no 1º Encontro de Pastoral (Docº nº 1). Reuniões, encontros e palestras efetuadas com certa regularidade em áreas indígenas, evidenciam que a atuação dos membros do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, e alguns outros padres e bispos, têm um objetivo específico, qual seja o de criar áreas de atrito entre índios e FUNAI.

A tônica em qualquer ação desses elementos, tem sido, como poderá ser verificado da leitura dos documentos anexos, a de enfatizar, como acomodada e omissa, a atitude do Governo no que se refere à terra e às frentes desenvolvimentistas.

Assim, Senhor Ministro, ao tecer estas considerações, sobejamente documentadas pelo material anexo, permito-me sugerir a V. Exa., data venia, o encaminhamento do problema ao Ministério da Justiça, para conhecimento e providências que julgar convenientes.

Nesta oportunidade, renovo a V. Exa. os meus protestos de estima e real apreço.

O ORIGINAL FOI
ENTREGUE A
SR. PRESIDENTE
OLIVEIRA

OF. Nº 236/PRES

Brasília, 26 de maio de 1975

Senhor Presidente,

Desde a nossa investidura na presidência desta Fundação - março de 1974, temos procurado adotar uma política de abertura, leal e franca a todos quantos realmente desejam colaborar na solução dos problemas ligados à causa indigenista brasileira.

Seguindo esta linha de conduta, buscamos ativar e, até mesmo reatar os contatos com diversos setores, achando que todos, fortes e coesos em torno da mesma causa, pudessemos oferecer melhor assistência ao nosso índio, quer direta ou indiretamente.

Assim procedemos no estreitamento das relações com outros órgãos da administração federal, com governos estaduais e municipais, perseguindo soluções para o equacionamento dos problemas sempre voltado para o bem-estar de cada comunidade indígena. Solicitamos a cooperação das Universidades, e com estas aumentamos ainda mais o número de convênios existentes. Chamamos a imprensa, e mantivemos com seus representantes um diálogo

Ao Reverendíssimo Padre

JOSÉ VICENTE CÉSAR

DD. Presidente do Conselho Indigenista Missionário-CIMI

N e s t a

[Assinatura]

sincero e franco, informando-os dos nossos propósitos.

Às Missões, e seus representantes de modo geral, abrimos as nossas portas. cremos mesmo, que nunca os missionários tiveram tanta liberdade, atenção e apoio dos dirigentes deste órgão.

Procuramos visitar áreas sob a direção das diversas Missões, preocupando-nos com as suas necessidades a fim de que pudessemos complementá-las quando necessário fosse. A V. Sa. particularmente, fomos visitá-lo no CIMI, informando-o abertamente e esclarecendo-o sobre os nossos pontos de vista. Autorizamos, não só a V. Sa., mas também a outros elementos desse Conselho a visitar qualquer comunidade indígena. Tínhamos em mente que seriam mais olhos a verem os problemas, auxiliando-nos na busca de soluções racionais. Críticas, e até acusações mesmo, aqui chegadas, contra as Missões e missionários católicos, foram levadas, antes de tudo, ao conhecimento de V. Sa., numa demonstração inequívoca de nossa boa fé e confiança na ação pronta da autoridade maior do Conselho Indigenista Missionário.

Todavia, sentimo-nos traído pelo procedimento - que vem adotando esse Conselho em relação ao órgão.

Com efeito, de algum tempo para cá, Senhor Presidente, temos observado atitudes descabidas, e porque não dizer grosseiras, por parte de elementos desse Colegiado em relação a nós e aos nossos métodos de trabalho.

Os jornais têm noticiado realização de encontros e reuniões promovidos por esse Conselho ou por seus membros junto às comunidades indígenas, sem que a FUNAI tenha sequer sido convidada a participar e, muito menos, tomado conhecimento dos resultados encontrados.



Reafirmamos que nossa intenção quando assumimos a direção desta Entidade era, e ainda é, a de congregar todos os interessados na causa comum para juntos somarmos esforços em benefício do Índio. E não será demasia lembrar que dei prova disso quando procurei V. Sa. autorizando-o, juntamente com os Padres Antônio Iasi Jr. e Egydio Schwade a visitarem qualquer área indígena.


Ademais, declarações isoladas de integrantes do Conselho são levadas diretamente à imprensa espancando e ferindo o princípio de lealdade que já existia em nosso relacionamento.

Assim, como recurso extremo, para evitar que sobrevenha o término de nossas relações, valhemo-nos do poder que nos é assegurado em lei para revogar as autorizações de livre trânsito em áreas indígenas concedidas a essa oficiosa entidade da respeitável Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, condicionando a partir de agora noticiado ingresso à prévia e expressa permissão desta Presidência, uma vez devidamente conhecidas as razões e objetivos da solicitação.

Afirmamos constrangimento nessa decisão, entretanto, como presidente da entidade, não podemos e não devemos deixar de assumi-la, na esperança de, num futuro próximo, retornarmos à fraterna convivência.

Outrossim, esclarecemos que, qualquer deslocamento de índios de uma para outra área só poderá ser feito com a prévia anuência desta presidência.

Nesta oportunidade, apresentamos a V.Sa. protestos de apreço e consideração.


ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA
ASS. PRESIDENTE
SR. PRESIDENTE

Anexos: xerox das publicações feitas através da imprensa sobre o assunto em pauta.

JORNAL DE BRASÍLIA, DE 23/10/76

Funai volta a criticar Cimi e mantém posição

Depois do rompimento público da Fundação Nacional do Índio, através de uma nota de seu presidente, general Ismarth de Araújo com o Conselho Indigenista Missionário, o presidente da Funai voltou a afirmar que o diálogo é impossível pois "não pode ser unilateral".

O general Ismarth Araújo dizendo não confundir o Cimi com as missões, voltou a criticar a atitude dos componentes do Conselho Indigenista Missionário pois estes parecem "não entender que faço parte de um órgão do Governo".

Quanto à proibição de que os padres do Cimi frequentem as áreas dirigidas pelas missões, o general Ismarth disse que "cabe às missões verem a conveniência de proibirem ou não". Esta proibição, segundo o presidente, seria difícil de ser fiscalizada pela Funai, caso o órgão tomasse tal atitude, pois a Fundação Nacional do Índio não conta com pessoal

suficiente para fiscalizar a entrada do Cimi nas áreas dirigidas pelas missões.

A reação da Funai contra as frequentes declarações do secretário-executivo do Cimi, padre Egydio Schwaden, aconteceu segundo o general Ismarth, devido ao saturamento; "não reagir significava fraqueza", acrescentou o presidente da Funai.

Por outro lado, o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, padre Egydio Schwaden, comentando a atitude do presidente da Funai, Georges Zarur, ex-diretor do Departamento Geral de Programa Comunitário, Orlando Villas-Boas, Ney Land e o próprio padre Egydio. O debate, acrescentou o secretário do Cimi, foi "dentro de um clima de tensão".

Sobre as declarações do padre Vicente César, presidente da Anthropos do Brasil, o padre Egydio preferiu não fazer nenhuma declaração, dizendo apenas que já há o que comentar.

A nota do padre Vicente César criticava a posição do Conselho Indigenista Missionário em relação às posições assumidas pelo órgão diante dos últimos acontecimentos envolvendo a Igreja. Segundo comentários de especialistas da área indígena, a nota distribuída pelo presidente da Anthropos foi demagógica e absolutamente inoportuna.

Na noite de ontem, o padre Egydio Schwaden, secretário do Cimi, falando em nome do órgão, disse que aceita sem restrições um debate, em mesa-redonda, com o presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth Araújo. O presidente da Funai ao tomar conhecimento da disposição do Cimi afirmou que vai estudar a possibilidade do encontro.

Nordeste, índios, os assuntos de Rangel

A Sudene emprega no Nordeste recursos superiores aos orçamentos de oito ministérios, tomados isoladamente; isto equivale a uma soma anual de mais de quatro milhões de cruzeiros, destinados a projetos industriais, agrícolas, de infra-estrutura e serviços. Com isso, o ministro do Interior, Rangel Reis, quis provar que não está havendo um esvaziamento da economia no Nordeste, e que os programas regionais não serão desacelerados, embora estejam previstas restrições de parte do Governo federal. Rangel Reis participou de um debate na semana passada, com repórteres do JBr, e além dos problemas nordestinos, entre eles também a desmobilização das frentes de trabalho com o final da seca, falou das dificuldades da Funai, às voltas com a procura de um equilíbrio ideológico dentro de sua estrutura administrativa, e das aplicações do BNH. Ainda sobre indigenismo, o ministro ressaltou não ser um especialista no assunto, mas está consciente que os índios devem se emancipar. E deixou uma pergunta: "Qual é o mal do índio ser assalariado?". Sobre o Banco Nacional da Habitação, Rangel Reis informou que recursos daquela instituição serão destinados ao metrô do Rio de Janeiro, e para isso está mantendo contatos com o Governo daquele Estado.



Rangel

Jornal de Brasília, 24/10/76

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

NOTA OFICIAL

*Cont. 1/5
Pg. 1/5
2/10/76*

O presidente da FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, tendo em vista declarações do Secretário do Conselho Indigenista Missionário, publicadas em jornais do dia 20 do corrente, nas quais aquele religioso afirma que a FUNAI "tem sua atuação limitada pela política econômica oficial..." vem de público refutar veementemente tal afirmativa e esclarecer o seguinte:

" Ao contrário do que afirmou o Secretário do Conselho Indigenista Missionário, padre Egydio Swade, o governo tem fornecido à FUNAI todos os meios para que ela possa efetivamente solucionar os problemas de terras das comunidades indígenas. Além do Estatuto do Índio, em janeiro do corrente ano, pelo Decreto nº 76999 o governo regulamentou o mecanismo da demarcação administrativa, ato que veio facilitar a tarefa da FUNAI com relação à delimitação e demarcação. Por outro lado, os recursos destinados à essa atividade de ano para ano são mais ponderáveis, o que permite à FUNAI realizar maior número de demarcações.

O padre Egydio não deve ignorar que no caso da Reserva São Marcos - área da Missão Salesiana - o governo de desapropriou várias fazendas em benefício dos índios, não tomando em absoluto o partido dos fazendeiros, demonstrando sensibilidade para o problema indígena.

A atitude do padre Egydio vem demonstrar a impossibilidade de diálogo com o CIMI e o acerto da medida tomada proibindo o ingresso de seus membros em áreas indígenas."

ACS/Nº 04

Brasília, 21 de outubro de 1976

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CAIXA POSTAL 10.2882

70.000 - Brasília - DF - Brasil

Exclmo. Sr.

Presidente da Fundação Nacional do Índio

Gal. Ismarth de Araújo Oliveira

Ed. Alvorada

Brasília

As críticas que o CIMI,
por intermédio do Pe. Egydio, nem
fazendo ao governo e à FUNAI, não
permitem que o pedido seja atendi-
do, permanecendo a proibição de in-
gresso em área indígena

Em, 21.10.76

Ismarth Oliveira
Ismarth de Araújo Oliveira
Presidente da FUNAI

Prezado Sr.

Por meio desta venho solicitar a V.Sa. a auto-
rização para, em companhia do Pe. Justino da Arquidiocese de Ma-
NAUS - AM., entrar nas áreas indígenas de Roraima com a finali-
dade de levantar a situação das tribos naquela região, seja nas
reservas administradas por missões religiosas, católicas ou evan-
géllicas, seja nas demais reservas administradas diretamente pe-
la Fundação Nacional do Índio.

Na certeza de que V.Sa. fará tudo para atender
esta solicitação agradeço antecipadamente, augurando sempre um
feliz êxito para as atividades que V.Sa. vem empreendendo a fren-
te desta Fundação, em prol do indígena brasileiro.

Cordialmente,

Pe. Egydio Schwade
Pe. Egydio Schwade
(Secret. do CIMI)

Brasília, 21 de outubro de 1976.

HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Buenos Aires. PS-1134/26

GESTAÇÃO E NASCIMENTO

1500
A
1888

1.º Caderno

Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR. AN, BSB. AA3. MRL-8, f. 248/250

Dados do documento especial

Característica:

GRANDE FORMATO

Conteúdo:

JORNAL

Localização:

CAIXA - 68

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI - FUNAI

**Remissiva de arquivamento de documentos especiais**

Notação:

BR-AN, BSB-AA3-MRL-8, f. 249/250

Dados do documento especial

Característica:

GRANDE FORMATO.

Conteúdo:

JORNAL.

Localização:

CAIXA - 68

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI - FUNAI



Remissiva de arquivamento de documentos especiais

Notação:

BR:AN, BSB-AA3.MRL.8, p. 250/250

Dados do documento especial

Característica:

GRANDE FORMATO

Conteúdo:

JORNAL.

Localização:

CAIXA - 68

Dados da unidade de arquivamento de onde foi retirado o documento

Obs:

ASI - FUNAI